EDITAL - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 09.001/2026-CE

PARTE ESPECÍFICA (QUADRO DE RESUMO)

1. MODALIDADE	2. FORMATO	3. Nº DO PROCESSO ADMINISTRATIVO	4. ENDEREÇO/LOCAL DA DISPUTA:	5. NÚMERO NO COMPRAS GOV
CONCORRÊNCIA	ELETRÔNICA	**2026.01.07.0001**	www.compras.gov.br (Compras Gov)	90003

6. OBJETO:
CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA PARA EMPRESAS PRÉ-QUALIFICADAS PARA A AMPLIAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E EFICIENTIZAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE GUAIÚBA/CE – MAPP 677.

7. DATA:	08. TIPO:	09. CRITÉRIO DE JULGAMENTO:	10. MODO DE DISPUTA:
DATA DE CADASTRAMENTO DAS PROPOSTAS: ATÉ ÀS 08 H 59 MIN DO DIA 25 DE JUNHO DE 2026 (HORÁRIO DE BRASÍLIA). **DATA DE ABERTURA DA PROPOSTA:** ÀS 09:00H DO DIA 25 DE JUNHO DE 2026, (HORÁRIO DE BRASÍLIA). **DATA DE ABERTURA DA DISPUTA DE PREÇOS:** ÀS 09:00 HORAS DO DIA 25 DE JUNHO DE 2026 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).	MENOR PREÇO	MENOR PREÇO GLOBAL	ABERTO

11. ÓRGÃO INTERESSADO:
▪ SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E HABITAÇÃO

12. LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP?	13. EMPREITADA:	14. PRAZO DE EXECUÇÃO:	15. VIGÊNCIA DO CONTRATO:	16. REGIME DE EXECUÇÃO:
NÃO	EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO	12 (DOZE) MESES	12 (DOZE) MESES	INDIRETA

17. ESPECIFICIDADES DO PROCEDIMENTO:
Tudo conforme condições e exigências estabelecidas no Termo, no Projeto Básico e seus anexos, bem como no edital.

18. DOS ATENDIMENTOS, PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES, RECURSOS E VISTAS AO PROCESSO:
Todos os **atendimentos** e demais tratativas com a Agente de Contratações serão realizados **EXCLUSIVAMENTE** por meio virtual, mediante pedido formal a ser enviado através do e-mail: licitacao@guaiuba.ce.gov.br, assim como os **pedidos de esclarecimentos, impugnações, recursos e pedidos de vistas aos autos,** nos termos consignados no presente edital**.**
19. OBSERVAÇÕES IMPORTANTES E OBSERVÂNCIA OBRIGATÓRIA:
1) O presente edital se apresenta em duas partes (parte específica e parte geral), onde, na parte específica serão disciplinadas as definições singulares do objeto, qualificação técnica específica, peculiaridades e demais disposições do julgamento. Já na parte geral teremos as demais condições e entendimentos padronizados relativos ao procedimento. 2) Existindo divergência entre as informações constantes da parte específica (quadro resumo) e dos demais

campos do edital e seus anexos (parte geral), prevalecerão as informações constantes da parte específica. **Havendo discrepância entre os textos constantes do edital e seus ANEXOS, inclusive quanto a especificação dos produtos, unidades e demais detalhamentos ante aqueles constantes na plataforma COMPRAS GOV,** disponível no endereço eletrônico http:// www.compras.gov.br/, prevalecerão as informações constantes do edital e seus ANEXOS.

EDITAL - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 09.001/2026-CE

PARTE GERAL

PREÂMBULO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIÚBA/CE**, por meio do Secretário de Infraestrutura e Habitação, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto processo licitatório, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, em formato **ELETRÔNICO sob o Nº 09.001/2026-CE**, do tipo e critério de julgamento assinalados no quadro resumo acima, do modo e nas condições fixadas no quadro de resumo inicial, a ser realizado em sessão pública por meio de comunicação via internet, através do endereço eletrônico http://www.compras.gov.br/, dará início aos procedimentos de abertura e análise das propostas de preços, formalização de lances e análise e verificação dos documentos de habilitação e demais procedimentos atinentes ao processo, tudo mediante as condições estabelecidas e exigências previstas no presente Edital, na Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e nas demais normas complementares.

A parte geral do presente edital é subdividida em duas outras partes, conforme a seguir apresentadas:

SUBPARTE A – CONDIÇÕES PARA COMPETIÇÃO, JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO.
Em que são estabelecidos os requisitos e as condições para competição, julgamento e formalização do contrato.

SUBPARTE B – ANEXOS
ANEXO I – Termo de Referência e seus anexos;
ANEXO II – Modelo da Proposta de Preços;
ANEXO III – Minuta do Contrato;
ANEXO IV – Modelos de Declarações.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem como objeto a **CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA PARA EMPRESAS PRÉ-QUALIFICADAS PARA A AMPLIAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E EFICIENTIZAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE GUAIÚBA/CE – MAPP 677**, tudo conforme especificações contidas no Projeto Básico, constante do Anexo I do Edital.

2. DAS FASES DO PROCESSO LICITATÓRIO

2.1. A disputa do presente procedimento licitatório terá o seguinte trâmite, em fases distintas:
2.1.1. Credenciamento na plataforma “COMPRAS GOV”, no site www.compras.gov.br;
2.1.2. Recebimento das “Propostas de preços” e “Documentos de Habilitação” via sistema;
2.1.3. Abertura das Propostas de preços apresentadas, verificação e classificação inicial;
2.1.4. Lances, aplicação do direito de preferência e critérios de desempate;
2.1.5. Apresentação de propostas ajustadas, se for o caso;

2.1.6. Fase de aceitabilidade das propostas;
2.1.7. Habilitação do proponente melhor classificado;
2.1.8. Recursos; e
2.1.9. Adjudicação e Homologação.

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO.

3.1. PODERÃO PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO:

3.1.1. A presente licitação é **EXCLUSIVA** para as empresas já pré-qualificadas pelo Município de Guaiuba no âmbito da Pré-Qualificação nº 09.001/2026-PQ.
3.1.2. Poderão participar as empresas pré-qualificadas que satisfaçam as condições e exigências do presente Edital.
3.1.3. Esteja regularmente estabelecida neste País, credenciados junto à plataforma Compras Gov no site www.compras.gov.br, cadastrados ou não no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de GUAIUBA e que satisfaçam a todas as condições da legislação em vigor, deste edital;
3.1.4. Possua objetivos sociais / ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, devendo, ainda, cumprir a legislações próprias quanto à forma constituição do tipo de empresa.
3.1.5. Constituídas na forma de cooperativas, desde que atendidos os requisitos do art. 16 da Lei 14.133/2021 e da legislação específica correspondente, mediante declaração em campo próprio do sistema;
3.1.6. Tratando-se de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP e as cooperativas que se enquadrem nos termos do art. 34, da Lei Federal n° 11.488/2007, e que não se encontram em qualquer das exclusões relacionadas no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, deverão declarar no Compras Gov no site www.compras.gov.br o exercício do direito de preferência previsto em Lei.
3.1.7. A Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP, caso contratada, será a responsável por solicitar seu desenquadramento da condição de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP quando houver ultrapassado o limite de faturamento estabelecido no art. 3°, da Lei Complementar n.º 123/2006 em razão da presente contratação.
3.1.8. A participação na licitação implica automaticamente na aceitação integral e irretratável dos termos e conteúdo deste edital e seus ANEXOS, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor, ficando, desde já, responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, restando excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido do acesso e manuseio da plataforma, ainda que por terceiros.
3.1.9. Para participação na presente licitação todo interessado deverá proceder ao prévio credenciamento junto à plataforma do Compras Gov, disponível no endereço eletrônico http:// www.compras.gov.br/.
3.1.10. As regras para credenciamento estarão disponíveis no endereço eletrônico plataforma de Compras Gov, disponível no endereço eletrônico http:// www.compras.gov.br/.
3.1.11. Para acessar o sistema eletrônico de licitações, os interessados deverão estar credenciados junto à plataforma do Compras Gov, disponível no endereço eletrônico http://

www.compras.gov.br/, e o envio das propostas de preços se dará diretamente pelas empresas licitantes através de pessoas devidamente habilitadas portando senha pessoal.
3.1.12. O custo de operacionalização e uso do sistema de Concorrência Eletrônica ficará a cargo do licitante.
3.1.13. O acesso do operador ao pregão para efeito de encaminhamento de proposta de preços, documentos de habilitação e lances sucessivos de preços, em nome da licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.
3.1.14. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Município de GUAIÚBA/CE ou à plataforma Compras Gov no site www.compras.gov.br, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do seu uso indevido, ainda que por terceiros.
3.1.15. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal no sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes à Concorrência Eletrônica.

3.2. <u>NÃO PODERÃO PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO:</u>

3.2.1. Empresas que não foram pré-qualificadas pelo Município de Guaiúba no âmbito da Pré-Qualificação nº 09.001/2026.
3.2.2. O autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa jurídica, quando a licitação versar sobre obra ou serviços a ele relacionados.
3.2.3. O responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra ou serviços a ela necessários;
3.2.4. Empresas reunidas em consórcio (Conforme justificativa do Termo de Referência);
3.2.5. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);
3.2.6. Instituições sem fins lucrativos, qualificadas na forma dos arts. 5º a 7º da Lei n.º 9.637/1998, exceto se o objeto desta licitação se inserir entre as atividades previstas no contrato de gestão firmado entre o Poder Público e a organização social (Acórdão n.º 1.406/2017- TCU-Plenário).
3.2.7. Pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção de suspensão temporária de participação em licitação, impedimento de contratar com a Prefeitura do Município de GUAIÚBA, tenham sido declaradas inidôneas e estejam impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, que estejam cadastradas positivamente no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), no cadastro Consolidado de Pessoa Jurídica do TCU, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas (CEIS), no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).
3.2.8. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.2.9. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
3.2.10. Pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
3.2.11. Consórcios de empresas, conforme justificativa no Termo de Referência;
3.2.12. Que não tenham providenciado o credenciamento junto a plataforma eletrônica de julgamento;
3.2.13. Que tenham em comum mesmo preposto ou procurador.
3.2.14. Os interessados que se encontrem em processo de falência decretada ou em processo de dissolução, de fusão, de cisão ou de incorporação.
3.2.15. É permitida a participação de empresa em condição de recuperação judicial desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos do acórdão nº 1.201/2020 do TCU.
3.2.16. Empresas cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes de seu quadro técnico sejam funcionários ou empregados públicos da Administração Pública Municipal Direta ou Indireta.
3.2.17. Empresas Estrangeiras não autorizadas a funcionar no País.
3.2.18. Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação.

4. DISPOSIÇÕES DE OBSERVÂNCIA OBRIGATÓRIA PELO PROPONENTE NO CURSO NO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO.

4.1. O proponente interessado na participação da presente licitação fica OBRIGADO a:
a) Responsabilizar-se pela proposta, declarações, documentos e demais informações cadastradas ou anexadas a Plataforma eletrônica "COMPRAS GOV", no site www.compras.gov.br, bem como pelos registros realizados no CHAT durante o processamento e julgamento do certame;
b) Realizar as declarações eletrônicas exigidas no cadastro da proposta na plataforma eletrônica "COMPRAS GOV" no site www.compras.gov.br, sem qualquer falseamento da verdade;
c) Remeter, no prazo estabelecido, EXCLUSIVAMENTE VIA SISTEMA, os documentos de habilitação, a proposta e, quando necessário, os documentos complementares solicitados no presente Edital e seus ANEXOS;
d) Manter-se logado (online) ao "COMPRAS GOV", acompanhando os trabalhos de processamento do certame durante toda a Sessão Pública Eletrônica, atendendo tempestivamente aos chamados do(a) Agente de Contratação via CHAT;
e) Cumprir integralmente a proposta comercial cadastrada ou o lance final registrado no "COMPRAS GOV";
f) Não fazer declaração falsa ou não apresentar documento falso;
g) Não cometer fraude fiscal;
h) Não formar conluio ou combinar proposta com concorrente(s);

i) Não fraudar ou frustrar a concorrência com utilização de mecanismos eletrônicos de registro de propostas, lances e/ou documentos;
j) Não indicar, para fins de garantia do anonimato da fase competitiva, qualquer tipo de caractere especial identificador da empresa no cadastro da proposta eletrônica no "COMPRAS GOV";
k) Manter atualizadas todas as informações da empresa no SICAF que possam facilitar a comunicação, particularmente telefones e e-mail;
l) Não praticar qualquer ato lesivo à Administração Pública contido no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.
m) Não se enquadrar em nenhuma das proibições indicadas nas alíneas do item 3.2 deste Edital.

5. DO CREDENCIAMENTO DO PROPONENTE NA PLATAFORMA ELETRÔNICA.

5.1. Os interessados aptos à participação do presente procedimento licitatório deverão providenciar o cadastramento do proponente junto ao aplicativo "COMPRAS GOV", no site www.compras.gov.brconstante da página eletrônica do Compras Gov, ou diretamente no site www.compras.gov.br.
5.2. O Credenciamento junto ao Compras Gov no site www.compras.gov.br que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Concorrência, em sua forma eletrônica.
5.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do proponente ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este CONCORRÊNCIA.
5.4. O uso da senha de acesso pelo proponente é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
5.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.
5.6. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIÚBA/CE ou ao Compras Gov no site www.compras.gov.br a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do seu uso indevido, ainda que por terceiros.
5.7. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal na plataforma eletrônica implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes a CONCORRÊNCIA eletrônica.

6. PARÂMETROS DOS DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS NO PROCEDIMENTO.

6.1. Obrigatoriamente, os documentos deverão ser da mesma sede e igualdade de CNPJ, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos tanto para matriz como para todas as filiais. O contrato será celebrado com a sede que apresentou a documentação.

6.2. Cada proponente deverá apresentar através do Compras Gov no site www.compras.gov.br os documentos exigidos por meio da internet, sendo:

a) a Proposta de Preços;

b) os Documentos de Habilitação;

6.3. Os documentos, em formato de arquivo, a serem enviados via internet somente poderão ter as extensões *.doc, *.xls, ou *.pdf.

6.4. Os documentos comprovadamente apresentados em formato corrompido ou incompatível com a versão sistêmica operada, poderão ser solicitados mediante nova anexação, por parte do(a) Agente de Contratação, ficando a critério deste(a), de acordo com o caso concreto, realizar tal solicitação, a fim de que se façam as elucidações necessárias ao pleno julgamento.

6.5. É dever da proponente atualizar previamente os documentos constantes no SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

7. DA PROPOSTA DE PREÇOS

7.1. FORMALIDADES QUANTO A PROPOSTA DE PREÇOS:

7.1.1. A Proposta de Preços, sob pena de desclassificação, deverá ser composta por um conjunto de informações **[Proposta Comercial, conforme Anexo II deste instrumento; Orçamento(s) Detalhado(s) e Cronograma Físico-Financeiro],** em papel timbrado da proponente, estando, ainda, devidamente **assinada por representante legal e responsável técnico habilitado da licitante**, e sendo enviada exclusivamente por meio da Plataforma do "COMPRAS GOV", no site www.compras.gov.br, caracterizando o item proposto no campo discriminado, em conformidade com o Termo de Referência – Anexo I do Edital.

7.1.1.1. Na PROPOSTA COMERCIAL deverá constar os seguintes dados:

a) Serviços/obras a serem executados, iguais ao objeto desta licitação;

b) Preço Global por quanto a licitante se compromete os serviços/obras objeto desta Licitação, expresso em reais em algarismo e por extenso;

c) Prazo de validade da Proposta, que será de, no mínimo, 60 (SESSENTA) DIAS;

d) Prazo de execução dos serviços/obras que será de 04 (quatro) meses, contados a partir da emissão da primeira ordem de serviço;

7.1.1.2 ORÇAMENTO(S) DETALHADO(S), contendo de cada item a especificação do Grupo/Subgrupo/Serviço, a quantidade, a unidade, o preço unitário e o preço total, em algarismo, e o preço Global do orçamento, assinado por representante legal e responsável técnico habilitado da licitante, contendo ainda:

a) Planilha Orçamentária que deu margem aos resultados apresentados na proposta, com preços em duas casas decimais, sem erros de arredondamentos;

b) Planilha analítica de encargos sociais;

c) Composição analítica de B.D.I. (Benefícios e Despesas Indiretas), de acordo com a sua situação tributária (cumulativa ou não cumulativa);

a) No caso de erro na coluna UNIDADE, a Comissão considerará como correta a Unidade expressa no Projeto Básico (Anexo I) do edital para o item.

b) Os valores contidos nos orçamentos serão considerados em moeda corrente nacional (REAL) mesmo que não contenham o símbolo da moeda (R$).

c) Os preços constantes do orçamento da licitante deverão conter apenas duas casas decimais após a vírgula, cabendo ao licitante proceder ao arredondamento ou desprezar os números após as duas casas decimais dos centavos.
d) Conforme Acordão nº 2622/2013-TCU-Plenário e Nota Técnica nº 4/2013 da Secretaria de Controle Interno do STF, as empresas sujeitas ao regime de tributação de incidência não cumulativa de PIS e COFINS devem apresentar, juntamente com a proposta, o Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais – DACON comprovando que os percentuais dos tributos adotados na taxa de BDI de suas propostas correspondem à média dos recolhimentos dos últimos doze meses, em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis ns. 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária.
e) Conforme Acordão nº 2622/2013-TCU-Plenário, as empresas optantes pelo Simples Nacional devem apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS, discriminados na composição do BDI de suas propostas, compatíveis com as alíquotas a que a empresa está obrigada a recolher (cumulativa ou não cumulativa), previstas no Anexo IV da Lei Complementar n. 123/2006, bem como a composição de encargos sociais sem incluir os gastos relativos às contribuições que essas empresas estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae etc.), conforme dispõe o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar.
f) **Só se fará necessária a apresentação da Planilha de Composição de Custos durante o envio da Proposta de Preços Final (Consolidada), tratada no item 9.7 deste edital.** Nela deverão conter todos os itens e coeficientes de produtividade (quantidade) que compõem cada serviço constante no orçamento apresentado, quais sejam equipamentos, materiais, mão-de-obra e/ou encargos sociais. Deverá ainda ter os preços unitários e totais de cada item da composição, devidamente ajustado para o valor arrematado na licitação.

7.1.1.3 CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO.
a) Deverá conter a distribuição cronológica e dos custos necessários à execução de cada grupo/etapa de serviços, essa última expressa em reais e em percentual de proporção sobre o valor global da proposta.
b) O cronograma não deverá conter prazo superior ao estipulado para a execução dos serviços/obras previsto no Projeto Básico (Anexo I) do edital.
7.1.2. É de inteira responsabilidade da proponente a inclusão dos arquivos os quais possuam compatibilidade com os sistemas operacionais convencionais.

7.2. DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS:
7.2.1. A participação neste certame licitatório dar-se-á pela utilização da senha de acesso individual a plataforma eletrônica "COMPRAS GOV", no site www.compras.gov.br de cada proponente, mediante prévio cadastro da proposta até a data e horário previstos para abertura da sessão do certame.
7.2.2. Nos termos do art. 63, da Lei 14.133/2021, o proponente DEVERÁ, OBRIGATÓRIA E PREVIAMENTE, registrar sua proposta de preços (inicial) na plataforma do "COMPRAS GOV", no site www.compras.gov.br
7.3. Até a abertura da sessão do certame, o proponente poderá livremente retirar, alterar ou substituir a proposta anteriormente cadastrada. **Depois da data e horário de abertura da Sessão, não caberá qualquer alteração ou desistência de proposta.**

7.3.1. Nenhuma proposta comercial ou documentação de habilitação poderá ser encaminhada ao(a) Agente de Contratação por e-mail ou outro meio de comunicação antes do encerramento da etapa competitiva, sob pena de quebra do anonimato da competição e consequente desclassificação.
7.4. Na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo proponente, observado o disposto no caput, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de julgamento.
7.4.1. O proponente deverá consignar diretamente no Sistema, na forma nele disposta, além da descrição sucinta do objeto a ser executado, o valor unitário do item/lote proposto, já inclusas todas as despesas inerentes, tais como: impostos, taxas, fretes, seguros e demais encargos, de qualquer natureza, que se façam indispensáveis à perfeita execução do objeto.
7.4.2. No momento do cadastro da proposta comercial deverá o proponente, realizar as seguintes DECLARAÇÕES ELETRÔNICAS, disponíveis no próprio Sistema (conforme o caso):
a) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de 16 anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal;
b) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
c) que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus ANEXOS, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital;
d) que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
e) que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009;
f) no caso de Microempresa - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e equiparadas, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei;
g) que o objeto será executado por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;
7.4.3. As declarações mencionadas no subitem anterior serão visualizadas pela Pregoeira na fase de habilitação, quando serão anexadas aos autos do processo de contratação juntamente com a documentação de habilitação, não havendo necessidade de envio dos arquivos pelo Sistema "COMPRAS GOV", no site www.compras.gov.br.
7.4.4. A falsidade relativa a qualquer das declarações exigidas no item anterior sujeitará o proponente às sanções administrativas previstas no item 15 deste Edital, sem prejuízo das consequências civis e penais que seu ato ensejar.
7.4.5. Para cadastramento da proposta no Sistema "COMPRAS GOV", no site www.compras.gov.br, o licitante deverá se ater ao critério de julgamento definido ao presente certame, conforme definição no quadro de resumo constante do início deste edital, podendo ser:
7.4.5.1. Para cadastramento da proposta e para a oferta dos lances no sistema "COMPRAS GOV", no site www.compras.gov.br, o licitante deverá se ater ao critério de julgamento definido ao presente certame, conforme definição no quadro de resumo constante do início

deste edital. Ao oferecer proposta e ofertar os lances no "COMPRAS GOV", no site www.compras.gov.br o valor a ser observado pelo fornecedor refere-se ao **PREÇO GLOBAL.**
7.4.6. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá, quando do cadastramento da proposta, parametrizar o seu valor final mínimo e obedecerá às seguintes regras:
7.4.6.1. O intervalo mínimo de diferença de valores que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R$ 100,00 (cem reais) do último lance.
7.4.6.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem anterior.

7.5. PRECAUÇÕES E COMPROMISSOS QUANTO A PROPOSTA DE PREÇOS:
7.5.1. O registro de proposta de preços eletrônica, **final**, vinculada ao presente certame implica, independente de declaração expressa, na(o):
a) aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital e seus ANEXOS;
b) garantia do cumprimento da proposta por prazo mínimo de **60 (sessenta) dias**, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital;
c) compromisso do proponente para com o rigoroso cumprimento das especificações técnicas, prazos e condições fixadas no Projeto Básico (Anexo I);
d) impossibilidade de posterior desistência ou declínio de proposta a partir da data da sessão eletrônica inicial, ou de requerer qualquer acréscimo de custos que deveria ter sido incluído na sua proposta;
e) submissão às sanções administrativas previstas neste Edital e seus ANEXOS;
f) obrigação de participar ativamente do certame (ON-LINE) até a sua conclusão, encaminhando toda a documentação solicitada e/ou prestando as informações e esclarecimentos solicitados pelo(a) Agente de Contratações.
7.5.2. No momento do cadastro ou registro da proposta comercial eletrônica, o proponente deverá atentar para as ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS COMPLETAS DO OBJETO LICITADO, para efeito de formulação da proposta de preços, serão sempre aquelas constantes do Termo de Referência (Anexo I).
7.5.3. Após a abertura da sessão pública eletrônica do presente certame, não cabe em nenhuma hipótese desistência de proposta.

7.6. DOS PREÇOS, CLASSIFICAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA:
7.6.1. O encaminhamento de Proposta de Preços pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital. O proponente será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome na plataforma eletrônica, assumindo como firmes e verdadeiras sua Proposta de Preços e lances.
7.6.2. Por força do Acórdão nº 2546/2015 – TCU Plenário, a existência de erros materiais ou de omissões nas planilhas de custos ou orçamento das licitantes não enseja a desclassificação antecipada das respectivas propostas, cabendo ao(à) Agente de Contratações realizar diligências junto às licitantes para a devida correção das falhas, desde que não seja alterado o valor global proposto. Cabe à licitante suportar o ônus decorrente do seu erro, no caso de a Administração considerar exequível a proposta apresentada.

7.6.3. Os preços constantes da Proposta de Preços do proponente deverão conter apenas 02 (duas) casas decimais após a vírgula em seus valores globais e unitários, inclusive em propostas de adequação, quando for o caso.
7.6.4. Os preços propostos e a proposta de preços em si são de exclusiva responsabilidade do proponente, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro argumento não previsto em lei, salvo nos casos nitidamente verificados e atestados pelo(a) Agente de Contratações que, dentro da situação concreta, poderá agir no sentido de prospectar maior celeridade e eficiência ao julgamento.
7.6.5. Ocorrendo discrepância entre o preço unitário e total, prevalecerá aquele lançado no sistema e utilizado para classificação das Propostas de Preços, devendo o(a) Agente de Contratações proceder às correções necessárias.
7.6.6. Havendo discrepância entre a especificação dos itens do edital e seus ANEXOS e aquelas lançadas no sistema, prevalecerão as especificações do edital e seus ANEXOS.
7.6.7. Na elaboração da Proposta, o preço cotado poderá ultrapassar o valor estimado da presente licitação discriminado no Projeto Básico (Anexo I) deste edital, entretanto, após a disputa de lances, a oferta final deverá atingir preço inferior ou igual ao valor máximo da despesa. Os preços unitários dos serviços que compõem o Orçamento Detalhado também não poderão ser superiores aos valores máximos definidos pela Administração no Projeto Básico (Anexo I) deste edital.
7.6.8. Caso não seja realizada a disputa de lances, a proponente que cotou na proposta o menor preço deverá reduzi-lo a um valor inferior ou igual ao valor estimado pela administração. Nesse contexto, estando a proposta inicial inferior ao estimado, a mesma deverá ser considerada.
7.6.9. O critério de julgamento do processo licitatório será aquele constante da parte específica do procedimento.
7.6.10. Não serão adjudicadas Propostas de Preços com valores superiores aos preços unitários e global estimados para a contratação, os quais se encontram definidos no Projeto Básico deste edital.
7.6.11. O prazo de validade da Proposta de Preços não pode ser inferior a 60 (sessenta) dias consecutivos da sessão de abertura desta licitação. Caso a proponente não informe em sua Proposta de Preços o prazo de validade, será considerado aquele definido neste Edital.
7.6.12. O(A) Agente de Contratações visando o atendimento a ampliação do princípio da competitividade, bem como, munido da utilização do formalismo moderado poderá, dentro da análise de conveniência e oportunidade e ante ao caso concreto, realizar o saneamento de eventuais erros ou divergências constantes das propostas de preços, seja ela inicial ou a final (adequada).

8. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos de habilitação previstos no Termo de Referência serão exigidos apenas do licitante cuja proposta tenha sido aceita na fase de julgamento.
8.1.1. Os documentos exigidos para fins de comprovação da habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderão ser substituídos pelo registro cadastral no SICAF ou no município (CRC).
8.2. Os documentos necessários para comprovar a habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, caso não estejam contemplados ou válidos no SICAF ou no

CRC e a documentação comprobatória de qualificação técnica do licitante exigidos no Termo de Referência deverão ser enviados por meio da opção "Enviar Anexo" do sistema COMPRAS GOV quando solicitados pelo Agente de Contratação.
8.2.1. Os documentos deverão ser apresentados em formato digital, no prazo de até 02 (duas) horas, contados da convocação efetuada pelo Agente de Contratação.
8.2.1.1. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido acima, por igual período, nas seguintes situações:
a) por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo Agente de Contratação;
b) de ofício, a critério do Agente de Contratação, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos.
8.2.2. Os documentos remetidos por meio da opção "Enviar Anexo" do sistema COMPRAS GOV poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada, caso haja dúvida justificada, a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Agente de Contratação.
8.3. A verificação pelo Agente de Contratação em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova para fins de habilitação.
8.4. Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
8.4.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
8.4.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
8.5. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
8.6. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.
8.7. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
8.8. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista dos beneficiários da Lei Complementar n° 123/06 somente será exigida para a adjudicação, e não como condição para participação na licitação.
8.8.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o licitante for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
8.8.2. A prorrogação do prazo previsto acima deverá ser solicitada formalmente, via sistema eletrônico, dentro do prazo inicial de 05 (cinco) dias úteis concedidos para a regularização da documentação fiscal e trabalhista.
8.8.3. A não regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e na legislação, sendo facultado ao Agente de Contratação convocar os licitantes remanescentes, na ordem de

classificação.
8.9. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
8.9.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou do Instrumento Contratual, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
8.10. Comprovada a regularidade da habilitação, o licitante será reputado habilitado e será declarado vencedor.

9 DA SESSÃO PÚBLICA.

9.1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:
9.1.1 A CONCORRÊNCIA será do tipo Eletrônica o qual será realizado em sessão pública por meio da plataforma "COMPRAS GOV" no site www.compras.gov.br, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA (licitações).
9.1.2 Os trabalhos serão conduzidos por servidor da Prefeitura do Município de Guaiúba/CE, Agente de Contratações.
9.1.3 O proponente poderá enviar as informações da Proposta de Preços e Documentos de Habilitação e participar da disputa através da plataforma eletrônica.
9.1.4 A participação na CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do proponente direto ou do representante credenciado e subsequente cadastramento da proposta, exclusivamente por meio da plataforma eletrônica, observados as condições e limites de data e horário estabelecidos neste Edital.
9.1.5 A abertura da sessão pública desta CONCORRÊNCIA, conduzida pelo(a) Agente de Contratações designado(a) ao respectivo procedimento administrativo, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital.
9.1.6 Na hipótese de não haver expediente na data designada para a realização do ato, este será realizado no primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário ou em outra data a ser fixada na plataforma pelo Agente de Contratações.
9.1.7 A comunicação entre o(a) Agente de Contratações e os proponentes ocorrerá EXCLUSIVAMENTE mediante troca de mensagens, em campo próprio da plataforma eletrônica (CHAT), o qual será gerenciado diretamente pelo(a) Agente de Contratações e será integralmente reproduzido na Ata da Sessão Eletrônica.
9.1.8 Cabe ao PROPONENTE acompanhar as operações na plataforma eletrônica COMPRAS GOV, cadastrar a PROPOSTA, registrar os LANCES, anexar a PROPOSTA DE PREÇOS FINAL (CONSOLIDADA), os DOCUMENTOS COMPLEMENTARES, se for o caso, e PRESTAR AS INFORMAÇÕES SOLICITADAS, durante toda a licitação, responsabilizando-se pelos ônus decorrentes de preclusão de direitos, perda de negócios e/ou sanções por descumprimentos de obrigações, diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
9.1.9 A não anexação ou envio da proposta comercial e documentos de habilitação exigidos no Edital (e seus ANEXOS), bem como a não anexação de documentos complementares,

prestação de informações e não pronunciamento em relação à questão suscitada pelo(a) Agente de Contratações, além de possibilitar a oportuna DESCLASSIFICAÇÃO ou INABILITAÇÃO do particular do certame, poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas previstas neste Edital, sem prejuízo de outras responsabilidades civis e penais que seu ato acarretar, nos termos das regras contidas no Capítulo I do Título IV da Lei nº 14.133/2021.

9.1.10 Toda a Sessão Pública será documentada automaticamente pelo sistema na respectiva ATA DA SESSÃO, a qual será gerada e disponibilizada para consulta de todos os interessados por meio da plataforma eletrônica COMPRAS GOV.

9.1.11 Na hipótese de ocorrer desconexão do(a) Agente de Contratações no decorrer da Sessão e a plataforma eletrônica permanecer acessível aos proponentes, os trabalhos continuarão e os lances serão recebidos, sem qualquer prejuízo dos atos realizados.

9.1.12 No caso de a desconexão do(a) Agente de Contratações persistir por tempo superior a DEZ MINUTOS, a Sessão da CONCORRÊNCIA será suspensa automaticamente e terá reinício somente 24h (vinte e quatro horas) após comunicação expressa aos participantes, por meio da plataforma eletrônica no sítio (http:// www.compras.gov.br/).

9.1.13 Cabe ao proponente acompanhar continuamente os documentos, pareceres e atos divulgados ou disponibilizados por meio do Portal de Licitações do TCE/CE.

9.1.14 Havendo necessidade, o(a) Agente de Contratações poderá suspender a Sessão com a devida comunicação prévia via CHAT, como também registrando na plataforma eletrônica COMPRAS GOV a nova data e horário para a sua continuidade.

9.1.15 Em face do horário, poderá o(a) Agente de Contratações estabelecer intervalo para almoço, sem a suspensão da Sessão, mediante comunicação prévia via CHAT.

9.2 <u>DA ABERTURA DAS PROPOSTAS DE PREÇOS:</u>

9.2.1 O(A) Agente de Contratações realizará previamente a sessão eletrônica, a configuração quanto a operacionalização do julgamento na plataforma, informando o período para análise da(s) proposta(s) de preços inicial(is), a quantidade máxima de itens e ou lotes a serem disputados simultaneamente, quando for o caso, dentre outros parâmetros relativos à disputa.

9.2.2 A partir do horário estabelecido no quadro resumo (parte específica do edital) terá início a sessão pública da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, com a abertura e divulgação dos preços das Propostas de Preços iniciais cadastradas, passando o(a) Agente de Contratações a avaliar sua aceitabilidade.

9.3 <u>DA FASE DE LANCES.</u>

9.3.1 A fase de lances poderá ocorrer sob o formato de disputa em modo “aberto” ou “aberto fechado”, conforme assinalado no quadro resumo constante do início do edital, devendo o licitante atentar-se quanto ao formato definido, observando, ainda:

9.3.2 <u>DO MODO DE DISPUTA ABERTO:</u>

9.3.2.1 No modo de disputa “ABERTO”, de que trata este edital, os proponentes apresentarão lances públicos e sucessivos, observados os seguintes procedimentos:

a) A etapa de envio de lances na sessão pública durará DEZ MINUTOS e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos ÚLTIMOS DOIS MINUTOS do período de duração da sessão pública.

b) A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata a alínea anterior, será de DOIS MINUTOS e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.
c) Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nas alíneas "a" e "b" anteriores, a sessão pública será encerrada automaticamente.
d) Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto na alínea "c" anterior, o(a) Agente de Contratações poderá admitir mediante justificativa o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do fomento a disputa ou do melhor preço.

9.3.3 DO MODO DE DISPUTA ABERTO FECHADO:

9.3.3.1 No modo de disputa "ABERTO FECHADO" os proponentes apresentarão lances públicos e sucessivos, com um lance final e fechado, observados os seguintes procedimentos:
a) A disputa terá duração inicial de QUINZE MINUTOS e, após tal prazo, o Sistema encaminhará aviso de fechamento iminente da primeira parte dos lances; após o que transcorrerá um segundo período de tempo de até DEZ MINUTOS, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances;
b) Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até DEZ POR CENTO SUPERIORES àquela possam ofertar UM LANCE FINAL E FECHADO em até CINCO MINUTOS, o qual será SIGILOSO até o encerramento deste prazo;
c) Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas na alínea anterior, poderão os autores dos melhores lances, na ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO, até o máximo de TRÊS, oferecer UM LANCE FINAL E FECHADO em até CINCO MINUTOS, o qual será SIGILOSO até o encerramento deste prazo;
d) Após o término dos prazos estabelecidos nas alíneas anteriores, o Sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores;
e) Não havendo LANCE FINAL E FECHADO classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais proponentes, até o máximo de TRÊS, na ordem de classificação, possam ofertar UM LANCE FINAL E FECHADO em até CINCO MINUTOS, o qual será SIGILOSO até o encerramento deste prazo;
f) Poderá o(a) Agente de Contratações, justificadamente, admitir o REINÍCIO DA ETAPA FECHADA caso nenhum PROPONENTE CLASSIFICADO na etapa de lance fechado atenda às exigências de HABILITAÇÃO.

9.3.4 ORIENTAÇÕES GERAIS SOBRE OS LANCES:

9.3.4.1 Aberta a etapa competitiva, será considerado como primeiro lance a proposta de preços (inicial). Em seguida os proponentes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio da plataforma eletrônica, sendo o proponente imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
9.3.4.2 Para efeito de lances, o proponente deverá considerar o valor unitário do item/lote, conforme o caso.
9.3.4.3 Os proponentes poderão ofertar lances sucessivos, desde que inferiores ao seu último lance registrado no Sistema, ainda que este seja maior que o menor lance já ofertado por outro(s) proponente.

9.3.4.4 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R$ 100,00 (cem reais).
9.3.4.5 Durante a sessão pública de disputa, os proponentes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O Sistema não identificará o autor dos lances ao(à) Agente de Contratações nem aos demais participantes.
9.3.4.6 Aberta a etapa competitiva, os representantes das PROPONENTES deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. É de inteira responsabilidade do proponente se manter conectado ao sistema e acompanhar a fase competitiva.
9.3.4.7 Os lances serão ofertados item a item ou lote a lote, conforme critério de julgamento definido, podendo, contudo, o(a) Agente de Contratações realizar a abertura de mais de um item/lote de forma simultânea.
9.3.4.8 Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
9.3.4.9 Quando o preço do item/lote, conforme o caso, ofertado resultar em um valor que possua mais de 02 (duas) casas decimais, serão consideradas apenas as 02 (duas) primeiras casas decimais (centavos), devendo o(a) Agente de Contratações e o proponente vencedor proceder às adequações de preço necessárias, inclusive por ocasião da entrega Proposta de Preços final (consolidada).
9.3.5 Na hipótese de a plataforma eletrônica desconectar para o(a) Agente de Contratações no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos proponentes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
9.3.6 Quando a desconexão da plataforma eletrônica para o(a) Agente de Contratações persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
9.3.7 Na hipótese dos itens 9.4.5 e 9.4.6, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
9.3.8 Caso o proponente não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.
9.3.9 O Sistema informará a proposta de menor preço ao encerrar a fase de disputa.
9.3.10 Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade de cada proponente, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração posterior.
9.3.11 Durante a etapa de disputa de lances, o(a) Agente de Contratações poderá EXCLUIR qualquer lance cujo valor seja considerado supostamente irrisório ou inexequível, ou até que entenda ter sido lançado erroneamente, cabendo ao sistema o encaminhamento de mensagem automática ao proponente, o qual terá a faculdade de repetir tal lance.

9.4 DIREITO DE PREFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

DIREITOS DE PREFERÊNCIA

9.4.1 Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44, §1º e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação dos critérios estabelecidos no caput do art. 60 da Lei nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021, se não houver proponente que atenda à primeira hipótese.

9.4.2 Em relação às obras/serviços de engenharia não exclusivos a Microempresa - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e equiparadas, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as Microempresa - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e equiparadas participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44, §1º e 45 da LC nº123, de 2006.

9.4.3 Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do item 9.5.1 deste edital, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva. Nessas condições, as propostas de Microempresa - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e equiparadas que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.4.4 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.4.5 Caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais proponentes microempresa, empresa de pequeno porte e equiparada que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.4.6 No caso de equivalência dos valores apresentados pela microempresa, empresa de pequeno porte e equiparados que se encontrem em situação de empate, será realizado sorteio para que se identifique a primeira que poderá apresentar melhor oferta.

9.4.7 Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pela plataforma eletrônica dentre as propostas empatadas.

9.4.8 Na hipótese de nenhum dos proponentes exercerem o direito de preferência nos moldes descritos no subitem anterior, será mantida a ordem classificatória original.

9.4.9 Verificação das condições quanto ao tratamento diferenciado:

9.4.9.1 Como condição prévia à aceitação da proposta, caso o proponente detentor da proposta classificada em primeiro lugar tenha usufruído do tratamento diferenciado previsto nos artigos 44, §1º e 45 da Lei Complementar n° 123, de 2006, o(a) Agente de Contratações poderá consultar o Portal da Transparência do Governo Federal (https://www.portaldatransparencia.gov.br/), seção "Despesas – Gastos Diretos do Governo – Favorecido (pessoas físicas, empresas e outros)", seção "Despesas – Gastos Diretos do Governo – Favorecido (pessoas físicas, empresas e outros)", bem como no Portal da Transparência dos Municípios do Estado do Ceará (http://municipios.tce.ce.gov.br/transparencia/), para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias por ele recebidas, no exercício anterior, extrapola o limite previsto no artigo 3°, inciso II, da Lei Complementar n° 123, de 2006, ou o limite proporcional de que trata o artigo 3°, § 2°, do mesmo diploma, em caso de início de atividade no exercício considerado.

9.4.9.2 Para a microempresa ou empresa de pequeno porte, a consulta também abrangerá o exercício corrente, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias por ela recebidas, até o mês anterior ao da sessão pública da licitação, extrapola os limites acima referidos, acrescidos do percentual de 20% (vinte por cento) de que trata o artigo 3°, §§ 9°-A e 12, da Lei Complementar n°123, de 2006.

9.4.9.3 O Agente de Contratações poderá consultar o PNCP ou os demais portais citados nos subitens anteriores, para verificar se no ano-calendário de realização da licitação, a empresa ainda não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme disposto no Art. 4°, §2°da Lei 14.133/21.

9.4.9.4 Constatada a ocorrência de qualquer das situações que extrapolem o limite legal, o(a) Agente de Contratações indeferirá a aplicação do tratamento diferenciado em favor do proponente, conforme artigo 3°, §§9°, 9°-A,10 e 12, da Lei Complementar n°123, de 2006, com a consequente recusado lance de desempate, sem prejuízo das penalidades incidentes.

CRITÉRIOS DE DESEMPATE

9.4.10 Havendo eventual empate entre propostas ou lances em que ocorra a aplicação dos CRITÉRIOS DE DESEMPATE E DIREITO DE PREFERÊNCIA fixados no art. 60, caput e seu § 1º, da Lei nº 14.133/2021, respectivamente, deverá ser obedecida as seguintes regras:

a) Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

I. disputa final, hipótese em que os proponentes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II. avaliação do desempenho contratual prévio dos proponentes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

III. desenvolvimento pelo proponente de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

IV. desenvolvimento pelo proponente de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

b) Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, às obras e serviços produzidos ou prestados por:

I. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital proponente ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

II. Empresas brasileiras;

III. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

c) As regras previstas nas alíneas acima não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44, §1º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

9.5 DA NEGOCIAÇÃO:

9.5.1 Apurada a proposta/lance classificado em primeiro lugar, o(a) Agente de Contratações poderá encaminhar, pela plataforma eletrônica, contraproposta ao proponente para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

9.5.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais proponentes.

9.5.3 Após a negociação do preço, o(a) Agente de Contratações solicitará a proposta de preços final (consolidada) devidamente escoimada do(s) proponente(s) vencedor(es).

9.6 <u>DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS FINAL (CONSOLIDADA):</u>

9.6.1- Da garantia

A licitante deverá apresentar juntamente com a propostas de preços garantia de manutenção da proposta, correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado da licitação, ou seja, de R$ 42.665,32 (Quarenta e Dois Mil Seiscentos e Sessenta e Cinco Reais e Trinta e Dois Centavos) junto à Prefeitura Municipal de Guaiuba.

Serão aceitas as seguintes modalidades de garantia:

a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da economia.

a.1) No caso de garantia em dinheiro o deposito deverá ser feita na seguinte conta: BANCO DO BRASIL - Agência: 3967-5 Conta Corrente: 133570-7.

b) seguro-garantia reconhecido pela SUSEP; ou

c) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

A garantia de manutenção de proposta será liberada até 10 (dez) dias úteis após esgotadas as fases de habilitação (Documentos de habilitação) ou de classificação (Propostas de Preços), para as empresas inabilitadas ou desclassificadas, ou após a adjudicação, exceto para a vencedora da licitação, que será liberada no mesmo prazo pós a data de assinatura de Contrato, ressalvado o disposto ao neste edital.

9.6.2 Encerrada a fase de lances e ou negociação, depois de declarado aceito o preço proposto quanto ao último lance ou ao valor negociado, o proponente vencedor deverá encaminhar proposta de preços final (consolidada), devidamente assinada por representante legal e responsável técnico habilitado da licitante, com os preços atualizados, no prazo máximo de até **02 (DOIS) DIAS ÚTEIS** contado da solicitação do(a) Agente de Contratações no sistema.

9.6.3 Esse prazo poderá ser estendido e/ou prorrogado a critério do(a) Agente de Contratações ou a pedido da autoridade competente, caso este constate a necessidade de maior tempo para elaboração da proposta de preço adequada.

9.6.4A Proposta de preços final (consolidada) deverá ser apresentada nos mesmos padrões e formalidades exigidas a proposta de preços inicial.

9.6.5A Proposta de Preços final (consolidada) deverá retratar os preços unitários e totais de cada item que compõe o orçamento ao novo valor proposto, atualizados em consonância com o preço obtido após a fase de lance/negociação, podendo.

9.6.6 Caso não seja possível o enquadramento do último valor global ofertado para o Item e ou lote/grupo quando da formulação da proposta de preços final (consolidada), a proponente poderá fazer a devidas adequações, desde que apresente valores inferiores ao seu próprio último valor ofertado.

9.6.7 Na Proposta de Preços Final (Consolidada) se faz necessária a apresentação da Planilha de Composição de Custos com todos os itens e coeficientes de produtividade (quantidade) que compõem cada serviço constante no orçamento apresentado, quais sejam equipamentos, materiais, mão-de-obra e/ou encargos sociais. Deverá ainda ter os preços unitários e totais de cada item da composição, devidamente ajustado para o valor arrematado na licitação.

9.6.8 A proponente deverá evitar que os valores globais extrapolem o número de 02 (duas) casas decimais após a vírgula. Caso isto ocorra, o(a) Agente de Contratações estará autorizado

a adjudicar o objeto realizando arredondamentos a menor no valor cotado.

9.6.9 A qualquer momento, o(a) Agente de Contratações poderá solicitar parecer, consultas, análises e verificações por parte de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Município de Guaiúba ou da autoridade competente para fins de avaliação da conformidade do objeto cotado às especificações técnicas contidas no Projeto Básico.

9.6.10 Será CLASSIFICADA a proposta que atenda satisfatoriamente a todas as exigências fixadas no Edital e seus ANEXOS, bem como cujo objeto proposto esteja tecnicamente conforme com as especificações mínimas exigidas no Projeto Básico (Anexo I).

9.6.11 Se a proposta for DESCLASSIFICADA, o(a) Agente de Contratações examinará a PROPOSTA SUBSEQUENTE, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital e seus ANEXOS, segundo os procedimentos fixados neste edital.

9.6.12 Determinadas informações e formalidades exigidas pelo presente Edital e seus ANEXOS que não afetem a essência da proposta do licitante poderão, a critério do(a) Agente de Contratações ou da Autoridade Competente, mediante despacho fundamentado, ser dispensadas ou até mesmo complementadas via sistema (via CHAT) ou da ferramenta "ENVIAR ANEXO" pelo(a) Agente de Contratações, a qualquer momento durante a fase de julgamento, no sentido de ampliar a competitividade e atingir a finalidade do certame.

9.6.13 No julgamento das propostas, e considerando o interesse público na maior competitividade possível no certame, o(a) Agente de Contratações poderá:

a) Solicitar complementação de informações, documentos e ajustes na proposta escrita para fins de atendimentos das exigências legais e editalícias;

b) Solicitar ajustes aritméticos e/ou de percentuais e valores da planilha de custo e formação de preços para fins de adequação da proposta às exigências legais e editalícias, vedada majoração do valor global proposto;

c) Sanar erros ou falhas que não alterem a substância e nem a validade jurídica das propostas e documentos ANEXOS, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação;

d) Realizar diligências em sítios oficiais e/ou via telefone para fins de complementação de informações acessórias ou que não prejudiquem a segurança da proposta do particular, sendo tudo consignado, via CHAT, na ata dos trabalhos.

9.6.14 Sempre que a proposta não for aceita ou for desclassificada, e antes de o(a) Agente de Contratações passar à análise da subsequente, poderá haver nova verificação automática, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate, previsto nos arts. 44, §1º e 45 da LC nº 123/2006, podendo-se reabrir os procedimentos previstos no item 9.5 deste Edital.

9.6.15 O não atendimento as exigências necessárias quanto a apresentação e formalidades mínimas exigidas para fins de apresentação de proposta de preços final (consolidada) e ou procedimentos afins, implicará na desclassificação da proponente.

9.7 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA:

9.7.1 Da exequibilidade do lance ou proposta de preços:

9.7.1.1 Não ocorrendo situação de recusa com base na hipótese acima, o(a) Agente de Contratações examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

9.7.2 Serão desclassificadas as Propostas de Preços que:

a) contiverem vícios insanáveis;

b) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas neste edital;
c) apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
e) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital, desde que insanável.

9.7.3 A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

9.7.4 A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto na alínea "d" do item 9.8.2 deste edital.

9.7.5 Para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários constantes no Projeto Básico (Anexo I) deste edital, observado o critério de aceitabilidade de preços unitários e global fixados abaixo:

9.7.5.1 Serão consideradas com **sobrepreço** aquela(s) proposta(s) final(is) que apresentar(em), preço unitário ou quantitativo de 01 (um) ou mais itens do orçamento, ou ainda preço global, superior(es) ao(s) fixado(s) no Projeto Básico (Anexo I) deste edital;

9.7.5.2 Serão consideradas **inexequíveis** as propostas finais cujos preços globais forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração ou que apresentem preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando a exequibilidade for comprovada por um dos procedimentos mencionados no item 9.8.6 deste edital, ou se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou a totalidade da remuneração.

9.7.5.3 Nos casos de constatação de sobrepreço, será(ão) convocado(s) o(s) licitante(s) para, no prazo de até 01 (um) dia útil da data da convocação, sanar os sobrepreços encontrados na(s) sua(s) proposta(s), desde que mantido(s) o(s) valor(es) global(is) final(is) da(s) proposta(s), sob pena de desclassificação.

9.7.5.4 Nos casos de constatação de inexequibilidade, será(ão) convocado(s) o(s) licitante(s) para, no prazo de até 02 (dois) dias úteis da data da convocação, comprovar a viabilidade dos preços constantes em sua proposta, conforme parâmetros do item 9.8.6 deste edital, sob pena de desclassificação.

9.7.6 Para efeito de comprovação de exequibilidade das propostas, pode-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:
a) questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;
b) verificação de tabelas referenciais de custos de obras e serviços de engenharia, e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo;
c) verificação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho;
d) levantamento de informações junto aos órgãos públicos competentes;
e) consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;
f) pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;
g) verificação de outros contratos que a proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;

h) pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;
i) verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pela proponente;
j) levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa; Estudos setoriais;
k) consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;
l) análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que a proponente disponha para a execução dos serviços/obras; e/ou
m) demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

9.7.7 Da convocação para apresentação de documentos complementares à proposta de preços:
9.7.7.1 O(A) Agente de Contratações poderá convocar o proponente para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no "chat" prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta.
9.7.7.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo(a) Agente de Contratações, destacam-se os que contenham as comprovações de compatibilidade com o Projeto Básico, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos e manuais.
9.7.7.3 O prazo estabelecido pelo(a) Agente de Contratações poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do proponente, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo(a) Agente de Contratações.
9.7.7.4 Se a proposta de preços final (consolidada) da proponente vencedora for desclassificada, o(a) Agente de Contratações examinará a proposta subsequente, inclusive quanto aos tramites afeitos a negociação, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.
9.7.7.5 Nas obras/serviços de engenharia não exclusivos a Microempresa - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e equiparadas, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Agente de Contratações passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44, §1º e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
9.7.7.6 Também nas hipóteses em que o(a) Agente de Contratações não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o proponente para que seja obtido preço melhor.
9.7.7.7 O(A) Agente de Contratações poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos proponentes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

9.8 <u>DA VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:</u>
9.8.1 Encerrada a etapa de disputa de lances e envio de proposta de preços final (consolidada), o(a) Agente de Contratações verificará o cumprimento das condições de participação, realizando as seguintes consultas/diligências necessárias, a partir da ordem de classificação e apenas em relação à(s) proponentes mais bem classificada(s) por objeto, lote ou item.

a. Consulta Situação do Fornecedor e Relatório de Ocorrências (impedimentos, suspensões, multas, etc.) registrados no Sistema de Emissão de Certificado de Registro Cadastral – CRC ou SICAF;
b. Cadastro Consolidado de Pessoa Jurídica do TCU, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);
c. Consulta ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), mantido pela Receita Federal do Brasil;
d. Consulta ao site do Tribunal Superior do Trabalho para fins de identificação da eventual existência de condenação judicial, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
e. Verificação de que o proponente esteja enquadrado nas situações constantes do item 3.1 deste Edital;
f. Verificação de que o proponente não esteja enquadrado nas situações constantes do item 3.2 deste Edital;
9.8.2 Não cumpridas quaisquer das condições de participação, o(a) Agente de Contratações desclassificará a proposta do proponente, sendo este impedido de prosseguir no certame, por decisão fundamentada, devidamente registrada no campo DESCLASSIFICAÇÃO da plataforma eletrônica COMPRAS GOV.
9.8.3 Escolhida a proposta que melhor atenda aos fins pretendidos, segundo as regras do Edital e seus ANEXOS, o(a) Agente de Contratações passará à verificação das condições de participação e a fase de habilitação.

9.9 DA FASE DE HABILITAÇÃO:
9.9.1 Estando o(s) proponente(s) classificados, o(a) Agente de Contratações o convocará em ordem de classificação, via COMPRAS GOV, para fins de encaminhamento/anexação da DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, por meio da opção "ENVIAR ANEXO", no prazo de até **02 (DUAS) HORAS,** contados a partir da convocação do(a) Agente de Contratações, podendo ser prorrogado a requerimento do interessado e/ou a critério do(a) Agente de Contratações, observadas as regras contidas nos itens 5, 7 e 8 deste Edital.
9.9.2 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

OBSERVAÇÃO: Conforme entendimento firmado pelo TCU, originário do Acórdão nº 2.443/2021 – Plenário, a vedação no art. 64 da Lei 14.133/2021 não alcança documentos destinados a atestar condições de habilitação preexistentes à abertura da sessão pública que não foram anexados ao COMPRAS GOV no momento oportuno, de forma que PODERÁ o(a) Agente de Contratações diligenciar para permitir tal COMPLEMENTAÇÃO DE DOCUMENTOS.

9.9.3 Os documentos necessários a Habilitação do(s) proponente(s) classificado(s) serão os definidos no Termo de Referência (Anexo I).

9.9.4 A verificação será procedida de acordo com o rito estabelecido no item "9.10.1" deste edital.
9.9.5 Será acessado o banco de dados do CRC ou SICAF, para fins de consulta do cadastro do(s) licitante(s) classificado(s) em primeiro lugar, verificando-se a habilitação parcial de cada licitante, sendo impresso o extrato que integrará a documentação de habilitação do(s) licitante(s).
9.9.6 Além da regularidade da documentação já abrangida pelo CRC ou SICAF, serão visualizadas e impressas as declarações eletrônicas para fins de cumprimento do exigido no subitem 7.5.3 deste Edital.
9.9.7 Para fins de julgamento da habilitação, poderá haver a verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões e/ou documentos diversos como forma de provar a autenticidade dos documentos/certidões e regularidade do licitante, ou até para fins de obtenção de certidões e informações, sendo comprovadas nos autos tais diligências.
9.9.8 Caso o licitante não esteja regularmente cadastrado no CRC ou SICAF e esteja com alguma certidão com prazo de validade vencido, poderá o(a) Agente de Contratações e/ou a equipe de apoio realizar diligências eletrônicas diretamente nos sítios oficiais.
9.9.9 O(A) Agente de Contratações poderá solicitar subsídio técnico à unidade técnica Demandante ou ao Órgão Gerenciador do procedimento, bem como, aos setores técnicos especializados, para fins de avaliação da conformidade da documentação de habilitação técnica e qualificação econômico-financeira em relação as exigências contidas no edital (e seus anexos).
9.9.10 Será INABILITADO o licitante que:
a) deixar de encaminhar ou de apresentar quaisquer dos documentos exigidos no anexo I do termo de referência;
b) apresentar CERTIDÃO ou outro documento com prazo de validade vencido;
c) apresentar quaisquer documentos em desacordo com este Edital, inclusive quanto ao previsto no item 9.10.1 deste edital;
d) não contenha em seu ato constitutivo atividade econômica compatível com o objeto da presente licitação;
e) não comprove exigência(s) de habilitação prevista neste Edital e seus anexos.
9.9.11 Sendo o licitante Microempresa - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e equiparadas, não será motivo de INABILITAÇÃO a existência de restrições na sua HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA, sendo observado o seguinte procedimento:
a) será o licitante DECLARADO HABILITADO no certame para fins de posterior regularização, nos termos definidos na Lei Complementar nº 123/2006.
b) será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento da convocação para assinatura do termo de contrato, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões, visando levantar a(s) restrição(ões) identificada(s) na fase de habilitação.
c) a não regularização da situação fiscal no prazo fixado na alínea anterior acarretará na decadência do direito à contratação, sendo facultado à PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUAIÚBA convocar os licitantes remanescentes na ordem de classificação para firmamento do contrato.

9.9.12 No julgamento da habilitação, poderá o(a) Agente de Contratações adotar os procedimentos, diligências e decisões que visem sanar erros ou falhas que não prejudiquem a validade e segurança jurídica da documentação apresentada.

9.10 <u>DA FASE DE RECURSOS:</u>

9.10.1 Declarado o(s) vencedor(es), o(a) Agente de Contratações abrirá prazo mínimo de **30 (trinta) minutos**, durante esse período qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua INTENÇÃO DE RECORRER com registro da síntese de suas razões, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por qual(is) motivo(s).

9.10.2 O RECURSO ADMINISTRATIVO poderá atacar qualquer ato decisório ou procedimento adotado pelo(a) Agente de Contratações ou pela autoridade competente a qual resultou em deliberação ao julgamento, durante todo o certame, não sendo meio adequado para impugnar regras do edital e seus anexos.

9.10.3 Havendo registro de INTENÇÃO DE RECURSO, o(a) Agente de Contratações fará JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE da intenção de recorrer manifestada, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema, em razão da não observância dos pressupostos recursais de admissibilidade.

9.10.4 Será rejeitada a INTENÇÃO DE RECURSO de caráter protelatório que:

a) seja registrada por quem não tenha legítimo interesse;

b) seja intempestiva;

c) não ataque ato decisório ou procedimental praticado pelo(a) Agente de Contratações no certame; e/ou

d) seja fundamentada em mera insatisfação do licitante, sem que haja a explícita alegação de qualquer fato prejudicial ao mesmo ou que tenha ocorrido alfo em desconformidade com o presente Edital e/ou com a legislação vigente.

9.10.5 A recorrente que tiver sua intenção de recurso aceita, terá o prazo de até **03 (três) dias úteis** para apresentar os memoriais contendo as razões recursais, obrigatoriamente por meio de registro no sistema e, havendo imagens, ilustrações e demais informações não suportadas pela plataforma, também deverão ser enviados via e-mail constante no quadro resumo deste edital, ficando as demais licitantes, desde logo o protocolo na Plataforma COMPRAS GOV, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema. Havendo imagens, ilustrações e demais informações NÃO SUPORTADAS PELA PLATAFORMA, estas deverão ser enviados via e-mail constante do quadro resumo deste edital, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

9.10.6 Para justificar sua intenção de recorrer e fundamentar suas razões ou contrarrazões de recurso, o licitante interessado poderá solicitar vistas dos autos ou consultar as informações do certame disponíveis na própria plataforma eletrônica COMPRAS GOV.

9.10.7 Decorridos os prazos de apresentação de razões e contrarrazões, o(a) Agente de Contratações deverá analisar fundamentadamente os fatos e fundamentos arguidos pelo(s) recorrente(s), podendo, em sede de juízo de retratação:

a) reconsiderar, total ou parcialmente, a decisão recorrida, reformando-a; ou,

b) manter inalterada a decisão recorrida.

c) baixar em diligência os autos para fins de pronunciamento, solicitar informações, parecer técnicos ou demais informações da área técnica interessada/responsável e/ou jurídico para

fins de proclamação de decisão, sobretudo quando o mérito recursal não versar sobre ato, decisão ou incumbência as quais não são de competência do(a) Agente de Contratações.

9.10.8 Caso não haja a reconsideração total do ato ou decisão adotada, os memoriais de razões recursais deverão ser submetidos, depois de devidamente instruído pelo(a) Agente de Contratações, à análise hierárquica superior para fins de decisão final, podendo a autoridade competente do procedimento:

a) decidir de pronto o mérito do recurso, segundo os documentos e informações contidas nos autos, como também os fundamentos da decisão do(a) Agente de Contratações.

b) determinar prévia emissão de parecer da área técnica interessada e/ou jurídico para fins de decisão.

9.10.9 A não apresentação das razões referente à intenção de recurso registrada no sistema no prazo legal importa preclusão do direito de recurso, possibilitando, portanto, a adjudicação do objeto e homologação do certame.

9.10.10 A critério do(a) Agente de Contratações ou da autoridade superior, e considerando eventuais indícios de ilegalidades ou irregularidades no julgamento do certame apontados na própria intenção de recurso, poderá haver a análise de mérito do recurso independente da apresentação das respectivas razões (ou de sua apresentação fora do prazo legal), como mero exercício do direito constitucional de petição (art. 5º, XXXIV, "a", CRFB/1988).

9.10.11 Não cabe recurso adesivo por ocasião do exercício do direito de contrarrazoar.

9.10.12 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento, sendo reaberta a Sessão Pública para fins de prosseguimento do certame e explanação dos atos decorrentes da decisão.

9.10.13 No caso de licitações com julgamento por item e/ou por grupo/lote, a aceitação de intenção de recurso apenas suspenderá a tramitação do processo licitatório em relação ao(s) item(ns)/grupo/lote(s) recorrido(s), inclusive quanto ao prazo de validade da proposta, o qual somente recomeçará a contar quando da decisão final da autoridade competente, sendo realizado o encerramento da sessão e adjudicação do objeto pelo(a) Agente de Contratações em face dos demais itens/grupos do objeto da licitação, através de adjudicação ou homologação parcial.

9.11 <u>SUSPENSÃO E REABERTURA DA SESSÃO:</u>

9.11.1 À(o) Agente de Contratações é facultado, a qualquer momento, suspender a sessão mediante motivo devidamente justificado e marcar seu prosseguimento para outra ocasião, fazendo constar esta decisão na plataforma eletrônica. Neste caso, a sessão terá continuidade a qualquer dia e hora, ficando a cargo do(a) Agente de Contratações realizar o devido agendamento prévio na plataforma do sistema COMPRAS GOV.

9.11.2 O(A) Agente de Contratações, a qualquer tempo, na análise das propostas de preços e seus ANEXOS, e dos documentos de habilitação, poderá solicitar outros documentos, pareceres técnicos e/ou suspender a sessão para realizar diligência a fim de obter melhores subsídios para as suas decisões. Neste caso, a sessão da CONCORRÊNCIA na forma eletrônica será suspensa e será reiniciada somente decorrida **24h (vinte e quatro horas)** após a comunicação do prosseguimento aos participantes, a qual serão informados na plataforma do sistema COMPRAS GOV.

9.11.3 A Sessão Pública poderá ser REABERTA, em prazo não inferior a **24h (vinte e quatro horas)**, em relação ao(s) ITEM(NS), GRUPO/LOTE(S) e/ou TOTALIDADE do objeto que apresente os seguintes eventos, observada sempre a ordem classificatória da fase de lances:

a) Julgamento favorável em sede de recurso administrativo que leve à anulação de atos da fase preparatória ou da própria Sessão Pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;
b) Constatado erro/impropriedade na aceitação e julgamento da proposta, ou no julgamento da habilitação, o certame restará retroagido aos procedimentos imediatamente anteriores ao instante do erro/impropriedade declarada;
c) Licitante declarado vencedor que não assinar o instrumento contratual, sendo o certame retomado da fase de aceitação e julgamento das propostas;
d) Microempresa - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e equiparadas com restrição da habilitação fiscal, social e trabalhista que, vencedora do certame, não comprove tal regularidade no prazo fixado neste Edital, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, sendo reiniciados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances;
e) Licitante vencedor que não mantenha as condições de participação e de habilitação até o momento da assinatura do instrumento contratual, sendo reiniciados os procedimentos de aceitação e julgamento das propostas.
9.11.4 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a Sessão reaberta, sendo devidamente registrados na plataforma eletrônica COMPRAS GOV a data e hora de tal reabertura, observados os seguintes meios:
a) A convocação se dará por meio da plataforma eletrônica COMPRAS GOV ("CHAT" ou evento de reabertura) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório;
b) A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados cadastrais contidos no CRC ou SICAF, sendo responsabilidade do licitante mantê-los atualizados; e,
c) A convocação para reabertura também será divulgada com antecedência por meio do Quadro de avisos e Portal de Licitações do TCE/CE, cabendo ao licitante acompanhar as informações e publicações contidas naquele canal de acesso.
9.11.5 A Sessão Pública reaberta será composta de todos os procedimentos e regras de processamento fixadas neste Edital, a depender apenas da fase em que os trabalhos serão retomados.

9.12 ENCERRAMENTO DA SESSÃO:
9.12.1 Da sessão da CONCORRÊNCIA será lavrada ata circunstanciada, que mencionará os proponentes participantes, as Propostas de Preços e lances verbais sucessivos, na ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos, devendo ser a mesma assinada, ao final, pelo(a) Agente de Contratações e sua Equipe de Apoio, quando houver.
9.12.2 Ao final da sessão, caso não haja intenção de interposição de recurso e o preço final seja compatível com os preços de mercado previstos para a contratação, será feita pela autoridade competente a adjudicação do objeto desta licitação ao proponente declarado vencedor do certame e encerrada a reunião, após o que, o processo, devidamente instruído, será encaminhado:
a) Para as publicações quanto resultados do certame, instrução do feito e deliberações quanto aos proclames de julgamento;
b) À Procuradoria Jurídica do Município, para fins de análise e parecer jurídico;
c) E depois à(s) autoridades(s) competentes para homologação e subsequente formalização de Contrato(s).

10 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

10.1 Ultrapassada a fase de recursos administrativos, o(a) Agente de Contratações encerrará a sessão encaminhando os autos para a autoridade competente a qual adjudicará e homologará o objeto ao(s) licitante(s) cuja(s) proposta(s) for(em) considerada(s) vencedora(s) do certame.
10.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente poderá:
a) Adjudicar e homologar o certame para produção de todos os efeitos de fato e de direito previstos na legislação;
b) Anular o certame, total ou parcialmente, em razão de ilegalidade, determinando o aproveitamento dos atos não viciados; ou,
c) Revogar o certame, total ou parcialmente, por razões de conveniência e oportunidade, à luz do interesse público primário tutelado.
10.3 A adjudicação e ou a homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
10.4 Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital, da data de abertura das propostas, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

11 DA(S) DOTAÇÃO(ÕES) ORÇAMENTÁRIA(S)

11.1 As despesas decorrentes da contratação objeto do presente edital e estimadas no valor global de **R$ 4.266.532,25 (quatro milhões duzentos e sessenta e seis mil quinhentos e trinta e dois reais e vinte e cinco centavos)**, conforme Projeto Básico, correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento vigente da **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUAIÚBA,** através do **órgão ou entidade promotora da licitação**, na seguinte Previsão Orçamentária:

ÓRGÃO	09 Secretaria de Infraestrutura e Habitação
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	0901 Secretaria de Infraestrutura e Habitação
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	25 752 0025 1.056 - Ampliação e Modernização de rede de distribuição de energia elétrica
ELEMENTO DE DESPESA	4.4.90.51.00 – Obras e instalações
FONTE DE RECURSO	1500000000

12 DA CONVOCAÇÃO DE REMANESCENTES:

12.1 Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração de contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.
12.2 A convocação se dará, respeitando-se a ordem de classificação do certame e após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovação dos requisitos de habilitação do remanescente.

12.3 Caso nenhum dos licitantes aceite a contratação nos termos do item 12.1 deste edital, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:
a) Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário.
b) Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
12.4 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
12.5 A recusa injustificada ou a carência de justo motivo por parte da vencedora, passível de análise pela Administração, em não formalizar o termo de contrato, no prazo estabelecido, sujeitará a Proponente à aplicação das penalidades previstas neste Edital.
12.5.1 A regra do item 12.5 deste edital não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma da alínea "a" do item 12.3 deste edital.
12.6 Os proponentes além das obrigações resultantes da observância da Lei Federal n.º 14.133/2021 de 1º de abril de 2021 e das normas que Regulamentam a Lei Federal de Licitações e Contratos no Âmbito da PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUAIÚBA, deverão obedecer às disposições e obrigações específicas elencadas no termo contratual (Anexo III do edital).

13 DA FORMALIZAÇÃO DAS CONTRATAÇÕES

13.1 **DO INSTRUMENTO CONTRATUAL:**
13.2 O(s) adjudicatário(s) poderá(ão) ser convocado(s) para comparecer perante o órgão ou entidade demandante para firmar termo(s) contratual(is).
13.3 A Administração convocará o(s) adjudicatário(s) para assinatura do(s) contrato(s), mediante correspondência por meio eletrônico ou nos mesmos meios em que se deu o aviso da Concorrência Eletrônica, para que seja assinado no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da data de seu recebimento da convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
13.4 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
13.5 O prazo de vigência da contratação será aquele estipulado no próprio instrumento contratual e observará, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
13.6 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto, deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
13.7 Incumbirá à Administração providenciar a publicação dos contratos nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021.

14 DO PAGAMENTO E DEMAIS CONDIÇÕES DO OBJETO

14.1 As condições de pagamento, obrigações, detalhamentos e demais especificidades quanto ao objeto e não abordados na parte geral desse edital, serão aquelas constantes do Projeto Básico e seus anexos.

15 DAS SANÇÕES

15.1 Ficarão sujeitos às penalidades previstas na Lei n.º 12.846/2013 aqueles que cometerem atos lesivos à administração pública, assim definidos, no tocante a licitações e contratos:
a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.
15.2 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o licitante/adjudicatário que, com dolo ou culpa:
a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) Agente de Contratações durante o certame;
b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
b.1) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
b.2) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
b.3) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
b.4) apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;
c) não celebrar contrato ou não entregar a documentação exigida para a assinatura de tais instrumentos, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
d) recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
e) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
f) fraudar a licitação;
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
g.1) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
g.2) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
g.3) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e/ou
g.4) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

15.3 Nos termos dos arts. 155, 156 e 162 da Lei 14.133/2021 e das disposições constantes do Projeto Básico, após regular Procedimento Administrativo de Apuração de Responsabilidade - PAAR, serão apenadas de acordo com a seguinte dosimetria, sem prejuízo das multas eventualmente previstas no Projeto Básico e das demais penalidades legais, assegurado a prévia e ampla defesa:

Ocorrência	Penalidade
a) Dar causa a inexecução parcial do objeto.	Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave
b) Dar causa à inexecução parcial do objeto que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave
c) Dar causa à inexecução total do objeto.	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 1 um) ano a 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
d) Deixar de entregar documentação exigida para o certame.	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 1 mês a 6 meses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
e) Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 2 (dois) meses a 1 (um) ano, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 3 (três) meses a 2 (dois) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
g) Ensejar o retardamento da execução do objeto ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 3 (três) meses a 1 (um) ano e 6 (seis) meses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do objeto	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos
i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do objeto	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos
j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos
k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos
l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos.

15.4 Nas condutas previstas nas letras "b", "c", "d", "e", "f" e "g" do item 15.3, quando justificada a imposição de penalidade mais grave, será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

15.5 PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO: As sanções serão aplicadas após regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

15.6 Para todo ato inconveniente ou ilícito que tenha indício de causar dano ou prejuízo a Administração Pública ou ao erário deverá inaugurar um procedimento administrativo de apuração dos fatos. Os casos ocorridos durante os procedimentos de contratação serão

comunicados oficialmente e formalmente pelo(a) Agente de Contratações ou por qualquer outro servidor ao qual presencie o cometimento do ato, o qual devem ser reportados à Assessoria Jurídica da Comissão Central de Licitação e Pregões para a devida apuração.

15.7 As penalidades somente deixarão de ser aplicadas mediante comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obrigação e/ou manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis à Administração.

15.8 Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado a apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções à proponente, em decorrência de conduta vedada nesta CONCORRÊNCIA, as comunicações à proponente serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico ("e-mail") declarado ou apresentado nos documentos do processo.

15.9 A proponente deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado junto ao CRC ou SICAF e confirmar o recebimento das mensagens provenientes do Município de Guaiúba/CE, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

15.10 Quando a ação ou omissão ensejar a prática de mais de uma infração, será aplicada a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de 1/3 até metade, justificadamente, em decorrência da gravidade da conduta.

15.11 A penalidade resultante da aplicação do item anterior não poderá ser maior do que as penalidades consideradas cumulativamente.

15.12 O cometimento reiterado de atrasos injustificados dos prazos previstos para a execução do objeto poderá resultar em rescisão contratual.

15.13 Será considerado em estado de reiterado cometimento de atrasos dos prazos o Fornecedor que incorrer no terceiro atraso injustificado, ao longo da vigência do contrato.

15.14 A multa, calculada na forma do Anexo I - Projeto Básico, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei n. 14.133/2021.

15.15 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao Fornecedor, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.16 Se a garantia contratual exigida for prestada por seguradora, essa será notificada da abertura de processo de apuração de responsabilidade do qual possa resultar na aplicação da penalidade de multa ao Fornecedor.

15.17 O licitante ou o Adjudicatário será notificado para apresentar defesa prévia no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da notificação. Da decisão que aplicar as sanções de advertência, multas e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso administrativo no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação do ato.

15.18 A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15.19 A aplicação das sanções previstas de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, cumuladas ou não com multa, requererá a instauração de Procedimento Administrativo de Apuração de Responsabilidade - PAAR, a ser conduzido por comissão composta de no mínimo 2 (dois) servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o fornecedor para, no prazo de 15

(quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.20 Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o Fornecedor poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 dias úteis, contado da data da intimação.

15.21 Serão indeferidas pela Comissão de PAR, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

15.22 A prescrição da pretensão de aplicação das sanções ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será interrompida e suspensa na forma da Lei.

15.23 Excepcionalmente, desde que justificado pelo gestor do contrato, no Procedimento Administrativo de Apuração de Responsabilidade - PAAR, o município poderá, ad cautelam, efetuar a retenção do valor da multa presumida, em conformidade com o instrumento convocatório, Projeto Básico, ou Termo Contratual, e instaurar de imediato o procedimento administrativo para apuração de responsabilidade por descumprimento, que deverá ter tramitação prioritária.

15.24 Todas as penalidades serão registradas, para efeito de publicidade, no CRC ou SICAF, no cadastro Consolidado de Pessoa Jurídica do TCU, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas (CEIS), no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) e demais sistemas internos, no prazo máximo de 15 dias úteis, contado da data de aplicação da sanção.

15.25 No caso de provimento do recurso ou de reconsideração da decisão, os autos serão remetidos à Secretaria de Finanças para devolução ao fornecedor dos valores eventualmente retidos.

15.26 Os instrumentos de requerimentos, de defesas prévias e de recursos eventualmente interpostos pelos licitantes, adjudicatários e/ou por quaisquer interessados deverão ser instruídos com os documentos hábeis à prova das alegações neles contidas. Referidos documentos probatórios deverão ser apresentados em suas versões originais e/ou em versões conferidas com o original por servidores da Administração Pública, sob pena de, a critério exclusivo do município, não serem avaliados. Caso o fornecimento de cópias de documentos seja requerido ao município, as despesas correspondentes deverão ser ressarcidas previamente, em Documento de Arrecadação Municipal - DAM.

16 FRAUDE E CORRUPÇÃO

16.1 As proponentes deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório e a execução do contrato, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira. Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) “prática conluiada”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre duas ou mais proponentes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às

pessoas ou sua propriedade, visando a influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
e) "prática obstrutiva":
(1) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista neste subitem;
(2) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.
16.2 A contratante, garantida a prévia defesa, aplicará as sanções administrativas pertinentes, previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, se comprovar o envolvimento de representante da empresa ou da pessoa física contratada em práticas corruptas, fraudulentas, conluiadas ou coercitivas, no decorrer da licitação ou na execução do contrato financiado por organismo financeiro multilateral, sem prejuízo das demais medidas administrativas, criminais e cíveis.

17 DOS ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES, DILIGÊNCIAS, REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

DAS SOLICITAÇÕES DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÕES

17.1 Qualquer pessoa física ou jurídica poderá, no prazo de até **03 (três) dias úteis** antes da data fixada para recebimento das Propostas de Preços, solicitar esclarecimento e ou impugnar o ato convocatório desta CONCORRÊNCIA.
17.2 Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração aquele que não o fizer dentro do prazo fixado neste subitem, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.
17.3 Impugnação feita tempestivamente pelo proponente não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.
17.4 Somente serão aceitas solicitações de esclarecimentos, providências ou impugnações mediante petição confeccionada em máquina datilográfica ou impressora eletrônica, em tinta não lavável, bem como, da apresentação de documentos comprobatórios a demandante, desde que devidamente protocolados via e-mail informado no quadro de resumo deste edital, que preencham os seguintes requisitos:
17.4.1 O endereçamento o(a) Agente de Contratações da Prefeitura do Município de Guaiúba;
17.4.2 A identificação precisa e completa do autor e seu representante legal (acompanhado dos documentos comprobatórios) se for o caso, contendo o nome, prenome, estado civil, profissão, domicílio, número do documento de identificação, devidamente datada e assinada dentro do prazo editalício;
17.4.3 O fato e o fundamento jurídico de seu pedido, indicando quais os itens ou subitens, do edital, discutidos;
17.4.4 O pedido, com suas especificações;
17.5 A proponente deverá juntar cópia do ato constitutivo, bem como, documento de identificação (com foto) válido na forma da Lei do responsável legal pela mesma e, ainda, deverá apresentar prova de mandato, se for o caso.
17.6 O(a) Agente de Contratações poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

17.6.1 Caberá o(a) Agente de Contratações decidir e divulgar em sítio eletrônico oficial no prazo de até **3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
17.6.2 A resposta do Município de Guaiúba - CE será disponibilizada a todos os interessados mediante afixação de cópia da íntegra do ato proferido pela Administração no sítio virtual: https://municipios-licitacoes.tce.ce.gov.br/.
17.6.3 O aditamento prevalecerá sempre em relação ao que for aditado.
17.6.4 Acolhida a petição de impugnação contra o ato convocatório que importe em modificação dos termos do edital será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das Propostas de Preços.
17.6.5 Qualquer modificação neste edital será divulgada pela mesma forma que se deu ao texto original.

DILIGÊNCIA, REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

17.7 DILIGÊNCIA: Em qualquer fase do procedimento licitatório, o(a) Agente de Contratações ou a autoridade superior, poderá promover diligências no sentido de obter esclarecimentos, confirmar informações ou permitir sejam sanadas falhas formais de documentação que complementem a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da Proposta ou da Habilitação, fixando o prazo para a resposta.
17.7.1 Os proponentes notificados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo(a) Agente de Contratações, sob pena de desclassificação/inabilitação.

17.8 REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO: A autoridade competente para homologar o procedimento licitatório poderá revogá-lo somente em razão do interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a revogação, e deverá anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, por meio de ato escrito e fundamentado.
17.9 Em caso de revogação ou anulação do certame, será assegurado o prazo recursal previsto no art. 165, I, alínea "d" da Lei nº 14.133/21.

18 DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 As normas que disciplinam esta CONCORRÊNCIA Eletrônica serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, atendidos o interesse público, sem comprometimento da segurança e do regular funcionamento da administração.
18.2 Os casos omissos poderão ser resolvidos pelo(a) Agente de Contratações durante a sessão e pela(s) autoridade(s) competente(s), em outros casos, mediante aplicação da Lei n.º 14.133/2021 de 1º de abril de 2021.
18.3 Nenhuma indenização será devida às proponentes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente edital, nem em relação às expectativas de contratações dela decorrentes.

18.4 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, exclui-se o dia de início de contagem e inclui-se o dia do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal no Município, exceto quando for expressamente estabelecido em contrário.

18.5 Os avisos de prosseguimento das sessões, a decisão sobre os recursos interpostos, a Anulação ou revogação serão feitos aos interessados mediante publicação no site oficial e no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Guaiúba/CE, conforme disposto na Lei Orgânica do Município e no "chat" do portal de compras "COMPRAS GOV" http:// www.compras.gov.br//.

18.6 Quaisquer informações poderão ser obtidas das 08:00h às 12:00h, na sede do Setor de Licitação da Prefeitura de Guaiuba/Ce, situada na Rua Pedro Agusto, Nº 53, Centro – Guaiuba/CE, CEP: 61.890-000.

18.7 O referido edital e seus ANEXOS estão disponíveis nos seguintes sítios virtuais: http:// www.compras.gov.br//https://guaiuba.ce.gov.br/ ou https://municipios-licitacoes.tce.ce.gov.br/ nos termos da IN 04/2015-TCM/CE.

18.8 Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente edital será competente o Foro da Comarca de GUAIÚBA - CE.

Guaiúba, CE, 08 de junho de 2026.

_____

JOSÉ WELLINGTON DE MELO GONÇALVES JÚNIOR
SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA E HABITAÇÃO

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS

1. OBJETO

1.1 **PRÉ-QUALIFICAÇÃO VISANDO À AMPLIAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E EFICIENTIZAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE GUAIÚBA/CE – MAPP 677**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.
1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço e obra.
1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados no anexo do Projeto Básico.
1.4. O contrato terá vigência pelo período de 12 (doze) meses.
1.5. O regime de execução do contrato será o de empreitada por preço unitário.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

A iluminação pública é um serviço essencial à população, diretamente relacionado à segurança pública, à mobilidade urbana, ao bem-estar social e ao desenvolvimento econômico do Município. No Município de Guaiúba/CE, parte significativa do parque de iluminação encontra-se defasada, com luminárias obsoletas, elevado consumo de energia elétrica, frequentes falhas operacionais e custos crescentes de manutenção, o que compromete a eficiência do serviço prestado à coletividade.

Justifica-se a contratação de empresa especializada para a ampliação, modernização e eficientização da iluminação pública do Município de Guaiúba/CE, como medida necessária e estratégica para assegurar a prestação de um serviço público eficiente, seguro, sustentável e em consonância com as necessidades da população e com os objetivos estabelecidos no MAPP 677.

3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A contratação de pessoa jurídica para a prestação dos serviços, objeto deste Projeto Básico deverá obedecer às pertinentes normas, critérios e parâmetros técnicos de qualidade estabelecidos na composição do competente Edital, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, e os dispositivos da legislação complementar pertinente, bem como pelos preceitos de direito público e privado e, supletivamente, pelos princípios da teoria geral dos contratos.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A descrição da solução está descrita no Estudo Técnico Preliminar

5. CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO E FORMA DE SELEÇÃO DA CONTRATADA

5.1. Trata-se de serviço comum de engenharia, além de obras a serem contratados mediante licitação, na modalidade concorrência tipo menor preço.
5.2. A execução do Contrato não gerará vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

6.1. A CONTRATADA estará obrigada a satisfazer os requisitos e atender a todas as exigências e condições a seguir estabelecidas:

a) Recrutar pessoal habilitado e com experiência comprovada fornecendo ao CONTRATANTE relação nominal dos profissionais, contendo identidade e atribuição/especificação técnica;
b) Executar os serviços através de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou falta que venham a cometer no desempenho de suas funções, podendo a CONTRATANTE solicitar a substituição daqueles cuja conduta seja julgada inconveniente;
c) Substituir os profissionais nos casos de impedimentos fortuitos, de maneira que não se prejudiquem o bom andamento e a boa prestação dos serviços;
d) Facilitar a ação da FISCALIZAÇÃO na inspeção da execução dos serviços, prestando, prontamente, os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE;
e) Responder perante a CONTRATANTE, mesmo no caso de ausência ou omissão da FISCALIZAÇÃO, indenizando a devidamente por quaisquer atos ou fatos lesivos aos seus interesses, que possam interferir na execução do Contrato, quer sejam eles praticados por empregados, prepostos ou mandatários seus. A responsabilidade se estenderá a danos causados a terceiros, devendo a CONTRATADA adotar medidas preventivas contra esses danos, com fiel observância das normas emanadas das autoridades competentes e das disposições legais vigentes;
f) Responder, perante as leis vigentes, pelo sigilo dos documentos manuseados, sendo que a CONTRATADA não deverá, mesmo após o término do Contrato, sem consentimento prévio por escrito do CONTRATANTE, fazer uso de quaisquer documentos ou informações especificadas no parágrafo anterior, a não ser para fins de execução do Contrato;
g) Pagar seus empregados no prazo previsto em lei, sendo também de sua responsabilidade o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados inclusive as contribuições previdenciárias fiscais e parafiscais, FGTS, PIS, emolumentos, seguros de acidentes de trabalho etc, ficando excluída qualquer solidariedade do CONTRATANTE por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais uma vez que a inadimplência da CONTRATADA, com referência às suas obrigações, não se transfere ao CONTRATANTE;
h) Disponibilizar, a qualquer tempo, toda documentação referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto do Contrato;
i) Responder pecuniariamente por todos os danos e/ou prejuízos que forem causados à União, Estado, município ou terceiros decorrentes da prestação de serviços;
j) Respeitar as Normas de Segurança e Medicina do Trabalho, previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e legislação pertinente;
k) Responsabilizar se pela adoção das medidas necessárias à proteção ambiental e às precauções para evitar a ocorrência de danos ao meio ambiente e a terceiros, observando o disposto na legislação federal, estadual e municipal em vigor, inclusive a Lei nº 9.605, publicada no D.O.U. de 13/02/98;
l) Responsabilizar se perante aos órgãos e representantes do Poder Público e terceiros por eventuais danos ao meio ambiente causados por ação ou omissão sua, de seus empregados, prepostos ou contratados;
m) Manter durante toda a execução dos serviços, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
n) Manter nos locais dos serviços um "Livro de Ocorrências", onde serão registrados o andamento dos serviços e os fatos relativos às recomendações da FISCALIZAÇÃO. Os registros feitos receberão o visto da CONTRATADA e da FISCALIZAÇÃO;

o) Colocar no local de execução dos serviços como residente um Engenheiro com experiência comprovada em execução de serviços semelhantes aos licitados, inclusive para que sejam emitidas as respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica ART's, devendo seu nome ser submetido à aprovação da CONTRATANTE, após a assinatura do Contrato.
6.2. A CONTRATADA estará obrigada a satisfazer das condições especiais da prestação dos serviços e atender a todas as exigências e condições a seguir estabelecidas:
a) Prestar os serviços de acordo com os Projetos básicos e seus complementos;
b) Atender às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e demais normas internacionais pertinentes ao objeto contratado;
c) Responsabilizar se pela conformidade, adequação, desempenho e qualidade dos serviços e bens, bem como de cada material, matéria prima ou componente individualmente considerado, mesmo que não sejam de sua fabricação, garantindo seu perfeito desempenho;
d) Apresentar, caso a CONTRATADA seja obrigada pela legislação pertinente, antes da 1ª (primeira) medição, cronograma e descrição da implantação das medidas preventivas definidas no Programa de Gerenciamento de Riscos PGR, Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional PCMSO e seus respectivos responsáveis, sob pena de retardar o processo de pagamento;
e) Registrar o Contrato decorrente desta licitação no CREA, na forma da Lei, e apresentar o comprovante de "Anotação de Responsabilidade Técnica" correspondente antes da apresentação da primeira fatura, perante a CONTRATANTE, sob pena de retardar o processo de pagamento;
f) Registrar o Contrato decorrente desta licitação junto ao INSS, e apresentar a matrícula correspondente antes da apresentação da primeira fatura, perante a CONTRATANTE, sob pena de retardar o processo de pagamento;
g) Fornecer toda e qualquer documentação, cálculo estrutural, projetos, etc., produzidos durante a execução do objeto do Contrato, de forma convencional e em meio digital;
h) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até os limites previstos em lei.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
7.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
7.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
7.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço;
7.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada;
7.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
7.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto;
7.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

7.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
7.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
7.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
7.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
7.9. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
7.10. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
7.11. Exigir da Contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:
7.12. "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;
7.13. a reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante no art. 119 da Lei nº 14.133/21 e no art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Executar o contrato conforme especificações deste Projeto Básico e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Projeto Básico e em sua proposta;
8.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços/obras efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
8.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
8.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos do objeto a ser executado, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
8.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante;
8.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
8.7. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
8.8. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

8.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
8.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
8.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
8.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Projeto Básico, no prazo determinado.
8.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
8.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
8.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
8.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
8.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
8.18. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
8.19. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
8.20. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Projeto Básico;
8.21. Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;
8.22. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitários, elétricas e de comunicação.
8.23. Providenciar junto ao CREA as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis n. 6.496/77);
8.24. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
8.25. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados,

registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.
8.26. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Projeto Básico e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
8.27. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.
8.28. Aceitar a rescisão do contrato por ato unilateral e escrito da contratante e a aplicação das penalidades cabíveis para os casos do não pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas, bem como pelo não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em relação aos empregados da contratada que efetivamente participarem da execução do contrato;
8.29. Reconhecer sua responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;
8.30. Apresentar a comprovação, conforme solicitado pela contratada, do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, em relação aos empregados;

9. SUBCONTRATAÇÃO

9.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, na seguinte condição:
9.1.1. É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação.
9.2. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
9.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

10. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais Fiscais de Contrato, especialmente designados, na forma do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.
11.2. O Fiscal de Contrato deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e

controle da execução dos serviços e do contrato.
11.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Projeto Básico.
11.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no artigo 125 da Lei nº 14.133, de 2021.
11.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Projeto Básico, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
11.6. O Fiscal de Contrato deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.
11.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto no artigo 155, incisos I, II e III da Lei nº 14.133, de 2021.
11.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
11.9. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
11.10. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
11.11. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
11.12. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
11.13. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
11.14. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
11.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da

CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021

12. RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

12.1. O objeto desta Licitação será recebido:

a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, em até 15 (quinze) dias da comunicação da CONTRATADA;

b) Definitivamente, pela equipe ou comissão técnica, designada pelo CONTRATANTE, mediante Termo de Entrega e Recebimento Definitivo, circunstanciado, assinado pelas partes, em até 90 (noventa) dias contados do recebimento provisório, período este de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto na Lei nº 14.133/21

12.2 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei n° 10.406, de 2002).

12.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

13. PAGAMENTO

13.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

13.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

13.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

13.4.1. o prazo de validade;

13.4.2. a data da emissão;

13.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

13.4.4. o período de prestação dos serviços;

13.4.5. o valor a pagar; e

13.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

13.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

13.6. Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

13.6.1. não produziu os resultados acordados;

13.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade

mínima exigida;
13.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
13.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
13.8. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante.
13.9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:
EM = I x N x VP, sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \qquad I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

I = 0,00016438
TX = Percentual da taxa anual = 6%

14. REAJUSTE
14.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contados da data base do orçamento de referência.
14.2. Caso o prazo exceda a 12 (doze) meses os preços contratuais serão reajustados, tomando-se por base a data da apresentação da proposta, pela variação dos índices constantes do "INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMICA" (Índice Nacional da Construção Civil – INCC) editada pela Fundação Getúlio Vargas.
14.3. No cálculo dos reajustes se utilizará a seguinte fórmula:

$$R = V\left[\frac{I - I_o}{I_0}\right]$$

Onde:
R = Valor do reajuste procurado;
V = Valor contratual dos serviços a serem reajustados;
Io = Índice inicial - refere-se ao mês da apresentação da proposta;
I = Índice final - refere-se ao mês de aniversário anual da proposta.
14.3.1. O FATOR deve ser truncado na quarta casa decimal, ou seja, desprezar totalmente da quinta casa decimal em diante.
14.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
14.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
14.6. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
14.7. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma

não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
14.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
14.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

15. SITUAÇÕES EXCEPCIONAIS

15.1. Esse item trata das situações excepcionais, denominadas de "Força Maior", para efeitos de exclusão das responsabilidades da CONTRATADA.
15.2 Motivos de Força Maior
15.2.1 São considerados motivos de "Força Maior", para os efeitos de exclusão de responsabilidade, os eventos excepcionais, aleatórios, imprevisíveis não dominâveis no plano tecnológico, colocando a CONTRATADA na impossibilidade de assumir em parte ou na sua totalidade os seus compromissos contratuais, tais como: greves, enchentes, incêndios, catástrofes naturais, atentados, revolução, guerra e outros de mesma natureza e proporção.
15.2.2 Na ocasião de tais acontecimentos, a CONTRATADA, deverá tomar junto com a PREFEITURA, todas as medidas necessárias para evitar uma parada definitiva dos serviços.
15.2.3 Poderão ser fixadas novas condições contratuais adaptadas as circunstâncias criadas pelo caso de "Força Maior". Nessas situações as penalidades previstas neste Contrato não são aplicáveis.
15.2.4 No caso de greves de empregados/servidores da CONTRATADA ou da PREFEITURA, estas deverão tomar as medidas que forem necessárias para a normalização dos serviços em no máximo cinco dias, não sendo imputável por qualquer das partes ônus adicional à outra.

16. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:
16.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
16.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
16.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
16.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou
16.1.5. cometer fraude fiscal.
16.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
16.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
16.2.2. Multa de:
16.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
16.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou

de inexecução parcial da obrigação assumida;
16.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
16.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e
16.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
16.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
16.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
16.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
16.3. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**GRAU**
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03

4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01

16.4. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

16.5. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

16.6. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

16.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

16.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.9. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa Municipal e cobrados judicialmente.

16.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a CONTRATANTE poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

16.11. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade

competente.

17. VALOR ESTIMADO

17.1. O valor total estimado dos serviços é **R$ 4.266.532,25 (quatro milhões duzentos e sessenta e seis mil quinhentos e trinta e dois reais e vinte e cinco centavos).**

17.2. Nos preços estão incluídas todas as despesas com mão-de-obra, materiais, EPI´s, EPC's, alimentação, transporte, lucro, tributos e taxas, assim como quaisquer outras que incidirem de forma direta ou indiretamente à necessária e perfeita execução dos serviços objeto do presente Projeto Básico.

18. PRAZOS

18.1. O prazo de vigência será de 12 (doze) meses corridos, contados a partir da publicação do respectivo.

18.2. O prazo de execução será de 12 (doze) meses conforme cronograma físico financeiro.

19. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Dotação Orçamentária: 25 752 0025 1.056 - Ampliação e Modernização de rede de distribuição de energia elétrica. Elemento de Despesa: 4.4.90.51.00 Obras e Instalações. Fonte de Recursos: 1500000000.

ANEXO I AO TERMO DE REFERENCIA - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

a. Habilitação jurídica

A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à **comprovação de existência jurídica da pessoa** e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada (Art. 66 da Lei Federal nº 14.133/21), devendo ser observado e apresentado, se for:

a.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

a.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

a.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

a.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

a.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

a.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

a.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

a.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

b. Habilitação fiscal, social e trabalhista

b.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

b.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

b.3. Prova de regularidade com a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
b.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
b.5. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho (Mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943).
b.6. Declaração quanto ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Esta declaração ficará dispensada em caso de procedimento eletrônico onde o proponente opte por assinalar a opção constante do sistema).
b.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
b.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n.º 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

c. Qualificação Econômico-Financeira
c.1. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais (já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrado no órgão competente de origem)
c.2. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo)/(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);
II - Solvência Geral (SG)= (Ativo Total)/(Passivo Circulante +Passivo não Circulante); e
III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante).

c.3. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante ou, Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação.
c.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de até 10% do valor total estimado da contratação.
c.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
c.6. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

c.7. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

d. Qualificação Técnica

d.1.1 Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

d.1.2 A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação

d.1.3 Prova de **inscrição ou registro da LICITANTE junto ao Conselho profissional competente**, quando for o caso, da localidade da sede da PROPONENTE, em plena validade.

d.1.4 Atestado e/ou certidão e/ou declaração, emitido por pessoa jurídica de direito, público ou privado, que demonstrem **capacidade operacional** na execução de serviços similares ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 da Lei nº 14.133/2021, e **cuja(s) parcela(s) de maior relevância técnica,** tenha(m) sido**:**

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT
01	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE LUMINÁRIA DE LED POTÊNCIA DE 100W	UND	685
02	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE LUMINÁRIA DE LED POTÊNCIA DE 150W	UND	500
03	SUBSTITUIÇÃO DE BRAÇO DE LUMINÁRIA PÚBLICA	UND	1.185

d.1.5 Para efeito de comprovação de capacidade técnico-operacional da empresa licitante, os serviços mencionados deverão ter sido executados, integralmente.

d.2) A exigência de atestados é restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

d.3) Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

d.4) Não será admitida a apresentação de Atestado ou Declaração em nome de empresas subcontratadas. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente e/ou no cartão do CNPJ onde consta a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE.

d.5) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

d.5.1) Comprovação da PROPONENTE possuir como **Responsável(is) Técnico(s)** ou em seu quadro permanente, na data prevista para entrega dos documentos, profissional(is) de nível superior, reconhecido(s) pelo Conselho profissional competente detentor(es) de **CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO**, que comprove a execução de obras de características técnicas similares às do objeto da presente licitação em:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND
01	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE LUMINÁRIA DE LED POTÊNCIA DE 100W	UND
02	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE LUMINÁRIA DE LED POTÊNCIA DE 150W	UND
03	SUBSTITUIÇÃO DE BRAÇO DE LUMINÁRIA PÚBLICA	UND

f) No caso de o profissional de nível superior detentor da CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO não constar da relação de responsáveis técnicos junto ao CREA e/ou CAU, **o acervo do**

profissional será aceito, desde que ele demonstre ser pertencente ao quadro permanente da empresa.

g) Entende-se, para fins deste EDITAL, como pertencente ao quadro permanente:

g.1) O empregado, comprovando-se o vínculo empregatício através de cópia da "**ficha ou livro de registro de empregado" ou cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS.**

g.2) Comprovação da **participação societária**, no caso de sócio, através de cópia do Contrato Social.

g.3) Será admitida a comprovação do vínculo profissional por meio de **contrato de prestação de serviços**, celebrado de acordo com a legislação civil comum ou através de declaração de contratação futura acompanhado de anuência deste (Acórdão 1446/2015 Plenário).

h) Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, observado o art. 160 e § 12 do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

i) Os profissionais indicados pelo licitante deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

j) O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. Descrição da Necessidade da Contratação

A presente contratação faz-se necessária diante da demanda contínua do Município de Guaiúba/CE por melhoria, ampliação e modernização do sistema de iluminação pública, considerando o crescimento urbano, a expansão de áreas habitadas e a necessidade de adequação da infraestrutura existente aos padrões atuais de eficiência energética, segurança e qualidade dos serviços públicos. Parte significativa da rede de iluminação pública do município encontra-se defasada, composta por equipamentos obsoletos, com elevado consumo de energia elétrica, maior índice de falhas e custos recorrentes de manutenção, o que compromete a eficiência do serviço prestado à população.

A insuficiência e a baixa qualidade da iluminação pública impactam diretamente a segurança viária e urbana, a mobilidade noturna, a prevenção de acidentes, a sensação de segurança da população e o adequado uso dos espaços públicos. Ademais, a manutenção de sistemas ineficientes resulta em desperdício de recursos públicos, contrariando os princípios da economicidade, eficiência e sustentabilidade que regem a Administração Pública, especialmente à luz das diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021.

Nesse contexto, a contratação de empresa especializada para a ampliação, modernização e eficientização da iluminação pública visa promover a substituição de equipamentos antigos por soluções tecnológicas mais modernas, como luminárias de maior desempenho e menor consumo energético, bem como a ampliação da cobertura do serviço em áreas atualmente subatendidas. A adoção de tecnologias mais eficientes contribuirá para a redução dos custos operacionais, melhoria da qualidade da iluminação, aumento da vida útil dos equipamentos e diminuição dos impactos ambientais decorrentes do consumo excessivo de energia.

Assim, a contratação se justifica como medida essencial para assegurar a continuidade, a eficiência e a qualidade do serviço de iluminação pública no Município de Guaiúba/CE, atendendo ao interesse público, promovendo melhores condições de segurança, bem-estar social e sustentabilidade, além de alinhar-se às políticas públicas de uso racional dos recursos e modernização da infraestrutura urbana, conforme previsto no MAPP nº 677.

2. Demonstração da Previsão da Contratação no Plano de Contratações Anual

A presente contratação está devidamente prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) de 2026 do município de Guaiúba/CE, sob o ID de item n° 135. Essa previsão está alinhada às prioridades estabelecidas pelo planejamento estratégico municipal, demonstrando o compromisso da Administração Pública em atender às necessidades de infraestrutura urbana.

3. Requisitos da Contratação

Para a adequada execução do objeto Contratação de empresa especializada para a ampliação, modernização e eficientização da iluminação pública no Município de Guaiúba/CE – MAPP 677, a futura contratada deverá atender aos requisitos técnicos, operacionais, legais e de sustentabilidade abaixo estabelecidos, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis:

1. Requisitos Técnicos e Operacionais

- Executar os serviços de ampliação, modernização e eficientização da iluminação pública, compreendendo o fornecimento de materiais, equipamentos, mão de obra especializada, ferramentas e demais insumos necessários à perfeita execução do objeto.
- Fornecer e instalar luminárias e demais componentes compatíveis com tecnologias modernas e eficientes, prefer_toggleavelmente com tecnologia LED, atendendo às normas da ABNT, do INMETRO e às exigências das concessionárias de energia elétrica.
- Garantir que os equipamentos instalados apresentem elevado desempenho luminoso, baixo consumo de energia, maior vida útil e reduzida necessidade de manutenção.
- Executar os serviços de acordo com projetos, especificações técnicas, memoriais descritivos e cronograma físico-financeiro aprovados pela Administração.
- Assegurar a compatibilidade dos novos equipamentos com a infraestrutura existente, promovendo adequações quando necessárias para o pleno funcionamento do sistema.
- Realizar testes, ajustes e comissionamento do sistema de iluminação pública, garantindo seu pleno funcionamento e desempenho após a conclusão dos serviços.

Requisitos de Qualificação da Contratada

- Comprovar capacidade técnico-operacional por meio de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, demonstrando experiência compatível com o objeto da contratação.
- Disponibilizar equipe técnica qualificada, incluindo profissional legalmente habilitado, com registro no conselho profissional competente, responsável pela execução e acompanhamento dos serviços.
- Manter responsável técnico devidamente indicado, com emissão da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou documento equivalente, conforme legislação vigente.

Requisitos de Segurança e Qualidade

- Observar rigorosamente as normas de segurança do trabalho, em especial aquelas relativas a serviços em rede elétrica e trabalho em altura, responsabilizando-se integralmente por acidentes, danos ou prejuízos causados.
- Garantir a qualidade dos serviços e materiais empregados, responsabilizando-se pela correção de falhas, defeitos ou inconformidades identificadas durante a execução ou no período de garantia.
- Assegurar que todos os materiais e equipamentos fornecidos sejam novos, de primeiro uso, e estejam em conformidade com as especificações técnicas exigidas.

Requisitos Ambientais e de Sustentabilidade

- Adotar soluções que promovam a eficiência energética e a redução do consumo de energia elétrica, contribuindo para a sustentabilidade ambiental e econômica do Município.
- Proceder ao descarte ambientalmente adequado de materiais substituídos, em conformidade com a legislação ambiental vigente.
- Priorizar o uso de tecnologias que reduzam a emissão de gases de efeito estufa e os impactos ambientais decorrentes da iluminação pública.

Requisitos de Prazo, Garantia e Manutenção

- Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos no cronograma físico-financeiro aprovado pela Administração.
- Oferecer garantia mínima para os equipamentos e serviços executados, conforme especificações técnicas e legislação aplicável.
- Prestar suporte técnico e assistência durante o período de garantia, realizando eventuais correções ou substituições sem ônus adicional para a Administração.

Esses requisitos visam assegurar que a contratação atenda ao interesse público, garantindo eficiência, segurança, qualidade, sustentabilidade e adequada aplicação dos recursos públicos no âmbito do MAPP nº 677.

4. Estimativas das Quantidades para a Contratação

Foi realizado um orçamento detalhado, acompanhado por profissional técnico legalmente habilitado, que efetuou o levantamento preciso das quantidades, materiais, equipamentos e serviços necessários para a execução das ações de ampliação, modernização e eficientização da iluminação pública no Município de Guaiúba/CE. Esse orçamento contempla todas as intervenções previstas, incluindo a substituição e instalação de luminárias, adequação da infraestrutura elétrica, implantação de novos pontos de iluminação, melhorias nos sistemas de comando e proteção, bem como demais serviços indispensáveis ao pleno funcionamento e à eficiência do sistema de iluminação pública.

As estimativas foram elaboradas com base em critérios técnicos, nas normas vigentes aplicáveis à engenharia elétrica, às diretrizes das concessionárias de energia e às boas práticas de eficiência energética, assegurando precisão, viabilidade e transparência ao processo de contratação. O orçamento detalhado considera cada etapa da execução, desde o levantamento e preparação dos locais até a instalação, testes e comissionamento final dos equipamentos, garantindo que os serviços sejam executados com qualidade, segurança, durabilidade e desempenho adequado, em conformidade com os objetivos estabelecidos no MAPP nº 677.

5. Levantamento de Mercado

A Prefeitura Municipal de Guaiúba/CE não dispõe de equipe técnica especializada nem de mão de obra qualificada para executar, de forma direta, os serviços de ampliação, modernização e eficientização da iluminação pública no território municipal. Trata-se de um serviço que demanda conhecimento técnico específico em engenharia elétrica, eficiência energética, sistemas de iluminação pública e adequação às normas técnicas e às exigências da concessionária de energia, o que torna indispensável a contratação de empresa especializada, com expertise comprovada nesse tipo de intervenção, assegurando qualidade, segurança, durabilidade e eficiência na prestação do serviço.

A seguir, apresentam-se as modalidades de contratação possíveis, com seus respectivos pontos positivos e negativos, considerando o uso do Pregão Eletrônico e da combinação de Pré-Qualificação seguida de Concorrência, à luz da Lei nº 14.133/2021:

Pregão Eletrônico
Pontos Positivos:

- Rapidez no processo, em razão de prazos mais reduzidos, permitindo maior celeridade na contratação e no início da execução dos serviços.
- Maior competitividade, ampliando a participação de empresas e possibilitando a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração.
- Transparência, uma vez que o ambiente eletrônico facilita o acompanhamento do certame pelos órgãos de controle e pela sociedade.

Pontos Negativos:

- Limitação técnica, por tratar-se de modalidade voltada prioritariamente à contratação de bens e serviços comuns, podendo não contemplar adequadamente a complexidade técnica envolvida na modernização e eficientização da iluminação pública.
- Risco de comprometimento da qualidade, haja vista a possibilidade de participação de empresas com propostas de menor preço, porém sem a capacidade técnica necessária.
- Critérios técnicos reduzidos, o que pode dificultar a seleção de empresas efetivamente qualificadas para a execução do objeto.

Pré-Qualificação + Concorrência
Pontos Positivos:

- Elevado rigor técnico, assegurando a participação apenas de empresas com comprovada capacidade técnica e experiência em serviços de iluminação pública e eficiência energética.
- Maior segurança quanto à qualidade da execução, uma vez que a pré-qualificação permite a análise prévia das condições técnicas, operacionais e profissionais das empresas.
- Competitividade qualificada, na qual a disputa ocorre entre empresas previamente habilitadas tecnicamente, promovendo o equilíbrio entre preço e qualidade.
- Redução do risco de problemas contratuais, como atrasos, falhas técnicas, retrabalhos ou inadequações ao projeto.

Pontos Negativos:

- Prazo de contratação mais longo, em razão da etapa adicional de análise técnica prévia.
- Maior complexidade administrativa, exigindo maior esforço da Administração Pública para condução do procedimento.
- Possível redução do número de participantes, embora se garanta maior qualificação técnica.

Conclusão

Considerando a relevância do serviço de iluminação pública para a segurança, mobilidade urbana, eficiência energética e qualidade de vida da população do Município de Guaiúba/CE, bem como a complexidade técnica envolvida nas ações de ampliação, modernização e eficientização do sistema, recomenda-se a adoção da modalidade de Pré-Qualificação seguida de Concorrência. Embora demande maior tempo e estrutura administrativa, tal modelo proporciona maior segurança quanto à capacidade técnica das empresas participantes, assegurando que os serviços sejam executados com qualidade, eficiência, conformidade técnica e atendimento ao interesse público, em consonância com os objetivos estabelecidos no MAPP nº 677.

6. Estimativa do Valor da Contratação

Com base no orçamento técnico elaborado por profissional legalmente habilitado, o valor estimado para a execução dos serviços de ampliação, modernização e eficientização da iluminação pública no Município de Guaiúba/CE é de **R$ 4.266.532,25 (quatro milhões duzentos e sessenta e seis mil quinhentos e trinta e dois reais e vinte e cinco centavos)**. Esse valor contempla todos os insumos indispensáveis à execução do objeto, incluindo o fornecimento e a instalação de luminárias e equipamentos eficientes, adequações da infraestrutura elétrica, materiais, mão de obra especializada, serviços técnicos, testes, comissionamento e demais recursos necessários para garantir a qualidade, segurança, eficiência energética e durabilidade do sistema de iluminação pública.

A estimativa apresentada foi elaborada com rigor técnico, observando parâmetros atualizados de mercado, normas aplicáveis à engenharia elétrica, às diretrizes de eficiência energética e às exigências da concessionária de energia elétrica. O valor estimado poderá ser ajustado, de forma devidamente justificada, caso surjam necessidades complementares durante a execução contratual, sempre em conformidade com o projeto, o interesse público e a legislação vigente.

Esse orçamento reflete o compromisso da Prefeitura Municipal de Guaiúba/CE com a modernização da infraestrutura urbana, a racionalização do consumo de energia elétrica, o fortalecimento da segurança pública e a melhoria da qualidade de vida da população, em consonância com os objetivos estabelecidos no MAPP nº 677.

7. Descrição da Solução

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para a execução integrada dos serviços de ampliação, modernização e eficientização do sistema de iluminação pública do Município de Guaiúba/CE, contemplando todas as etapas necessárias para a entrega de um sistema moderno, seguro, eficiente e sustentável, em conformidade com as diretrizes técnicas, legais e administrativas estabelecidas no MAPP nº 677 e na Lei nº 14.133/2021.

De forma global, a solução abrange o diagnóstico da situação atual da rede de iluminação pública, incluindo o levantamento técnico dos pontos existentes, identificação de áreas com deficiência de iluminação e avaliação das condições da infraestrutura elétrica. A partir desse diagnóstico, serão executadas intervenções voltadas à ampliação da cobertura do serviço, mediante implantação de novos pontos de iluminação em vias, praças e espaços públicos que demandem maior luminosidade e segurança.

A modernização do sistema compreende a substituição de equipamentos obsoletos por tecnologias mais eficientes e duráveis, preferencialmente luminárias com tecnologia LED ou equivalente, com maior desempenho luminoso, menor consumo de energia elétrica e vida útil ampliada. Essa etapa inclui a adequação ou substituição de componentes da rede elétrica, tais como braços, postes, cabos, conectores, dispositivos de proteção e sistemas de acionamento, assegurando compatibilidade, confiabilidade e segurança operacional.

A solução também contempla a eficientização energética do sistema de iluminação pública, por meio da adoção de tecnologias que reduzam perdas, otimizem o uso da energia elétrica e minimizem custos operacionais e de manutenção. Serão observadas as normas técnicas da ABNT, as exigências da concessionária de energia e as boas práticas de engenharia

elétrica e eficiência energética, garantindo desempenho adequado e conformidade regulatória.

Além da execução física dos serviços, a solução inclui o fornecimento de mão de obra qualificada, gestão técnica da execução, acompanhamento, testes, ajustes e comissionamento do sistema, assegurando o pleno funcionamento de todos os pontos de iluminação após a conclusão dos trabalhos. A empresa contratada será responsável pela garantia dos equipamentos e serviços executados, bem como pelo suporte técnico durante o período estabelecido contratualmente.

De maneira integrada, a solução proposta visa assegurar a melhoria da qualidade da iluminação pública, o aumento da segurança urbana e viária, a redução do consumo de energia e dos custos de manutenção, a sustentabilidade ambiental e a valorização dos espaços públicos, atendendo de forma plena ao interesse público e às necessidades da população do Município de Guaiúba/CE.

8. Justificativas para o Parcelamento da Contratação

Optou-se por não realizar o parcelamento da contratação referente à ampliação, modernização e eficientização da iluminação pública no Município de Guaiúba/CE, considerando que as etapas envolvidas — tais como levantamento técnico, fornecimento e instalação de luminárias, adequações da infraestrutura elétrica, implantação de novos pontos de iluminação, testes, ajustes e comissionamento — são técnica e operacionalmente interdependentes, exigindo planejamento contínuo, coordenação integrada e execução sequencial.

A execução conjunta e integral dos serviços proporciona maior eficiência na gestão contratual, evitando paralisações, retrabalhos ou descontinuidade das intervenções, fatores que poderiam comprometer o desempenho do sistema, a segurança operacional e a qualidade da iluminação pública. Ademais, a contratação unificada possibilita maior controle técnico, financeiro e operacional, assegurando padrões homogêneos de qualidade, cumprimento dos prazos e melhor aproveitamento dos recursos públicos.

Dessa forma, a opção pela contratação integrada mostra-se a mais adequada para garantir a efetividade das ações de modernização e eficientização da iluminação pública, contribuindo diretamente para a segurança urbana, a mobilidade noturna, a eficiência energética e a melhoria da qualidade de vida da população do Município de Guaiúba/CE, em consonância com os objetivos estabelecidos no MAPP nº 677.

9. Demonstrativo dos Resultados Pretendidos

A contratação de empresa especializada para a ampliação, modernização e eficientização da iluminação pública no Município de Guaiúba/CE – MAPP 677 tem por finalidade alcançar resultados concretos, mensuráveis e alinhados ao interesse público, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade, sustentabilidade e melhoria da qualidade dos serviços públicos, previstos na Lei nº 14.133/2021. Nesse sentido, esperam-se os seguintes resultados:

- **Ampliação da Cobertura da Iluminação Pública:** Garantir a implantação de novos pontos de iluminação em vias, praças e demais espaços públicos atualmente subatendidos, promovendo maior alcance do serviço e atendimento adequado às demandas da população e à expansão urbana do município.

- **Modernização do Parque de Iluminação:** Substituir equipamentos obsoletos por soluções tecnológicas modernas e eficientes, preferencialmente com tecnologia LED ou equivalente, proporcionando melhor desempenho luminoso, maior vida útil dos equipamentos e redução da incidência de falhas e interrupções.
- **Eficientização Energética e Redução de Custos:** Reduzir o consumo de energia elétrica e os custos operacionais e de manutenção do sistema de iluminação pública, por meio da adoção de tecnologias mais eficientes, contribuindo para o uso racional dos recursos públicos e para o equilíbrio financeiro do Município.
- **Melhoria da Segurança Urbana e Viária:** Proporcionar melhores condições de visibilidade noturna em vias públicas e espaços de convivência, contribuindo para a prevenção de acidentes de trânsito, redução da criminalidade e aumento da sensação de segurança da população.
- **Sustentabilidade Ambiental:** Diminuir os impactos ambientais decorrentes do consumo excessivo de energia elétrica, com a utilização de equipamentos mais eficientes e de maior durabilidade, além da adoção de práticas adequadas de descarte de materiais substituídos, em conformidade com a legislação ambiental.
- **Qualidade e Continuidade do Serviço Público:** Assegurar a prestação contínua e adequada do serviço de iluminação pública, com maior confiabilidade do sistema, menor necessidade de intervenções corretivas e melhoria geral da qualidade do serviço ofertado à população.
- **Valorização dos Espaços Públicos e da Infraestrutura Urbana:** Contribuir para a valorização de vias, praças e demais áreas públicas, incentivando o uso dos espaços urbanos, a mobilidade noturna e o desenvolvimento social e econômico do Município de Guaiúba/CE.

Dessa forma, os resultados pretendidos com a presente contratação refletem o compromisso da Administração Municipal com a melhoria da infraestrutura urbana, a eficiência energética, a segurança pública e a qualidade de vida da população, em consonância com os objetivos estabelecidos no MAPP nº 677.

10. Providências Pré-Contratuais

Antes da celebração do contrato com a empresa vencedora da licitação, serão tomadas as seguintes providências pela Prefeitura Municipal de Guaiúba/CE para garantir a execução da obra de forma eficaz e conforme o planejado:

1. **Elaboração do Projeto Executivo e Planilha Orçamentária:** Será realizado o detalhamento do projeto executivo, com a definição de todas as etapas da obra, prazos e quantidades necessárias, além de uma planilha orçamentária detalhada, que servirá como base para o acompanhamento financeiro da execução.
2. **Assinatura do Contrato:** Após o processo de licitação e a escolha da empresa vencedora, será formalizada a assinatura do contrato, contendo todas as cláusulas relacionadas à execução da obra, como prazos, responsabilidades, penalidades e demais condições.
3. **Verificação da Regularidade Fiscal e Trabalhista da Empresa Contratada:** Antes da assinatura do contrato, será verificada a documentação fiscal, trabalhista e jurídica

da empresa vencedora, garantindo que esta esteja em conformidade com as obrigações legais para a execução do serviço.

Essas providências são essenciais para assegurar a regularidade do processo e o bom andamento da obra, além de garantir que a empresa contratada tenha plena capacidade de executar o serviço com qualidade e no prazo estabelecido.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes diretamente vinculadas ao objeto em questão.

12. Impactos Ambientais e Medidas Mitigadoras

Não foram identificados possíveis impactos ambientais diretamente vinculadas ao objeto em questão.

13. Posicionamento Conclusivo

Diante das análises técnicas, administrativas e financeiras realizadas, conclui-se que a contratação de empresa especializada para a ampliação, modernização e eficientização da iluminação pública no Município de Guaiúba/CE – MAPP 677 mostra-se necessária, adequada e plenamente justificada, atendendo ao interesse público e às diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021.

A situação atual do sistema de iluminação pública evidencia a necessidade de intervenções estruturais e tecnológicas, tendo em vista a defasagem de equipamentos, a limitação da cobertura em determinadas áreas e os elevados custos operacionais decorrentes do uso de tecnologias ineficientes. A adoção de soluções modernas e energeticamente eficientes permitirá a melhoria significativa da qualidade do serviço, a ampliação da cobertura, a redução do consumo de energia elétrica e a racionalização dos gastos públicos.

Restou demonstrado que a Administração Municipal não dispõe de estrutura técnica e operacional própria para executar diretamente os serviços pretendidos, o que reforça a necessidade de contratação de empresa com comprovada capacidade técnica, experiência e qualificação profissional. Ademais, a opção pela execução integrada do objeto, sem parcelamento, revela-se a mais adequada sob os aspectos técnico, operacional e gerencial, garantindo maior controle, padronização da qualidade e cumprimento dos prazos estabelecidos.

Os resultados pretendidos com a contratação — notadamente a melhoria da segurança urbana e viária, o aumento da eficiência energética, a sustentabilidade ambiental e a valorização da infraestrutura urbana — estão alinhados às políticas públicas municipais e às demandas da população de Guaiúba/CE. O valor estimado encontra-se compatível com os parâmetros de mercado e foi elaborado com base em critérios técnicos, assegurando viabilidade econômica e transparência ao processo.

Dessa forma, posiciona-se favoravelmente à continuidade do processo de contratação, por se tratar de medida necessária, oportuna e vantajosa para a Administração Pública, capaz de promover benefícios diretos e duradouros à coletividade, em consonância com os objetivos do MAPP nº 677 e com os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público.

ANEXO II - MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

AO AGENTE DE CONTRATAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIÚBA.

Processo: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº
Data e Hora de Abertura: _____ às _____ horas
Razão Social: ____ CNPJ: _____
Endereço: _____ CEP: ___
Fone: _____ Fax: _____
Banco: ____ Agência N.º: _____ Conta Corrente n.º: ___
E-mail:_____

OBJETO:

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA: R$ ..... (.....)
VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias.

Observações:

- O proponente declara que tem o pleno conhecimento, aceitação e cumprirá todas as obrigações contidas no Anexo I – Projeto Básico do edital.
- Independente de declaração expressa, fica subentendida que no valor proposto estão incluídas todas as despesas necessárias ao fornecimento, inclusive as relacionadas com:
  - encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e outros;
  - tributos, taxas e tarifas, emolumentos, licenças, alvarás, multas e/ou qualquer infrações;
  - seguros em geral, da infortunística e de responsabilidade civil para quaisquer danos e prejuízos causados à Contratante e/ou a terceiros, gerados direta ou indiretamente pelo fornecimento.
- Anexar o Orçamento Detalhado, Composições de BDI e Encargos Sociais, e Cronograma Físico-Financeiro da proposta.

Local/Data: ....., ... de ..... de .....

Assinatura Proponente
Carimbo da empresa/Assinatura do responsável legal

ANEXO III - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº _____
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 09.001/2026-CE

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO A PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIÚBA, E DO OUTRO A EMPRESA_____ PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA.

O Município de Guaiúba**,** Estado do Ceará, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o N.º 12.359.535./0001/32, com sede de sua Prefeitura Municipal na Rua Pedro augusto, 53 – Centro – Guaiúba/CE, através da **SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E HABITAÇÃO**, neste ato representado(a) pelo(a) Sr(a). _____, aqui denominado(a) de **CONTRATANTE**, e de outro lado a Empresa _____, estabelecida na _____, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____, neste ato representada pelo(a) Sr(a). _____, portador(a) do CPF nº _____, e pelo(a) seu(ua) Responsável Técnico _____, CREA-___ RNP nº _____, apenas denominada de **CONTRATADO**, firmam entre si o presente **TERMO DE CONTRATO** mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O presente contrato encontra-se fundamentado pelo processo administrativo de Licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA** tombado sob o nº **09.001/2026-CE** em conformidade e com fundamento na Lei Federal Nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021 - Lei das Licitações Públicas c/c Regulamentos Municipais, assim como, a legislação complementar em vigor.
1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
a) O Projeto Básico – PB;
b) O Estudo Técnico Preliminar – ETP, se houver;
c) O Edital da Licitação;
d) A proposta de preços do contratado;
e) Eventuais anexos dos documentos supracitados; e
f) Regulamentos Municipais quanto a Lei Federal n.º 14.133/21.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. Constitui objeto do presente a **CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA PARA EMPRESAS PRÉ-QUALIFICADAS PARA A AMPLIAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E EFICIENTIZAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE GUAIÚBA/CE – MAPP 677**, tudo conforme especificações contidas no Projeto Básico, constante do anexo I do Edital.
2.2. Os serviços/obras tratados no item anterior serão realizados sob o **REGIME DE EXECUÇÃO EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.**

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

3.1. O valor global da presente avença é de **R$** ___(_____), conforme quadro abaixo e proposta final do contratado:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE	UNID	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	AMPLIAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E EFICIENTIZAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE GUAIÚBA/CE – MAPP 677.	01	SERV	XXX	XXX
VALOR GLOBAL		**R$ XXXXX**			

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente executados.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1. O pagamento será efetuado mensalmente em moeda nacional, após processamento interno, em até 05 (cinco) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) c/c o aceite definitivo.
4.2. A Prefeitura de Estiva reserva-se o direito de não efetuar o pagamento se, no ato da atestação, a licitante não tiver fornecido o objeto por ela contratado na sua totalidade, ou o fornecimento não estiver de acordo com as especificações.
4.3. A Fatura e Nota Fiscal deverá ser emitida em nome da CONTRATANTE, com endereço na Rua Pedro Augusto, 53 – Centro – Guaiúba/CE, CNPJ/MF sob o nº 12.359.535/0001-32.
4.4. A documentação tratada no item 4.2 deste instrumento será a seguinte:
a) Nota Fiscal/fatura discriminativa, em via única, devidamente atestada pelo gestor do contrato;
b) Prova de Regularidade relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, inclusive em relação as contribuições sociais;
c) Prova de Regularidade relativa a Fazenda Estadual;
d) Prova de Regularidade relativa a Fazenda Municipal;
e) Prova de Regularidade relativa ao FGTS;
f) Prova de Regularidade relativa à Justiça do Trabalho;
g) Anotação ou Registro de Responsabilidade Técnica – ART/RRT de Execução assinada pelo responsável técnico do contratado.
4.5. Ocorrendo erro na fatura ou outra circunstância que desaconselhe o pagamento, o CONTRATADO será cientificada, a fim de que tome providências.
4.6. Poderá a CONTRATANTE sustar o pagamento do CONTRATADO nos seguintes casos:

a) quando o CONTRATADO deixar de recolher multas a que estiver sujeita, dentro do prazo fixado;
b) quando o CONTRATADO assumir obrigações em geral para com terceiros, que possam de qualquer forma prejudicar a CONTRATANTE;
c) inadimplência do CONTRATADO na execução dos serviços.

4.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido
VP = Valor da Parcela em atraso
N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento
I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(Tx / 100)}{365}$$

Tx = IPCA (IBGE)

4.8. Independentemente de declaração expressa, fica subentendido que, no valor pago pelo contratante, estão incluídas todas as despesas necessárias à execução dos serviços, inclusive as relacionadas com materiais, equipamentos e mão-de-obra.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO, ATUALIZAÇÃO E REEQUILÍBRIO

5.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimativo da licitação.
5.1.1. O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais _____ (SINAPI, SEINFRA) do mês/ano _____.
5.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INCC-DI, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, ou pela variação do IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
5.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
5.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
5.4.1. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
5.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
5.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de

qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
5.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
5.8. O reajuste será realizado por apostilamento.
5.9. Poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração dos serviços, desde que objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, nos termos do Art. 124, Inciso II, alínea "d" da Lei 14.133/21, devendo ser formalizado através de ato administrativo.
5.9.1. O pedido de reequilíbrio deverá ser instruído com planilha demonstrativa dos aumentos dos custos originais, próprios e exclusivos da execução contratual e mediante negociação entre as partes.
5.9.2. Os pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro serão respondidos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, observada a vigência contratual.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

6.1. O Prazo de execução dos serviços/obras que será de 04 (quatro) meses, contados a partir da emissão da primeira ordem de serviço.
6.2. O presente Instrumento produzirá seus jurídicos e legais efeitos a partir da data de sua assinatura e vigerá por 12 (doze) meses, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.
6.3. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

7.1. O regime de execução e o modelo de gestão contratual será aquele definido no Projeto Básico do procedimento, assim como, nas demais normativas municipais as quais disciplinam os prazos, condições, conclusão, observações, formas de recebimento do objeto e os demais elementos condizentes a execução contratual.
7.2. A gestão e fiscalização do contrato caberá ao Ordenador de Despesa competente ou a quem ele a designar com esta finalidade, devendo ele exercer toda a sua plenitude tudo em atendimento e consonância ao que dispõe na Lei Federal n° 14.133/2021 de 1º de abril de 2021.

CLÁUSULA OITAVA - DA ORIGEM DOS RECURSOS

8.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento Municipal vigente, inerentes a CONTRATANTE, nas seguintes rubricas orçamentárias: 0901.25.752.0025.1.056 - Ampliação e Modernização de

rede de distribuição de energia elétrica. Elemento de Despesa: 4.4.90.51.00 Obras e Instalações. Fonte de Recursos: 1500000000.

8.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA NONA - DA OBRIGAÇÃO DAS PARTES

9.1. As partes se obrigam reciprocamente a cumprir integralmente as disposições do instrumento convocatório, da Lei Federal nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021, dos regulamentos municipais e da proposta adjudicada.

9.2. São obrigações do **CONTRATADO**, o dever de cumprir com todas as disposições constantes do Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2.1. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.2.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.2.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.2.3. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.2.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.2.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.2.6. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

9.2.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.2.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.2.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.2.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.2.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.2.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.2.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.2.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.2.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.2.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.2.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.2.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.2.19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

9.2.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.2.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.2.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.2.23. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.
9.2.24. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.
9.2.25. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.
9.2.26. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
9.2.27. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
9.2.28. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
9.2.29. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
9.2.30. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.
9.2.31. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
9.2.32. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Projeto Básico, em plena validade.
9.2.33. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
9.2.34. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.
9.2.35. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
9.2.36. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto n° 5.975, de 2006, de:
a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
c) florestas plantadas; e
d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.
9.2.37. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4°, inciso IX, da Instrução Normativa

SLTI/MP n° 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

a) Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

b) Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei n° 6.938, de 1981, e legislação correlata;

c) Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria n° 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA n° 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e

9.2.37.1. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o Contratado deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

9.2.38. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4°, §§ 2° e 3°, da Instrução Normativa SLTI/MP n° 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

9.2.38.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

9.2.38.2. Nos termos dos artigos 3° e 10° da Resolução CONAMA n° 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

a) resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

b) resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

c) resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

d) resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.2.38.3. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d´água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

9.2.38.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

9.2.39. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

a) Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA n° 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

b) Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA n° 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

9.2.40. Nos termos do artigo 4°, § 3°, da Instrução Normativa SLTI/MP n° 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

9.2.41. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

9.2.42. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

9.2.43. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

9.2.44. Fornecer os projetos executivos desenvolvidos, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos.

9.2.44.1. A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções constantes no Anteprojeto, Estudo Técnico Preliminar e/ou Projeto Básico e seus anexos (Caderno de Encargos e Especificações Técnicas) e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos

e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos.

9.2.45. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, o Contratado deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do Projeto Básico, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

9.3. São obrigações do **CONTRATANTE**, nos termos do art. 92, X, XI e XIV da Lei Federal n.º 14.133/21:

9.3.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com este contrato e seus anexos;

9.3.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Projeto Básico;

9.3.3. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

9.3.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.3.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

9.3.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Projeto Básico;

9.3.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

9.3.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

9.3.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.3.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.3.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

9.3.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

9.3.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.3.14. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

9.3.15. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

9.3.16. Exigir do Contratado que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

a) "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;
b) comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;
c) laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;
d) carta "habite-se", emitida pela prefeitura; e
e) certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;

9.3.17. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

9.3.18. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

9.3.19. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.3.20. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

9.4. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:

9.4.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

9.4.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

9.4.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

9.4.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

9.4.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

9.4.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

9.4.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

9.4.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

9.4.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
9.4.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
9.4.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
9.4.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
9.4.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES, SANÇÕES E MULTAS

11.1 Nos termos dos arts. 155, 156 e 162 da Lei 14.133/2021 e das disposições constantes do Projeto Básico, após o regular Procedimento Administrativo de Apuração de Responsabilidade - PAAR, serão apenadas de acordo com a seguinte dosimetria, sem prejuízo das multas previstas no item 12.3 deste contrato e das demais penalidades legais, assegurado a prévia e ampla defesa:

Ocorrência	Penalidade
m) Dar causa a inexecução parcial do objeto.	Multa de 10% (dez por cento) do valor da parte não executada do contrato, sem prejuízo da responsabilidade civil e perdas das garantias contratuais.
n) Dar causa à inexecução parcial do objeto que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
o) Dar causa à inexecução total do objeto.	Multa de 10% (dez por cento) do contrato independente das demais sanções previstas no Regulamento Interno de Licitações e Contrato.
p) Deixar de entregar documentação exigida para o certame.	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 1 mês a 6 meses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
q) Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 2 (dois) meses a 1 (um) ano, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
r) Não celebrar a ata de registro de preços ou não entregar a documentação exigida	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 3 (três) meses a 2 (dois) anos, quando

para a contratação quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
s) Ensejar o retardamento da execução do objeto ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 3 (três) meses a 1 (um) ano e 6 (seis) meses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
t) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do objeto	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos
u) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do objeto	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos
v) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos
w) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos
x) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos.

11.2 Nas condutas previstas nas letras “b”, “d”, “e”, “f” e “g” do item anterior, quando justificada a imposição de penalidade mais grave, será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

11.3 Além das penalidades acima descritas, serão aplicadas ao contratado as seguintes multas:

a) Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

b) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

b.1) O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

c) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “h)” a “l)” do subitem 12.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.

d) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c)” do subitem 12.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.

e) Para infração descrita na alínea “b)” do subitem 12.1, a multa será de 15% a 20% do valor do Contrato.

f) Para infrações descritas na alínea “g)” do subitem 12.1, a multa será de 10% a 15% do valor do Contrato.

g) Para a infração descrita na alínea “a)” do subitem 12.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

11.4 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.6 As demais disposições quanto ao cálculo de multas, compensações, formas de aplicação da sanção, instrução, condução e julgamento de Processo Administrativo de Apuração de Reponsabilidade – PAAR, assim como, as disposições obrigatórias quanto aos padrões éticos serão aquelas constantes do Edital e do Projeto Básico do processo a qual esse contrato se vincula, sem prejuízo das demais normativas municipais correspondentes.

11.7 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS

12.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, até 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato para acréscimos, na forma do art. 125º da Lei n.º 14.133/21.

13.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de

2021.

13.5 DA INCLUSÃO DE ITENS NÃO PREVISTOS:

13.5.1 Na hipótese de surgir a necessidade de inclusão de novos serviços/insumos não previstos no Projeto Básico, e caso a CONTRATANTE aceite, o preço desses itens deve ser calculado considerando o custo e a taxa de BDI de referência especificada no orçamento-base da licitação, subtraindo desse preço de referência a diferença percentual entre o valor do orçamento-base e o valor adjudicado.

13.5.2 O preço de referência a que se refere o item anterior deverá ser obtido na(s) tabela(s) adotada(s) no Projeto Básico da Licitação, considerando o tipo (com ou sem desoneração) e a data-base de elaboração do orçamento da Administração.

13.5.3 Quando a taxa de BDI adotada pela empresa signatária for injustificadamente elevada, será adotada a taxa de BDI especificada no orçamento-base da licitação para os itens novos a serem incluídos, com vistas a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a manutenção do percentual de desconto ofertado pelo contratado, em atendimento ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal.

13.5.4Tão somente em casos de serviços de engenharia, quando se fizerem necessárias a inclusão ou mudança de localidades onde serão executados os serviços, o órgão participante responsável pela demanda elaborará orçamento que contemple a variação de custos de deslocamento e mobilização.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

14.1 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

14.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

14.3 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS/OBRAS

15.1 Após a conclusão dos serviços/obras contratados, o CONTRATADO, mediante requerimento ao dirigente da CONTRATANTE, poderá solicitar o recebimento dos mesmos.

15.2 Os serviços/obras concluídos poderão ser recebidos PROVISORIAMENTE, a critério da CONTRATANTE pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado.

15.3 O termo circunstanciado citado no item anterior deve, quando:

a) os serviços/obras estiverem EM CONFORMIDADE com os requisitos preestabelecidos, explicitar esse fato no texto, que deverá ser datado e assinado pelo responsável pelo recebimento.

b) os serviços/obras apresentarem NÃO CONFORMIDADE com os requisitos preestabelecidos, relacionar os serviços desconformes, explicando as razões das inconsistências, dando prazos para correção, que não poderão ser superiores a 90 (noventa) dias.

15.4 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à FISCALIZAÇÃO não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO.

15.5 Para o recebimento DEFINITIVO dos serviços/obras, o dirigente do órgão CONTRATANTE designará pelo menos 01 (um) profissional, que vistoriará os serviços/obras e emitirá TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

15.6A assinatura do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, cuja data fixa o início dos prazos previstos no artigo 618, do Código Civil não exime o CONTRATADO das responsabilidades que lhe são cometidas pela legislação em vigor e por este Contrato, nem exclui as garantias legais e contratuais, as quais podem ser arguidas pela CONTRATANTE, dentro dos prazos de garantia e responsabilidade previstos em lei, se outro prazo não for estipulado neste Contrato.

15.7 Após a assinatura do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, a garantia prestada pelo CONTRATADO, se houver, será liberada e se em dinheiro, corrigida monetariamente, nos termos do Artigo 100 da Lei n.º 14.133/21, e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, e no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. O CONTRATADO se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

17.2. O CONTRATANTE se reserva o direito de fazer uso de qualquer das prerrogativas dispostas no artigo 104º da Lei nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021, alterada e consolidada.

17.3. A inadimplência do contratado com referência aos encargos trabalhistas, sociais, fiscais e comerciais não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso dos serviços pela Administração.

17.4. O Contratado, na vigência do Contrato, será a única responsável perante terceiros pelos atos praticados por seu pessoal, eximida a Contratante de quaisquer reclamações e indenizações.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1. O foro da Comarca de Guaiúba é o competente para dirimir questões decorrentes da

execução deste Contrato, em obediência ao art. 92, §1º da Lei 14.133/2021 de 1º de abril de 2021.

Assim pactuadas, as partes firmam o presente Instrumento, lavrado na Prefeitura Municipal de Guaiúba/CE, perante testemunhas que também o assinam, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Guaiúba/CE, ____ de _____ de _____.

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E HABITAÇÃO	**EMPRESA: _____**
Sr. _____	CNPJ _____
Secretário(a)	Representante Legal
CONTRATANTE	CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1._____ CPF nº _____

2._____ CPF nº _____

ANEXO IV – MODELOS DE DECLARAÇÕES

MODELOS DE DECLARAÇÕES

A Prefeitura Municipal de Guaiúba/CE
REFERENTE: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° _____
DATA DO CERTAME:

DECLARAÇÃO A:
_____ inscrita no CNPJ: _____vem DECLARAR, em cumprimento ao disposto no inciso VI do caput do artigo 68 da Lei federal 14.133/21, declara expressamente, sob as penas da Lei, que cumpre o disposto no artigo 70, inciso XXXIII, da Constituição Federal de 1988, não promovendo o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

DECLARAÇÃO B:
A Empresa (nome da empresa licitante) _____, inscrita no CNPJ/MF sob n° _____, sediada _____(endereço completo) declara, sob as penas da lei, que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1° e no inciso III do art. 50 da Constituição Federal.

DECLARAÇÃO C:
_____inscrita no CNPJ: _____ DECLARAR, sob as penas da legislação aplicável, que se sujeita a todas as condições estabelecidas para a futura contratação por meio de concorrência eletrônica n° _____, tendo pleno conhecimento do objeto, bem como suas respectivas condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital.

DECLARAÇÃO D:
_____inscrita no CNPJ:_____ , vem DECLARAR:
I. Não foi declarada inidônea por qualquer esfera federativa, não estanho proibida de licitar ou contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA;
II. Não está em cumprimento de pena de suspensão temporária de contratar com a Administração Pública Direta ou Indireta do Município de Guaiúba;
III. Se compromete a comunicar a ocorrência de quaisquer fatos supervenientes relacionados com o objeto pretendido para futura contratação;

DECLARAÇÃO E:
_____inscrita no CNPJ: vem DECLARAR, sob as penas da lei, que:
(a) a proposta anexa foi elaborada de maneira independente (pelo Licitante], e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da concorrência eletrônica n° por qualquer meio ou por qualquer pessoa:
(b) a intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da concorrência eletrônica n°_____ por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
(c) não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da concorrência eletrônica n° _____, quanto a participar ou

não da referida licitação;
(d) o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da concorrência eletrônica n° antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
(e) o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer integrante da SECRETARIA DEMANDANTE antes da abertura oficial das propostas; e
(f) está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Assinatura do Proponente
Carimbo da empresa / Assinatura do responsável legal

RESUMO DO ORÇAMENTO

OBRA:	REVITALIZAÇÃO DO SISTEMA DE LUMINÁRIAS VIÁRIAS COM TECNOLOGIA EM LED	**DATA :**		**BDI :** 24,50%	
LOCAL:	SEDE E DISTRITOS DO MUNICIPIO DE GUAIÚBA	**FONTE**	**VERSÃO**	**HORA**	**MES**
		ORSE	2025/07	111,36%	69,82%
		SEINFRA	028 SEM DESONERAÇÃO	114,15%	71,31%
		Composições Próprias	PROPRIA	0,00%	0,00%

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	PREÇO TOTAL	%
1	SERVIÇOS DE REVITALIZAÇÃO	R$ 4.193.261,25	98,28%
2	ADMINISTRAÇÃO DA OBRA	R$ 73.271,00	1,72%
	VALOR TOTAL:	R$ 4.266.532,25	100,00%

Quatro Milhões Duzentos e Sessenta e Seis Mil Quinhentos e Trinta e Dois reais e Vinte e Cinco centavos

JOSÉ RIBAMAR ALVES DE ARAÚJO
Engenheiro Civil
Crea 352649/CE
Prefeitura Municipal de Guaiúba

JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO 02871441359

JOSÉ WELLINGTON DE MELO GONÇALVES JÚNIOR
Secretário de Infraestrutura e Habitação
Prefeitura Municipal de Guaiúba
CNPJ: 12.359.535/0001-32

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

OBRA:	REVITALIZAÇÃO DO SISTEMA DE LUMINÁRIAS VIÁRIAS COM TECNOLOGIA EM LED	**DATA :**	**BDI :**	24,50%
LOCAL:	SEDE E DISTRITOS DO MUNICIPIO DE GUAIÚBA			

FONTE	VERSÃO	HORA	MES
ORSE	2025/07	111,36%	69,82%
SEINFRA	028 SEM DESONERAÇÃO	114,15%	71,31%
Composições Próprias	PROPRIA	0,00%	0,00%

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	FONTE	UNIDADE	QTD	VALOR UNITÁRIO R$		PREÇO TOTAL R$	
						SEM BDI	COM BDI	SEM BDI	COM BDI
1	**SERVIÇOS DE REVITALIZAÇÃO**							**R$ 3.368.068,75**	**R$ 4.193.261,25**
1.1	#CP0002	SUBSTITUIÇÃO DE BRAÇO DE LUMINÁRIA PÚBLICA	Composições Próprias	UN	2.375,00	R$ 107,25	R$ 133,53	R$ 254.718,75	R$ 317.133,75
1.2	#CP0003	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE LUMINÁRIA DE LED POTÊNCIA DE 100W COM BASE PARA RELÉ 3 PINOS; FAIXA DE TENSÃO NOMINAL 110V A 230V; FAIXA DE TENSÃO NOMINAL DE ENTRADA 85V A 265V; CLASSE DE IP IGUAL OU SUPERIOR A IP65; POTÊNCIA LUMINOSA MINIMA 130LM/W; FATOR DE POTÊNCIA IGUAL OU SUPERIOR A 0.9; VIDA ÚTIL NÃO INFERIOR A LM80 50.000H; ÂNGULO DE ABERTURA TIPO II CONFORME NBR 5101; CORPO DA LUMINÁRIA ALUMÍNIO PROTETOR DE SURTO TIPO DE LED SMD PARA MELHOR DISTRIBUIÇÃO LUMÍNICA; LUMINÁRIA CERTIFICADA COM IK08 E INMETRO, GARANTIA MINIMA 05 ANOS	Composições Próprias	UN	1.375,00	R$ 1.132,48	R$ 1.409,94	R$ 1.557.160,00	R$ 1.938.667,50
1.3	#CP0004	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE LUMINÁRIA DE LED POTÊNCIA DE 150W COM BASE PARA RELÉ 3 PINOS; FAIXA DE TENSÃO NOMINAL 110V A 230V; FAIXA DE TENSÃO NOMINAL DE ENTRADA 85V A 265V; CLASSE DE IP IGUAL OU SUPERIOR A IP65; POTÊNCIA LUMINOSA MINIMA 130LM/W; FATOR DE POTÊNCIA IGUAL OU SUPERIOR A 0.9; VIDA ÚTIL NÃO INFERIOR A LM80 50.000H; ÂNGULO DE ABERTURA TIPO II CONFORME NBR 5101; CORPO DA LUMINÁRIA ALUMÍNIO PROTETOR DE SURTO TIPO DE LED SMD PARA MELHOR DISTRIBUIÇÃO LUMÍNICA; LUMINÁRIA CERTIFICADA COM IK08 E INMETRO, GARANTIA MINIMA 05 ANOS	Composições Próprias	UN	1.000,00	R$ 1.556,19	R$ 1.937,46	R$ 1.556.190,00	R$ 1.937.460,00
2	**ADMINISTRAÇÃO DA OBRA**							**R$ 58.852,00**	**R$ 73.271,00**
2.1	#CP0001	ADMINISTRAÇÃO DA OBRA	Composições Próprias	%	100,00	R$ 588,52	R$ 732,71	R$ 58.852,00	R$ 73.271,00
								VALOR TOTAL:	**R$ 4.266.532,25**

Quatro Milhões Duzentos e Sessenta e Seis Mil Quinhentos e Trinta e Dois reais e Vinte e Cinco centavos

JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO 02871441359

Assinado digitalmente por JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO:02871441359
DN: CNPJ, O=ICP-Brasil, OU=Certificado Digital PF, OU=Videoconferencia, OU=27568734000181, OU=AC SyngularID Multipla, CN=JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO:02871441359
Razão: Eu sou o autor deste documento
Foxit Reader Versão: 10.0.0

JOSÉ RIBAMAR ALVES DE ARAÚJO
Engenheiro Civil
Crea 352649/CE
Prefeitura Municipal de Guaiúba

JOSÉ WELLINGTON DE MELO GONÇALVES JÚNIOR
Secretário de Infraestrutura e Habitação
Prefeitura Municipal de Guaiúba
CNPJ: 12.359.535/0001-32

1.1. #CP0002 SUBSTITUIÇÃO DE BRAÇO DE LUMINÁRIA PÚBLICA (UN)

			QTD
CONFORME CENSO - ENEL	1716+417+242	2.375,00000000	2.375,00
			2.375,00

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 2.375,00

1.2. #CP0003 FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE LUMINÁRIA DE LED POTÊNCIA DE 100W COM BASE PARA RELÉ 3 PINOS; FAIXA DE TENSÃO NOMINAL 110V A 230V; FAIXA DE TENSÃO NOMINAL DE ENTRADA 85V A 265V; CLASSE DE IP IGUAL OU SUPERIOR A IP65; POTÊNCIA LUMINOSA MINIMA 130LM/W; FATOR DE POTÊNCIA IGUAL OU SUPERIOR A 0.9; VIDA ÚTIL NÃO INFERIOR A LM80 50.000H; ÂNGULO DE ABERTURA TIPO II CONFORME NBR 5101; CORPO DA LUMINÁRIA ALUMÍNIO PROTETOR DE SURTO TIPO DE LED SMD PARA MELHOR DISTRIBUIÇÃO LUMÍNICA; LUMINÁRIA CERTIFICADA COM IK08 E INMETRO, GARANTIA MINIMA 05 ANOS (UN)

			QTD
CONFORME CENSO - ENEL	716+417+242	1.375,00000000	1.375,00
			1.375,00

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 1.375,00

1.3. #CP0004 FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE LUMINÁRIA DE LED POTÊNCIA DE 150W COM BASE PARA RELÉ 3 PINOS; FAIXA DE TENSÃO NOMINAL 110V A 230V; FAIXA DE TENSÃO NOMINAL DE ENTRADA 85V A 265V; CLASSE DE IP IGUAL OU SUPERIOR A IP65; POTÊNCIA LUMINOSA MINIMA 130LM/W; FATOR DE POTÊNCIA IGUAL OU SUPERIOR A 0.9; VIDA ÚTIL NÃO INFERIOR A LM80 50.000H; ÂNGULO DE ABERTURA TIPO II CONFORME NBR 5101; CORPO DA LUMINÁRIA ALUMÍNIO PROTETOR DE SURTO TIPO DE LED SMD PARA MELHOR DISTRIBUIÇÃO LUMÍNICA; LUMINÁRIA CERTIFICADA COM IK08 E INMETRO, GARANTIA MINIMA 05 ANOS (UN)

			QTD
CONFORME CENSO - ENEL	1000	1.000,00000000	1.000,00
			1.000,00

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 1.000,00

2.1. #CP0001 ADMINISTRAÇÃO DA OBRA (%)

			QTD
ADMINISTRAÇÃO DA OBRA	100	100,00000000	100,00
			100,00

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 100,00

JOSÉ RIBAMAR ALVES DE ARAÚJO
Engenheiro Civil
Crea 352649/CE
Prefeitura Municipal de Guaiúba

JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO 02871441359

JOSÉ WELLINGTON DE MELO GONÇALVES JÚNIOR
Secretário de Infraestrutura e Habitação
Prefeitura Municipal de Guaiúba
CNPJ: 12.359.535/0001-32

1.1. #CP0002 SUBSTITUIÇÃO DE BRAÇO DE LUMINÁRIA PÚBLICA (UN)

Equipamento Custo Horário		FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
I0705	CAMINHÃO COMERC. EQUIP. C/GUINDASTE (CHP)	SEINFRA	H	0,30000000	R$ 172,71	R$ 51,81
					TOTAL Equipamento Custo Horário:	R$ 51,81

Material		FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
I0278	BRAÇO METALICO P/ LUMINARIA	SEINFRA	UN	1,00000000	R$ 41,05	R$ 41,05
					TOTAL Material:	R$ 41,05

Mão de Obra		FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
I0042	AJUDANTE DE ELETRICISTA	SEINFRA	H	0,30000000	R$ 21,10	R$ 6,33
I2312	ELETRICISTA	SEINFRA	H	0,30000000	R$ 26,85	R$ 8,06
					TOTAL Mão de Obra:	R$ 14,39

VALOR SEM ENCARGOS:	**92,34**
VALOR ENCARGOS*:	**INCLUSO**
VALOR COM ENCARGOS:	**107,25**
VALOR COM BDI:	**133,53**

1.2. #CP0003 FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE LUMINÁRIA DE LED POTÊNCIA DE 100W COM BASE PARA RELÉ 3 PINOS; FAIXA DE TENSÃO NOMINAL 110V A 230V; FAIXA DE TENSÃO NOMINAL DE ENTRADA 85V A 265V; CLASSE DE IP IGUAL OU SUPERIOR A IP65; POTÊNCIA LUMINOSA MINIMA 130LM/W; FATOR DE POTÊNCIA IGUAL OU SUPERIOR A 0.9; VIDA ÚTIL NÃO INFERIOR A LM80 50.000H; ÂNGULO DE ABERTURA TIPO II CONFORME NBR 5101; CORPO DA LUMINÁRIA ALUMÍNIO PROTETOR DE SURTO TIPO DE LED SMD PARA MELHOR DISTRIBUIÇÃO LUMÍNICA; LUMINÁRIA CERTIFICADA COM IK08 E INMETRO, GARANTIA MINIMA 05 ANOS (UN)

Equipamento Custo Horário		FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
I0705	CAMINHÃO COMERC. EQUIP. C/GUINDASTE (CHP)	SEINFRA	H	0,50000000	R$ 172,71	R$ 86,36
					TOTAL Equipamento Custo Horário:	R$ 86,36

Material		FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
I8438	CABO CORDPLAST (CABO PP) 3 x 2,50 mm²	SEINFRA	M	3,00000000	R$ 5,04	R$ 15,12
I6278	FITA AUTO FUSÃO DE 1A QUALIDADE	SEINFRA	UN	0,05000000	R$ 11,17	R$ 0,56
I1181	FITA ISOLANTE	SEINFRA	M	0,05000000	R$ 0,75	R$ 0,04
INS-I14114	Luminaria em LED p/ iluminação pública LED SMD AUTOVOLT 100 W, 5.000 K, IP-66, IRC 70, FP>0,95, 160lm/w,16.000 lm e 54.000h, com base para Relé 3 PINOS, modelo GL421 G-Light ou similar	Composições	UN	1,00000000	R$ 970,96	R$ 970,96
INS-00002510	RELE FOTOELETRICO INTERNO E EXTERNO BIVOLT 1000 W, DE CONECTOR, SEM BASE	Composições	UN	1,00000000	R$ 35,46	R$ 35,46
					TOTAL Material:	R$ 1.022,14

Mão de Obra		FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
I0042	AJUDANTE DE ELETRICISTA	SEINFRA	H	0,50000000	R$ 21,10	R$ 10,55
I2312	ELETRICISTA	SEINFRA	H	0,50000000	R$ 26,85	R$ 13,43
					TOTAL Mão de Obra:	R$ 23,98

VALOR SEM ENCARGOS:	**1.107,63**
VALOR ENCARGOS*:	**INCLUSO**
VALOR COM ENCARGOS:	**1.132,48**
VALOR COM BDI:	**1.409,94**

JOSÉ RIBAMAR ALVES DE ARAÚJO
Engenheiro Civil
Crea 352649/CE
Prefeitura Municipal de Guaiúba

JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO 02871441359

JOSE WELLINGTON DE MELO GONÇALVES JÚNIOR
Secretário de Infraestrutura e Habitação
Prefeitura Municipal de Guaiúba
CNPJ: 12.359.535/0001-32

1.3. #CP0004 FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE LUMINÁRIA DE LED POTÊNCIA DE 150W COM BASE PARA RELÉ 3 PINOS; FAIXA DE TENSÃO NOMINAL 110V A 230V; FAIXA DE TENSÃO NOMINAL DE ENTRADA 85V A 265V; CLASSE DE IP IGUAL OU SUPERIOR A IP65; POTÊNCIA LUMINOSA MINIMA 130LM/W; FATOR DE POTÊNCIA IGUAL OU SUPERIOR A 0.9; VIDA ÚTIL NÃO INFERIOR A LM80 50.000H; ÂNGULO DE ABERTURA TIPO II CONFORME NBR 5101; CORPO DA LUMINÁRIA ALUMÍNIO PROTETOR DE SURTO TIPO DE LED SMD PARA MELHOR DISTRIBUIÇÃO LUMÍNICA; LUMINÁRIA CERTIFICADA COM IK08 E INMETRO, GARANTIA MINIMA 05 ANOS (UN)

Equipamento Custo Horário		FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
I0705	CAMINHÃO COMERC. EQUIP. C/GUINDASTE (CHP)	SEINFRA	H	0,50000000	R$ 172,71	R$ 86,36
					TOTAL Equipamento Custo Horário:	R$ 86,36

Material		FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
I8438	CABO CORDPLAST (CABO PP) 3 x 2,50 mm²	SEINFRA	M	3,00000000	R$ 5,04	R$ 15,12
I6278	FITA AUTO FUSÃO DE 1A QUALIDADE	SEINFRA	UN	0,05000000	R$ 11,17	R$ 0,56
I1181	FITA ISOLANTE	SEINFRA	M	0,05000000	R$ 0,75	R$ 0,04
INS-I14115	Luminaria em LED p/ iluminação pública LED SMD AUTOVOLT 150 W, 5.000 K, IP-66, IRC 70, FP>0,95, 170lm/w,24.000 lm e 54.000h, com base para Relé 3 PINOS, modelo GL421 G-Light ou similar	Composições	UN	1,00000000	R$ 1.394,67	R$ 1.394,67
INS-00002510	RELE FOTOELETRICO INTERNO E EXTERNO BIVOLT 1000 W, DE CONECTOR, SEM BASE	Composições	UN	1,00000000	R$ 35,46	R$ 35,46
					TOTAL Material:	R$ 1.445,85

Mão de Obra		FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
I0042	AJUDANTE DE ELETRICISTA	SEINFRA	H	0,50000000	R$ 21,10	R$ 10,55
I2312	ELETRICISTA	SEINFRA	H	0,50000000	R$ 26,85	R$ 13,43
					TOTAL Mão de Obra:	R$ 23,98

VALOR SEM ENCARGOS:	**1.531,34**
VALOR ENCARGOS*:	**INCLUSO**
VALOR COM ENCARGOS:	**1.556,19**
VALOR COM BDI:	**1.937,46**

2.1. #CP0001 ADMINISTRAÇÃO DA OBRA (%)

Serviço		FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
#CP0001	ADMINISTRAÇÃO DA OBRA	Composições	%	1,00000000	R$ 588,52	R$ 588,52
					TOTAL Serviço:	R$ 588,52

VALOR SEM ENCARGOS:	**588,52**
VALOR ENCARGOS*:	**INCLUSO**
VALOR COM ENCARGOS:	**588,52**
VALOR COM BDI:	**732,71**

JOSÉ RIBAMAR ALVES DE ARAÚJO
Engenheiro Civil
Crea 352649/CE
Prefeitura Municipal de Guaiúba

JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO 02871441359

JOSÉ WELLINGTON DE MELO GONÇALVES JÚNIOR
Secretário de Infraestrutura e Habitação
Prefeitura Municipal de Guaiúba
CNPJ: 12.359.535/0001-32

I0705 CAMINHÃO COMERC. EQUIP. C/GUINDASTE (CHP) (H)

Geral		FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
I2734	MÃO DE OBRA DE OPERAÇÃO DO CAMINHÃO COMERC. EQUIP. C/ GUINDAUTO	SEINFRA	H	1,00000000	R$ 27,4600	R$ 27,4600
I2733	MATERIAL DE OPERAÇÃO DO CAMINHÃO COMERC. EQUIP. C/ GUINDAUTO	SEINFRA	H	1,00000000	R$ 67,8640	R$ 67,8640
I2701	DEPRECIAÇÃO	SEINFRA	H	26,57070000	R$ 1,0000	R$ 26,5707
I2702	JUROS	SEINFRA	H	10,96040000	R$ 1,0000	R$ 10,9604
I2703	MANUTENÇÃO	SEINFRA	H	39,85610000	R$ 1,0000	R$ 39,8561
					TOTAL Geral:	R$ 172,7112

VALOR SEM ENCARGOS:	**155,15**
VALOR ENCARGOS*:	**INCLUSO**
VALOR COM ENCARGOS:	**172,71**
VALOR COM BDI:	**215,02**

I2733 MATERIAL DE OPERAÇÃO DO CAMINHÃO COMERC. EQUIP. C/ GUINDAUTO (H)

Material		FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
I2706	OLEO DIESEL	SEINFRA	L	13,60000000	R$ 4,9900	R$ 67,8640
					TOTAL Material:	R$ 67,8640

VALOR SEM ENCARGOS:	**67,86**
VALOR ENCARGOS*:	**INCLUSO**
VALOR COM ENCARGOS:	**67,86**
VALOR COM BDI:	**84,49**

I2734 MÃO DE OBRA DE OPERAÇÃO DO CAMINHÃO COMERC. EQUIP. C/ GUINDAUTO (H)

Mão de Obra		FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
I2545	MOTORISTA DE CAMINHÃO	SEINFRA	H	1,00000000	R$ 27,4600	R$ 27,4600
					TOTAL Mão de Obra:	R$ 27,4600

VALOR SEM ENCARGOS:	**9,90**
VALOR ENCARGOS*:	**INCLUSO**
VALOR COM ENCARGOS:	**27,46**
VALOR COM BDI:	**34,19**

JOSÉ RIBAMAR ALVES DE ARAÚJO
Engenheiro Civil
Crea 352649/CE
Prefeitura Municipal de Guaiúba

JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO 02871441359

JOSÉ WELLINGTON DE MELO GONÇALVES JÚNIOR
Secretário de Infraestrutura e Habitação
Prefeitura Municipal de Guaiúba
CNPJ: 12.359.535/0001-32

ORÇAMENTO - CURVA ABC DE SERVIÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE Guaiúba

OBRA:	REVITALIZAÇÃO DO SISTEMA DE LUMINÁRIAS VIÁRIAS COM TECNOLOGIA EM LED
LOCAL:	SEDE E DISTRITOS DO MUNICIPIO DE GUAIÚBA

DATA : **BDI :** 24,50%

FONTE	VERSÃO	HORA	MES
ORSE	2025/07	111,36%	69,82%
SEINFRA	028 SEM DESONERAÇÃO	114,15%	71,31%
Composições Próprias	PROPRIA	0,00%	0,00%

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	FONTE	TIPO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL	%	ACUMUL. %	CL
#CP0003	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE LUMINÁRIA DE LED POTÊNCIA DE 100W COM BASE PARA RELÉ 3 PINOS; FAIXA DE TENSÃO NOMINAL 110V A 230V; FAIXA DE TENSÃO NOMINAL DE ENTRADA 85V A 265V; CLASSE DE IP IGUAL OU SUPERIOR A IP65; POTÊNCIA LUMINOSA MINIMA 130LM/W; FATOR DE POTÊNCIA IGUAL OU SUPERIOR A 0.9; VIDA ÚTIL NÃO INFERIOR A LM80 50.000H; ÂNGULO DE ABERTURA TIPO II CONFORME NBR 5101; CORPO DA LUMINÁRIA ALUMÍNIO PROTETOR DE SURTO TIPO DE LED SMD PARA MELHOR DISTRIBUIÇÃO LUMÍNICA; LUMINÁRIA CERTIFICADA COM IK08 E INMETRO, GARANTIA MINIMA 05 ANOS	Composição	Serviço	UN	1.375,00	R$ 1.409,94	**R$ 1.938.667,50**	**45,44%**	**45,44%**	A
#CP0004	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE LUMINÁRIA DE LED POTÊNCIA DE 150W COM BASE PARA RELÉ 3 PINOS; FAIXA DE TENSÃO NOMINAL 110V A 230V; FAIXA DE TENSÃO NOMINAL DE ENTRADA 85V A 265V; CLASSE DE IP IGUAL OU SUPERIOR A IP65; POTÊNCIA LUMINOSA MINIMA 130LM/W; FATOR DE POTÊNCIA IGUAL OU SUPERIOR A 0.9; VIDA ÚTIL NÃO INFERIOR A LM80 50.000H; ÂNGULO DE ABERTURA TIPO II CONFORME NBR 5101; CORPO DA LUMINÁRIA ALUMÍNIO PROTETOR DE SURTO TIPO DE LED SMD PARA MELHOR DISTRIBUIÇÃO LUMÍNICA; LUMINÁRIA CERTIFICADA COM IK08 E INMETRO, GARANTIA MINIMA 05 ANOS	Composição	Serviço	UN	1.000,00	R$ 1.937,46	**R$ 1.937.460,00**	**45,41%**	**90,85%**	C
#CP0002	SUBSTITUIÇÃO DE BRAÇO DE LUMINÁRIA PÚBLICA	Composição	Serviço	UN	2.375,00	R$ 133,53	**R$ 317.133,75**	**7,43%**	**98,28%**	C
#CP0001	ADMINISTRAÇÃO DA OBRA	Composição	Serviço	%	100,00	R$ 732,71	**R$ 73.271,00**	**1,72%**	**100,00%**	C

Subtotal até 100,00%% **R$ 4.266.532,25**

Outros **R$ 0,00**

Valor total do Orçamento **R$ 4.266.532,25**

JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO 02871441359

JOSÉ RIBAMAR ALVES DE ARAÚJO
Engenheiro Civil
Crea 352649/CE
Prefeitura Municipal de Guaiúba

JOSE WELLINGTON DE MELO GONÇALVES JÚNIOR
Secretário de Infraestrutura e Habitação
Prefeitura Municipal de Guaiúba
CNPJ: 12.359.535/0001-32

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

OBRA:	REVITALIZAÇÃO DO SISTEMA DE LUMINÁRIAS VIÁRIAS COM TECNOLOGIA EM LED	**DATA :**		**BDI :**	24,50%	
LOCAL:	SEDE E DISTRITOS DO MUNICIPIO DE GUAIÚBA	**FONTE**	**VERSÃO**	**HORA**	**MES**	
		ORSE	2025/07	111,36%	69,82%	
		SEINFRA	028 SEM DESONERAÇÃO	114,15%	71,31%	
		Composições Próprias	PROPRIA	0,00%	0,00%	

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR (R$)	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5	MÊS 6	MÊS 7	MÊS 8	MÊS 9
1	SERVIÇOS DE REVITALIZAÇÃO	R$ 4.193.261,25	8,33 %	8,33 %	8,33 %	8,33 %	8,33 %	8,33 %	8,33 %	8,33 %	8,33 %
			R$ 349.298,66	R$ 349.298,66	R$ 349.298,66	R$ 349.298,66	R$ 349.298,66	R$ 349.298,66	R$ 349.298,66	R$ 349.298,66	R$ 349.298,66
2	ADMINISTRAÇÃO DA OBRA	R$ 73.271,00	8,33 %	8,33 %	8,33 %	8,33 %	8,33 %	8,33 %	8,33 %	8,33 %	8,33 %
			R$ 6.103,47	R$ 6.103,47	R$ 6.103,47	R$ 6.103,47	R$ 6.103,47	R$ 6.103,47	R$ 6.103,47	R$ 6.103,47	R$ 6.103,47
		R$ 4.266.532,25	**R$ 355.402,13**	**R$ 355.402,13**	**R$ 355.402,13**	**R$ 355.402,13**	**R$ 355.402,13**	**R$ 355.402,13**	**R$ 355.402,13**	**R$ 355.402,13**	**R$ 355.402,13**
			R$ 355.402,13	**R$ 710.804,26**	**R$ 1.066.206,39**	**R$ 1.421.608,52**	**R$ 1.777.010,65**	**R$ 2.132.412,78**	**R$ 2.487.814,91**	**R$ 2.843.217,04**	**R$ 3.198.619,17**

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR (R$)	MÊS 10	MÊS 11	MÊS 12	Total parcela
1	SERVIÇOS DE REVITALIZAÇÃO	R$ 4.193.261,25	8,33 %	8,33 %	8,37 %	**100,00 %**
			R$ 349.298,66	R$ 349.298,66	R$ 350.975,99	**R$ 4.193.261,25**
2	ADMINISTRAÇÃO DA OBRA	R$ 73.271,00	8,33 %	8,33 %	8,37 %	**100,00 %**
			R$ 6.103,47	R$ 6.103,47	R$ 6.132,83	**R$ 73.271,00**
		R$ 4.266.532,25	**R$ 355.402,13**	**R$ 355.402,13**	**R$ 357.108,82**	**R$ 4.266.532,25**
			R$ 3.554.021,30	**R$ 3.909.423,43**	**R$ 4.266.532,25**	

JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO 02871441359

JOSÉ RIBAMAR ALVES DE ARAÚJO
Engenheiro Civil
Crea 352649/CE
Prefeitura Municipal de Guaiúba

JOSE WELLINGTON DE MELO GONÇALVES JÚNIOR
Secretário de Infraestrutura e Habitação
Prefeitura Municipal de Guaiúba
CNPJ: 12.359.535/0001-32

COMPOSIÇÃO DO BDI

OBRA:	REVITALIZAÇÃO DO SISTEMA DE LUMINÁRIAS VIÁRIAS COM TECNOLOGIA EM LED	DATA :	BDI : 24,50%
LOCAL:	SEDE E DISTRITOS DO MUNICIPIO DE GUAIÚBA		

FONTE	VERSÃO	HORA	MES
ORSE	2025/07	111,36%	69,82%
SEINFRA	028 SEM DESONERAÇÃO	114,15%	71,31%
Composições Próprias	PROPRIA	0,00%	0,00%

COD	DESCRIÇÃO	%
	Benefício	
S + G	Garantia/seguros	0,25%
L	Lucro	8,00%
	TOTAL	**8,25%**
	Despesas Indiretas	
AC	Administração central	5,29%
DF	Despesas financeiras	1,01%
R	Riscos	1,00%
	TOTAL	**7,30%**
I	**Impostos**	
	COFINS	3,00%
	ISS	3,00%
	PIS	0,65%
	CPRB (3,6%, APENAS QUANDO TIVER DESONERAÇÃO INSS)	0,00%
	TOTAL	**6,65%**

BDI = 24,50%

$$\frac{(1+AC+S+R+G)\times(1+DF)\times(1+L)}{(1-I)} - 1$$

R. PEDRO AUGUSTO, Nº 53 CENTRO, CEP: 61890-000
CNPJ: 12.359.535/0001-32
EMAIL: gabinete@guaiuba.ce.gov.br
FONE: (85) 992658924

JOSÉ RIBAMAR ALVES DE ARAÚJO
Engenheiro Civil
Crea 352649/CE
Prefeitura Municipal de Guaiúba

JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO 02871441359

JOSÉ WELLINGTON DE MELO GONÇALVES JÚNIOR
Secretário de Infraestrutura e Habitação
Prefeitura Municipal de Guaiúba
CNPJ: 12.359.535/0001-32

TABELA DE ENCARGOS SOCIAIS

OBRA:	REVITALIZAÇÃO DO SISTEMA DE LUMINÁRIAS VIÁRIAS COM TECNOLOGIA EM LED	DATA :		BDI : 24,50%	
LOCAL:	SEDE E DISTRITOS DO MUNICIPIO DE GUAIÚBA	FONTE	VERSÃO	HORA	MES
		ORSE	2025/07	111,36%	69,82%
		SEINFRA	028 SEM DESONERAÇÃO	114,15%	71,31%
		Composições Próprias	PROPRIA	0,00%	0,00%

COD	DESCRIÇÃO	HORISTA %	MENSALISTA %
A	**GRUPO A**		
A1	INSS	20,00%	20,00%
A2	SESI	1,50%	1,50%
A3	SENAI	1,00%	1,00%
A4	INCRA	0,20%	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%	0,60%
A6	Salário Educação	2,50%	2,50%
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00%	3,00%
A8	FGTS	8,00%	8,00%
A9	SECONCI	0,00%	0,00%
	TOTAL	**36,80%**	**36,80%**
B	**GRUPO B**		
B1	Repouso Semanal Remunerado	17,85%	0,00%
B2	Feriados	3,71%	0,00%
B3	Auxíl io - Enfermidade	0,87%	0,66%
B4	13º Salário	11,03%	8,33%
B5	Licença Paternidade	0,07%	0,05%
B6	Faltas Justificadas	0,74%	0,56%
B7	Dias de Chuvas	1,59%	0,00%
B8	Auxíl io Acidente de Trabalho	0,11%	0,08%
B9	Férias Gozadas	12,35%	9,33%
B10	Salário Maternidade	0,04%	0,03%
	TOTAL	**48,36%**	**19,04%**
C	**GRUPO C**		
C1	Aviso Prévio Indenizado	5,52%	4,17%
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,13%	0,10%
C3	Férias Indenizadas	1,72%	1,30%
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	2,87%	2,17%
C5	Indenização Adicional	0,46%	0,35%
	TOTAL	**10,70%**	**8,09%**
D	**GRUPO D**		
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	17,80%	7,01%
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,49%	0,37%
	TOTAL	**18,29%**	**7,38%**

A + B + C + D = 114,15% 71,31%

R. PEDRO AUGUSTO, Nº 53 CENTRO, CEP: 61890-000
CNPJ: 12.359.535/0001-32
EMAIL: gabinete@guaiuba.ce.gov.br
FONE: (85) 992658924

JOSÉ RIBAMAR ALVES DE ARAÚJO
Engenheiro Civil
Crea 352649/CE
Prefeitura Municipal de Guaiúba

JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO 02871441359

JOSE WELLINGTON DE MELO GONÇALVES JÚNIOR
Secretário de Infraestrutura e Habitação
Prefeitura Municipal de Guaiúba
CNPJ: 12.359.535/0001-32

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-CE

ART OBRA / SERVIÇO
Nº CE20251718366

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará

INICIAL

1. Responsável Técnico

JOSÉ RIBAMAR ALVES DE ARAÚJO
Título profissional: **ENGENHEIRO CIVIL**
RNP: **0619845287**
Registro: **352649CE**

2. Dados do Contrato

Contratante: **MUNICIPIO DE GUAIUBA** CPF/CNPJ: **12.359.535/0001-32**
RUA PEDRO AUGUSTO Nº: **53**
Complemento: Bairro: **CENTRO**
Cidade: **GUAIÚBA** UF: **CE** CEP: **61890000**

Contrato: **2024.01/001** Celebrado em: **02/01/2024**
Valor: **R$ 8.000,00** Tipo de contratante: **Pessoa Juridica de Direito Público**
Ação Institucional: **NENHUMA - NÃO OPTANTE**

3. Dados da Obra/Serviço

RUA PEDRO AUGUSTO Nº: **53**
Complemento: Bairro: **CENTRO**
Cidade: **GUAIÚBA** UF: **CE** CEP: **61890000**
Data de Início: **02/01/2024** Previsão de término: **31/12/2025** Coordenadas Geográficas: **-4.042337, -38.633473**
Finalidade: **Infraestrutura** Código: **Não Especificado**
Proprietário: **MUNICIPIO DE GUAIUBA** CPF/CNPJ: **12.359.535/0001-32**

4. Atividade Técnica

	Quantidade	Unidade
18 - Fiscalização		
61 - Fiscalização de serviço técnico > ELETROTÉCNICA > INSTALAÇÕES ELÉTRICAS > DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS EM BAIXA TENSÃO > #11.10.1.3 - PARA FINS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS	2.375,00	un
14 - Elaboração	Quantidade	Unidade
35 - Elaboração de orçamento > ELETROTÉCNICA > INSTALAÇÕES ELÉTRICAS > DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS EM BAIXA TENSÃO > #11.10.1.3 - PARA FINS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS	2.375,00	un
80 - Projeto > ELETROTÉCNICA > INSTALAÇÕES ELÉTRICAS > DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS EM BAIXA TENSÃO > #11.10.1.3 - PARA FINS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS	2.375,00	un

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

5. Observações

ELABORAÇÃO PROJETO, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE REVITALIZAÇÃO DO SISTEMA DE LUMINÁRIAS VIÁRIAS COM TECNOLOGIA LED.

6. Declarações

- Declaro que estou cumprindo as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.

7. Entidade de Classe

NENHUMA - NÃO OPTANTE

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

_____, _____ de _____ de _____
Local data

Documento assinado eletronicamente com credenciais de login e senha
JOSÉ RIBAMAR ALVES DE ARAÚJO
RNP: 0619845287
Data: 04/09/2025 16:25:32

JOSÉ RIBAMAR ALVES DE ARAÚJO - CPF: 028.714.413-59

MUNICIPIO DE GUAIUBA - CNPJ: 12.359.535/0001-32

9. Informações

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

10. Valor

Valor da ART: **R$ 103,03** Registrada em: **04/09/2025** Valor pago: **R$ 103,03** Nosso Número: **8218199574**

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: https://crea-ce.sitac.com.br/publico/, com a chave: 4D0cy
Impresso em: 04/09/2025 às 16:25:32 por: , ip: 191.247.26.207

RELATÓRIO ANALÍTICO - COMPOSIÇÕES DE CUSTOS

OBRA:	REVITALIZAÇÃO DO SITEMA DE LUMINÁRIAS VIÁRIA COM TECNOLOGIA EM LED	DATA :	BDI : 24,50%
LOCAL:	SEDE E DISTRITOS DO MUNICIPIO DE GUAIÚBA		

FONTE	VERSÃO	HORA	MES
ORSE	2025/01	111,36%	69,82%
SEINFRA	028 SEM DESONERAÇÃO	114,15%	71,31%
Composições Próprias	PROPRIA	0,00%	0,00%

1.1. #CP0001 - ADMINISTRAÇÃO DA OBRA (%)

Mão de Obra		FONTE	UNID	COEF.	PR. UNI. SEM BDI	PR. TOTAL SEM BDI
I2322	ENGENHEIRO	SEINFRA	H	32,0000	113,34	3.626,88
I1088	ELETROTECNICO MONTADOR	SEINFRA	H	39,2590	32,54	1.277,49
					TOTAL PARA 1 MÊS	**4.904,37**
					DURAÇÃO DA OBRA	**12**
					TOTAL PARA 12 MESES S/ BDI	**58.852,44**
					FRAÇÃO 100%	**588,52**
					FRAÇÃO 100% C/ BDI DE 24,50%	**732,71**

JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO: 02871441359

Assinado digitalmente por JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO:02871441359
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Certificado Digital PF A1, OU=Videoconferencia, OU=27987340000181, OU=AC SyngularID Multipla, CN=JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO:02871441359
Razão: Eu sou o autor deste documento
Foxit Reader Versão: 10.0.0

JOSÉ RIBAMAR ALVES DE ARAÚJO
Engenheiro Civil
Crea 352649/CE
Prefeitura Municipal de Guaiúba

JOSE WELLINGTON DE MELO GONÇALVES JÚNIOR
Secretário de Infraestrutura e Habitação
Prefeitura Municipal de Guaiúba
CNPJ: 12.359.535/0001-32

CADERNO TÉCNICO



OBJETO: REVITALIZAÇÃO DO SISTEMA DE LUMINÁRIAS VIÁRIAS COM TECNOLOGIA EM LED.

LOCAL: MUNICÍPIO DE GUAIÚBA/CE

Este Memorial Descritivo refere-se à REVITALIZAÇÃO DO SISTEMA DE LUMINÁRIAS VIÁRIAS COM TECNOLOGIA EM LED. Já estão inclusos todos os custos de materiais, transportes, equipamentos, BDI, mão de obra, encargos sociais e impostos necessários para a realização dos serviços.

Localização da Obra

As referidas obras e serviços serão executados no Município de Guaiúba/CE.

Sistema de Iluminação

Considerando que o serviço de iluminação pública é essencial para a qualidade de vida nos centros urbanos, atuando como um instrumento de cidadania, ou seja, um conjunto de direitos e deveres aos quais um indivíduo está sujeito em relação à sociedade em que vive. Isso permite que os habitantes desfrutem plenamente do espaço público durante o período noturno. Além disso, a iluminação pública está diretamente ligada à segurança, prevenindo a criminalidade, embelezando as áreas urbanas, destacando e valorizando monumentos, prédios e paisagens, facilitando a ordenação do tráfego de veículos e pedestres, orientando percursos e permitindo um melhor aproveitamento das áreas de lazer. A continuidade da manutenção e conservação dos sistemas de iluminação pública resulta em uma melhor imagem da cidade, favorecendo o turismo, o comércio e o lazer noturno, e contribuindo para o desenvolvimento social e econômico da população.

O objetivo é alcançar a gestão integral da iluminação pública, possibilitando a melhoria, ampliação, conservação, manutenção e a implantação de novas tecnologias que atendam à satisfação e segurança da população, relativas à acessibilidade e ao aumento na ocupação dos espaços públicos.

Assim, o serviço propõe a substituição das luminárias de vapor de tecnologia obsoleta, pouco eficiente e de baixa luminosidade, por luminárias de tecnologia LED, cujas características luminosas são superiores e mais eficientes em comparação às luminárias que atualmente compõem o sistema de iluminação pública deste município.

Estamos vivenciando uma transição na qual o poder público está reconhecendo que a iluminação é tão importante quanto a gestão de resíduos e a educação, e essa nova visão da iluminação está em amplo crescimento, com as prefeituras retomando o controle da iluminação pública, frequentemente deixado em segundo plano.

Por fim, destaca-se que a função primordial da iluminação urbana é o bem-estar e o desenvolvimento do município. Cada vez mais, a Administração Pública está percebendo que investir em iluminação urbana é um bom negócio, pois os retornos são certos, rápidos e visíveis. Uma cidade bem iluminada atrai turistas, proporciona mais segurança para as pessoas e para o

JOSE WELLINGTON DE MELO GONÇALVES JÚNIOR
Secretário de Infraestrutura e Habitação
Prefeitura Municipal de Guaiúba
CNPJ: 12.359.535/0001-32

JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO
02871441359

tráfego, ajuda na preservação do património da cidade e na proteção ao meio ambiente, melhora a ambiência urbana e a interação social. A luz dá visibilidade às ações do poder público.

Execução de obras

Antes da execução de qualquer obra, deverá a contratada apresentar os projetos executivos com memória de cálculo e orçamento, de acordo com a planilha orçamentária constante dos autos e estudo luminotécnico, para prévia análise do contratante. Sempre que necessário, os projetos deverão ser submetidos à distribuidora de energia local (ENEL-CE), ficando a contratada responsável pela aprovação do projeto.

Deverá a contratada garantir a exequibilidade do projeto executivo apresentado ao contratante para a devida autorização, pois uma vez autorizado e havendo complicações na execução que alterem significativamente o orçamento, não se responsabilizará o contratante pelo ônus financeiro decorrente dos erros de projeto.

A contratada deverá obter junto às autoridades competentes autorização para execução de obras que possam ser objeto de questionamentos sob o ponto de vista do tombamento da cidade ou de motivação ambiental, antes da execução dos serviços.

As obras devem ser executadas de acordo com as normas da ABNT, as normas da distribuidora de energia local e o padrão estético urbanístico do logradouro, como já ocorre em Guaiúba. Deve ser utilizado um único modelo de luminária para cada tipo de aplicação, à exceção para os casos em que o projeto urbanístico exija mais de um modelo.

A contratada deverá aceitar as indicações de prioridade por parte do contratante, na execução das obras.

Após a emissão da autorização do serviço para execução, a contratada deverá executar as obras, com exceção das obras não-padronizadas, no prazo de:

45 (quarenta e cinco) dias para obras até R$ 20.000,00 (vinte mil reais);

90 (noventa) dias para obras maiores que R$ 20.000,00 (vinte mil reais) e até R$ 100.000,00 (cem mil reais);

120 (noventa) dias para obras maiores que R$ 100.000,00 (cem mil reais).

A contratada deverá para as obras não-padronizadas apresentar relatório descritivo e fotográfico, para ciência e autorização do Município, devendo a correção ser executada no prazo máximo de:

- 05 (cinco) dias para abalroamento.
- 05 (cinco) dias para avaria por terceiros e situações decorrentes de serviço de infraestrutura em curso que careçam da aplicação de material ou serviço que apresentem risco considerável a segurança pública.

JOSE WELLINGTON DE MELO GONÇALVES JÚNIOR
Secretário de Infraestrutura e Habitação
Prefeitura Municipal de Guaiúba
CNPJ: 12.359.535/0001-32

JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO
02871441359

- 10 (dez) dias para avaria por terceiros e situações decorrentes de serviço de infraestrutura em curso que careçam da aplicação de material ou serviço que não apresentem risco considerável a segurança pública.

É importante que o projeto apresentado seja exequível, pois quando autorizado pelo contratante e havendo complicações na execução que alterem significativamente o orçamento, o contratante não se responsabiliza pelo ônus financeiro decorrente aos erros de projeto.

Recepção de obras por terceiros

A contratada deverá, quando solicitada, vistoriar obras de iluminação pública executadas por terceiros e emitir relatórios técnicos que identifiquem qualquer inconformidade para que o contratante tenha embasamento técnico antes de vir a recepcionar qualquer obra executada por terceiros.

A contratada deverá apresentar, quando solicitada, recepcionar as obras no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Cadastro, armazenamento e descarte de materiais

Em muitos casos, em decorrência de obras de iluminação e outros tipos de intervenção, alguns materiais e equipamentos são retirados do sistema de iluminação pública.

Para o bom funcionamento do sistema de iluminação pública, a contratada deverá fazer a triagem desses materiais em salvo, sucata e resíduos perigosos CLASSE I.

Material salvo

Este estudo preliminar trata como material salvo os equipamentos ou materiais retirados do Sistema de Iluminação Pública em decorrência de obras ou outros tipos de intervenção, mas que se apresentem em bom estado de conservação, permitindo a reutilização do equipamento em outra(s) localidade(s) sem que haja prejuízo técnico e/ou estético no novo local da sua aplicação. A reutilização do material salvo otimiza o uso do recurso financeiro, além de preservar o meio ambiente.

A contratada deverá fornecer mensalmente para o contratante um cadastro do material salvo em formato xls detalhando cada item e seu quantitativo, além de estocá-los de maneira apropriada até o final do Contrato.

Toda atividade relacionada a triagem, estocagem e cadastramento dos materiais salvo não custará ônus financeiro adicional para o contratante.

Resíduos

Finalmente, serão definidos como resíduos perigosos CLASSE I, todo resíduo que apresente riscos à saúde pública e ao meio ambiente, exigindo tratamento e disposições especiais, em função de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade, contaminação etc.

JOSE WELLINGTON DE MELO GONÇALVES JÚNIOR
Secretário de Infraestrutura e Habitação
Prefeitura Municipal de Guaiúba
CNPJ: 12.359.535/0001-32

JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO
02871441359

A contratada deverá encaminhar as lâmpadas queimadas para descontaminação e destinação final mediante certificado de empresa especializada, sem ônus financeiro adicional para o contratante, fazendo-se cumprir todas as exigências legais da legislação ambiental vigente. A comprovação da correta destinação final destes resíduos se dará através da emissão de certificado de descontaminação e destinação final dos resíduos emitido por empresa credenciada e autorizada pelos órgãos ambientais para realização de tal serviço, emitido em favor do contratante, a cada lote.

Toda atividade para a correta destinação de resíduos perigosos CLASSE I não custará ônus financeiro adicional para o contratante.

Cadastro georreferenciado dos pontos luminosos

O cadastro georreferenciado dos pontos de iluminação pública é muito importante, pois é através dele que se consegue gerenciar as intervenções no Parque de Iluminação Pública e atestar as faturas de energia elétrica. A escolha de um bom software de gestão de iluminação pública é substancial para que o trabalho de cadastro de pontos luminosos atinja um bom desempenho. O software deve ser destinado a controlar e gerenciar todas as atividades inerentes ao funcionamento do Sistema de Iluminação Pública.

Espeficiações Técnicas

A qualidade dos produtos destinados para a iluminação pública vem sendo questionada, face a entrada no mercado de luminárias e componentes de diversas procedências, sem comprovação de normas técnicas aplicáveis. A falta de qualidade dos produtos pode ocasionar diversos problemas, como falha precoce dos equipamentos gerando necessidade de manutenção e aumento do custo de reposição, também acarretam problemas de segurança elétrica, interferências eletromagnéticas, causando riscos para quem trabalha com os equipamentos. Essa baixa qualidade provoca ainda problemas de baixa visibilidade e segurança pelo não atendimento aos níveis de iluminância e uniformidade da iluminação, exigidos pela norma da ABNT NBR 5101/2018 de iluminação pública. Diante desse cenário o INMETRO publicou a portaria nº20/2017 de 15 de fevereiro de 2017, que torna compulsória a certificação de luminárias para iluminação pública, essa portaria estabelece um patamar mínimo aceitável para a qualidade das luminárias LED de iluminação pública, a nova legislação também inclui, requisitos mínimos para projetos e drivers, além de sistemas para telegestão de instalações de IP. Vale salientar que os atendimentos normativos, quando se trata de um parque já existente, deve ser analisado e justificado tecnicamente para que os atendimentos a NBR 5101/2018 sejam sempre validados, usando a

JOSE WELLINGTON DE MELO GONÇALVES JÚNIOR
Secretário de Infraestrutura e Habitação
Prefeitura Municipal de Guaiúba
CNPJ: 12.359.535/0001-32

JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO
02871441359

luminária para correção de angulação. Conhecer a origem do produto, seu fornecedor ou fabricante, e saber se ele cumpre as normas de construção, segurança e eficiência energética são essenciais no momento da escolha. É preciso saber exatamente o que significa cada item da especificação do equipamento que se está comprando até para poder prever os gastos com manutenção. Conhecer as diferenças entre vida mediana e vida útil, eficiência luminosa e eficiência energética, fator de potência e distorção harmônica, é importante para não ser surpreendido negativamente depois da instalação. Não menos importante é a constatação de que a configuração proposta para a instalação atende às necessidades da via pública. Para tanto, o cliente pode exigir do fornecedor relatórios de ensaios. Para o setor de iluminação pública existem as normas técnicas de produtos e as normas técnicas de aplicação. As instruções apresentadas nesta especificação visam orientar e regulamentar os equipamentos para a obra de Implantação/requalificação da iluminação pública do município de Guaiúba/CE. As disposições contidas aqui são exigências básicas e a liberação da Ordem de Serviço por parte da Secretaria de Infraestrutura e Habitação, só será aceita após aprovação e formalização dos materiais, assim gerando uma padronização e qualificação das instalações e segurança de todos. Estas especificações não alteram as normas regedoras INMETRO, NBR´s, NR´s, concessionária local e as cláusulas de contrato. As instruções aqui contidas poderão, a qualquer tempo, vir a ser editadas, complementadas ou modificadas pela Secretaria de Infraestrutura e Habitação.

NORMAS UTILIZADAS PARA CONCEPÇÃO DO PROJETO

- Portaria INMETRO nº 20/2017 – Luminária para Iluminação Pública
- Critérios luminárias em LED selo PROCEL
- NBR 5410 – Instalações elétricas de baixa tensão e aterramento;
- NBR 5101 – Iluminação Pública;
- NBR 5434 - Redes de distribuição aérea de energia elétrica;
- NBR 5426 - Planos de Amostragem e Procedimentos na Inspeção por Atributos –
- Procedimento;
- NBR-5370 – Conectores de cobre para condutores elétricos;
- NBR 6524 - Fios e cabo duro e meio duro com ou sem cobertura.
- NBR 8182 - Cabos de potência multiplexados autossustentados com isolação extrudada
- de PE ou XLPE, para tensões até 0,6/1 kV;

JOSE WELLINGTON DE MELO GONÇALVES JÚNIOR
Secretário de Infraestrutura e Habitação
Prefeitura Municipal de Guaiúba
CNPJ: 12.359.535/0001-32

JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO
02871441359

- ABNT NBR 15129:2012 - Luminárias para Iluminação Pública – Requisitos particulares;
- NBR 5123 - Relé fotoelétrico e tomada para iluminação – Especificação e método.
- ABNT NBR IEC 60598-1:2010 - Luminárias – Parte 1: Requisitos gerais e ensaios;
- NBR14305 - Reator e ignitor para lâmpada a vapor metálico (halogenetos) - Requisitos e
- ensaios;
- NBRIEC60598-1 Luminárias - Parte 1: Requisitos gerais e ensaios;
- NBRIEC60662 - Lâmpadas a vapor de sódio a alta pressão;
- NBR13593 - Reator e ignitor para lâmpada a vapor de sódio a alta pressão – Especificação e ensaios;
- NBR 15129 – Luminárias para Iluminação Pública;
- NF C33-004-1998 – Câbles isolés et leurs accessoires pour Power Systems - équipement de connexion pour les distributions des frais généraux et des services de la tension nominale 0,6/1 kV avec au moins un noyau isolé - électrique le vieillissement test;
- NBR 8094 – Material metálico revestido e não revestido – Corrosão por exposição à névoa salina – Método de Ensaio;
- NBR 5474 – Eletrotécnica e Eletrônica: Conectores Elétricos;

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS PARA LUMINÁRIAS DE LED CONFORME CENÁRIO - SISTEMA PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA VIÁRIA

O Fabricante ofertado obrigatoriamente deverá apresentar o registro no Inmetro Conforme Portaria nº 20 de 15 de fevereiro de 2.017 para Luminárias Públicas Viárias respeitando seu prazo de exigência conforme consta em Portaria, com registro válido e vigente, na qual, o motivo é que a administração do município de Guaiuba/CE entende que a Garantia de 5 anos possa ocorrer, e a data limite seria até 2.026, sendo que está Portaria regulamenta que o fabricante/fornecedor deve obrigatoriamente possuir o registro em data igual ou superior a 02/01/2019, desta forma, o fabricante apto com registro no Inmetro tenha condições de repor os mesmos produtos ofertados oriundos deste processo licitatório, e não havendo nenhum prejuízo ao erário municipal.

JOSE WELLINGTON DE MELO GONÇALVES JÚNIOR
Secretário de Infraestrutura e Habitação
Prefeitura Municipal de Guaiúba
CNPJ: 12.359.535/0001-32

JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO
02871441359

CARACTERÍSTICAS ELÉTRICAS:

Para Luminária com tecnologia LED, potência nominal de no mínimo **100 W**:

- Fluxo luminoso: 13.000 a 15.600 lm;
- Eficiência luminosa mínima: de 130 lm/W;
- Fator de potência: ≥ 0,92;
- Grau de proteção: IP-66 integral, IK 08, com proteção contra surtos incorporada;
- IRC mínimo: 70;
- Temperatura de cor: de 4000 K a 5000 K;
- Corpo: alumínio injetado;
- Vida útil: 50.000 horas; e
- A luminária deverá ainda ter certificação do INMETRO, conforme Portaria 062/2022 e garantia de 5 anos. As luminárias deverão ser interligadas aos condutores da rede por meio de cabos tipo "PP" 3x2,5mm², passando por dentro do poste, com todas as derivações sendo feitas.

Para Luminária com tecnologia LED, potência nominal de no mínimo **150 W**:

- Fluxo luminoso: 19.500 a 22.100 lm;
- Eficiência luminosa mínima: 130 lm/W;
- Fator de potência ≥ 0,92;
- Grau de proteção: IP-66 integral, IK 08, com proteção contra surtos incorporada;
- IRC mínimo: 70;
- Temperatura de cor: de 4000 K a 5000 K;
- Corpo em alumínio injetado, vida útil de 50.000 horas;
- A luminária deverá ainda ter certificação do INMETRO, conforme Portaria 062/2022 e garantia de 5 anos. As luminárias deverão ser interligadas aos condutores da rede por meio de cabos tipo "PP" 3x2,5mm², passando por dentro do poste, com todas as derivações sendo feitas.

JOSE WELLINGTON DE MELO GONÇALVES JÚNIOR
Secretário de Infraestrutura e Habitação
Prefeitura Municipal de Guaiúba
CNPJ: 12.359.535/0001-32

JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO
02871441359



COD.	TAMANHO EXTERNO (LxAxP - cm)	CÓD. BARRA
05109	428 x 168 x 56	7899771503932
05113	498 x 198 x 73	7899771503949
05116	598 x 198 x 73	7899771503963
05119	678 x 298 x 75	7899771504397
05120	678 x 298 x 75	7899771504403

Luminária 100W / 150W – Luminária Ilustrativa

JOSE WELLINGTON DE MELO GONÇALVES JÚNIOR
Secretário de Infraestrutura e Habitação
Prefeitura Municipal de Guaiúba
CNPJ: 12.359.535/0001-32

JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO
02871441359

SIMULAÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS DE GUAIÚBA

Encontramos no município de Guaiúba padrões de vias típicas. Qualquer via do município se encaixa dentro dentro dos padrões estabelecidos de vias típicas.

As simulações luminotécnicas foram realizadas no software Dialux Evo, utilizando- se o modo "Outdoor and Building Planning".

O fator de refletância da superfície do solo foi de 10% (padrão do Dialux). Para todos os tipos de vias o Fator de EXECUÇÃO foi baseado na Vida Útil Mínima estipulada, de 70.000 horas, sendo considerado o valor de 0,70, correspondente à redução do fluxo luminoso para 70% do seu valor inicial (denotado L70), nos termos apresentados pela Portaria 20:2017 do INMETRO.

Para luminárias com vida útil superior a 70.000 horas foi admitida a correção do Fator de EXECUÇÃO, considerando uma interpolação linear da vida útil declarada pelo fabricante, limitado a 0,80, conforme fórmula a seguir:

$$\text{Fator de EXECUÇÃO} = 1 - 0{,}3\ x\ \left(\frac{50.000}{\textit{vida útil da luminária}}\right) \leq 0{,}8$$

Dessa forma, para cada luminária a ser utilizada nos cálculos, um fator de EXECUÇÃO específico deverá ser calculado. A distribuição dos pontos das malhas de cálculo foi definida de acordo com a NBR 5101:2018. Para as faixas de rolamento, as malhas resultam em 17x10 pontos e, nos passeios, em 17x5 pontos. Cabe ressaltar que, só é possível obter a configuração solicitada pela norma (uma linha transversal alinhada com cada luminária) no modo "Outdoor and Building Planning" do Dialux Evo. A distância entre o poste e o meio fio em todos os casos, foi considerada nos cenários. Já a altura da calçada em relação à via foi de 0.1m. O ângulo padrão do braço do poste (I) é de 0°, entretanto, as luminárias foram inclinadas conforme necessidade e de acordo com as devidas limitações referentes ao Controle de Distribuição Luminosa (CDL). Siglas utilizadas: Nos cenários seguem as padronizações dos braços de acordo com os desenhos constantes no Caderno Técnico, modelo M2 e alturas dos pontos de luz.

JOSE WELLINGTON DE MELO GONÇALVES JÚNIOR
Secretário de Infraestrutura e Habitação
Prefeitura Municipal de Guaiúba
CNPJ: 12.359.535/0001-32

JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO
02871441359

BRAÇOS:

Certificados Obrigatórios autenticados, referentes aos braços;

a) Carta do Fabricante dando Garantia contra defeitos de fabricação durante 5 anos.

Os braços produzidos em tubo de aço galvanizado tipo SAE 1010/1020, em secções cilíndricas perfeitamente unidas por meio de junções suaves, soldados entre si, recebem acabamento zincado a fogo por imersão. Projetados e dimensionados para resistir a diferentes velocidades de vento, atendem as Normas, ABNT NBR 6123, postes metálicos para iluminação pública ABNT NBR-14744 da ABNT, galvanização de produtos de aço ABNT NBR 6323 e NBR 6591 Tubos de aço-carbono com solda longitudinal de seção circular, quadrada, retangular e especial para fins industriais

JOSE WELLINGTON DE MELO GONÇALVES JÚNIOR
Secretário de Infraestrutura e Habitação
Prefeitura Municipal de Guaiúba
CNPJ: 12.359.535/0001-32

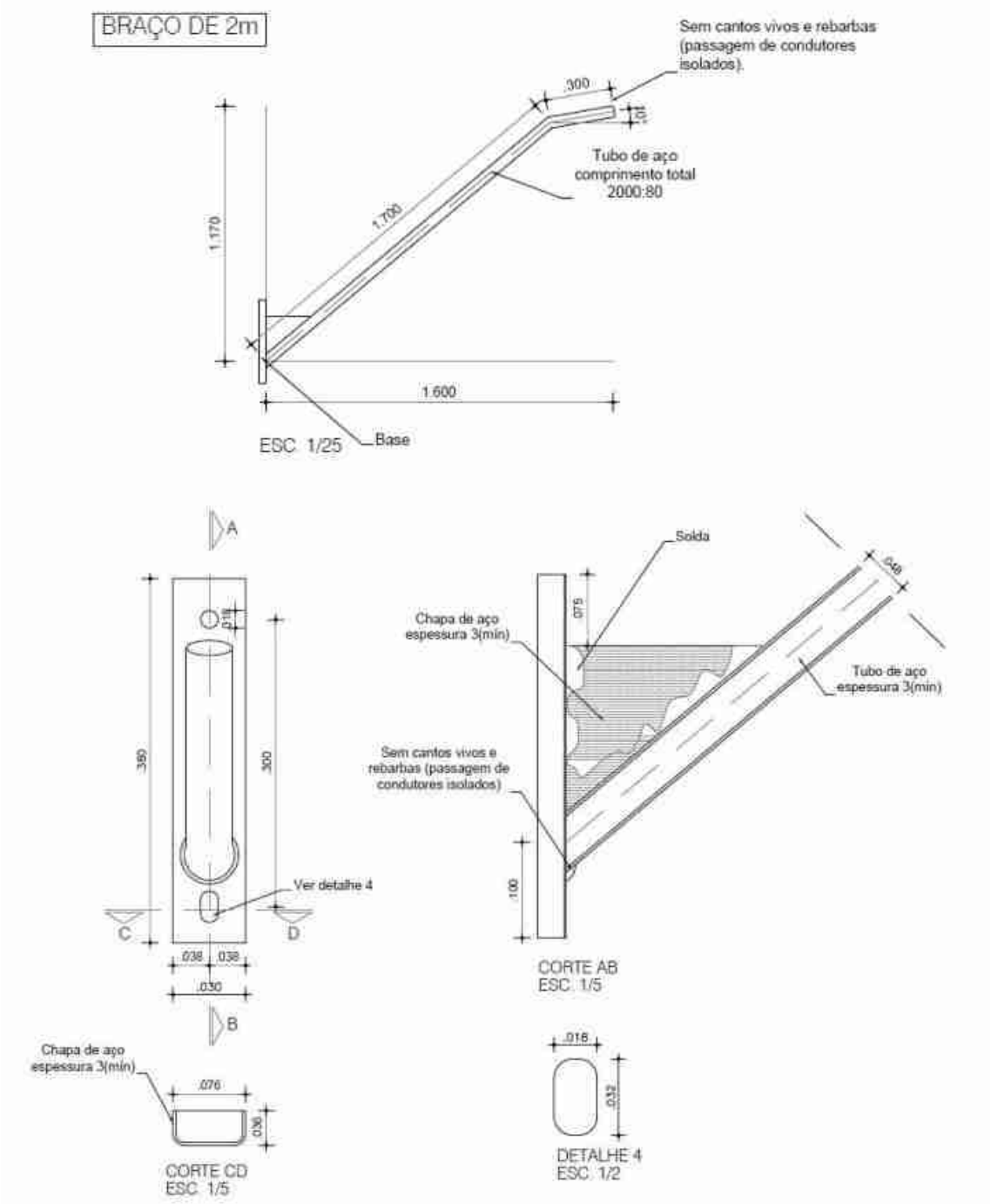
JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO: 02871441359

Assinado digitalmente por JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO: 02871441359
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Certificado Digital PF A1, OU=Videoconferencia, OU=27848734000181, OU=AC SyngularID Multipla, CN=JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO: 02871441359
Razão: Eu sou o autor deste documento
Foxit Reader Versão: 10.0.0

JOSÉ RIBAMAR ALVES DE ARAÚJO
Engenheiro Civil
Crea 352649/CE
Prefeitura Municipal de Guaiúba

ESPECIFICAÇÃO PARA BRAÇOS DE 2 METROS

Fornecimento de braço com sapata, para acoplar 01 luminária, projeção horizontal de 2 metros e projeção vertical de +/- 1,2 metros em tubo de 48mm, parede mínima de 2,75mm, angulação de 10° em relação ao solo, conforme projeto, garantia mínima de 5 anos;



JOSE WELLINGTON DE MELO GONÇALVES JÚNIOR
Secretário de Infraestrutura e Habitação
Prefeitura Municipal de Guaiúba
CNPJ: 12.359.535/0001-32

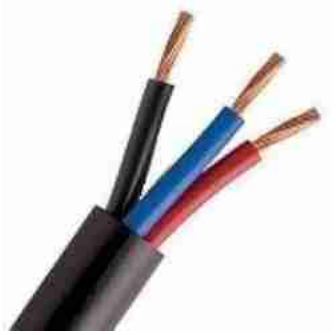
JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO
02871441359

Todos os materiais serão analisados por amostragem para inspeção de conformidade com os desenhos técnicos antes do seu uso em campo.

CABOS

Instalação ou substituição de cabo de cobre tipo “PP”, classe de tensão 450/750 V, em braço de luminária, de seção nominal igual a 3x2,5 mm2, com as seguintes especificações técnicas:

- Condutor: formado por fios de cobre eletrolítico nu, tempera mole, atendendo à classe 4 de encordoamento;
- Isolação: PVC (70°C) - composto termoplástico de policloreto de vinila flexível, em cores diferentes para identificação;
- Cobertura: PVC - composto termoplástico de policloreto de vinila flexível, tipo ST1 na cor preta;
- Normas aplicáveis da ABNT: ABNT NBR NM 247-5; ABNT NBR NM 280.



DEMAIS MATERIAIS

Relé fotoeletrônico microcontrolado para comando automático de iluminação. identificação:

I. Ter indelevelmente gravado, no mínimo, as seguintes informações na parte superior da tampa ou na lateral: nome e/ou marca do fabricante, tensão nominal a ser aplicada no circuito de comando (105 Vca a 305 Vca, 50/60 Hz), potência: carga máxima para cargas resistivas (1.000W) e lâmpadas à descarga, esquema do contato elétrico NF em operação tipo fail off, indicação do sistema de direcionamento para melhor funcionamento do relé;

JOSE WELLINGTON DE MELO GONÇALVES JÚNIOR
Secretário de Infraestrutura e Habitação
Prefeitura Municipal de Guaiúba
CNPJ: 12.359.535/0001-32

JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO
02871441359

II. Na parte inferior deverá conter calendário com identificação da data de fabricação (mês e ano), bem como de instalação e retirada do equipamento da rede de distribuição (mês e ano), prazo de garantia de 5 (cinco) anos;

III. Características Construtivas:

A. A base deverá ser fabricada em polipropileno. o suporte de montagem deverá ser em material eletricamente isolante e que não permita a deformação quando do manuseio. deverá ser preso à tampa por sistema que assegure fixação adequada de modo a permitir a sua retirada sem danificação;

B. A tampa deverá ser fabricada em policarbonato estabilizado contra radiações uv, eletricamente isolante, resistente a impactos e às intempéries;

C. Contatos de encaixe deverão ser de latão estanhado e rigidamente fixados ao suporte;

D. O relé não deverá apresentar trincas, rebarbas, arestas vivas ou bolhas;

E. Deverá ser selado com solda ultrassônica após a sua montagem final;

F. O invólucro do relé deverá ser de material eletricamente isolante resistente a impacto e intempéries, resistente à temperatura de até 70ºc, e o suporte de montagem deverá ser em plástico de engenharia, firmemente preso à tampa permitindo correto manuseio sem desprendimento desta, protegendo contra danos ao relé;

G. A gaxeta de vedação deverá ser de espuma de borracha ou material elástico com Dureza de (35±5) Shore a, com superfície lisa permitindo o giro sem que haja seu deslocamento devendo vedar e evitar o deslocamento indevido do relé após a montagem do conjunto;

H. O relé fotoelétrico eletrônico deve possuir um grau mínimo de proteção do conjunto de IP-67 conforme NBR 5123;

IV. O esquema elétrico deve ser do tipo NF/Fail-Off;

V. Possuir sensor óptico empregando qualquer tecnologia disponível desde que seja garantido o seu funcionamento de maneira estável durante sua vida útil;

JOSE WELLINGTON DE MELO GONÇALVES JÚNIOR
Secretário de Infraestrutura e Habitação
Prefeitura Municipal de Guaiúba
CNPJ: 12.359.535/0001-32

JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO
02871441359

VI. Características de Funcionamento:

A. Acionamento com retardo de 5s;

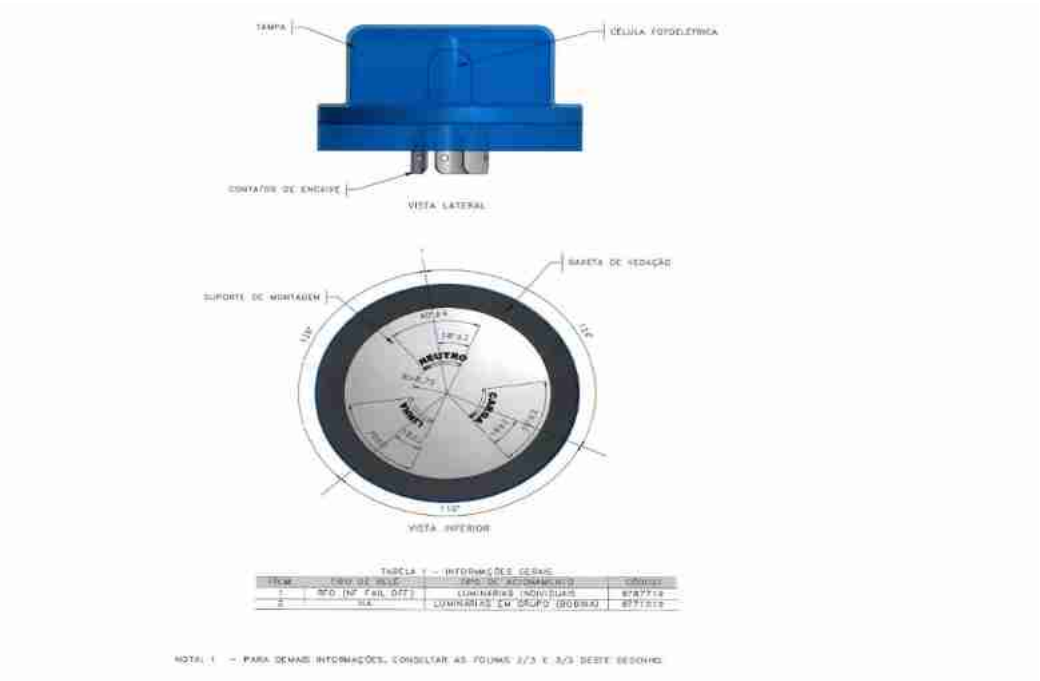
B. O tempo máximo de operação para ligar e desligar lâmpadas com iluminamento constante é de 5 minutos dentro da faixa de operação do sistema: 105 V a 305 V, -5ºC a 50ºC;

C. Consumo próprio máximo deverá ser de 1,0W para funcionamento em 127 v e 220 V.

VII. O módulo de comutação da carga do relé quando constituído por contatos elétricos físicos não poderão ser micro soldados ou caldeado por correntes ou surtos de corrente que os atravessem, quando sobre os contatos houver diferença de potencial superior a 50V.

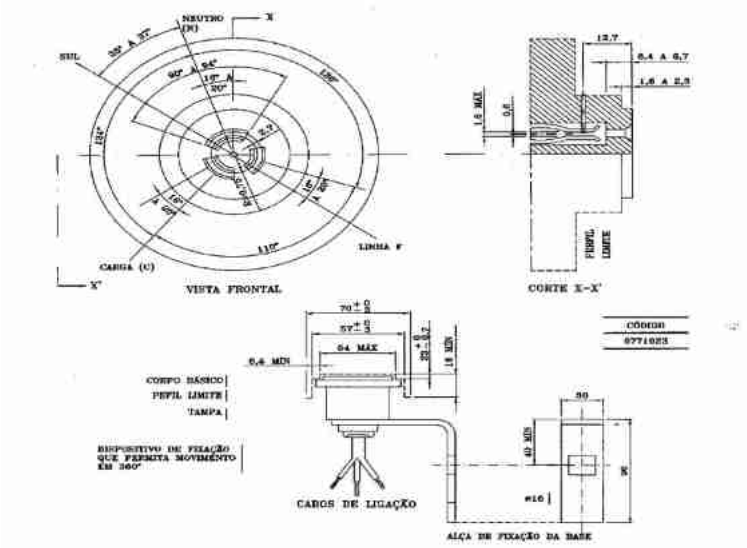
VIII. Capacidade de carga deverá ser de 1.000 W para carga puramente;

IX. Os contatos devem ser capazes de suportar 30.000 operações com as cargas indutivas supracitadas, contando-se uma operação para cada ciclo completo (uma abertura e um fechamento), sem sofrer desgastes ou deteriorações que os inutilizem; conforme NBR 5123, deverá possuir gravação em seu invólucro na parte superior de forma visível apresentando a garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.



JOSE WELLINGTON DE MELO GONÇALVES JÚNIOR
Secretário de Infraestrutura e Habitação
Prefeitura Municipal de Guaiúba
CNPJ: 12.359.535/0001-32

JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO
02871441359



NOTAS : 1 – MATERIAL : O SUPORTE DE FIXAÇÃO DEVE SER DE AÇO CARBONO ZINCADO, DURALUMÍNIO OU MATERIAL EQUIVALENTE RESISTENTE À CORROSÃO. CORPO BÁSICO EM BAQUELITE DE ALTA RIGIDEZ DIELÉTRICA OU MATERIAL EQUIVALENTE. TAMPA DE MATERIAL ESTABILIZADO CONTRA OS EFEITOS DE RADIAÇÃO ULTRAVIOLETA E RESISTENTE A IMPACTO E A INTEMPÉRIES.

2 – CABOS DE LIGAÇÃO : DEVEM SER DE COBRE COM ISOLAÇÃO PARA 750 V, À PROVA DE TEMPO, SITUDA MÍNIMA DE 0,5mm² E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 500mm. NAS CORES: COMUM – BRANCO, FASE – PRETO; CARGA – VERMELHO

3 – DEVE SER ESTAMPADO NA PEÇA O NOME DO FABRICANTE, CORRENTE, TENSÃO, MÊS E ANO DE FABRICAÇÃO.

4 – ADMITE-SE UMA TOLERÂNCIA DE ±2% NAS COTAS APRESENTADAS, EXCETO NAS INDICADAS EM CONTRÁRIO.

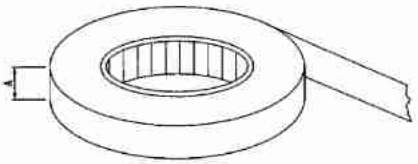
5 – A BASE DEVE TER UM GIRO DE 360° EM RELAÇÃO AO SUPORTE E O DISPOSITIVO DE FIXAÇÃO DEVE TRAVAR A BASE AO SUPORTE EM QUALQUER POSIÇÃO.

6 – DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME NBR–5123

7 – DIMENSÕES EM MILÍMETROS

ESPECIFICAR : BASE PARA RELÉ FOTOELÉTRICO, CONFORME DESENHO Nº 604.02.2

FITA ADESIVA ISOLANTE ANTI-CHAMA



VISTA PERSPECTIVA

TABELA 1

ITEM	CARACTERÍSTICA MECÂNICA		CARACTERÍSTICA ELÉTRICA		ADESÃO (N/Cm DE LARGURA)		DIMENSÕES			CÓDIGO
	RESISTÊNCIA MÍNIMA À TRAÇÃO (N/Cm DE LARGURA)	ALONGAMENTO MÍNIMO À RUPTURA (%)	TENSÃO MÍNIMA DISRUPTIVA DURANTE 24hs A 90° DE UMIDADE RELATIVA (V)	RESISTÊNCIA MÍNIMA DE ISOLAMENTO (MΩ)	PLACA DE AÇO INOX	AO DORSO	COMPRIMENTO (m)	LARGURA (A) (mm)	ESPESSURA (mm)	
1	20,0	155	6000	50000	2,7	1,9	20±0,5	19±0,5	0,18±0,03	6771078

NOTAS : 1 – MATERIAL : FILME DE CLORETO DE POLIVINILA PLASTIFICADO(PVC) NA COR PRETA, COM ADESIVOS TERMOPLÁSTICOS.

2 – CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS : AS CARACTERÍSTICAS ELÉTRICAS E MECÂNICAS DEVEM ESTAR DE ACORDO COM A TABELA ACIMA.

3 – PROPRIEDADES FÍSICAS : A FITA INSTALADA NA REDE ELÉTRICA DEVE RESISTIR À ABRASÃO, UMIDADE, ÁCIDO, CORROSÃO EM COBRE E AS CONDIÇÕES ATMOSFÉRICAS, ALÉM DE POSSUIR ALTA RIGIDEZ DIELÉTRICA EM ÁGUA.

4 – ACABAMENTO : O ROLO DE FITA NÃO DEVE APRESENTAR AFUNILAMENTO OU DISTORÇÃO.

5 – IDENTIFICAÇÃO : EM CADA ROLO DEVE SER MARCADO, DE FORMA LEGÍVEL E INDELÉVEL, NO MÍNIMO :
- O NOME OU A MARCA DO FABRICANTE;
- A MARCA OU O TIPO DE FITA.

6 – CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO : A FITA ADESIVA ISOLANTE DEVE SER PRÓPRIA PARA PRENDER, PROTEGER E ISOLAR CONDUTORES ELÉTRICOS E SER UTILIZADA TAMBÉM COMO ACABAMENTO SOBRE FITA AUTO–FUSÃO.

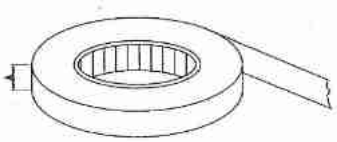
7 – A FITA, DEPOIS DE APLICADA, DEVE RESISTIR À OPERAÇÃO CONTÍNUA DE 90°.

ESPECIFICAR : FITA ADESIVA ISOLANTE ANTI–CHAMA 19mmx20m, CONFORME O DESENHO Nº 220.01.1

JOSE WELLINGTON DE MELO GONÇALVES JÚNIOR
Secretário de Infraestrutura e Habitação
Prefeitura Municipal de Guaiúba
CNPJ: 12.359.535/0001-32

JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO
02871441359

FITA ADESIVA ISOLANTE AUTO-FUSÃO



VISTA PERSPECTIVA

TABELA 1

ITEM	CARACTERÍSTICA MECÂNICA		CARACTERÍSTICA ELÉTRICA		DIMENSÕES			CÓDIGO
	RESISTÊNCIA MÍNIMA À TRAÇÃO (MPa)	ALONGAMENTO MÍNIMO À RUPTURA (%)	RIGIDEZ DIELÉTRICA MÍNIMA (kV/mm)	RESISTÊNCIA MÍNIMA DE ISOLAMENTO (MΩ)	COMPRIMENTO (m)	LARGURA (A) (mm)	ESPESSURA (mm)	
1	1,7	600	20,0	10^4	10±0,500	19±0,5	0,76±0,04	6771052

NOTAS : 1 – MATERIAL : BORRACHA À BASE DE ETILENO-PROPILENO (EPR) DE COR PRETA, AUTO-AGLOMERANTE, POSSUINDO UM FILME ANTI-ADERENTE DE POLIPROPILENO (LINER) FACENDO A SEPARAÇÃO DAS VOLTAS CONSECUTIVAS DO ROLO.

2 – CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS : AS CARACTERÍSTICAS ELÉTRICAS E MECÂNICAS DEVEM ESTAR DE ACORDO COM A TABELA 1 DESTE DESENHO.

3 – ACABAMENTO : O ROLO DE FITA NÃO DEVE APRESENTAR AFUNILAMENTO OU DISTORÇÃO.

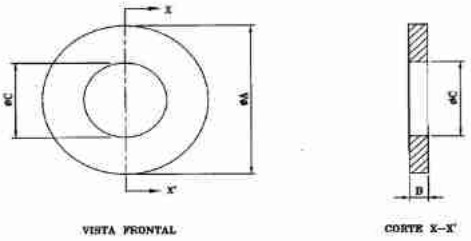
4 – CONDIÇÕES ESPECÍFICAS : A FITA DEPOIS DE APLICADA DEVE RESISTIR À OPERAÇÃO CONTÍNUA COM TEMPERATURA A 90°C.

5 – IDENTIFICAÇÃO : EM CADA EMBALAGEM INDIVIDUAL DEVE SER MARCADO DE FORMA LEGÍVEL E INDELÉVEL NO MÍNIMO:
- O NOME OU A MARCA DO FABRICANTE
- A MARCA OU O TIPO DE FITA.

6 – CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO : A FITA ELÉTRICA DE ALTA TENSÃO DEVE SER PRÓPRIA PARA USO EM ISOLAMENTO ELÉTRICO E SELAMENTO CONTRA UMIDADE.

ESPECIFICAR : FITA ISOLANTE AUTO-FUSÃO, 19mm×10m, CONFORME O DESENHO Nº 250.02.1.

ARRUELA REDONDA



VISTA FRONTAL CORTE X–X'

TABELA 1

ITEM	DIMENSÕES (mm)			USADA EM PARAFUSO	TORQUE MÁXIMO SUPORTÁVEL SEM APRESENTAR DEFORMAÇÃO OU RUPTURA (daN.m)	CÓDIGO
	øA	B	øC			
1	16	1	6	M5	1,5	6770645
2	22	2	12	M10	3	6770644
3	28		14	M12	5	6770645
4	30	3	18	M16	8	6770646
5	44	5	22	M20	12	6770647

NOTAS : 1 – MATERIAL : AÇO ZINCADO ABNT 1010 A 1020, TREFILADO OU LAMINADO;

2 – RESISTÊNCIA MECÂNICA : A ARRUELA CORRETAMENTE INSTALADA EM PARAFUSO, ENTRE A PORCA E UMA SUPERFÍCIE RÍGIDA METÁLICA, NÃO DEVE APRESENTAR DEFORMAÇÃO OU RUPTURA, QUANDO APLICADO NA PORCA DO PARAFUSO UM TORQUE COM O VALOR INDICADO NA TABELA 1 DESTE DESENHO;

3 – IDENTIFICAÇÃO : CADA PEÇA DEVE ESTAR ADEQUADAMENTE IDENTIFICADA, DE FORMA LEGÍVEL E INDELÉVEL, NO MÍNIMO, COM O NOME OU A MARCA DO FABRICANTE;

4 – APÓS A IDENTIFICAÇÃO, A PEÇA DEVE SER ZINCADA A QUENTE POR IMERSÃO, COM REVESTIMENTO DE ZINCO DE ESPESSURA DE CAMADA DE, NO MÍNIMO, 75 µm, DE ACORDO COM A NBR-6323;

5 – ADMITE-SE UMA TOLERÂNCIA DE ±2% NAS COTAS INDICADAS;

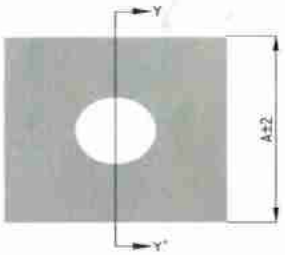
6 – DIMENSÕES EM MILÍMETROS.

ESPECIFICAR : ARRUELA REDONDA (a)x(b)x(c)mm. AÇO ZINCADO A QUENTE POR IMERSÃO, CONFORME O DESENHO Nº 410.01.3:
(a) INDICAR A DIMENSÃO DO DIÂMETRO EXTERNO
(b) INDICAR A DIMENSÃO DA ESPESSURA
(c) INDICAR A DIMENSÃO DO DIÂMETRO DO FURO

JOSE WELLINGTON DE MELO GONÇALVES JÚNIOR
Secretário de Infraestrutura e Habitação
Prefeitura Municipal de Guaiúba
CNPJ: 12.359.535/0001-32

JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO
02871441359

ARRUELA QUADRADA



VISTA FRONTAL



CORTE Y–Y'



VISTA EM PERSPECTIVA

TABELA 1 – CARACTERÍSTICAS

DIMENSÕES A	DIMENSÕES B	DIMENSÕES øC	USADA EM PARAFUSO	TORQUE (daN.m)	CÓDIGO
38	3	14	M12	5	6770633
50		18	M16	8	6770632
100	5	22	M20	12	6770631 6770634

NOTAS:
1 – MATERIAL: AÇO ZINCADO ABNT 1010 A 1020, TREFILADO OU LAMINADO;
2 – RESISTÊNCIA MECÂNICA: A ARRUELA CORRETAMENTE INSTALADA EM PARAFUSO, ENTRE A PORCA E UMA SUPERFÍCIE RÍGIDA METÁLICA, NÃO DEVE APRESENTAR DEFORMAÇÃO OU RUPTURA, QUANDO APLICADO NA PORCA DO PARAFUSO UM TORQUE COM VALOR INDICADO NA TABELA 1 DESTE DESENHO;
3 – IDENTIFICAÇÃO: CADA PEÇA DEVE ESTAR ADEQUADAMENTE IDENTIFICADA, DE FORMA LEGÍVEL E INDELÉVEL, NO MÍNIMO, COM NOME OU MARCA DO FABRICANTE;
4 – APÓS A IDENTIFICAÇÃO, A PEÇA DEVE SER ZINCADA A QUENTE POR IMERSÃO, COM REVESTIMENTO DE ZINCO DE ESPESSURA DE CAMADA DE, NO MÍNIMO, 75µm, DE ACORDO COM A NBR-6323;
5 – ADMITE-SE UMA TOLERÂNCIA DE ±2% NAS COTAS INDICADAS;
6 – DIMENSÕES EM MILÍMETROS, EXCETO ONDE INDICADO;
7 – DESENHO SEM ESCALAS.

ESPECIFICAR: ARRUELA QUADRADA (a)mm x (b)mm x (c)mm, AÇO ZINCADO A QUENTE POR IMERSÃO, CONFORME O DESENHO Nº410.03.2 DO PM-01.
(a) INDICAR A DIMENSÃO DO LADO;
(b) INDICAR A DIMENSÃO DA ESPESSURA;
(c) INDICAR A DIMENSÃO DO DIÂMETRO DO FURO.

JOSE WELLINGTON DE MELO GONÇALVES JÚNIOR
Secretário de Infraestrutura e Habitação
Prefeitura Municipal de Guaiúba
CNPJ: 12.359.535/0001-32

JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO
02871441359

PORCA QUADRADA

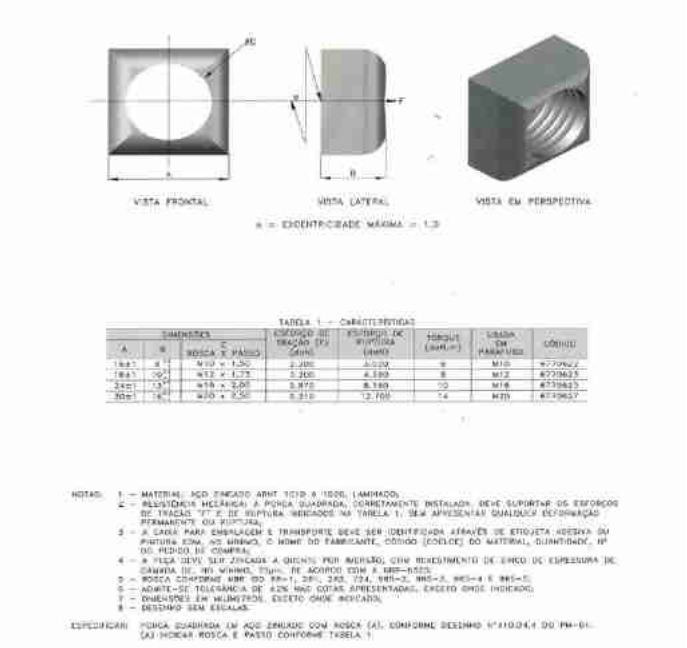


TABELA 1 – CARACTERÍSTICAS

DIMENSÕES A	DIMENSÕES B	DIMENSÕES C ROSCA x PASSO	ESFORÇO DE TRAÇÃO (F) (daN)	ESFORÇO DE RUPTURA (daN)	TORQUE (daNm)	USADA EM PARAFUSO	CÓDIGO
18±1	8	M10 x 1,50	2.200	4.020	8	M10	6770622
18±1	10	M12 x 1,75	3.200	6.380	8	M12	6770623
24±1	13	M16 x 2,00	5.870	8.180	10	M16	6770624
30±1	16	M20 x 2,50	9.310	12.700	14	M20	6770625

NOTAS:
1 – MATERIAL: AÇO ZINCADO ABNT 1010 A 1020, LAMINADO;
2 – RESISTÊNCIA MECÂNICA: A PORCA QUADRADA, CORRETAMENTE INSTALADA, DEVE SUPORTAR OS ESFORÇOS DE TRAÇÃO "F" E DE RUPTURA INDICADOS NA TABELA 1, SEM APRESENTAR QUALQUER DEFORMAÇÃO PERMANENTE OU RUPTURA;
3 – A CAIXA PARA EMBALAGEM E TRANSPORTE DEVE SER IDENTIFICADA ATRAVÉS DE ETIQUETA ADESIVA OU IMPRESSÃO COM, NO MÍNIMO, O NOME DO FABRICANTE, CÓDIGO (COELCE) DO MATERIAL, QUANTIDADE, Nº DO PEDIDO DE COMPRA;
4 – A PEÇA DEVE SER ZINCADA A QUENTE POR IMERSÃO, COM REVESTIMENTO DE ZINCO DE ESPESSURA DE CAMADA DE, NO MÍNIMO, 75µm, DE ACORDO COM A NBR-6323;
5 – ROSCA CONFORME NBR ISO 68-1, 261, 262, 724, 965-2, 965-3, 965-4 E 965-5;
6 – ADMITE-SE TOLERÂNCIA DE ±2% NAS COTAS APRESENTADAS, EXCETO ONDE INDICADO;
7 – DIMENSÕES EM MILÍMETROS, EXCETO ONDE INDICADO;
8 – DESENHO SEM ESCALAS.

ESPECIFICAR: PORCA QUADRADA EM AÇO ZINCADO COM ROSCA (A), CONFORME DESENHO Nº 410.04.4 DO PM-01.
(A) INDICAR ROSCA E PASSO CONFORME TABELA 1

PARAFUSO CABEÇA QUADRADA M16



TABELA 1 – CARACTERÍSTICAS

DIMENSÕES A	DIMENSÕES B MÍN.	DIMENSÕES B MÁX.	ESFORÇO DE TRAÇÃO (F) (daN)	ESFORÇO DE CISALHAMENTO (daN)	ESFORÇO DE RUPTURA (daN)	TORQUE (daNm)	CÓDIGO
50	45	50	5.000	3.000	6.800	8	6770311
150	90	100					6770303
200	130	140					6770305
250	170	180					6770306
300	240	260					6770307
350	290	310					6770308
400	350	380					6770309
450	400	430					6770310
500	450	480					6770313
550	500	530					6770316
600	550	580					6770314
650	600	630					6770315

NOTAS:
1 – MATERIAL: AÇO ZINCADO ABNT 1010 A 1020, LAMINADO OU TREFILADO OU FORJADO;
2 – RESISTÊNCIA MECÂNICA: O PARAFUSO CORRETAMENTE INSTALADO DEVE SUPORTAR UM ESFORÇO DE TRAÇÃO "F" DE 5.000daN, E UM ESFORÇO DE CISALHAMENTO DE 3.000daN, NO MÍNIMO, SEM APRESENTAR QUALQUER DEFORMAÇÃO PERMANENTE, E UM ESFORÇO DE RUPTURA DE 6.800daN, NO MÍNIMO, SEM SOFRER RUPTURA;
3 – IDENTIFICAÇÃO: CADA PEÇA DEVE ESTAR ADEQUADAMENTE IDENTIFICADA, NO MÍNIMO, COM:
– O NOME OU A MARCA DO FABRICANTE.
4 – APÓS A IDENTIFICAÇÃO, A PEÇA DEVE SER ZINCADA A QUENTE POR IMERSÃO, COM REVESTIMENTO DE ZINCO COM ESPESSURA DE CAMADA DE, NO MÍNIMO, 75µm, DE ACORDO COM A NBR-6323;
5 – A PORCA QUADRADA DEVE SER CONFORME O DESENHO Nº 410.04 DA COELCE, EM SUA ÚLTIMA REVISÃO;
6 – O PARAFUSO DEVE ATENDER À NBR-8159, DEVENDO A ROSCA DEVE SER M16 x 2mm E ESTAR DE ACORDO COM A NBR ISO 68-1, 261, 262, 724, 965-2, 965-3, 965-4 E 965-5;
7 – A EXCENTRICIDADE MÁXIMA (e) TOLERÁVEL ENTRE O EIXO QUE PASSA LONGITUDINALMENTE PELO CENTRO DO PARAFUSO E O EIXO QUE PASSA PELO CENTRO DA SEÇÃO DA CABEÇA DO PARAFUSO OU DA PORCA DEVE SER DE 1,0mm;
8 – A EXTREMIDADE DO PARAFUSO DEVE SER ARREDONDADA OU CHANFRADA A 30°, A CRITÉRIO DO FABRICANTE;
9 – O PARAFUSO DEVE SER FORNECIDO MONTADO, COM UMA PORCA QUADRADA, CONFORME INDICADO NESTE DESENHO;
10 – GARANTIA: O FORNECEDOR DEVE DAR UMA GARANTIA MÍNIMA DE 24 MESES APÓS RECEBIMENTO PELA COELCE;
11 – ADMITE-SE UMA TOLERÂNCIA DE ±2% NAS COTAS APRESENTADAS, EXCETO ONDE INDICADO;
12 – DIMENSÕES EM MILÍMETROS, EXCETO ONDE INDICADO;
13 – DESENHO SEM ESCALAS.

ESPECIFICAR: PARAFUSO CABEÇA QUADRADA M16 x 2mm, AÇO ZINCADO, (A)mm DE COMPRIMENTO, COM (B)mm DE COMPRIMENTO NA PARTE ROSQUEÁVEL, COM UMA PORCA QUADRADA, CONFORME DESENHO Nº 410.10.5 DO PM-01.
(A) INDICAR O COMPRIMENTO DO PARAFUSO CONFORME TABELA 1;
(B) INDICAR COMPRIMENTO DA PARTE ROSQUEÁVEL CONFORME TABELA 1.

JOSE WELLINGTON DE MELO GONÇALVES JÚNIOR
Secretário de Infraestrutura e Habitação
Prefeitura Municipal de Guaiúba
CNPJ: 12.359.535/0001-32

JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO
02871441359

ANEXO

JOSE WELLINGTON DE MELO GONÇALVES JÚNIOR
Secretário de Infraestrutura e Habitação
Prefeitura Municipal de Guaiúba
CNPJ: 12.359.535/0001-32

JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO 02871441359

PLANTA DE SITUAÇÃO – LOCAIS ABRANGIDOS PELO MODERNIZAÇÃO EM LED





JOSE WELLINGTON DE MELO GONÇALVES JÚNIOR
Secretário de Infraestrutura e Habitação
Prefeitura Municipal de Guaiúba
CNPJ: 12.359.535/0001-32

JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO
02871441359





JOSE WELLINGTON DE MELO GONÇALVES JÚNIOR
Secretário de Infraestrutura e Habitação
Prefeitura Municipal de Guaiúba
CNPJ: 12.359.535/0001-32

JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO
02871441359





JOSE WELLINGTON DE MELO GONÇALVES JÚNIOR
Secretário de Infraestrutura e Habitação
Prefeitura Municipal de Guaiúba
CNPJ: 12.359.535/0001-32

JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO
02871441359





JOSE WELLINGTON DE MELO GONÇALVES JÚNIOR
Secretário de Infraestrutura e Habitação
Prefeitura Municipal de Guaiúba
CNPJ: 12.359.535/0001-32

JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO
02871441359



JOSE WELLINGTON DE MELO GONÇALVES JÚNIOR
Secretário de Infraestrutura e Habitação
Prefeitura Municipal de Guaiúba
CNPJ: 12.359.535/0001-32

JOSE RIBAMAR
ALVES DE ARAUJO
02871441359

Enel Distribuição Ceará

DEMONSTRATIVO DA ARRECADAÇÃO E APLICAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIÚBA

CNPJ: 12.359.535/0001-32

Banco: Banco do Brasil

Agencia: 6.706-7

Conta: 3.967-5

Prezado Senhor(a),

Segue para seu conhecimento o demonstrativo de faturamento e arrecadação de Iluminação Pública devidamente atualizado com a inclusão dos dados abaixo.

Tipo convênio:		Paga IP por fora
Referência:		1/2025
Arrecadação:	R$	5.568,74
Crédito da CIP na fatura:	R$	-
Utilização:	R$	-
Repasse	-R$	126.077,98
Saldo após Repasse	R$	-

Observação: 0

HISTÓRICO

Referência Repasse	Faturamento IP (=)	Tx_Adm. Incluido no Fat. IP	Arrecadação CIP (+)	Saldo anterior (+ ou -)	Crédito CIP na Fatura de IP (-)	Utilizações (-)	Repasse CIP a Prefeitura (=)	Saldo após Repasse (+ ou -)
2/2024	R$ 54.038,58	R$ 5.529,20	R$ 127.435,50	R$ -	R$ -	R$ -	-R$ 127.435,50	R$ -
3/2024	R$ 62.620,32	R$ 5.333,88	R$ 120.747,87	R$ -	R$ -	R$ -	-R$ 120.747,87	R$ -
4/2024	R$ 58.844,67	R$ 5.268,86	R$ 124.283,38	R$ -	R$ -	R$ -	-R$ 124.283,38	R$ -
5/2024	R$ 52.559,76	R$ 5.247,01	R$ 121.994,71	R$ -	R$ -	R$ -	-R$ 121.994,71	R$ -
6/2024	R$ 64.572,14	R$ 5.510,98	R$ 125.489,92	R$ -	R$ -	R$ -	-R$ 125.489,92	R$ -
7/2024	R$ 56.172,80	R$ 5.028,55	R$ 124.317,61	R$ -	R$ -	R$ -	-R$ 124.317,61	R$ -
8/2024	R$ 60.492,43	R$ 6.234,41	R$ 102.058,20	R$ -	R$ -	R$ -	-R$ 102.058,20	R$ -
9/2024	R$ 59.794,06	R$ 6.358,17	R$ 115.802,05	R$ -	R$ -	R$ -	-R$ 115.802,05	R$ -
10/2024	R$ 62.431,29	R$ 5.445,45	R$ 127.199,74	R$ -	R$ -	R$ -	-R$ 127.199,74	R$ -
11/2024	R$ 67.169,13	R$ 5.441,64	R$ 127.521,11	R$ -	R$ -	R$ -	-R$ 127.521,11	R$ -
12/2024	R$ 57.439,16	R$ 5.236,09	R$ 127.519,19	R$ -	R$ -	R$ -	-R$ 127.519,19	R$ -
1/2025	R$ 58.864,22	R$ 5.568,74	R$ 126.077,98	R$ -	R$ -	R$ -	-R$ 126.077,98	R$ -

Fortaleza, segunda-feira, 10 de fevereiro de 2025
Área de Clientes Governo Ceará

Grupo: 88880566001

JOSE WELLINGTON DE MELO GONÇALVES JÚNIOR
Secretário de Infraestrutura e Habitação
Prefeitura Municipal de Guaiúba
CNPJ: 12.359.535/0001-32

JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO
02871441359

QUADRO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - QIP

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIUBA

REFERÊNCIA DO ENVIO : FEVEREIRO / 2025
PERÍODO DE CONSUMO : JANEIRO / 2025 **(** 02/01/2025 **À** 01/02/2025 **)**
CÁLCULO - DIAS / HORAS : 31 dias / 355,983333323 horas

UNIDADE CONSUMIDORA - 2635331 - B4a - Grupo 566

VS DESCRIÇÃO	POTÊNCIA (W)	PERDAS (W)	QUANTIDADE ATUAL	CONSUMO (KWh) ATUAL
LAMPADA VAPOR SODIO 70 W IP - NBR 2011	70	14,000	1.617	48.325
LAMPADA VAPOR SODIO 150 W IP - NBR 2011	150	22,005	79	4.835
LAMPADA VAPOR SODIO 250 W IP - NBR 2011	250	30,000	20	1.992
TOTAL VS			**1.716**	**55.152**

RL DESCRIÇÃO	POTÊNCIA (W)	PERDAS (W)	QUANTIDADE ATUAL	CONSUMO (KWh) ATUAL
RELÉ	1	0,000	2.542	1.085
TOTAL RL			**2.542**	**1.085**

MERCURIO DESCRIÇÃO	POTÊNCIA (W)	PERDAS (W)	QUANTIDADE ATUAL	CONSUMO (KWh) ATUAL
LAMPADA VAPOR MERCURIO 250 W - IP	250	25,000	1	98
LAMPADA VAPOR MERCURIO 400 W - IP	400	36,000	1	155
TOTAL MERCURIO			**2**	**253**

ME DESCRIÇÃO	POTÊNCIA (W)	PERDAS (W)	QUANTIDADE ATUAL	CONSUMO (KWh) ATUAL
LAMPADA METALICA 70 W - IP - NBR 2015	70	14,000	166	4.961
LAMPADA METALICA 150 W - IP - NBR 2015	150	22,005	156	9.547
LAMPADA METALICA 250 W - IP - NBR 2015	250	30,000	54	5.379
LAMPADA METALICA 400 W - IP - NBR 2015	400	38,000	41	6.389
TOTAL ME			**417**	**26.276**

LED DESCRIÇÃO	POTÊNCIA (W)	PERDAS (W)	QUANTIDADE ATUAL	CONSUMO (KWh) ATUAL
LED 10 W IP	10	0,000	3	11
LED 30W IP	30	0,000	24	256
LED 50 W - IP	50	0,000	208	3.700
LED 60W IP	60	0,000	2	43
LED 70 W - IP	70	0,000	7	174
LED 100W IP	100	0,000	142	5.052
LED 120 W IP	120	0,000	6	256
LED 150W IP	150	0,000	41	2.188
LED 170 W - IP	170	0,000	6	363
LED 180 W IP	180	0,000	4	256
LED 200 W IP	200	0,000	61	4.341
LED 300 W IP	300	0,000	2	213
LED 500W IP	500	0,000	6	1.067
TOTAL LED			**512**	**17.921**

FLUORESCENTE DESCRIÇÃO	POTÊNCIA (W)	PERDAS (W)	QUANTIDADE ATUAL	CONSUMO (KWh) ATUAL
LAMPADA FLUORESCENTE COMPACTA 60 W - IP	60	0,000	1	21
LAMPADA FLUORESCENTE COMPACTA 65 W - IP	65	0,000	1	23
TOTAL FLUORESCENTE			**2**	**44**
TOTAL B4a			**5.191**	**100.732**

JOSE WELLINGTON DE MELO GONÇALVES JÚNIOR
Secretário de Infraestrutura e Habitação
Prefeitura Municipal de Guaiúba
CNPJ: 12.253.535/0001-32

JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO
02871441359

TOTAL MUNICÍPIO	**5.191**	**100.732**

JOSE WELLINGTON DE MELO GONÇALVES JÚNIOR
Secretário de Infraestrutura e Habitação
Prefeitura Municipal de Guaiúba
CNPJ: 12.359.535/0001-32

JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO 02871441359

Relatório de Composições

00002510 RELE FOTOELETRICO INTERNO E EXTERNO BIVOLT 1000 W, DE CONECTOR, SEM BASE (UN)

Material		FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
00002510	RELE FOTOELETRICO INTERNO E EXTERNO BIVOLT 1000 W, DE CONECTOR, SEM BASE	SINAPI	UN	1,00000000	35,46	35,46
					TOTAL Material:	35,46
					Valor Total:	**35,46**
					Valor Total com BDI:	**35,46**

JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO: 02871441359

Assinado digitalmente por JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO:02871441359
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Certificado Digital PF A1, OU=Videoconferencia, OU=27648754000181, OU=AC SyngularID Multipla, CN=JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO:02871441359
Razão: Eu sou o autor deste documento
Foxit Reader Versão: 10.0.0

JOSÉ RIBAMAR ALVES DE ARAÚJO
Engenheiro Civil
Crea 352649/CE
Prefeitura Municipal de Guaiúba

JOSE WELLINGTON DE MELO GONÇALVES JÚNIOR
Secretário de Infraestrutura e Habitação
Prefeitura Municipal de Guaiúba
CNPJ: 12.359.535/0001-32

Relatório de Composições

I14114 Luminaria em LED p/ iluminação pública LED SMD AUTOVOLT 100 W, 5.000 K, IP-66, IRC 70, FP>0,95, 160lm/w,16.000 lm e 54.000h, com base para Relé 3 PINOS, modelo GL421 G-Light ou similar (un)

Material		FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
I14114	Luminaria em LED p/ iluminação pública LED SMD AUTOVOLT 100 W, 5.000 K, IP-66, IRC 70, FP>0,95, 160lm/w,16.000 lm e 54.000h, com base para Relé 3 PINOS, modelo GL421 G-Light ou similar	ORSE	un	1,00000000	970,96	970,96

TOTAL Material: 970,96

Valor Total: **970,96**

Valor Total com BDI: **970,96**

JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO 02871441359

JOSÉ RIBAMAR ALVES DE ARAÚJO
Engenheiro Civil
Crea 352649/CE
Prefeitura Municipal de Guaiúba

JOSE WELLINGTON DE MELO GONÇALVES JÚNIOR
Secretário de Infraestrutura e Habitação
Prefeitura Municipal de Guaiúba
CNPJ: 12.359.535/0001-32

Relatório de Composições

I14115 Luminaria em LED p/ iluminação pública LED SMD AUTOVOLT 150 W, 5.000 K, IP-66, IRC 70, FP>0,95, 170lm/w,24.000 lm e 54.000h, com base para Relé 3 PINOS, modelo GL421 G-Light ou similar (un)

Material		FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
I14115	Luminaria em LED p/ iluminação pública LED SMD AUTOVOLT 150 W, 5.000 K, IP-66, IRC 70, FP>0,95, 170lm/w,24.000 lm e 54.000h, com base para Relé 3 PINOS, modelo GL421 G-Light ou similar	ORSE	un	1,00000000	1.394,67	1.394,67

TOTAL Material: 1.394,67

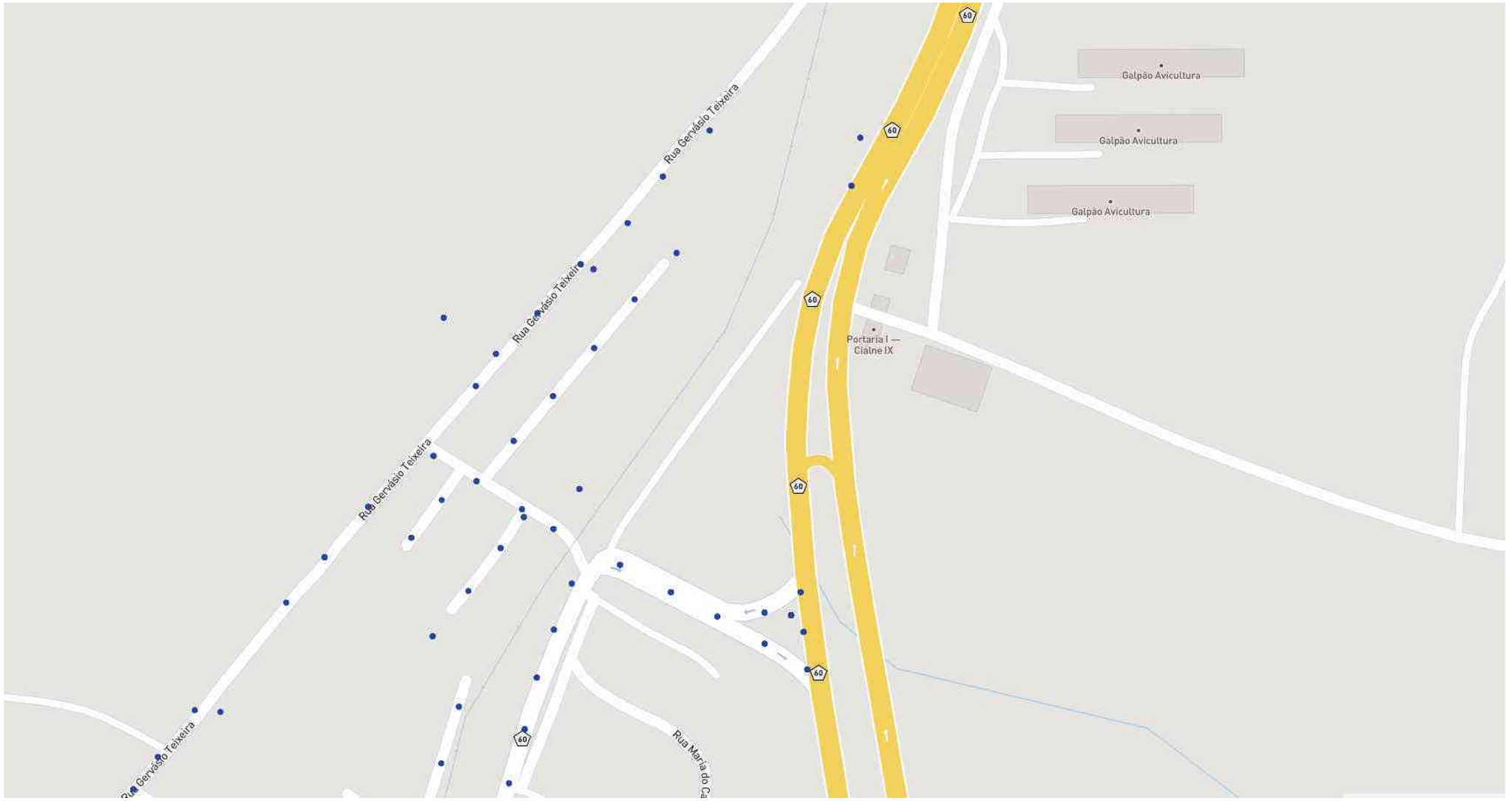
Valor Total: 1.394,67

Valor Total com BDI: 1.394,67

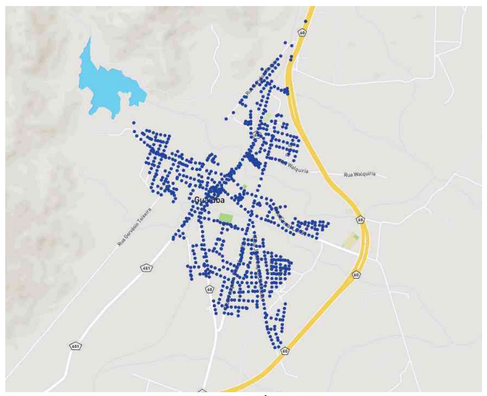
JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO
02871441359

JOSÉ RIBAMAR ALVES DE ARAÚJO
Engenheiro Civil
Crea 352649/CE
Prefeitura Municipal de Guaiúba

JOSE WELLINGTON DE MELO GONÇALVES JÚNIOR
Secretário de Infraestrutura e Habitação
Prefeitura Municipal de Guaiúba
CNPJ: 12.359.535/0001-32



PONTO LUMINOSO CONFORME CENSO ENEL 31/12/2024



PLANTA GERAL DA SEDE DE GUAIÚBA/CE

Acesso ao Censo:
file:///G:/SEINFRA/GUAI%C3%9ABA/2025/ILUMINA%C3%87%C3%83O_LED/R2/PROJETO_PRONTO/PRANCHAS/Mapa%20Cartogr%C3%A1fico%20Censo%20IP%20Guai%C3%BAba%2031-12-2024.html

NOTAS
- COTAS EM METROS;
- COTAS DE NÍVEL EM METROS;
- CONFERIR MEDIDAS, ABERTURAS, NÍVEIS E PRUMOS NO LOCAL;
- MEDIDAS EM COTAS PREVALECEM SOBRE O DESENHO;
- ESSE DESENHO DEVE SER IMPRESSO COLORIDO;

DATA	DESENHO	RESPONSÁVEL	FOLHA
ABR/2025			01/01
ESCALA: S/E	ARQUIVO: CORQUI DE ÁREA.DWG		
COD. DO PROJETO: 2025 - R1	TIPO DE PRANCHA: DES. TÉCNICO	FASE: PROJ. BÁSICO	

TÍTULO

CROQUI DE ÁREA

PROJETO

ILUMINAÇÃO LED

CLIENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIÚBA

TRABALHO DESENVOLVIDO POR:

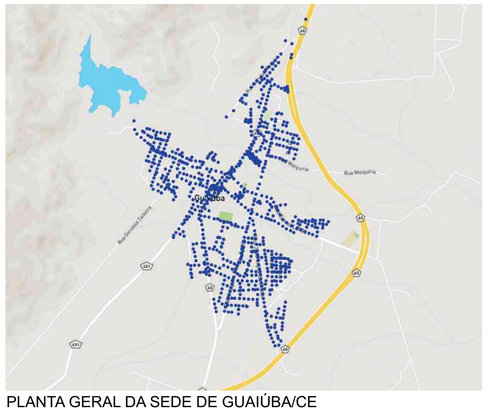
JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO 02871441359
Assinado digitalmente por JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO:02871441359
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Certificado Digital PF A1, OU=Videoconferência, OU=CTMATSADO1ET, OU=AC Final (em nuvem), OU=JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO:02871441359
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2025.04.16 10:53:51 -03'00'

JOSÉ RIBAMAR ALVES DE ARAÚJO
Engenheiro Civil
CREA 352649CE

JOSÉ WELLINGTON DE MELO GONÇALVES JÚNIOR
Secretário de Infraestrutura e Habitação
Prefeitura Municipal de Guaiúba
CNPJ: 12.359.535/0001-32



PONTO LUMINOSO CONFORME CENSO ENEL 31/12/2024



PLANTA GERAL DA SEDE DE GUAIÚBA/CE

Acesso ao Censo:
file:///G:/SEINFRA/GUAI%C3%9ABA/2025/ILUMINA%C3%87%C3%83O_LED/R2/PROJETO_PRONTO/PRANCHAS/Mapa%20Cartogr%C3%A1fico%20Censo%20IP%20Guai%C3%BAba%2031-12-2024.html

NOTAS
- COTAS EM METROS;
- COTAS DE NÍVEL EM METROS;
- CONFERIR MEDIDAS, ABERTURAS, NÍVEIS E PRUMOS NO LOCAL;
- MEDIDAS EM COTAS PREVALECEM SOBRE O DESENHO;
- ESSE DESENHO DEVE SER IMPRESSO COLORIDO;

DATA	DESENHO	RESPONSÁVEL	FOLHA
ABR/2025			
ESCALA: S/E	ARQUIVO: CORQUI DE ÁREA.DWG		01/01
COD. DO PROJETO: 2025 - R1	TIPO DE PRANCHA: DES. TÉCNICO	FASE: PROJ. BÁSICO	

TÍTULO

CROQUI DE ÁREA

PROJETO

ILUMINAÇÃO LED

CLIENTE

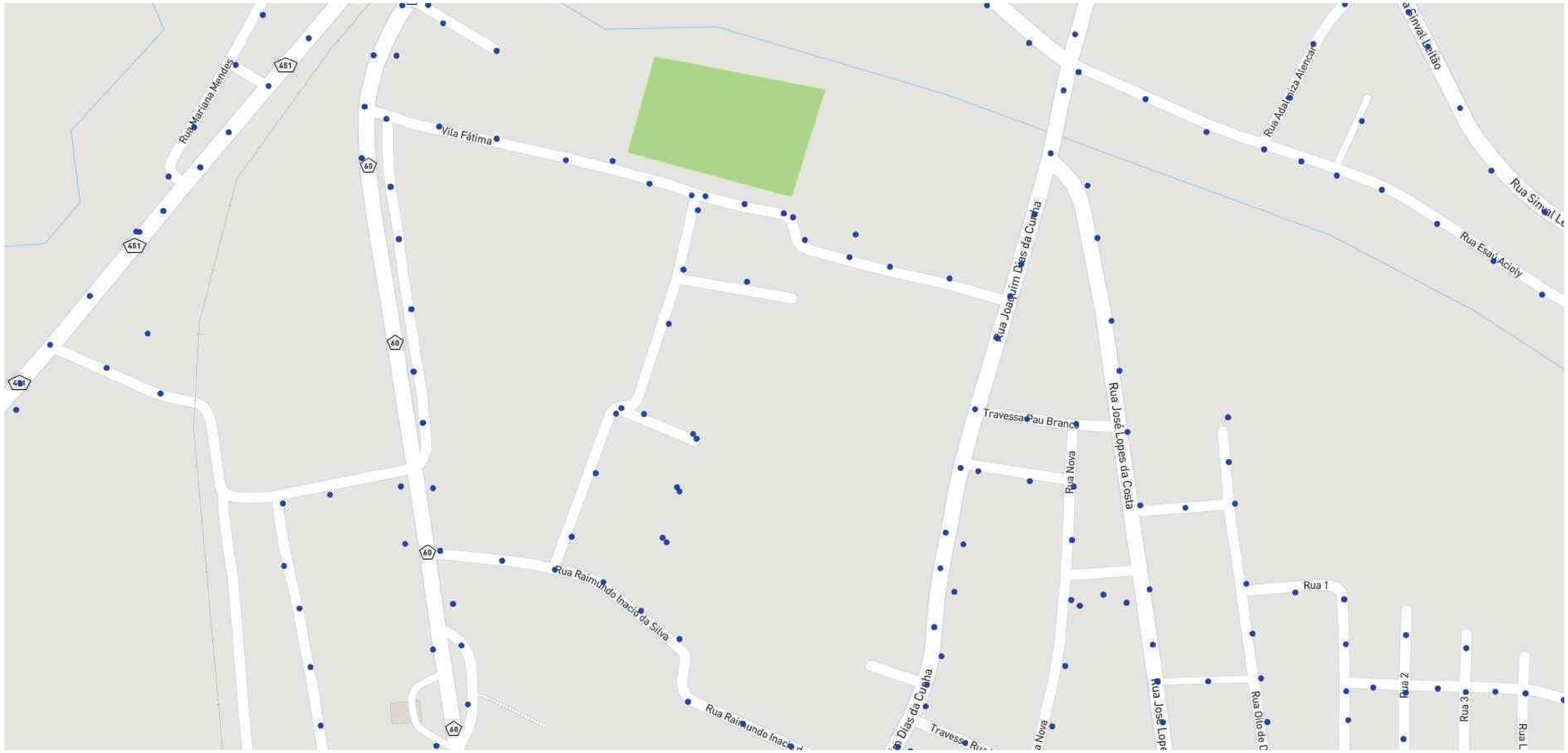
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIÚBA

TRABALHO DESENVOLVIDO POR:

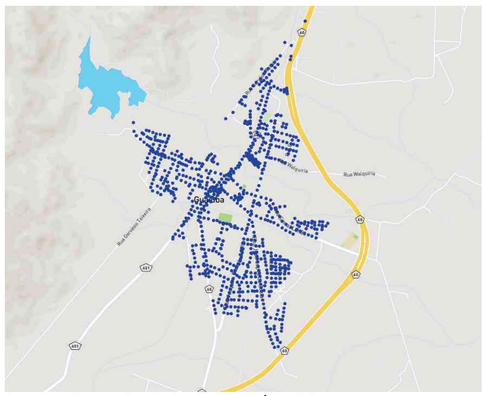
JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO:02871441359
Assinado digitalmente por JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO:02871441359
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Certificado Digital PF A1, OU=Videoconferência, OU=37845754000157, OU=AC Imediata, CN=JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO:02871441359
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Foxit Reader Versão: 10.0.0

JOSÉ RIBAMAR ALVES DE ARAÚJO
Engenheiro Civil
CREA 352649CE

JOSÉ WELLINGTON DE MELO GONÇALVES JÚNIOR
Secretário de Infraestrutura e Habitação
Prefeitura Municipal de Guaiúba
CNPJ: 12.359.535/0001-32



PONTO LUMINOSO CONFORME CENSO ENEL 31/12/2024



PLANTA GERAL DA SEDE DE GUAIÚBA/CE

Acesso ao Censo:
file:///G:/SEINFRA/GUAI%C3%9ABA/2025/ILUMINA%C3%87%C3%83O_LED/R2/PROJETO_PRONTO/PRANCHAS/Mapa%20Cartogr%C3%A1fico%20Censo%20IP%20Guai%C3%BAba%2031-12-2024.html

NOTAS
- COTAS EM METROS;
- COTAS DE NÍVEL EM METROS;
- CONFERIR MEDIDAS, ABERTURAS, NÍVEIS E PRUMOS NO LOCAL;
- MEDIDAS EM COTAS PREVALECEM SOBRE O DESENHO;
- ESSE DESENHO DEVE SER IMPRESSO COLORIDO;

DATA	DESENHO	RESPONSÁVEL	FOLHA
ABR/2025			
ESCALA: S/E	ARQUIVO: CORQUI DE ÁREA.DWG		01/01
COD. DO PROJETO: 2025 - R1	TIPO DE PRANCHA: DES. TÉCNICO	FASE: PROJ. BÁSICO	

TÍTULO

CROQUI DE ÁREA

PROJETO

ILUMINAÇÃO LED

CLIENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIÚBA

TRABALHO DESENVOLVIDO POR:

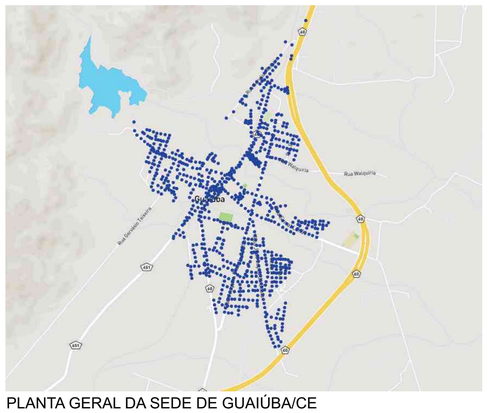
JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO: 02871441359
Assinado digitalmente por JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO:02871441359
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Certificado Digital PF A1, OU=Videoconferencia, OU=27845734000187, OU=AC SOLUTI Multipla, CN=JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO:02871441359
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: Master Versão: 10.0.0

JOSÉ RIBAMAR ALVES DE ARAÚJO
Engenheiro Civil
CREA 352649CE

JOSE WELLINGTON DE MELO GONÇALVES JUNIOR
Secretário de Infraestrutura e Habitação
Prefeitura Municipal de Guaiúba
CNPJ: 12.359.536/0001-32



PONTO LUMINOSO CONFORME CENSO ENEL 31/12/2024



PLANTA GERAL DA SEDE DE GUAIÚBA/CE

Acesso ao Censo:
file:///G:/SEINFRA/GUAI%C3%9ABA/2025/ILUMINA%C3%87%C3%83O_LED/R2/PROJETO_PRONTO/PRANCHAS/Mapa%20Cartogr%C3%A1fico%20Censo%20IP%20Guai%C3%BAba%2031-12-2024.html

NOTAS
- COTAS EM METROS;
- COTAS DE NÍVEL EM METROS;
- CONFERIR MEDIDAS, ABERTURAS, NÍVEIS E PRUMOS NO LOCAL;
- MEDIDAS EM COTAS PREVALECEM SOBRE O DESENHO;
- ESSE DESENHO DEVE SER IMPRESSO COLORIDO;

DATA	DESENHO	RESPONSÁVEL	FOLHA
ABR/2025			01/01

ESCALA	ARQUIVO
S/E	CORQUI DE ÁREA.DWG

COD. DO PROJETO	TIPO DE PRANCHA	FASE
2025 - R1	DES. TÉCNICO	PROJ. BÁSICO

TÍTULO

CROQUI DE ÁREA

PROJETO

ILUMINAÇÃO LED

CLIENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIÚBA

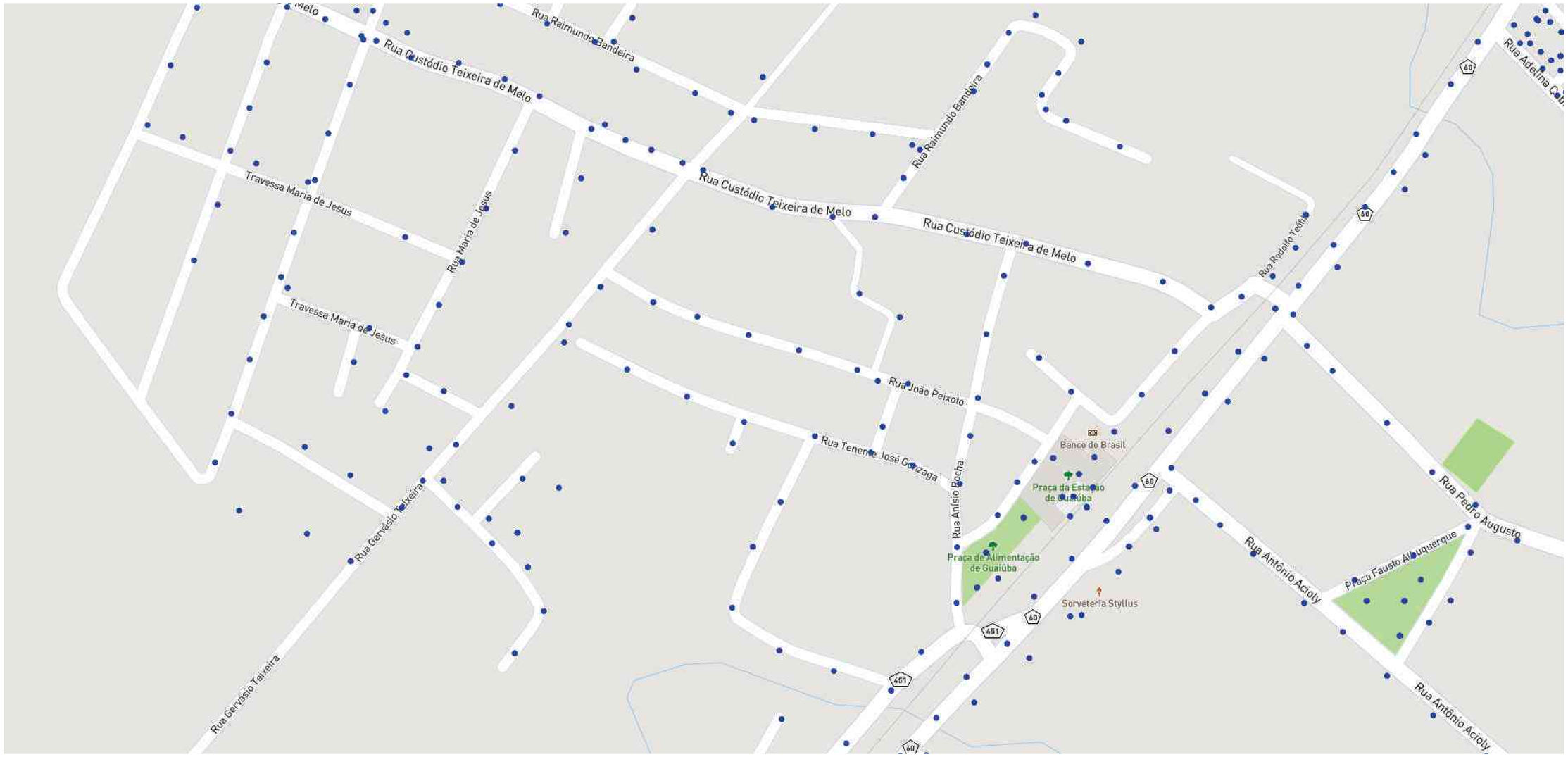
TRABALHO DESENVOLVIDO POR:

JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO
02871441359

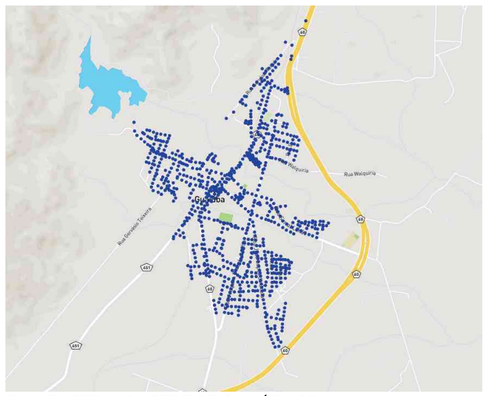
Assinado digitalmente por JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO:02871441359
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Certificado Digital PF A1, OU=Presencial, OU=AUTENTICADO E-CNPJ, OU=AC SOLUTI Multipla, CN=JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO:02871441359
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: Weather Weather 10:59:0

JOSÉ RIBAMAR ALVES DE ARAÚJO
Engenheiro Civil
CREA 352649CE

JOSÉ WELLINGTON DE MELO GONÇALVES JÚNIOR
Secretário de Infraestrutura e Habitação
Prefeitura Municipal de Guaiúba
CNPJ. 12.359.535/0001-32



PONTO LUMINOSO CONFORME CENSO ENEL 31/12/2024



PLANTA GERAL DA SEDE DE GUAIÚBA/CE

Acesso ao Censo:
file:///G:/SEINFRA/GUAI%C3%9ABA/2025/ILUMINA%C3%87%C3%83O_LED/R2/PROJETO_PRONTO/PRANCHAS/Mapa%20Cartogr%C3%A1fico%20Censo%20IP%20Guai%C3%BAba%2031-12-2024.html

JOSÉ WELLINGTON DE MELO GONÇALVES JÚNIOR
Secretário de Infraestrutura e Habitação
Prefeitura Municipal de Guaiúba
CNPJ: 12.359.535/0001-32

NOTAS
- COTAS EM METROS;
- COTAS DE NÍVEL EM METROS;
- CONFERIR MEDIDAS, ABERTURAS, NÍVEIS E PRUMOS NO LOCAL;
- MEDIDAS EM COTAS PREVALECEM SOBRE O DESENHO;
- ESSE DESENHO DEVE SER IMPRESSO COLORIDO;

DATA	DESENHO	RESPONSÁVEL	FOLHA
ABR/2025			01/01
ESCALA: S/E	ARQUIVO: CORQUI DE ÁREA.DWG		
COD. DO PROJETO: 2025 - R1	TIPO DE PRANCHA: DES. TÉCNICO	FASE: PROJ. BÁSICO	

TÍTULO

CROQUI DE ÁREA

PROJETO

ILUMINAÇÃO LED

CLIENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIÚBA

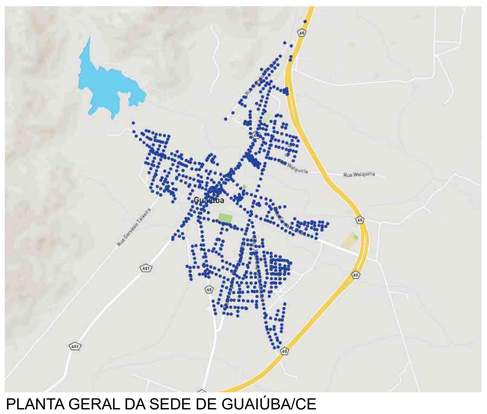
TRABALHO DESENVOLVIDO POR:

JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO:02871441359
Assinado digitalmente por JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO:02871441359
ICP-Brasil, OU=AR Brasil, OU=Certificado Digital PF A1, OU=Videoconferencia, OU=27845734000116, OU=AC Soluti v5, C=BR, O=ICP-Brasil
Verifique em https://validar.iti.gov.br

JOSÉ RIBAMAR ALVES DE ARAÚJO
Engenheiro Civil
CREA 352649CE



PONTO LUMINOSO CONFORME CENSO ENEL 31/12/2024



PLANTA GERAL DA SEDE DE GUAIÚBA/CE

Acesso ao Censo:
file:///G:/SEINFRA/GUAI%C3%9ABA/2025/ILUMINA%C3%87%C3%83O_LED/R2/PROJETO_PRONTO/PRANCHAS/Mapa%20Cartogr%C3%A1fico%20Censo%20IP%20Guai%C3%BAba%2031-12-2024.html

NOTAS
- COTAS EM METROS;
- COTAS DE NÍVEL EM METROS;
- CONFERIR MEDIDAS, ABERTURAS, NÍVEIS E PRUMOS NO LOCAL;
- MEDIDAS EM COTAS PREVALECEM SOBRE O DESENHO;
- ESSE DESENHO DEVE SER IMPRESSO COLORIDO;

DATA	DESENHO	RESPONSÁVEL	FOLHA
ABR/2025			01/01

ESCALA	ARQUIVO
S/E	CORQUI_DE_ÁREA.DWG

COD. DO PROJETO	TIPO DE PRANCHA	FASE
2025 - R1	DES. TÉCNICO	PROJ. BÁSICO

TÍTULO

CROQUI DE ÁREA

PROJETO

ILUMINAÇÃO LED

CLIENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIÚBA

TRABALHO DESENVOLVIDO POR:

JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO
02871441359

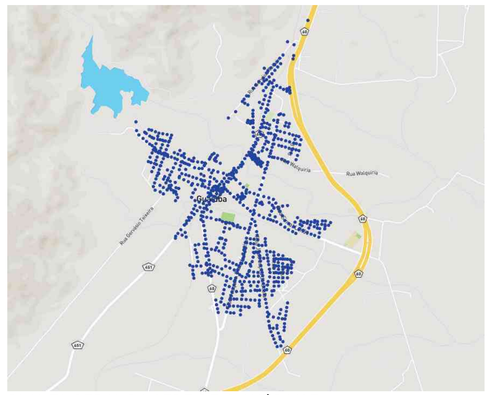
Assinado digitalmente por JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO:02871441359
ICP-Brasil, OU=AR Brasil, OU=Certificado Digital PF A1, OU=Videoconferência, OU=27845734000187, OU=AC Soluti v5, L=Icó, OU=JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO:02871441359
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: eu a finalização da assinatura aqui
Foxit Reader Versão: 12.0.0

JOSÉ RIBAMAR ALVES DE ARAÚJO
Engenheiro Civil
CREA 352649CE

JOSÉ WELLINGTON DE MELO GONÇALVES JÚNIOR
Secretário de Infraestrutura e Habitação
Prefeitura Municipal de Guaiúba
CNPJ: 12.359.535/0001-32



PONTO LUMINOSO CONFORME CENSO ENEL 31/12/2024



PLANTA GERAL DA SEDE DE GUAIÚBA/CE

Acesso ao Censo:
file:///G:/SEINFRA/GUAI%C3%9ABA/2025/ILUMINA%C3%87%C3%83O_LED/R2/PROJETO_PRONTO/PRANCHAS/Mapa%20Cartogr%C3%A1fico%20Censo%20IP%20Guai%C3%BAba%2031-12-2024.html

NOTAS
- COTAS EM METROS;
- COTAS DE NÍVEL EM METROS;
- CONFERIR MEDIDAS, ABERTURAS, NÍVEIS E PRUMOS NO LOCAL;
- MEDIDAS EM COTAS PREVALECEM SOBRE O DESENHO;
- ESSE DESENHO DEVE SER IMPRESSO COLORIDO;

DATA	DESENHO	RESPONSÁVEL	FOLHA
ABR/2025			01/01

ESCALA	ARQUIVO
S/E	CORQUI DE ÁREA.DWG

COD. DO PROJETO	TIPO DE PRANCHA	FASE
2025 - R1	DES. TÉCNICO	PROJ. BÁSICO

TÍTULO

CROQUI DE ÁREA

PROJETO

ILUMINAÇÃO LED

CLIENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIÚBA

TRABALHO DESENVOLVIDO POR:

JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO 02871441359

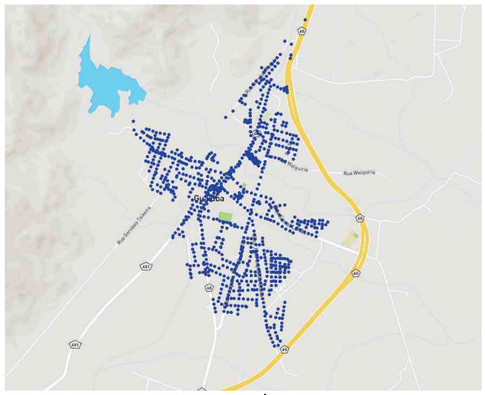
Assinado digitalmente por JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO 02871441359
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Certificado Digital PF A1, OU=Videoconferencia, OU=27845734000187, OU=AC SAFEID SS Multa, CN=JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO 02871441359
Razão: É o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Foxit Reader Versão: 10.0.0

JOSÉ RIBAMAR ALVES DE ARAÚJO
Engenheiro Civil
CREA 352649CE

JOSE WELLINGTON DE MELO GONÇALVES JÚNIOR
Secretário de Infraestrutura e Habitação
Prefeitura Municipal de Guaiúba
CNPJ. 12.309.535/0001-32



PONTO LUMINOSO CONFORME CENSO ENEL 31/12/2024



PLANTA GERAL DA SEDE DE GUAIÚBA/CE

Acesso ao Censo:
file:///G:/SEINFRA/GUAI%C3%9ABA/2025/ILUMINA%C3%87%C3%83O_LED/R2/PROJETO_PRONTO/PRANCHAS/Mapa%20Cartogr%C3%A1fico%20Censo%20IP%20Guai%C3%BAba%2031-12-2024.html

NOTAS
- COTAS EM METROS;
- COTAS DE NÍVEL EM METROS;
- CONFERIR MEDIDAS, ABERTURAS, NÍVEIS E PRUMOS NO LOCAL;
- MEDIDAS EM COTAS PREVALECEM SOBRE O DESENHO;
- ESSE DESENHO DEVE SER IMPRESSO COLORIDO;

DATA	DESENHO	RESPONSÁVEL	FOLHA
ABR/2025			01/01
ESCALA: S/E	ARQUIVO: CORQUI DE ÁREA.DWG		
COD. DO PROJETO: 2025 - R1	TIPO DE PRANCHA: DES. TÉCNICO	FASE: PROJ. BÁSICO	

TÍTULO

CROQUI DE ÁREA

PROJETO

ILUMINAÇÃO LED

CLIENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIÚBA

TRABALHO DESENVOLVIDO POR:

JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO 02871441359

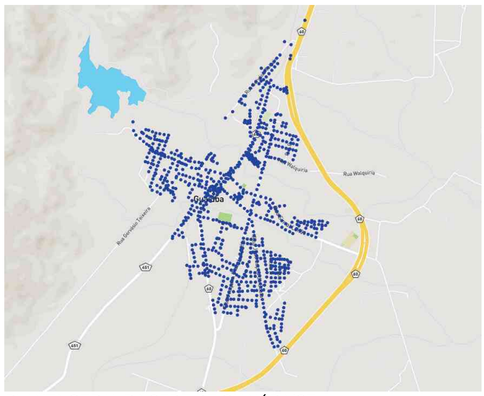
Assinado digitalmente por JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO:02871441359
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Certificado Digital PF A1, OU=Videoconferencia, OU=02871441359, CN=JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO:02871441359
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: eu sua localização da assinatura aqui
Foxit Reader Versão: 10.0.0

JOSÉ RIBAMAR ALVES DE ARAÚJO
Engenheiro Civil
CREA 352649CE

JOSÉ WELLINGTON DE MELO GONÇALVES JÚNIOR
Secretário de Infraestrutura e Habitação
Prefeitura Municipal de Guaiúba
CNPJ: 12.359.535/0001-32



PONTO LUMINOSO CONFORME CENSO ENEL 31/12/2024



PLANTA GERAL DA SEDE DE GUAIÚBA/CE

Acesso ao Censo:
file:///G:/SEINFRA/GUAI%C3%9ABA/2025/ILUMINA%C3%87%C3%83O_LED/R2/PROJETO_PRONTO/PRANCHAS/Mapa%20Cartogr%C3%A1fico%20Censo%20IP%20Guai%C3%BAba%2031-12-2024.html

NOTAS
- COTAS EM METROS;
- COTAS DE NÍVEL EM METROS;
- CONFERIR MEDIDAS, ABERTURAS, NÍVEIS E PRUMOS NO LOCAL;
- MEDIDAS EM COTAS PREVALECEM SOBRE O DESENHO;
- ESSE DESENHO DEVE SER IMPRESSO COLORIDO;

DATA	DESENHO	RESPONSÁVEL	FOLHA
ABR/2025			01/01
ESCALA: S/E	ARQUIVO: CORQUI DE ÁREA.DWG		
COD. DO PROJETO: 2025 - R1	TIPO DE PRANCHA: DES. TÉCNICO	FASE: PROJ. BÁSICO	

TÍTULO

CROQUI DE ÁREA

PROJETO

ILUMINAÇÃO LED

CLIENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIÚBA

TRABALHO DESENVOLVIDO POR:

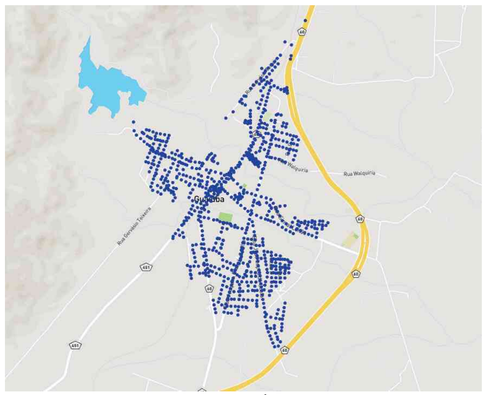
JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO 02871441359
Assinado digitalmente por JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO:02871441359
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Certificado Digital PF A1, OU=Videoconferencia, OU=27497340001, OU=AC SAFEWEB RFB v5, CN=JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO:02871441359
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: Fleiter Vanderlei 10:0:0

JOSÉ RIBAMAR ALVES DE ARAÚJO
Engenheiro Civil
CREA 352649CE

JOSÉ WELLINGTON DE MELO GONÇALVES JÚNIOR
Secretário de Infraestrutura e Habitação
Prefeitura Municipal de Guaiúba
CNPJ: 12.359.535/0001-32



PONTO LUMINOSO CONFORME CENSO ENEL 31/12/2024



PLANTA GERAL DA SEDE DE GUAIÚBA/CE

Acesso ao Censo:
file:///G:/SEINFRA/GUAI%C3%9ABA/2025/ILUMINA%C3%87%C3%83O_LED/R2/PROJETO_PRONTO/PRANCHAS/Mapa%20Cartogr%C3%A1fico%20Censo%20IP%20Guai%C3%BAba%2031-12-2024.html

NOTAS
- COTAS EM METROS;
- COTAS DE NÍVEL EM METROS;
- CONFERIR MEDIDAS, ABERTURAS, NÍVEIS E PRUMOS NO LOCAL;
- MEDIDAS EM COTAS PREVALECEM SOBRE O DESENHO;
- ESSE DESENHO DEVE SER IMPRESSO COLORIDO;

DATA	DESENHO	RESPONSÁVEL	FOLHA
ABR/2025			01/01
ESCALA: S/E	ARQUIVO: CORQUI DE ÁREA.DWG		
COD. DO PROJETO: 2025 - R1	TIPO DE PRANCHA: DES. TÉCNICO	FASE: PROJ. BÁSICO	

TÍTULO
CROQUI DE ÁREA

PROJETO
ILUMINAÇÃO LED

CLIENTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIÚBA

TRABALHO DESENVOLVIDO POR:

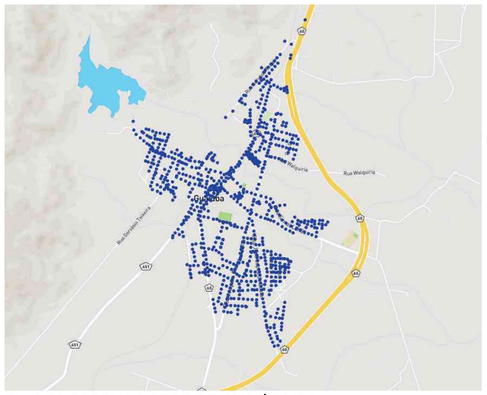
JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO 02871441359
Assinado digitalmente por JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO:02871441359
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Certificado Digital PF A1, OU=Videoconferencia, OU=Secretaria da Fazenda - SEFAZ/AC, CN=JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO:02871441359
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: Insira localização da assinatura aqui
Foxit Reader Versão: 10.0.0

JOSÉ RIBAMAR ALVES DE ARAÚJO
Engenheiro Civil
CREA 352649CE

JOSÉ WELLINGTON DE MELO GONÇALVES JÚNIOR
Secretário de Infraestrutura e Habitação
Prefeitura Municipal de Guaiúba
CNPJ: 12.359.535/0001-32



PONTO LUMINOSO CONFORME CENSO ENEL 31/12/2024



PLANTA GERAL DA SEDE DE GUAIÚBA/CE

Acesso ao Censo:
file:///G:/SEINFRA/GUAI%C3%9ABA/2025/ILUMINA%C3%87%C3%83O_LED/R2/PROJETO_PRONTO/PRANCHAS/Mapa%20Cartogr%C3%A1fico%20Censo%20IP%20Guai%C3%BAba%2031-12-2024.html

NOTAS
- COTAS EM METROS;
- COTAS DE NÍVEL EM METROS;
- CONFERIR MEDIDAS, ABERTURAS, NÍVEIS E PRUMOS NO LOCAL;
- MEDIDAS EM COTAS PREVALECEM SOBRE O DESENHO;
- ESSE DESENHO DEVE SER IMPRESSO COLORIDO;

DATA	DESENHO	RESPONSÁVEL	FOLHA
ABR/2025			01/01
ESCALA S/E	ARQUIVO CORQUI DE ÁREA.DWG		
COD. DO PROJETO	TIPO DE PRANCHA	FASE	
2025 - R1	DES. TÉCNICO	PROJ. BÁSICO	

TÍTULO

CROQUI DE ÁREA

PROJETO

ILUMINAÇÃO LED

CLIENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIÚBA

TRABALHO DESENVOLVIDO POR:

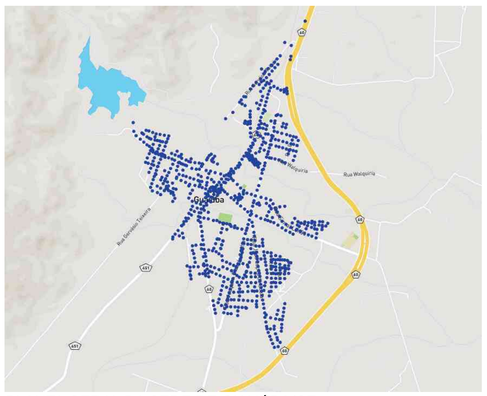
JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO 02871441359
Assinado digitalmente por JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO:02871441359
CN=CHEL CA-ICP-Brasil, OU=Certificado Digital PF A1, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO:02871441359
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Foxit Reader Versão: 10.0.0

JOSÉ RIBAMAR ALVES DE ARAÚJO
Engenheiro Civil
CREA 352649CE

JOSÉ WELLINGTON DE MELO GONÇALVES JÚNIOR
Secretário de Infraestrutura e Habitação
Prefeitura Municipal de Guaiúba
CNPJ: 12.359.535/0001-32



PONTO LUMINOSO CONFORME CENSO ENEL 31/12/2024



PLANTA GERAL DA SEDE DE GUAIÚBA/CE

Acesso ao Censo:
file:///G:/SEINFRA/GUAI%C3%9ABA/2025/ILUMINA%C3%87%C3%83O_LED/R2/PROJETO_PRONTO/PRANCHAS/Mapa%20Cartogr%C3%A1fico%20Censo%20IP%20Guai%C3%BAba%2031-12-2024.html

NOTAS
- COTAS EM METROS;
- COTAS DE NÍVEL EM METROS;
- CONFERIR MEDIDAS, ABERTURAS, NÍVEIS E PRUMOS NO LOCAL;
- MEDIDAS EM COTAS PREVALECEM SOBRE O DESENHO;
- ESSE DESENHO DEVE SER IMPRESSO COLORIDO;

DATA	DESENHO	RESPONSÁVEL	FOLHA
ABR/2025			01/01
ESCALA: S/E	ARQUIVO: CORQUI DE ÁREA.DWG		
COD. DO PROJETO: 2025 - R1	TIPO DE PRANCHA: DES. TÉCNICO	FASE: PROJ. BÁSICO	

TÍTULO

CROQUI DE ÁREA

PROJETO

ILUMINAÇÃO LED

CLIENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIÚBA

TRABALHO DESENVOLVIDO POR:

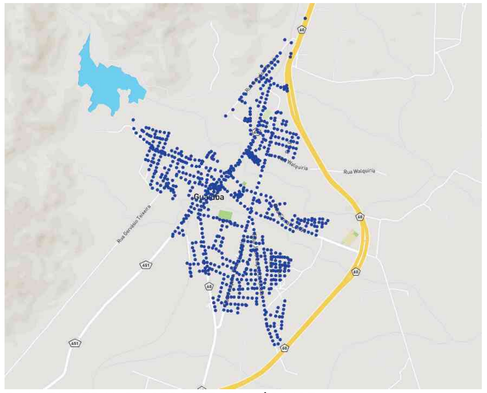
JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO 02871441359
Assinado digitalmente por JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO 02871441359:
OU=CIBEL On=CP-Brasil, OU=Certificado Digital PF A1, OU=Videoconferencia, OU=27845734000187, OU=AC Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO 02871441359
Razão: É o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2025.04.09 10:33:15 -03'00'

JOSÉ RIBAMAR ALVES DE ARAÚJO
Engenheiro Civil
CREA 352649CE

JOSÉ WELLINGTON DE MELO GONÇALVES JÚNIOR
Secretário de Infraestrutura e Habitação
Prefeitura Municipal de Guaiúba
CNPJ: 12.309.536/0001-32



PONTO LUMINOSO CONFORME CENSO ENEL 31/12/2024



PLANTA GERAL DA SEDE DE GUAIÚBA/CE

Acesso ao Censo:
file:///G:/SEINFRA/GUAI%C3%9ABA/2025/ILUMINA%C3%87%C3%83O_LED/R2/PROJETO_PRONTO/PRANCHAS/Mapa%20Cartogr%C3%A1fico%20Censo%20IP%20Guai%C3%BAba%2031-12-2024.html

NOTAS
- COTAS EM METROS;
- COTAS DE NÍVEL EM METROS;
- CONFERIR MEDIDAS, ABERTURAS, NÍVEIS E PRUMOS NO LOCAL;
- MEDIDAS EM COTAS PREVALECEM SOBRE O DESENHO;
- ESSE DESENHO DEVE SER IMPRESSO COLORIDO;

DATA	DESENHO	RESPONSÁVEL	FOLHA
ABR/2025			
ESCALA: S/E	ARQUIVO: CORQUI DE ÁREA.DWG		01/01
COD. DO PROJETO: 2025 - R1	TIPO DE PRANCHA: DES. TÉCNICO	FASE: PROJ. BÁSICO	

TÍTULO

CROQUI DE ÁREA

PROJETO

ILUMINAÇÃO LED

CLIENTE

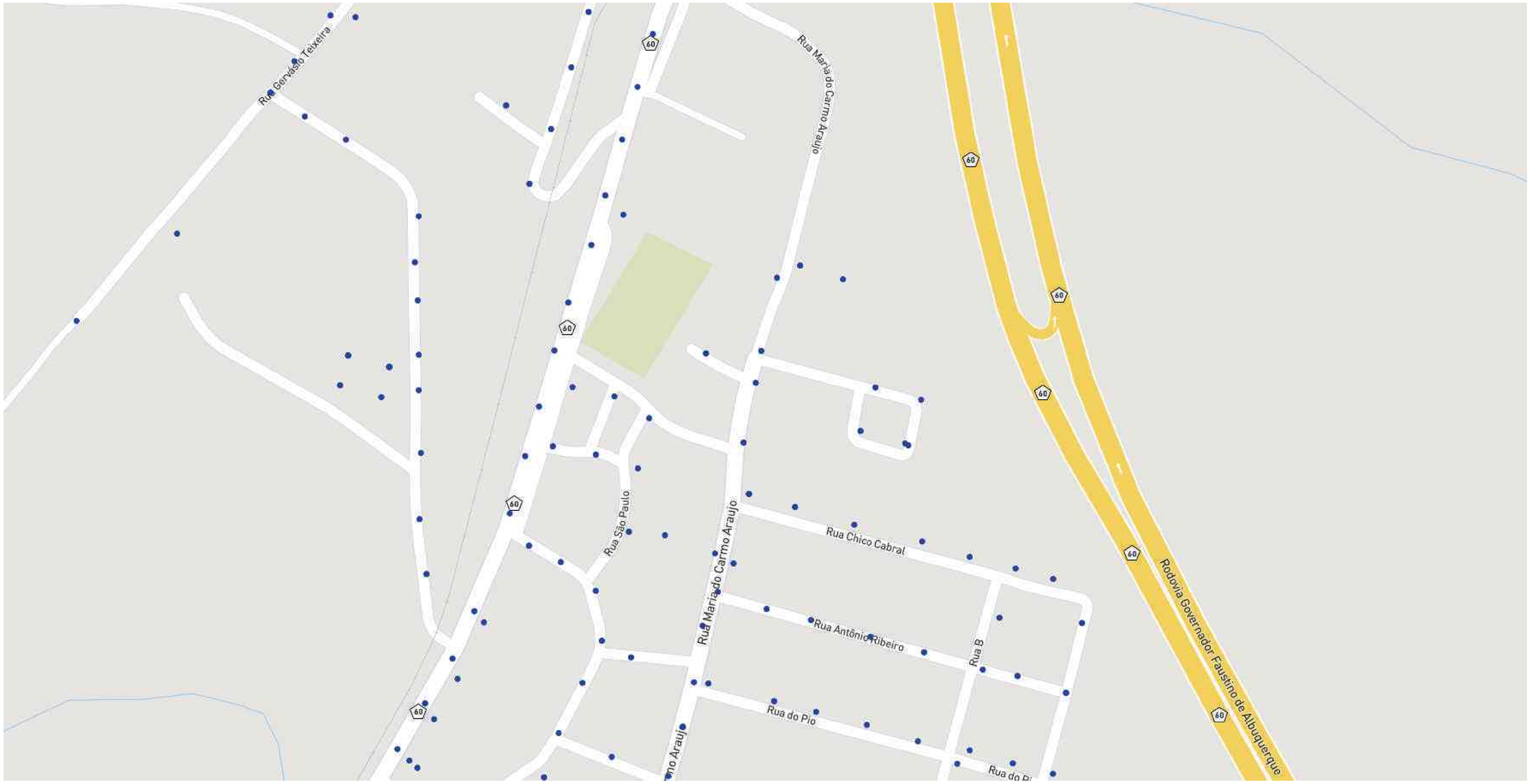
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIÚBA

TRABALHO DESENVOLVIDO POR:

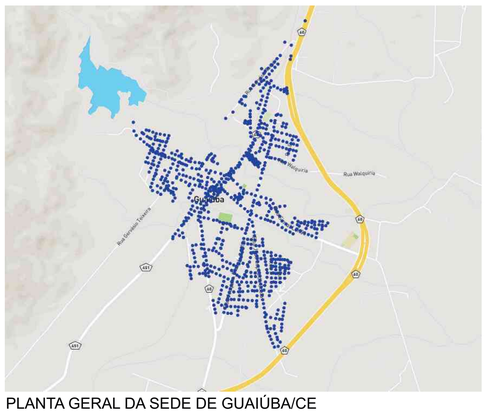
JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO:02871441359
Assinado digitalmente por JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO:02871441359
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Certificado Digital PF A1, OU=Videoconferência, OU=27845734000187, OU=AC SOLUTI Multipla, CN=JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO:02871441359
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: Data/Hora: 13:53

JOSÉ RIBAMAR ALVES DE ARAÚJO
Engenheiro Civil
CREA 352649CE

JOSE WELLINGTON DE MELO GONÇALVES JÚNIOR
Secretário de Infraestrutura e Habitação
Prefeitura Municipal de Guaiúba
CNPJ: 12.359.535/0001-32



PONTO LUMINOSO CONFORME CENSO ENEL 31/12/2024



PLANTA GERAL DA SEDE DE GUAIÚBA/CE

Acesso ao Censo:
file:///G:/SEINFRA/GUAI%C3%9ABA/2025/ILUMINA%C3%87%C3%83O_LED/R2/PROJETO_PRONTO/PRANCHAS/Mapa%20Cartogr%C3%A1fico%20Censo%20IP%20Guai%C3%BAba%2031-12-2024.html

JOSE WELLINGTON DE MELO GONÇALVES JÚNIOR
Secretário de Infraestrutura e Habitação
Prefeitura Municipal de Guaiúba
CNPJ: 12.359.535/0001-32

NOTAS
- COTAS EM METROS;
- COTAS DE NÍVEL EM METROS;
- CONFERIR MEDIDAS, ABERTURAS, NÍVEIS E PRUMOS NO LOCAL;
- MEDIDAS EM COTAS PREVALECEM SOBRE O DESENHO;
- ESSE DESENHO DEVE SER IMPRESSO COLORIDO;

DATA	DESENHO	RESPONSÁVEL	FOLHA
ABR/2025			01/01
ESCALA: S/E	ARQUIVO: CORQUI DE ÁREA.DWG		
COD. DO PROJETO: 2025 - R1	TIPO DE PRANCHA: DES. TÉCNICO	FASE: PROJ. BÁSICO	

TÍTULO

CROQUI DE ÁREA

PROJETO

ILUMINAÇÃO LED

CLIENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIÚBA

TRABALHO DESENVOLVIDO POR:

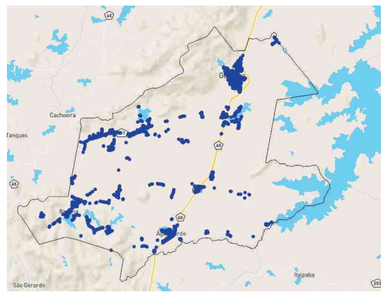
JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO:02871441359
Assinado digitalmente por JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO:02871441359
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Certificado Digital PF A1, OU=Videoconferência, OU=27845734000187, OU=AC SOLUTI Multipla, CN=JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO:02871441359
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: Dados: Versão: 13.0.0

JOSÉ RIBAMAR ALVES DE ARAÚJO
Engenheiro Civil
CREA 352649CE



ITACIMA

PONTO LUMINOSO CONFORME CENSO ENEL 31/12/2024



PLANTA GERAL MUNÍCIPIO DE GUAIÚBA/CE

Acesso ao Censo:
file:///G:/SEINFRA/GUAI%C3%9ABA/2025/ILUMINA%C3%87%C3%83O_LED/R2/PROJETO_PRONTO/PRANCHAS/Mapa%20Cartogr%C3%A1fico%20Censo%20IP%20Guai%C3%BAba%2031-12-2024.html

JOSÉ WELLINGTON DE MELO GONÇALVES JÚNIOR
Secretário de Infraestrutura e Habitação
Prefeitura Municipal de Guaiúba
CNPJ. 12.359.535/0001-32

NOTAS
- COTAS EM METROS;
- COTAS DE NÍVEL EM METROS;
- CONFERIR MEDIDAS, ABERTURAS, NÍVEIS E PRUMOS NO LOCAL;
- MEDIDAS EM COTAS PREVALECEM SOBRE O DESENHO;
- ESSE DESENHO DEVE SER IMPRESSO COLORIDO;

DATA	DESENHO	RESPONSÁVEL	FOLHA
ABR/2025			01/01
ESCALA: S/E	ARQUIVO: CORQUI DE ÁREA.DWG		
COD. DO PROJETO: 2025 - R1	TIPO DE PRANCHA: DES. TÉCNICO	FASE: PROJ. BÁSICO	

TÍTULO

CROQUI DE ÁREA

PROJETO

ILUMINAÇÃO LED

CLIENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIÚBA

TRABALHO DESENVOLVIDO POR:

JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO:02871441359

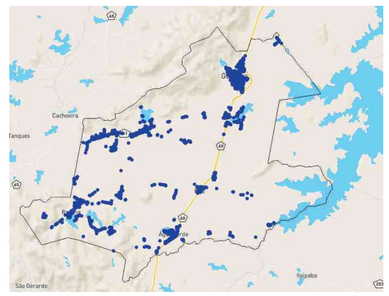
Assinado digitalmente por JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO:02871441359
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Certificado Digital PF A1, OU=Videoconferencia, OU=27845730000187, OU=AC Serpro SSL, CN=JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO:02871441359
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Foxit Reader Versão: 10.0.0

JOSÉ RIBAMAR ALVES DE ARAÚJO
Engenheiro Civil
CREA 352649CE



ITACIMA

PONTO LUMINOSO CONFORME CENSO ENEL 31/12/2024



PLANTA GERAL MUNÍCIPIO DE GUAIÚBA/CE

NOTAS
- COTAS EM METROS;
- COTAS DE NÍVEL EM METROS;
- CONFERIR MEDIDAS, ABERTURAS, NÍVEIS E PRUMOS NO LOCAL;
- MEDIDAS EM COTAS PREVALECEM SOBRE O DESENHO;
- ESSE DESENHO DEVE SER IMPRESSO COLORIDO;

DATA	DESENHO	RESPONSÁVEL	FOLHA
ABR/2025			01/01
ESCALA: S/E	ARQUIVO: CORQUI DE ÁREA.DWG		
COD. DO PROJETO: 2025 - R1	TIPO DE PRANCHA: DES. TÉCNICO	FASE: PROJ. BÁSICO	

TÍTULO

CROQUI DE ÁREA

PROJETO

ILUMINAÇÃO LED

CLIENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIÚBA

TRABALHO DESENVOLVIDO POR:

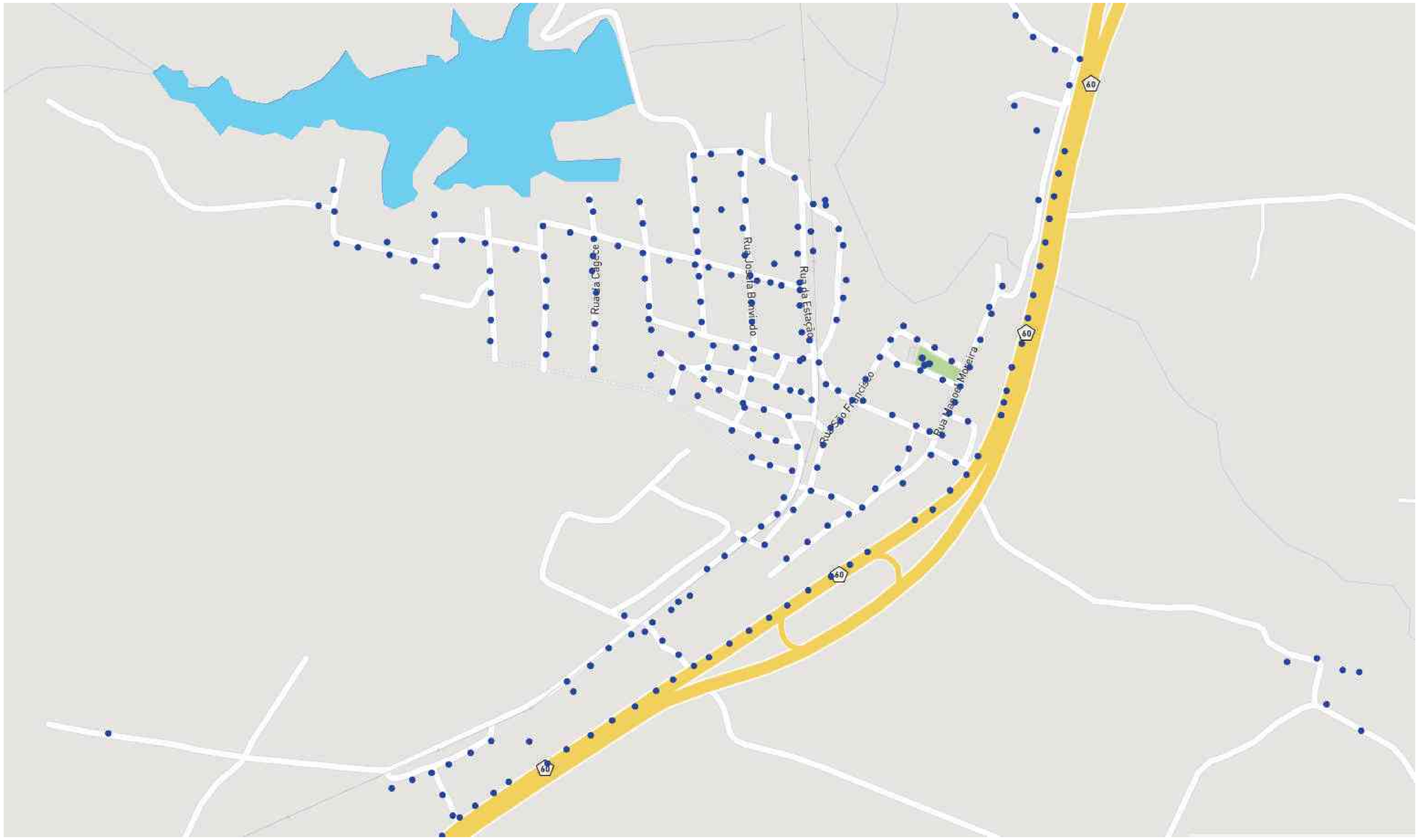
JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO 02871441359

Assinado digitalmente por JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO:02871441359
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Certificado Digital PF A1, OU=Videoconferencia, OU=RFB e-CPF A1 SRF, CN=JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO:02871441359
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: Insira localização da assinatura aqui
Foxit Reader Versão: 10.0.0

JOSÉ RIBAMAR ALVES DE ARAÚJO
Engenheiro Civil
CREA 352649CE

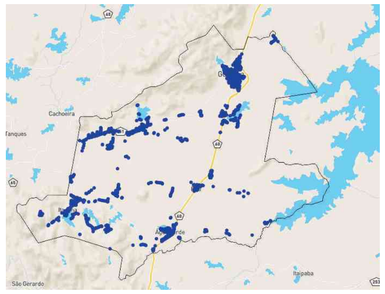
JOSÉ WELLINGTON DE MELO GONÇALVES JÚNIOR
Secretário de Infraestrutura e Habitação
Prefeitura Municipal de Guaiúba
CNPJ: 12.359.535/0001-32

Acesso ao Censo:
file:///G:/SEINFRA/GUAI%C3%9ABA/2025/ILUMINA%C3%87%C3%83O_LED/R2/PROJETO_PRONTO/PRANCHAS/Mapa%20Cartogr%C3%A1fico%20Censo%20IP%20Guai%C3%BAba%2031-12-2024.html



ÁGUA VERDE

PONTO LUMINOSO CONFORME CENSO ENEL 31/12/2024



PLANTA GERAL MUNÍCIPIO DE GUAIÚBA/CE

Acesso ao Censo:
file:///G:/SEINFRA/GUAI%C3%9ABA/2025/ILUMINA%C3%87%C3%83O_LED/R2/PROJETO_PRONTO/PRANCHAS/Mapa%20Cartogr%C3%A1fico%20Censo%20IP%20Guai%C3%BAba%2031-12-2024.html

NOTAS
- COTAS EM METROS;
- COTAS DE NÍVEL EM METROS;
- CONFERIR MEDIDAS, ABERTURAS, NÍVEIS E PRUMOS NO LOCAL;
- MEDIDAS EM COTAS PREVALECEM SOBRE O DESENHO;
- ESSE DESENHO DEVE SER IMPRESSO COLORIDO;

DATA	DESENHO	RESPONSÁVEL	FOLHA
ABR/2025			01/01
ESCALA S/E	ARQUIVO CORQUI DE ÁREA.DWG		
COD. DO PROJETO 2025 - R1	TIPO DE PRANCHA DES. TÉCNICO	FASE PROJ. BÁSICO	

TÍTULO

CROQUI DE ÁREA

PROJETO

ILUMINAÇÃO LED

CLIENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIÚBA

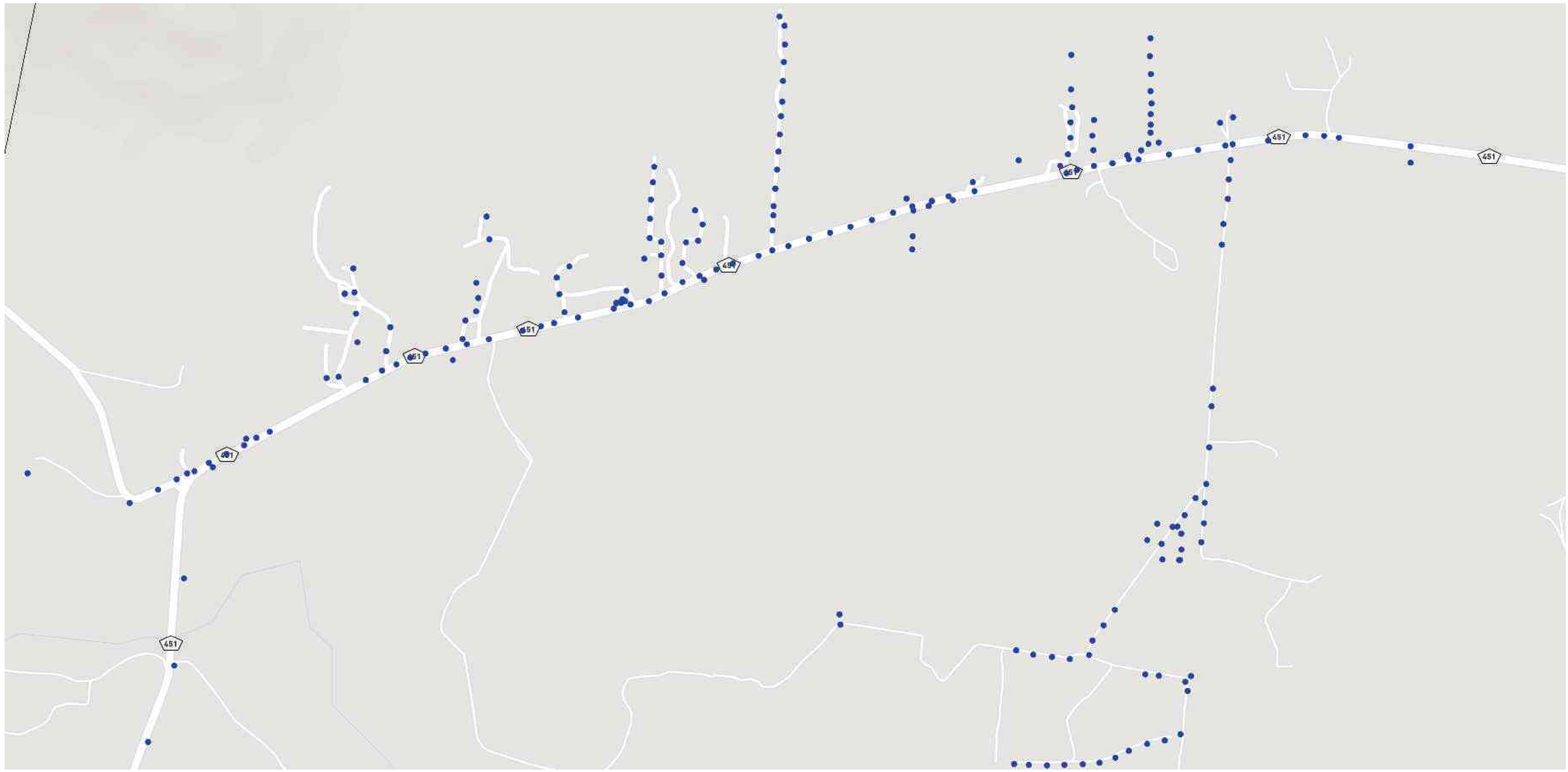
TRABALHO DESENVOLVIDO POR:

JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO 02871441359

Assinado digitalmente por JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO:02871441359
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Certificado Digital PF A1, OU=Videoconferencia, OU=AR SOLUCAO, CN=JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO:02871441359
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização do assinatura aqui
Foxit Reader Versão: 10.0.0

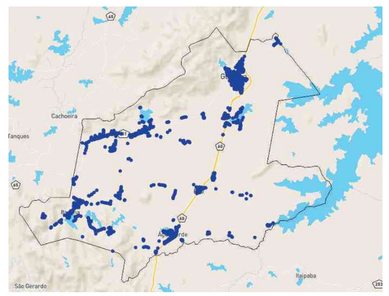
JOSÉ RIBAMAR ALVES DE ARAÚJO
Engenheiro Civil
CREA 352649CE

JOSE WELLINGTON DE MELO GONÇALVES JÚNIOR
Secretário de Infraestrutura e Habitação
Prefeitura Municipal de Guaiúba
CNPJ: 12.359.535/0001-32



DOURADO

PONTO LUMINOSO CONFORME CENSO ENEL 31/12/2024



PLANTA GERAL MUNÍCIPIO DE GUAIÚBA/CE

NOTAS

- COTAS EM METROS;
- COTAS DE NÍVEL EM METROS;
- CONFERIR MEDIDAS, ABERTURAS, NÍVEIS E PRUMOS NO LOCAL;
- MEDIDAS EM COTAS PREVALECEM SOBRE O DESENHO;
- ESSE DESENHO DEVE SER IMPRESSO COLORIDO;

DATA	DESENHO	RESPONSÁVEL	FOLHA
ABR/2025			01/01
ESCALA: S/E	ARQUIVO: CORQUI DE ÁREA.DWG		
COD. DO PROJETO: 2025 - R1	TIPO DE PRANCHA: DES. TÉCNICO	FASE: PROJ. BÁSICO	

TÍTULO

CROQUI DE ÁREA

PROJETO

ILUMINAÇÃO LED

CLIENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIÚBA

TRABALHO DESENVOLVIDO POR:

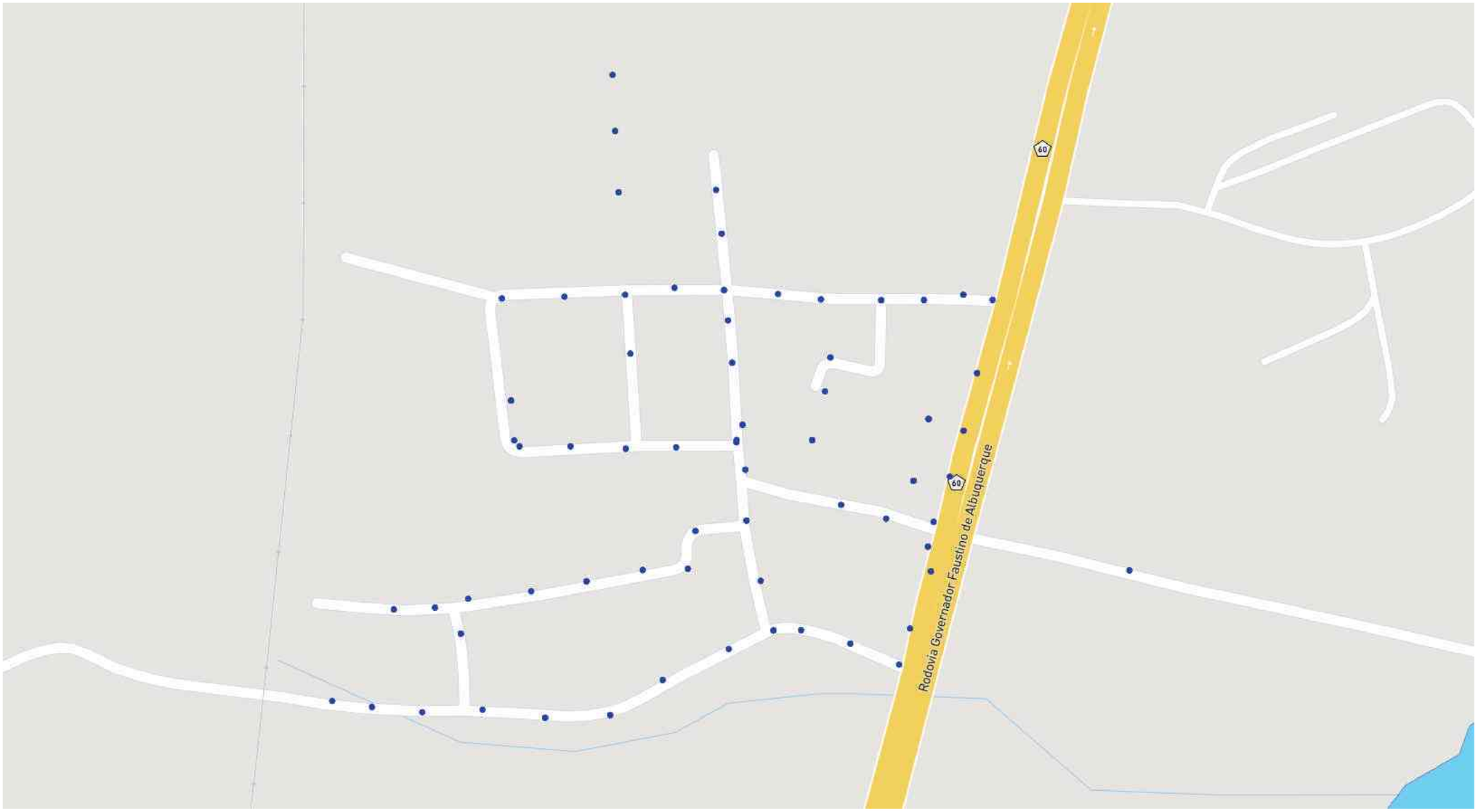
JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO 02871441359

Assinado digitalmente por JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO:02871441359
DN: CI=BR, O=ICP-Brasil, OU=Certificado Digital PF A1, OU=Videoconferencia, OU=27845730000181, OU=AC Soluti, OU=No Tipo, CN=JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO:02871441359
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Foxit Reader Versão: 10.0.0

JOSÉ RIBAMAR ALVES DE ARAÚJO
Engenheiro Civil
CREA 352649CE

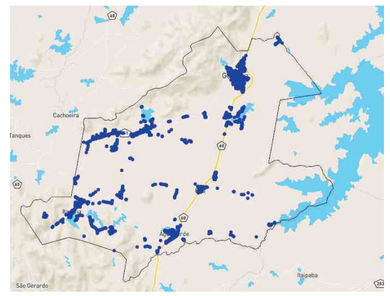
JOSÉ WELLINGTON DE MELO GONÇALVES JÚNIOR
Secretário de Infraestrutura e Habitação
Prefeitura Municipal de Guaiúba
CNPJ: 12.359.535/0001-32

Acesso ao Censo:
file:///G:/SEINFRA/GUAI%C3%9ABA/2025/ILUMINA%C3%87%C3%83O_LED/R2/PROJETO_PRONTO/PRANCHAS/Mapa%20Cartogr%C3%A1fico%20Censo%20IP%20Guai%C3%BAba%2031-12-2024.html



MATA FRESCA

PONTO LUMINOSO CONFORME CENSO ENEL 31/12/2024



PLANTA GERAL MUNÍCIPIO DE GUAIÚBA/CE

NOTAS
- COTAS EM METROS;
- COTAS DE NÍVEL EM METROS;
- CONFERIR MEDIDAS, ABERTURAS, NÍVEIS E PRUMOS NO LOCAL;
- MEDIDAS EM COTAS PREVALECEM SOBRE O DESENHO;
- ESSE DESENHO DEVE SER IMPRESSO COLORIDO;

DATA	DESENHO	RESPONSÁVEL	FOLHA
ABR/2025			01/01
ESCALA: S/E	ARQUIVO: CORQUI DE ÁREA.DWG		
COD. DO PROJETO: 2025 - R1	TIPO DE PRANCHA: DES. TÉCNICO	FASE: PROJ. BÁSICO	

TÍTULO

CROQUI DE ÁREA

PROJETO

ILUMINAÇÃO LED

CLIENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIÚBA

TRABALHO DESENVOLVIDO POR:

JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO 02871441359

Assinado digitalmente por JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO:02871441359
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Certificado Digital PF A1, OU=Videoconferencia, OU=27497340001, OU=AC SAFEWEB RFB v5, OU=JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO:02871441359
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: Flavia de Vasconcelos 10:0:0

JOSÉ RIBAMAR ALVES DE ARAÚJO
Engenheiro Civil
CREA 352649CE

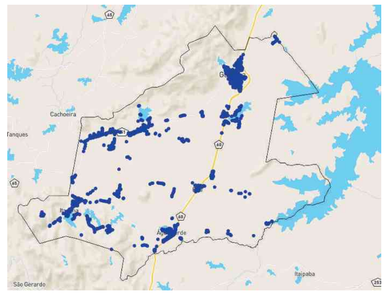
Acesso ao Censo:
file:///G:/SEINFRA/GUAI%C3%9ABA/2025/ILUMINA%C3%87%C3%83O_LED/R2/PROJETO_PRONTO/PRANCHAS/Mapa%20Cartogr%C3%A1fico%20Censo%20IP%20Guai%C3%BAba%2031-12-2024.html

JOSÉ WELLINGTON DE MELO GONÇALVES JÚNIOR
Secretário de Infraestrutura e Habitação
Prefeitura Municipal de Guaiúba
CNPJ: 12.359.535/0001-32



MATA FRESCA

PONTO LUMINOSO CONFORME CENSO ENEL 31/12/2024



PLANTA GERAL MUNÍCIPIO DE GUAIÚBA/CE

NOTAS
- COTAS EM METROS;
- COTAS DE NÍVEL EM METROS;
- CONFERIR MEDIDAS, ABERTURAS, NÍVEIS E PRUMOS NO LOCAL;
- MEDIDAS EM COTAS PREVALECEM SOBRE O DESENHO;
- ESSE DESENHO DEVE SER IMPRESSO COLORIDO;

DATA	DESENHO	RESPONSÁVEL	FOLHA
ABR/2025			01/01
ESCALA: S/E	ARQUIVO: CORQUI DE ÁREA.DWG		
COD. DO PROJETO: 2025 - R1	TIPO DE PRANCHA: DES. TÉCNICO	FASE: PROJ. BÁSICO	

TÍTULO

CROQUI DE ÁREA

PROJETO

ILUMINAÇÃO LED

CLIENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIÚBA

TRABALHO DESENVOLVIDO POR:

JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO 02871441359

Assinado digitalmente por JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO:02871441359
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Certificado Digital PF A1, OU=Videoconferencia, OU=ETMST34000187, OU=AC SAFEWEB RFB v5, OU=JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO:02871441359
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: Fleader Version: 10.0.0

JOSÉ RIBAMAR ALVES DE ARAÚJO
Engenheiro Civil
CREA 352649CE

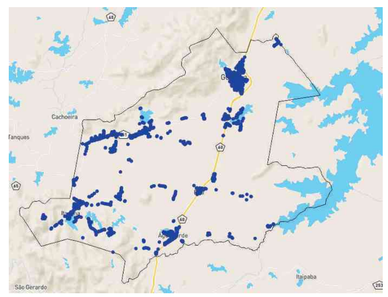
Acesso ao Censo:
file:///G:/SEINFRA/GUAI%C3%9ABA/2025/ILUMINA%C3%87%C3%83O_LED/R2/PROJETO_PRONTO/PRANCHAS/Mapa%20Cartogr%C3%A1fico%20Censo%20IP%20Guai%C3%BAba%2031-12-2024.html

JOSÉ WELLINGTON DE MELO GONÇALVES JÚNIOR
Secretário de Infraestrutura e Habitação
Prefeitura Municipal de Guaiúba
CNPJ: 12.359.535/0001-32



MATA FRESCA

PONTO LUMINOSO CONFORME CENSO ENEL 31/12/2024



PLANTA GERAL MUNÍCIPIO DE GUAIÚBA/CE

NOTAS

- COTAS EM METROS;
- COTAS DE NÍVEL EM METROS;
- CONFERIR MEDIDAS, ABERTURAS, NÍVEIS E PRUMOS NO LOCAL;
- MEDIDAS EM COTAS PREVALECEM SOBRE O DESENHO;
- ESSE DESENHO DEVE SER IMPRESSO COLORIDO;

DATA	DESENHO	RESPONSÁVEL	FOLHA
ABR/2025			01/01
ESCALA: S/E	ARQUIVO: CORQUI DE ÁREA.DWG		
COD. DO PROJETO: 2025 - R1	TIPO DE PRANCHA: DES. TÉCNICO	FASE: PROJ. BÁSICO	

TÍTULO

CROQUI DE ÁREA

PROJETO

ILUMINAÇÃO LED

CLIENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIÚBA

TRABALHO DESENVOLVIDO POR:

JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO 02871441359

Assinado digitalmente por JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO:02871441359
DN: CI=BR, O=ICP-Brasil, OU=Certificado Digital PF A1, OU=Videoconferencia, OU=27845730000187, OU=AC Soluti do Brasil v5, OU=JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO:02871441359
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Foxit Reader Versão: 10.0.0

JOSÉ RIBAMAR ALVES DE ARAÚJO
Engenheiro Civil
CREA 352649CE

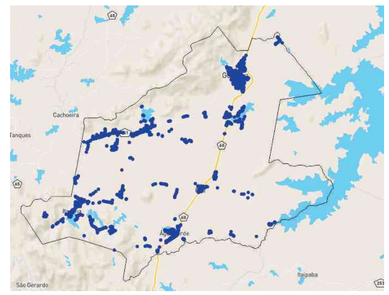
JOSÉ WELLINGTON DE MELO GONÇALVES JÚNIOR
Secretário de Infraestrutura e Habitação
Prefeitura Municipal de Guaiúba
CNPJ: 12.359.535/0001-32

Acesso ao Censo:
file:///G:/SEINFRA/GUAI%C3%9ABA/2025/ILUMINA%C3%87%C3%83O_LED/R2/PROJETO_PRONTO/PRANCHAS/Mapa%20Cartogr%C3%A1fico%20Censo%20IP%20Guai%C3%BAba%2031-12-2024.html



SÃO JERÔNIMO

PONTO LUMINOSO CONFORME CENSO ENEL 31/12/2024



PLANTA GERAL MUNÍCIPIO DE GUAIÚBA/CE

NOTAS

- COTAS EM METROS;
- COTAS DE NÍVEL EM METROS;
- CONFERIR MEDIDAS, ABERTURAS, NÍVEIS E PRUMOS NO LOCAL;
- MEDIDAS EM COTAS PREVALECEM SOBRE O DESENHO;
- ESSE DESENHO DEVE SER IMPRESSO COLORIDO;

DATA	DESENHO	RESPONSÁVEL	FOLHA
ABR/2025			01/01
ESCALA: S/E	ARQUIVO: CORQUI DE ÁREA.DWG		
COD. DO PROJETO: 2025 - R1	TIPO DE PRANCHA: DES. TÉCNICO	FASE: PROJ. BÁSICO	

TÍTULO

CROQUI DE ÁREA

PROJETO

ILUMINAÇÃO LED

CLIENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIÚBA

TRABALHO DESENVOLVIDO POR:

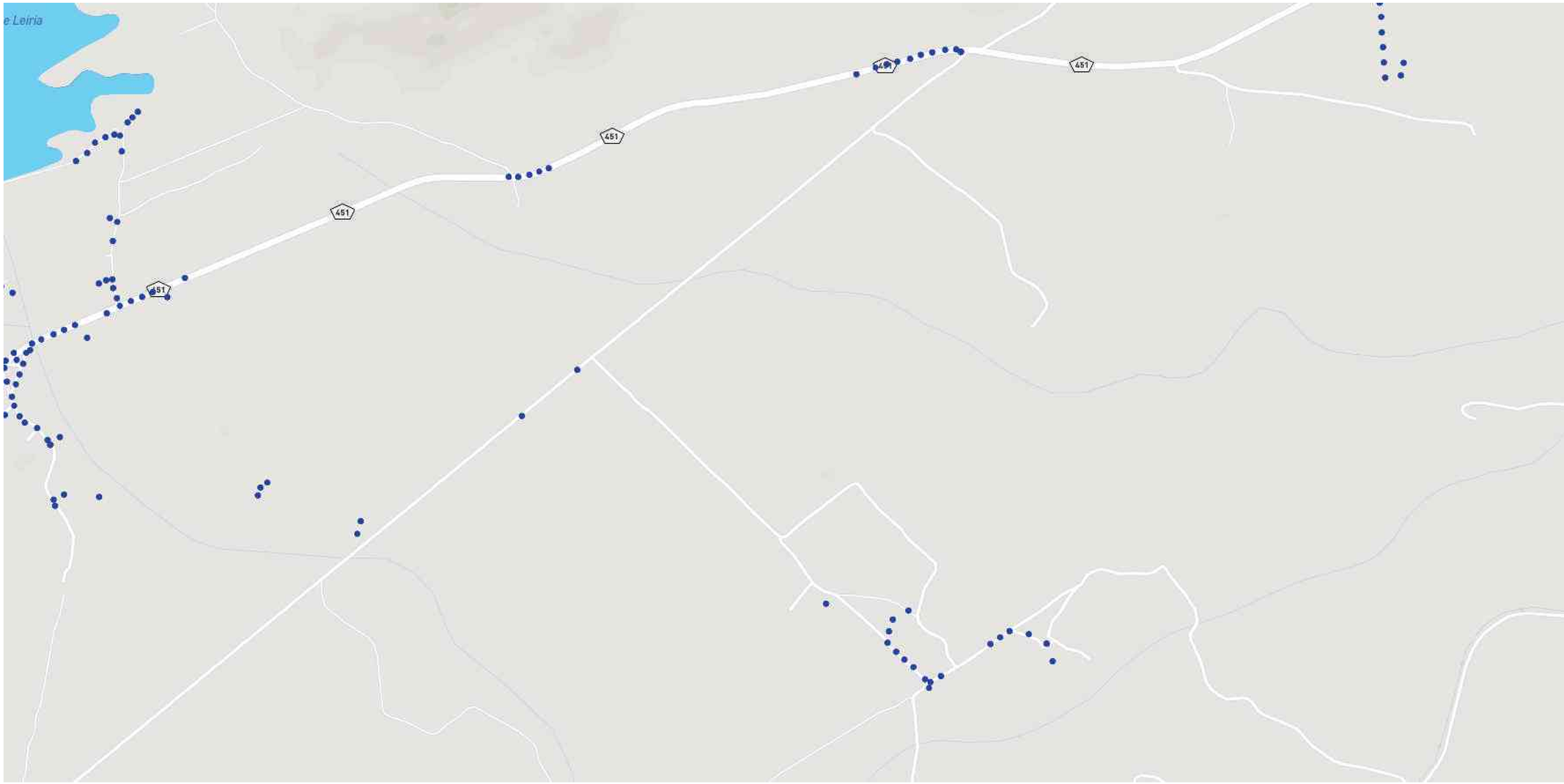
JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO 02871441359

Assinado digitalmente por JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO 02871441359
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Certificado Digital PF A1, OU=Videoconferencia, OU=27845734000187, OU=AC SAFEWEB RFB v5, CN=JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO 02871441359
Razão: É o autor deste documento
Localização: a/a localização do assinatura aqui
Foxit Reader Versão: 10.0.0

JOSÉ RIBAMAR ALVES DE ARAÚJO
Engenheiro Civil
CREA 352649CE

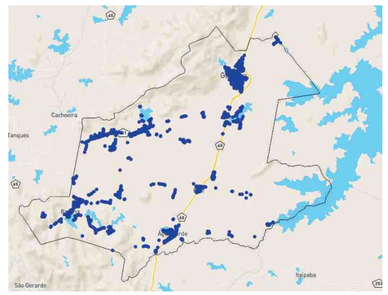
JOSE WELLINGTON DE MELO GONÇALVES JÚNIOR
Secretário de Infraestrutura e Habitação
Prefeitura Municipal de Guaiúba
CNPJ: 12.309.535/0001-32

Acesso ao Censo:
file:///G:/SEINFRA/GUAI%C3%9ABA/2025/ILUMINA%C3%87%C3%83O_LED/R2/PROJETO_PRONTO/PRANCHAS/Mapa%20Cartogr%C3%A1fico%20Censo%20IP%20Guai%C3%BAba%2031-12-2024.html



SÃO JERÔNIMO

PONTO LUMINOSO CONFORME CENSO ENEL 31/12/2024



PLANTA GERAL MUNÍCIPIO DE GUAIÚBA/CE

NOTAS

- COTAS EM METROS;
- COTAS DE NÍVEL EM METROS;
- CONFERIR MEDIDAS, ABERTURAS, NÍVEIS E PRUMOS NO LOCAL;
- MEDIDAS EM COTAS PREVALECEM SOBRE O DESENHO;
- ESSE DESENHO DEVE SER IMPRESSO COLORIDO;

DATA	DESENHO	RESPONSÁVEL	FOLHA
ABR/2025			01/01
ESCALA: S/E	ARQUIVO: CORQUI DE ÁREA.DWG		
COD. DO PROJETO: 2025 - R1	TIPO DE PRANCHA: DES. TÉCNICO	FASE: PROJ. BÁSICO	

TÍTULO

CROQUI DE ÁREA

PROJETO

ILUMINAÇÃO LED

CLIENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIÚBA

TRABALHO DESENVOLVIDO POR:

JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO 02871441359

Assinado digitalmente por JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO:02871441359
DN: CI=BR, O=ICP-Brasil, OU=Certificado Digital PF A1, OU=Videoconferencia, OU=37845730000187, OU=AC Soluti (EM ID) tipo, CN=JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO:02871441359
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Foxit Reader Versão: 10.0.0

JOSÉ RIBAMAR ALVES DE ARAÚJO
Engenheiro Civil
CREA 352649CE

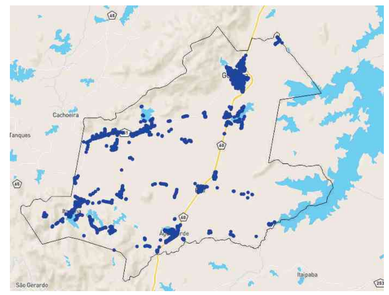
JOSÉ WELLINGTON DE MELO GONÇALVES JÚNIOR
Secretário de Infraestrutura e Habitação
Prefeitura Municipal de Guaiúba
CNPJ: 12.359.535/0001-32

Acesso ao Censo:
file:///G:/SEINFRA/GUAI%C3%9ABA/2025/ILUMINA%C3%87%C3%83O_LED/R2/PROJETO_PRONTO/PRANCHAS/Mapa%20Cartogr%C3%A1fico%20Censo%20IP%20Guai%C3%BAba%2031-12-2024.html



SÃO JERÔNIMO

PONTO LUMINOSO CONFORME CENSO ENEL 31/12/2024



PLANTA GERAL MUNÍCIPIO DE GUAIÚBA/CE

NOTAS

- COTAS EM METROS;
- COTAS DE NÍVEL EM METROS;
- CONFERIR MEDIDAS, ABERTURAS, NÍVEIS E PRUMOS NO LOCAL;
- MEDIDAS EM COTAS PREVALECEM SOBRE O DESENHO;
- ESSE DESENHO DEVE SER IMPRESSO COLORIDO;

DATA	DESENHO	RESPONSÁVEL	FOLHA
ABR/2025			01/01
ESCALA: S/E	ARQUIVO: CORQUI DE ÁREA.DWG		
COD. DO PROJETO: 2025 - R1	TIPO DE PRANCHA: DES. TÉCNICO	FASE: PROJ. BÁSICO	

TÍTULO

CROQUI DE ÁREA

PROJETO

ILUMINAÇÃO LED

CLIENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIÚBA

TRABALHO DESENVOLVIDO POR:

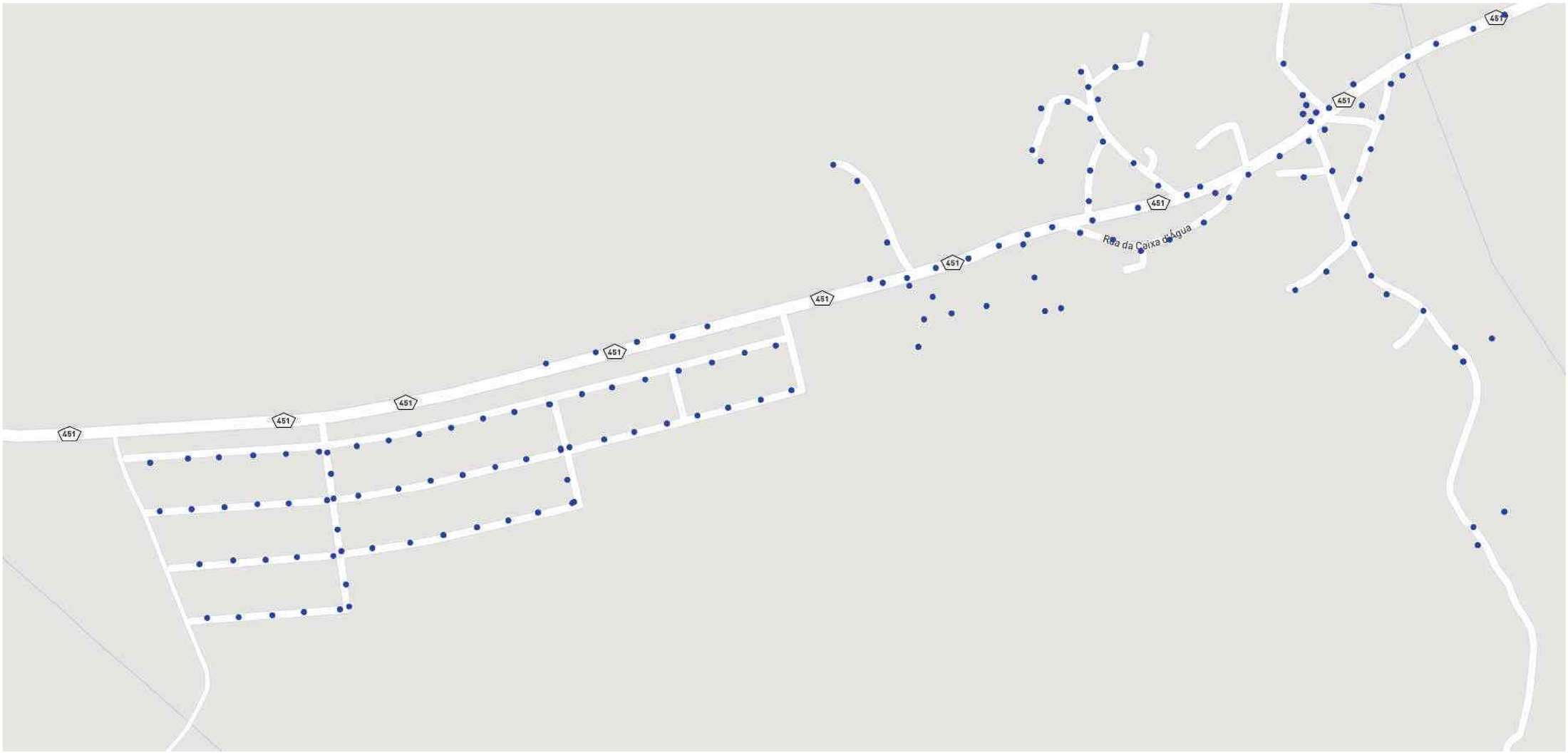
JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO: 02871441359

Assinado digitalmente por JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO:02871441359
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Certificado Digital PF A1, OU=Videoconferência, OU=27845734000187, OU=AC SOLUTI Multipla, CN=JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO:02871441359
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: local de emissão do assinatura aqui
Data: Dados: Versão: 1.0.0.0

JOSÉ RIBAMAR ALVES DE ARAÚJO
Engenheiro Civil
CREA 352649CE

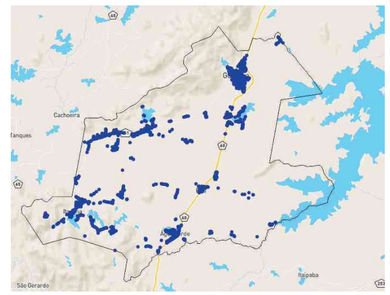
JOSE WELLINGTON DE MELO GONÇALVES JÚNIOR
Secretário de Infraestrutura e Habitação
Prefeitura Municipal de Guaiúba
CNPJ: 12.359.535/0001-32

Acesso ao Censo:
file:///G:/SEINFRA/GUAI%C3%9ABA/2025/ILUMINA%C3%87%C3%83O_LED/R2/PROJETO_PRONTO/PRANCHAS/Mapa%20Cartogr%C3%A1fico%20Censo%20IP%20Guai%C3%BAba%2031-12-2024.html



SÃO JERÔNIMO

PONTO LUMINOSO CONFORME CENSO ENEL 31/12/2024



PLANTA GERAL MUNÍCIPIO DE GUAIÚBA/CE

NOTAS
- COTAS EM METROS;
- COTAS DE NÍVEL EM METROS;
- CONFERIR MEDIDAS, ABERTURAS, NÍVEIS E PRUMOS NO LOCAL;
- MEDIDAS EM COTAS PREVALECEM SOBRE O DESENHO;
- ESSE DESENHO DEVE SER IMPRESSO COLORIDO;

DATA	DESENHO	RESPONSÁVEL	FOLHA
ABR/2025			01/01

ESCALA	ARQUIVO
S/E	CORQUI DE ÁREA.DWG

COD. DO PROJETO	TIPO DE PRANCHA	FASE
2025 - R1	DES. TÉCNICO	PROJ. BÁSICO

TÍTULO

CROQUI DE ÁREA

PROJETO

ILUMINAÇÃO LED

CLIENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIÚBA

TRABALHO DESENVOLVIDO POR:

JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO:02871441359
Assinado digitalmente por JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO:02871441359
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Certificado Digital PF A1, OU=Videoconferencia, OU=27667540000187, OU=AC Imediato ID Ms-fgts, CN=JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO:02871441359
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: Assine em qualquer folha de assinatura aqui
Foxit Reader Versão: 10.0.0

JOSÉ RIBAMAR ALVES DE ARAÚJO
Engenheiro Civil
CREA 352649CE

JOSÉ WELLINGTON DE MELO GONÇALVES JÚNIOR
Secretário de Infraestrutura e Habitação
Prefeitura Municipal de Guaiúba
CNPJ: 12.359.535/0001-32

Acesso ao Censo:
file:///G:/SEINFRA/GUAI%C3%9ABA/2025/ILUMINA%C3%87%C3%83O_LED/R2/PROJETO_PRONTO/PRANCHAS/Mapa%20Cartogr%C3%A1fico%20Censo%20IP%20Guai%C3%BAba%2031-12-2024.html

N
NW NE
W E
SW SE
S

75/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-50W-LD-CIN
(543671.085; 9556347)

75/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-50W-LD-CIN
(543687.946; 9556323)

50/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-50W-LD-CIN
(543711.69; 9556298)

50/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-50W-LD-CIN
(543733.322; 9556267)

50/11
S2N

75/12-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-50W-LD-CIN
(543753.847; 9556244)

50/11-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(543785.909; 9556206)

50/11-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-LD-CIN
(543811.649; 9556178)

75/11-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-60W-LD-CIN
(543836.389; 9556147)

50/11-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-60W-LD-CIN
(543857.577; 9556118)

75/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-50W-LD-CIN
(543808.168; 9556096)

75/12-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-LD-CIN
(543886.533; 9556084)

(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-50W-LD-CIN
(543823.582; 9556061)

75/11-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(543856.987; 9556045)

75/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(543826.884; 9556004)

75/11
S2N

75/11-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(543746.036; 9555950)

75/11-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(543708.287; 9555916)

75/11
S2N

75/11-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(543536; 9555836)

75/11-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-150W-VS-CIN
(543621.454; 9555863)

75/11-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-150W-ME-CIN
(543581.257; 9555836)

75/11-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-ME-CIN
(543539.177; 9555807)

75/11-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-ME-CIN
(543522.62; 9555783)

75/11-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-ME-CIN
(543527.049; 9555759)

50/11
S2N

75/13-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-ME-CIN
(544060.494; 9555883)

50/11
S2N

75/11
S2N

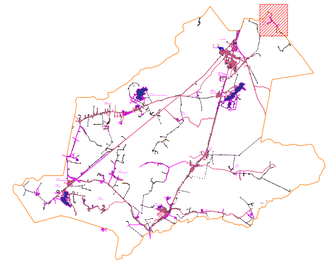
CM025736
CM025562
CM025289
CM025141
CM025140
CM025139
CM025760
CM025153
CM025149
CM025154

LEGENDA

- Poste de distribuição existente
- Poste com 1 luminária com 1 braço em tubo de aço de 2m
- Poste com 2 luminárias com 2 braços em tubo de aço de 2m
- Poste com 3 luminárias com 3 braços em tubo de aço de 2m
- Poste com 4 luminárias com 4 braços em tubo de aço de 2m
- Transformador Enel-CE existente
- Rede aérea de baixa tensão (BT) - 380/220V
- Rede aérea de média tensão (MT) - 13,8kV

LUMINÁRIA
(1) IP1 100W LED CIB B1M
- TIPO DE FATURAMENTO
- PADRÃO
- TECNOLOGIA
- POTÊNCIA NOMINAL (W)
- GRAU DE PROTEÇÃO
- SITUAÇÃO: (1) – IMPLANTAR; (2) – SUBSTITUIR; (3) – RETIRAR

REDE BAIXA TESÃO – CONDUTORES MULTIPLEXADOS
A M 025 M 40
- EXTENSÃO DO VÃO EM METROS(m)
- TIPO DE CABO: M – MONOFÁSICO; T – TRIFÁSICO
- SEÇÃO DO CONDUTOR EM MILÍMETROS QUADRADOS(mm²)
- CABO MULTIPLEXADO
- NATUREZA DO CONDUTOR: A – ALUMÍNIO; C – COBRE



JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO
02871441359
Assinado digitalmente por JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO:02871441359
Dados: 2025.08.20 07:45:07 -03'00'
Verifique em https://validar.iti.gov.br

JOSE WELLINGTON DE MELO GONCALVES JUNIOR
Secretário de Infraestrutura e Serviços Públicos
Prefeitura Municipal de Guaiúba
CNPJ: 12.359.535/0001-32

JOSÉ RIBAMAR ALVES DE ARAÚJO
Engenheiro Civil
Crea 352649/CE
Prefeitura Municipal de Guaiúba

Nº	DESCRIÇÃO	DATA	DESENHO
00	EMISSÃO INICIAL	AGO/25	-
01	-	-	-
02	-	-	-
03	-	-	-
04	-	-	-

PREFEITURA MUNICIPAL DE Guaiúba
Cuidando de vidas, avançando juntos.

REV.	DATA	DESENHO	RESPONSÁVEL TÉCNICO	CREA
00	AGO/25	J.RIBAMAR A. DE A.	J.RIBAMAR A. DE A.	352649/CE

DESCRIÇÃO:
MODERNIZAÇÃO DO PARQUE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (IP) DO MUNICIPIO DE GUAIÚBA

CNPJ: 12.359.535/0001-32
CLIENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIUBA
OBRA: QUADRILATERO DE IP - DISTRITO ALTO DO JOÃO
ESCALA: 1:1000
TÍTULO: PLANTA DE SITUAÇÃO - IP
DATA: AGO/25
FOLHA: 01/01
ENDEREÇO: DISTRITO ALTO DO JOÃO - GUAIUBA -CE

N
NW NE
W E
SW SE
S

50/11
S2N

50/11-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527764.95; 9545331)

CM025T56

75/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527743.183; 9545292)

50/11
S2N

75/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527726.637; 9545263)

75/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527713.866; 9545245)

CM025T41

50/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527695.208; 9545206)

75/12
S2N

75/11
S2N

100/11-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527563.568; 9545195)

75/11-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527605.189; 9545191)

400/12
S2N

100/13
S2N

100/13
S2N

75/9
S2N

TAB7393

CM025T40 CM025T29 CM025T27 CM025T28

CM025T34

50/11-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527638.153; 9545190)

50/11-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527665.566; 9545184)

75/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527684.096; 9545165)

50/9
S2N

400/11-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527684.77; 9545189)

75/12
S2N

(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527482.648; 9545171)

CM025T43

100/11-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527492.74; 9545144)

50/11-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527489.508; 9545099)

CM025T45

50/11-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527487.94; 9545054)

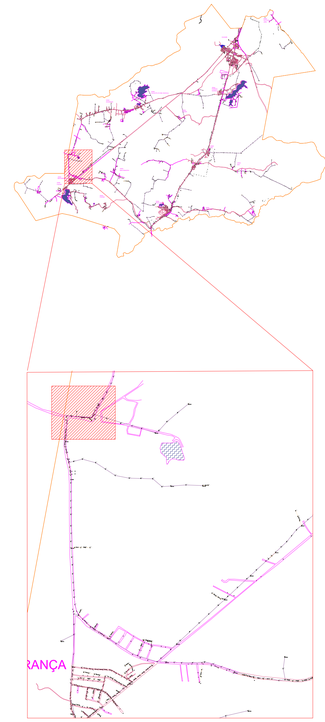
CM025T47

LEGENDA

- Poste de distribuição existente
- Poste com 1 luminária com 1 braço em tubo de aço de 2m
- Poste com 2 luminárias com 2 braços em tubo de aço de 2m
- Poste com 3 luminárias com 3 braços em tubo de aço de 2m
- Poste com 4 luminárias com 4 braços em tubo de aço de 2m
- Transformador Enel-CE existente
- Rede aérea de baixa tensão (BT) - 380/220V
- Rede aérea de média tensão (MT) - 13,8kV

LUMINÁRIA
(1) IP1 100W LED CIB B1M
- TIPO DE FATURAMENTO
- PADRÃO
- TECNOLOGIA
- POTÊNCIA NOMINAL (W)
- GRAU DE PROTEÇÃO
- SITUAÇÃO: (1) – IMPLANTAR; (2) – SUBSTITUIR; (3) – RETIRAR

REDE BAIXA TESÃO – CONDUTORES MULTIPLEXADOS
A M 025 M 40
- EXTENSÃO DO VÃO EM METROS(m)
- TIPO DE CABO: M – MONOFÁSICO; T – TRIFÁSICO
- SEÇÃO DO CONDUTOR EM MILÍMETROS QUADRADOS(mm²)
- CABO MULTIPLEXADO
- NATUREZA DO CONDUTOR: A – ALUMÍNIO; C – COBRE



JOSÉ RIBAMAR ALVES DE AMADEU
Engenheiro Civil
Crea 352649/CE
Prefeitura Municipal de Guaiúba

Nº	DESCRIÇÃO	DATA	DESENHO
00	EMISSÃO INICIAL	AGO/25	-
01	-	-	-
02	-	-	-
03	-	-	-
04	-	-	-

PREFEITURA MUNICIPAL DE Guaiúba
Cuidando de vidas, lavando juntos.

REV.	DATA	DESENHO	RESPONSÁVEL TÉCNICO	CREA
00	AGO/25	J.RIBAMAR A. DE A.	J.RIBAMAR A. DE A.	352649CE

DESCRIÇÃO:
MODERNIZAÇÃO DO PARQUE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (IP) DO MUNICÍPIO DE GUAIÚBA

CNPJ: 12.359.535/0001-32
CLIENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIÚBA
OBRA: QUADRILÁTERO DE IP - DISTRITO BOA ESPERANÇA
ESCALA: 1:500
TÍTULO: PLANTA DE SITUAÇÃO - IP
DATA: AGO/25
FOLHA: 01/09
ENDEREÇO: DISTRITO BOA ESPERANÇA- GUAIÚBA -CE

ESTE PROJETO É DE PROPRIEDADE INTELECTUAL DA ENGENHEIRO RESPONSÁVEL TÉCNICO. É PROIBIDA A REPRODUÇÃO PARCIAL OU TOTAL SEM AUTORIZAÇÃO POR ESCRITO DO AUTOR. CAU / CE Nº 1234567-D

N
NW NE
W E
SW SE
S

TAF1290

50/11-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527487.593; 9545010)

CM025T45

100/11-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527487.579; 9544964)

CM025T49

50/11-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527498.11; 9544922)

400/11-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527511.6; 9544870)

CM025T115

75/13-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527513.626; 9544850)

75/11
S2N

100/13
S2N

100/12
S2N

CM025T63

(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-200W-LD-CIN
(527531.114; 9544776)

400/13
S2N

TAA2556

(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-200W-LD-CIN
(527531.219; 9544753)

(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-200W-LD-CIN
(527555.981; 9544777)

(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-200W-LD-CIN
(527555.77; 9544756)

50/11
S2N

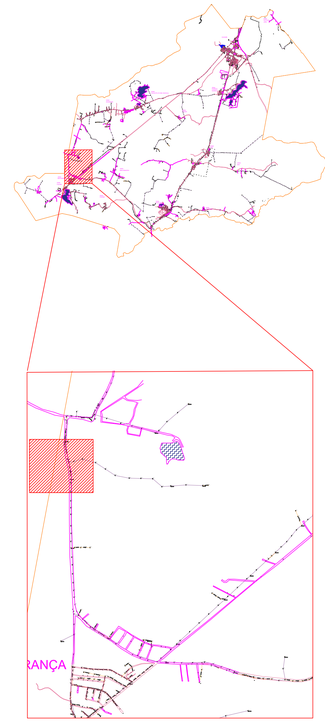
50/11
S2N

LEGENDA

- Poste de distribuição existente
- Poste com 1 luminária com 1 braço em tubo de aço de 2m
- Poste com 2 luminárias com 2 braços em tubo de aço de 2m
- Poste com 3 luminárias com 3 braços em tubo de aço de 2m
- Poste com 4 luminárias com 4 braços em tubo de aço de 2m
- Transformador Enel-CE existente
- Rede aérea de baixa tensão (BT) - 380/220V
- Rede aérea de média tensão (MT) - 13,8kV

LUMINÁRIA
(1) IP1 100W LED CIB B1M
- TIPO DE FATURAMENTO
- PADRÃO
- TECNOLOGIA
- POTÊNCIA NOMINAL (W)
- GRAU DE PROTEÇÃO
- SITUAÇÃO: (1) – IMPLANTAR; (2) – SUBSTITUIR; (3) – RETIRAR

REDE BAIXA TESÃO – CONDUTORES MULTIPLEXADOS
A M 025 M 40
- EXTENSÃO DO VÃO EM METROS(m)
- TIPO DE CABO: M – MONOFÁSICO; T – TRIFÁSICO
- SEÇÃO DO CONDUTOR EM MILÍMETROS QUADRADOS(mm²)
- CABO MULTIPLEXADO
- NATUREZA DO CONDUTOR: A – ALUMÍNIO; C – COBRE



JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO
ENGENHEIRO ELETRICISTA
Crea 352649CE
Prefeitura Municipal de Guaiúba

Nº	DESCRIÇÃO	DATA	DESENHO
00	EMISSÃO INICIAL	AGO/25	-
01	-	-	-
02	-	-	-
03	-	-	-
04	-	-	-

PREFEITURA MUNICIPAL DE Guaiúba
Cuidando de vidas, avançando juntos.

REV.	DATA	DESENHO	RESPONSÁVEL TÉCNICO	CREA
00	AGO/25	J.RIBAMAR A. DE A.	J.RIBAMAR A. DE A.	352649CE

DESCRIÇÃO:
MODERNIZAÇÃO DO PARQUE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (IP) DO MUNICÍPIO DE GUAIÚBA

CNPJ: 12.359.535/0001-32
CLIENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIÚBA
OBRA: QUADRILÁTERO DE IP - DISTRITO BOA ESPERANÇA
ESCALA: 1:500
TÍTULO: PLANTA DE SITUAÇÃO - IP
DATA: AGO/25
FOLHA: 02/09
ENDEREÇO: DISTRITO BOA ESPERANÇA- GUAIÚBA -CE

N
NW NE
W E
SW SE
S

S2N

75/11
S2N

(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-200W-LD-CIN
(527537.873; 9543715)

75/9
S2N

(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-50W-LD-CIN
(527546.213; 9543700)

400/10
S2N

AM025M43

75/9
S2N

(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-150W-ME-CIN
(527542.034; 9543694)

75/12-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527546.131; 9543677)

100/12-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527585.406; 9543670)

75/13
S2N

AM025M139

75/13
S2N

100/13
S2N

AM025M41

75/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527726.116; 9543603)

AM025M39

400/11-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-250W-ME-CIN
(527675.646; 9543582)

75/13-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-150W-ME-CIN
(527707.346; 9543563)

75/11
S2N

75/11
S2N

AM025M132

75/11
S2N

75/12
S2N

75/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527831.747; 9543503)

50/11
S2N

CM025M41

TAA1797

75/11
S2N

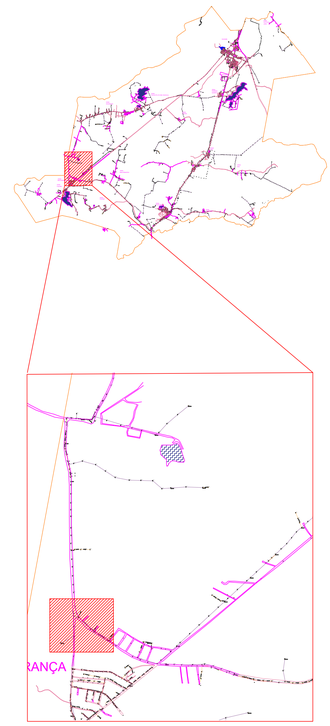
TAB7415

LEGENDA

- Poste de distribuição existente
- Poste com 1 luminária com 1 braço em tubo de aço de 2m
- Poste com 2 luminárias com 2 braços em tubo de aço de 2m
- Poste com 3 luminárias com 3 braços em tubo de aço de 2m
- Poste com 4 luminárias com 4 braços em tubo de aço de 2m
- Transformador Enel-CE existente
- Rede aérea de baixa tensão (BT) - 380/220V
- Rede aérea de média tensão (MT) - 13,8kV

LUMINÁRIA
(1) IP1 100W LED CIB B1M
- TIPO DE FATURAMENTO
- PADRÃO
- TECNOLOGIA
- POTÊNCIA NOMINAL (W)
- GRAU DE PROTEÇÃO
- SITUAÇÃO: (1) – IMPLANTAR; (2) – SUBSTITUIR; (3) – RETIRAR

REDE BAIXA TESÃO – CONDUTORES MULTIPLEXADOS
A M 025 M 40
- EXTENSÃO DO VÃO EM METROS(m)
- TIPO DE CABO: M – MONOFÁSICO; T – TRIFÁSICO
- SEÇÃO DO CONDUTOR EM MILÍMETROS QUADRADOS(mm²)
- CABO MULTIPLEXADO
- NATUREZA DO CONDUTOR: A – ALUMÍNIO; C – COBRE



JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAGUO:01355417363 Assinado de forma digital por JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAGUO:01355417363 Dados: 2025.08.26 09:58:31 -03'00'

JOSÉ RIBAMAR ALVES DE ARAGUO
Engenheiro Civil
Crea 352649/CE
Prefeitura Municipal de Guaiúba

Nº	DESCRIÇÃO	DATA	DESENHO
00	EMISSÃO INICIAL	AGO/25	-
01	-	-	-
02	-	-	-
03	-	-	-
04	-	-	-

PREFEITURA MUNICIPAL DE Guaiúba
Cuidando de vidas, avançando juntos.

REV.	DATA	DESENHO	RESPONSÁVEL TÉCNICO	CREA
00	AGO/25	J.RIBAMAR A. DE A.	J.RIBAMAR A. DE A.	352649CE

DESCRIÇÃO:
MODERNIZAÇÃO DO PARQUE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (IP) DO MUNICÍPIO DE GUAIÚBA

CNPJ: 12.359.535/0001-32
CLIENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIÚBA
OBRA: QUADRILÁTERO DE IP - DISTRITO BOA ESPERANÇA
TÍTULO: PLANTA DE SITUAÇÃO - IP
ENDEREÇO: DISTRITO BOA ESPERANÇA- GUAIÚBA -CE
ESCALA: 1:500
DATA: AGO/25
FOLHA: 03/09

DWG PROPRIETÁRIO - USO EXCLUSIVO PMG

N
NW NE
W E
SW SE
S

75/12
S2N

75/11
S2N
TAB7415

AM025M132

75/11
S2N

75/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527831.747; 9543503)

50/11
S2N
TAA1797

CM025M43

50/11
S2N

75/13
S2N
TAA1238

100/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527538.441; 9543273)

75/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527608.361; 9543262)

50/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527691.601; 9543256)

75/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527844.207; 9543244)

50/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527770.18; 9543253)

CM025T41
CM025T47
CM025T42
CM025T37
CM025T32
CM025T40

50/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527539.429; 9543239)

50/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527649.426; 9543261)

50/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527733.776; 9543254)

50/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527798.371; 9543251)

75/9
S2N
CM025T34
50/9
S2N

75/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527535.649; 9543218)

(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527617.111; 9543206)

(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527652.738; 9543203)

50/9
S2N
CM025T138
50/9
S2N

(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527697.022; 9543200)

(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527738.641; 9543196)

100/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527786.033; 9543195)

75/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527811.561; 9543195)

CM025T71

75/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527578.033; 9543174)

AM025T41
CM025T79
CM025T85
CM025T74

50/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527732.97; 9543161)

50/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527845.517; 9543176)

50/11
S2N

75/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527533.972; 9543179)

100/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527619.764; 9543171)

50/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527653.171; 9543168)

50/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527692.682; 9543165)

100/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527776.365; 9543157)

75/12
S2N

100/11-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527533.403; 9543133)

CM025T43

50/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527770.473; 9543127)

LEGENDA

- Poste de distribuição existente
- Poste com 1 luminária com 1 braço em tubo de aço de 2m
- Poste com 2 luminárias com 2 braços em tubo de aço de 2m
- Poste com 3 luminárias com 3 braços em tubo de aço de 2m
- Poste com 4 luminárias com 4 braços em tubo de aço de 2m
- Transformador Enel-CE existente
- Rede aérea de baixa tensão (BT) - 380/220V
- Rede aérea de média tensão (MT) - 13,8kV

LUMINÁRIA
(1) IP1 100W LED CIB B1M
- TIPO DE FATURAMENTO
- PADRÃO
- TECNOLOGIA
- POTÊNCIA NOMINAL (W)
- GRAU DE PROTEÇÃO
- SITUAÇÃO: (1) – IMPLANTAR; (2) – SUBSTITUIR; (3) – RETIRAR

REDE BAIXA TESÃO – CONDUTORES MULTIPLEXADOS
A M 025 M 40
- EXTENSÃO DO VÃO EM METROS(m)
- TIPO DE CABO: M – MONOFÁSICO; T – TRIFÁSICO
- SEÇÃO DO CONDUTOR EM MILÍMETROS QUADRADOS(mm²)
- CABO MULTIPLEXADO
- NATUREZA DO CONDUTOR: A – ALUMÍNIO; C – COBRE

JOSÉ RIBAMAR ALVES DE ARAGÃO
Engenheiro Civil
Crea 352649/CE
Prefeitura Municipal de Guaiúba

Nº	DESCRIÇÃO	DATA	DESENHO
00	EMISSÃO INICIAL	AGO/25	-
01	-	-	-
02	-	-	-
03	-	-	-
04	-	-	-

PREFEITURA MUNICIPAL DE Guaiúba
Cuidando de vidas, avançando juntos.

REV.	DATA	DESENHO	RESPONSÁVEL TÉCNICO	CREA
00	AGO/25	J.RIBAMAR A. DE A.	J.RIBAMAR A. DE A.	352649CE

DESCRIÇÃO: MODERNIZAÇÃO DO PARQUE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (IP) DO MUNICÍPIO DE GUAIÚBA

CNPJ: 12.359.535/0001-32
CLIENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIÚBA
OBRA: QUADRILÁTERO DE IP - DISTRITO BOA ESPERANÇA
ESCALA: 1:500
TÍTULO: PLANTA DE SITUAÇÃO - IP
DATA: AGO/25
FOLHA: 04/09
ENDEREÇO: DISTRITO BOA ESPERANÇA- GUAIÚBA -CE

N
NW NE
W E
SW SE
S

75/11-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527623.189; 9543120)

100/11-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527655.817; 9543113)

50/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527646.707; 9543084)

(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527574.677; 9543091)

50/11-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527688.335; 9543106)

75/11-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527706.536; 9543102)

75/11-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527730.8; 9543096)

75/9
S2N

50/11-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527757.031; 9543087)

75/11-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527793.654; 9543077)

50/11-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527816.288; 9543051)

75/11-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527519.288; 9543071)

50/7-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527696.425; 9543068)

50/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527641.37; 9543052)

50/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527689.976; 9543031)

75/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527750.029; 9543057)

75/12-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527517.498; 9543027)

75/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527744.915; 9543029)

75/12-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527835.038; 9543028)

50/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527554.553; 9542979)

75/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527638.365; 9543026)

75/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527590.069; 9542976)

75/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527749.997; 9542955)

75/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527739.468; 9543001)

50/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527800.732; 9542997)

75/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527520.37; 9542983)

50/11
S2N

75/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527651.663; 9542961)

(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527692.393; 9542953)

(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527761.428; 9542953)

75/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527528.018; 9542948)

50/9
S2N

75/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527628.688; 9542961)

75/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527715.582; 9542929)

(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527779.848; 9542938)

75/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527617.912; 9542929)

75/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527692.393; 9542953)

75/11-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527551.09; 9542906)

50/7-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527639.327; 9542909)

75/9
S2N

(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527813.804; 9542920)

75/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527542.544; 9542907)

50/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527661.679; 9542888)

50/9
S2N

75/9
S2N

50/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527695.378; 9542915)

75/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527638.647; 9542865)

50/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527671.731; 9542893)

75/12-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527556.1; 9542868)

50/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527609.117; 9542842)

75/11-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-150W-VS-CIN
(527561.5; 9542832)

75/13
S2N

(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527579.032; 9542818)

75/11
S2N

75/12
S2N

75/12
S2N

75/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527538.287; 9542782)

50/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527501.652; 9542752)

50/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527471.677; 9542727)

TAB7458

TAB5250

AAA1004

CM025T47
CM025T46
CM025T38
CM025T48
CM025T37
CM025T31
CM025T30
CM025T34
CM025T27
CM025T32
CM025T52
CM025T53
CM025T33
CM025T42
CM025T43
CM025T44
CM025T45
CM025T36
CM025T35
CM025T29
CM025T28
CM025T39
CM025T40
CM025T41

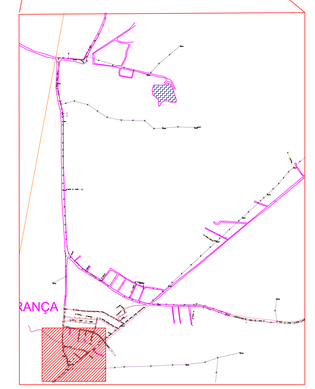
LEGENDA

- Poste de distribuição existente
- Poste com 1 luminária com 1 braço em tubo de aço de 2m
- Poste com 2 luminárias com 2 braços em tubo de aço de 2m
- Poste com 3 luminárias com 3 braços em tubo de aço de 2m
- Poste com 4 luminárias com 4 braços em tubo de aço de 2m
- Transformador Enel-CE existente
- Rede aérea de baixa tensão (BT) - 380/220V
- Rede aérea de média tensão (MT) - 13,8kV

LUMINÁRIA
(1) IP1 100W LED CIB B1M
- TIPO DE FATURAMENTO
- PADRÃO
- TECNOLOGIA
- POTÊNCIA NOMINAL (W)
- GRAU DE PROTEÇÃO
- SITUAÇÃO: (1) – IMPLANTAR; (2) – SUBSTITUIR; (3) – RETIRAR

REDE BAIXA TESÃO – CONDUTORES MULTIPLEXADOS
A M 025 M 40
- EXTENSÃO DO VÃO EM METROS(m)
- TIPO DE CABO: M – MONOFÁSICO; T – TRIFÁSICO
- SEÇÃO DO CONDUTOR EM MILÍMETROS QUADRADOS(mm²)
- CABO MULTIPLEXADO
- NATUREZA DO CONDUTOR: A – ALUMÍNIO; C – COBRE

JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO
Engenheiro Civil
CREA 352649CE
Prefeitura Municipal de Guaiúba



Nº	DESCRIÇÃO	DATA	DESENHO
00	EMISSÃO INICIAL	AGO/25	-
01	-	-	-
02	-	-	-
03	-	-	-
04	-	-	-

PREFEITURA MUNICIPAL DE Guaiúba
Cuidando de vidas, avançando juntos.

REV.	DATA	DESENHO	RESPONSÁVEL TÉCNICO	CREA
00	AGO/25	J.RIBAMAR A. DE A.	J.RIBAMAR A. DE A.	352649CE

DESCRIÇÃO: MODERNIZAÇÃO DO PARQUE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (IP) DO MUNICÍPIO DE GUAIÚBA

CNPJ: 12.359.535/0001-32
CLIENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIÚBA
OBRA: QUADRILÁTERO DE IP - DISTRITO BOA ESPERANÇA
ESCALA: 1:500
TÍTULO: PLANTA DE SITUAÇÃO - IP
DATA: AGO/25
FOLHA: 05/09
ENDEREÇO: DISTRITO BOA ESPERANÇA- GUAIÚBA -CE

N
NW NE
W E
SW SE
S

(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-100W-LD-CIN
(527925.979; 9543509)

(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-150W-ME-CIN
(528006.89; 9543508)

(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527892.778; 9543463)

(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527985.567; 9543469)

75/11-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(528088.563; 9543461)

75/11 S2N
AM025T32
75/13 S2N
AM025T31
TAA1808
75/9 S2N

75/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(528121.4; 9543448)

(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-150W-ME-CIN
(528218.521; 9543430)

(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(528251.15; 9543423)

50/11 S2N

50/11-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(528076.565; 9543428)

AM025T84

AM025T41

75/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(528147.379; 9543434)

75/11-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(528062.793; 9543398)

(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(528129.831; 9543398)

50/11 S2N

100/13 S2N

75/11 S2N

100/11 S2N

100/11 S2N

75/13-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(528259.439; 9543311)

100/12 S2N

TAA1763

50/11 S2N

100/9 S2N

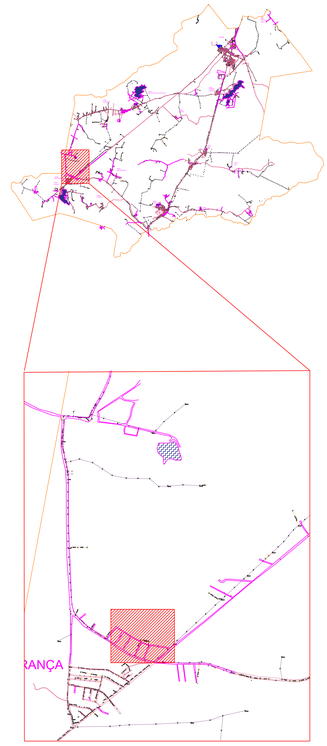
LEGENDA

- Poste de distribuição existente
- Poste com 1 luminária com 1 braço em tubo de aço de 2m
- Poste com 2 luminárias com 2 braços em tubo de aço de 2m
- Poste com 3 luminárias com 3 braços em tubo de aço de 2m
- Poste com 4 luminárias com 4 braços em tubo de aço de 2m
- Transformador Enel-CE existente
- Rede aérea de baixa tensão (BT) - 380/220V
- Rede aérea de média tensão (MT) - 13,8kV

LUMINÁRIA
(1) IP1 100W LED CIB B1M
- TIPO DE FATURAMENTO
- PADRÃO
- TECNOLOGIA
- POTÊNCIA NOMINAL (W)
- GRAU DE PROTEÇÃO
- SITUAÇÃO: (1) – IMPLANTAR; (2) – SUBSTITUIR; (3) – RETIRAR

REDE BAIXA TESÃO – CONDUTORES MULTIPLEXADOS
A M 025 M 40
- EXTENSÃO DO VÃO EM METROS(m)
- TIPO DE CABO: M – MONOFÁSICO; T – TRIFÁSICO
- SEÇÃO DO CONDUTOR EM MILÍMETROS QUADRADOS(mm²)
- CABO MULTIPLEXADO
- NATUREZA DO CONDUTOR: A – ALUMÍNIO; C – COBRE

JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAGIO
Crea: 3526649CE
Prefeitura Municipal de Guaiúba



Nº	DESCRIÇÃO	DATA	DESENHO
00	EMISSÃO INICIAL	AGO/25	-
01	-	-	-
02	-	-	-
03	-	-	-
04	-	-	-

PREFEITURA MUNICIPAL DE Guaiúba
Construindo de vidas, avançando juntos.

REV.	DATA	DESENHO	RESPONSÁVEL TÉCNICO	CREA
00	AGO/25	J.RIBAMAR A. DE A.	J.RIBAMAR A. DE A.	3526649CE

DESCRIÇÃO:
MODERNIZAÇÃO DO PARQUE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (IP) DO MUNICÍPIO DE GUAIÚBA

CNPJ: 12.359.535/0001-32
CLIENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIÚBA
OBRA: QUADRILÁTERO DE IP - DISTRITO BOA ESPERANÇA
TÍTULO: PLANTA DE SITUAÇÃO - IP
ESCALA: 1:500
DATA: AGO/25
FOLHA: 06/09
ENDEREÇO: DISTRITO BOA ESPERANÇA- GUAIÚBA -CE

N
NW NE
W E
SW SE
S

75/9
S2N

CM025T38

CM025T37

100/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527995.492; 9543268)

100/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-200W-LD-CIN
(528152.102; 9543280)

(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(528010.913; 9543246)

50/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527967.739; 9543250)

CM025T42

CM025T41

CM025T39

CM025T40

50/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527876.387; 9543224)

(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527986.046; 9543228)

100/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(528152.102; 9543280)

50/9
S2N

50/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(528120.685; 9543259)

CM025T40

CM025T51

CM025T43

CM025T44

(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527963.51; 9543212)

75/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527999.801; 9543206)

50/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(528089.933; 9543232)

(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527978.867; 9543194)

75/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527969.384; 9543184)

50/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(528055.296; 9543207)

75/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527914.562; 9543207)

50/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(528026.32; 9543182)

50/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527959.505; 9543182)

CM025T40

CM025T45

CM025T44

50/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527881.915; 9543156)

100/11-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527995.013; 9543157)

CM025T39

CM025T43

CM025T45

TAB7440

50/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527916.317; 9543139)

75/11-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527979.5; 9543142)

75/12-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527953.158; 9543119)

CM025T35

CM025T46

75/11-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527932.399; 9543104)

CM025T47

50/11-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527901.202; 9543077)

50/11-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527870.562; 9543052)

50/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527859.003; 9543004)

CM025T34

75/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527877.862; 9542974)

(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527901.606; 9542949)

(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(527925.235; 9542914)

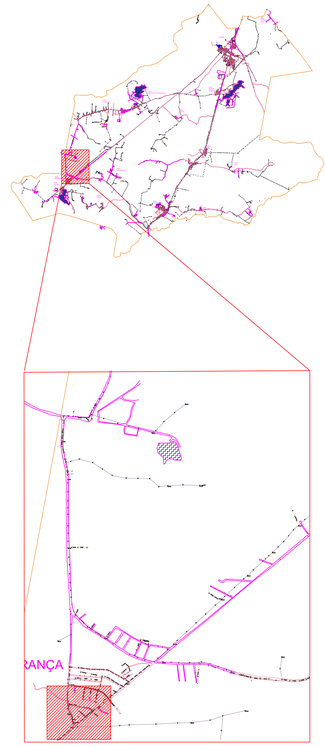
LEGENDA

- Poste de distribuição existente
- Poste com 1 luminária com 1 braço em tubo de aço de 2m
- Poste com 2 luminárias com 2 braços em tubo de aço de 2m
- Poste com 3 luminárias com 3 braços em tubo de aço de 2m
- Poste com 4 luminárias com 4 braços em tubo de aço de 2m
- Transformador Enel-CE existente
- Rede aérea de baixa tensão (BT) - 380/220V
- Rede aérea de média tensão (MT) - 13,8kV

LUMINÁRIA
(1) IP1 100W LED CIB B1M
- TIPO DE FATURAMENTO
- PADRÃO
- TECNOLOGIA
- POTÊNCIA NOMINAL (W)
- GRAU DE PROTEÇÃO
- SITUAÇÃO: (1) – IMPLANTAR; (2) – SUBSTITUIR; (3) – RETIRAR

REDE BAIXA TESÃO – CONDUTORES MULTIPLEXADOS
A M 025 M 40
- EXTENSÃO DO VÃO EM METROS(m)
- TIPO DE CABO: M – MONOFÁSICO; T – TRIFÁSICO
- SEÇÃO DO CONDUTOR EM MILÍMETROS QUADRADOS(mm²)
- CABO MULTIPLEXADO
- NATUREZA DO CONDUTOR: A – ALUMÍNIO; C – COBRE

JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO
Engenheiro Civil
Crea 3526649CE
Prefeitura Municipal de Guaiúba



Nº	DESCRIÇÃO	DATA	DESENHO
00	EMISSÃO INICIAL	AGO/25	-
01	-	-	-
02	-	-	-
03	-	-	-
04	-	-	-

PREFEITURA MUNICIPAL DE Guaiúba — Cuidando de todos, avançando juntos.

REV.	DATA	DESENHO	RESPONSÁVEL TÉCNICO	CREA
00	AGO/25	J.RIBAMAR A. DE A.	J.RIBAMAR A. DE A.	3526649CE

DESCRIÇÃO:
MODERNIZAÇÃO DO PARQUE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (IP) DO MUNICÍPIO DE GUAIÚBA

CNPJ: 12.359.535/0001-32
CLIENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIÚBA
OBRA: QUADRILÁTERO DE IP - DISTRITO BOA ESPERANÇA
ESCALA: 1:500
TÍTULO: PLANTA DE SITUAÇÃO - IP
DATA: AGO/25
FOLHA: 07/09
ENDEREÇO: DISTRITO BOA ESPERANÇA- GUAIÚBA -CE

N
NW NE
W E
SW SE
S

100/13 S2N
100/13 S2N
50/14 S2N
100/13 S2N
TAA2137
75/11 S2N
75/9 S2N
AM050T32
75/9 S2N
100/13 S2N
100/11 S2N
100/13 S2N
100/13 S2N
TAA1544
100/13 S2N
100/13 S2N
50/11 S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(529156.159; 9544100)
50/11 S2N
78/13 S2N
TAA2032
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(528985.19; 9543967)
50/11 S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(528950.773; 9543935)
75/9 S2N
AM050T35
75/9 S2N
AM050T41
75/9 S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(528728.096; 9543842)
AM050T30
TAA2164
50/11 S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(528777.813; 9543820)
100/13 S2N
100/11 S2N
75/9 S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(529371.206; 9544277)

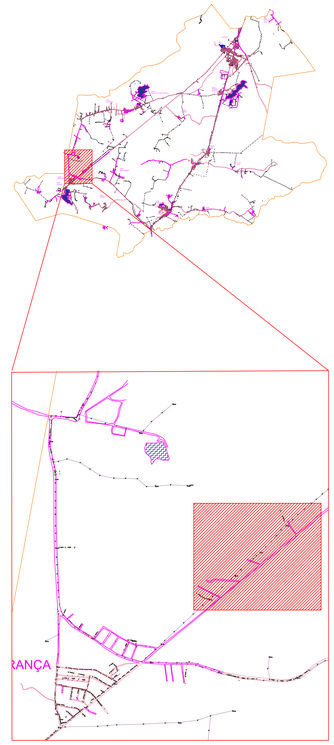
LEGENDA

- Poste de distribuição existente
- Poste com 1 luminária com 1 braço em tubo de aço de 2m
- Poste com 2 luminárias com 2 braços em tubo de aço de 2m
- Poste com 3 luminárias com 3 braços em tubo de aço de 2m
- Poste com 4 luminárias com 4 braços em tubo de aço de 2m
- Transformador Enel-CE existente
- Rede aérea de baixa tensão (BT) - 380/220V
- Rede aérea de média tensão (MT) - 13,8kV

LUMINÁRIA
(1) IP1 100W LED CIB B1M
- TIPO DE FATURAMENTO
- PADRÃO
- TECNOLOGIA
- POTÊNCIA NOMINAL (W)
- GRAU DE PROTEÇÃO
- SITUAÇÃO: (1) – IMPLANTAR; (2) – SUBSTITUIR; (3) – RETIRAR

REDE BAIXA TESÃO – CONDUTORES MULTIPLEXADOS
A M 025 M 40
- EXTENSÃO DO VÃO EM METROS(m)
- TIPO DE CABO: M – MONOFÁSICO; T – TRIFÁSICO
- SEÇÃO DO CONDUTOR EM MILÍMETROS QUADRADOS(mm²)
- CABO MULTIPLEXADO
- NATUREZA DO CONDUTOR: A – ALUMÍNIO; C – COBRE

JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO
Engenheiro Civil
Crea 352649CE
Prefeitura Municipal de Guaiúba



Nº	DESCRIÇÃO	DATA	DESENHO
00	EMISSÃO INICIAL	AGO/25	-
01	-	-	-
02	-	-	-
03	-	-	-
04	-	-	-

PREFEITURA MUNICIPAL DE Guaiúba
Cuidando de vidas, avançando juntos.

REV.	DATA	DESENHO	RESPONSÁVEL TÉCNICO	CREA
00	AGO/25	J.RIBAMAR A. DE A.	J.RIBAMAR A. DE A.	352649CE

DESCRIÇÃO:
MODERNIZAÇÃO DO PARQUE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (IP) DO MUNICÍPIO DE GUAIÚBA

CNPJ: 12.359.535/0001-32
CLIENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIÚBA
OBRA: QUADRILÁTERO DE IP - DISTRITO BOA ESPERANÇA
ESCALA: 1:1000
TÍTULO: PLANTA DE SITUAÇÃO - IP
DATA: AGO/25
FOLHA: 08/09
ENDEREÇO: DISTRITO BOA ESPERANÇA- GUAIÚBA -CE

SUA MARCA AQUI - SEM ALTERAÇÕES TÉCNICAS

N
NW NE
W E
SW SE
S

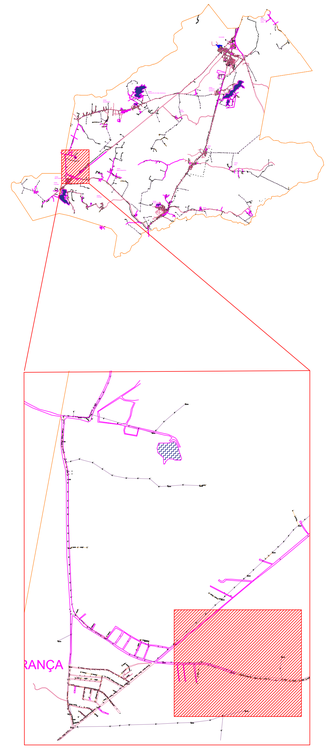
LEGENDA

- Poste de distribuição existente
- Poste com 1 luminária com 1 braço em tubo de aço de 2m
- Poste com 2 luminárias com 2 braços em tubo de aço de 2m
- Poste com 3 luminárias com 3 braços em tubo de aço de 2m
- Poste com 4 luminárias com 4 braços em tubo de aço de 2m
- Transformador Enel-CE existente
- Rede aérea de baixa tensão (BT) - 380/220V
- Rede aérea de média tensão (MT) - 13,8kV

LUMINÁRIA
(1) IP1 100W LED CIB B1M
- (1) IP1 — GRAU DE PROTEÇÃO
- 100W — POTÊNCIA NOMINAL (W)
- LED — TECNOLOGIA
- CIB — PADRÃO
- B1M — TIPO DE FATURAMENTO
- (1) — SITUAÇÃO: (1) – IMPLANTAR; (2) – SUBSTITUIR; (3) – RETIRAR

REDE BAIXA TESÃO – CONDUTORES MULTIPLEXADOS
A M 025 M 40
- A — NATUREZA DO CONDUTOR: A – ALUMÍNIO; C – COBRE
- M — CABO MULTIPLEXADO
- 025 — SEÇÃO DO CONDUTOR EM MILÍMETROS QUADRADOS(mm²)
- M — TIPO DE CABO: M – MONOFÁSICO; T – TRIFÁSICO
- 40 — EXTENSÃO DO VÃO EM METROS(m)

JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO:02...
Engenheiro Civil
Crea 352649/CE
Prefeitura Municipal de Guaiúba



Nº	DESCRIÇÃO	DATA	DESENHO
00	EMISSÃO INICIAL	AGO/25	-
01	-	-	-
02	-	-	-
03	-	-	-
04	-	-	-

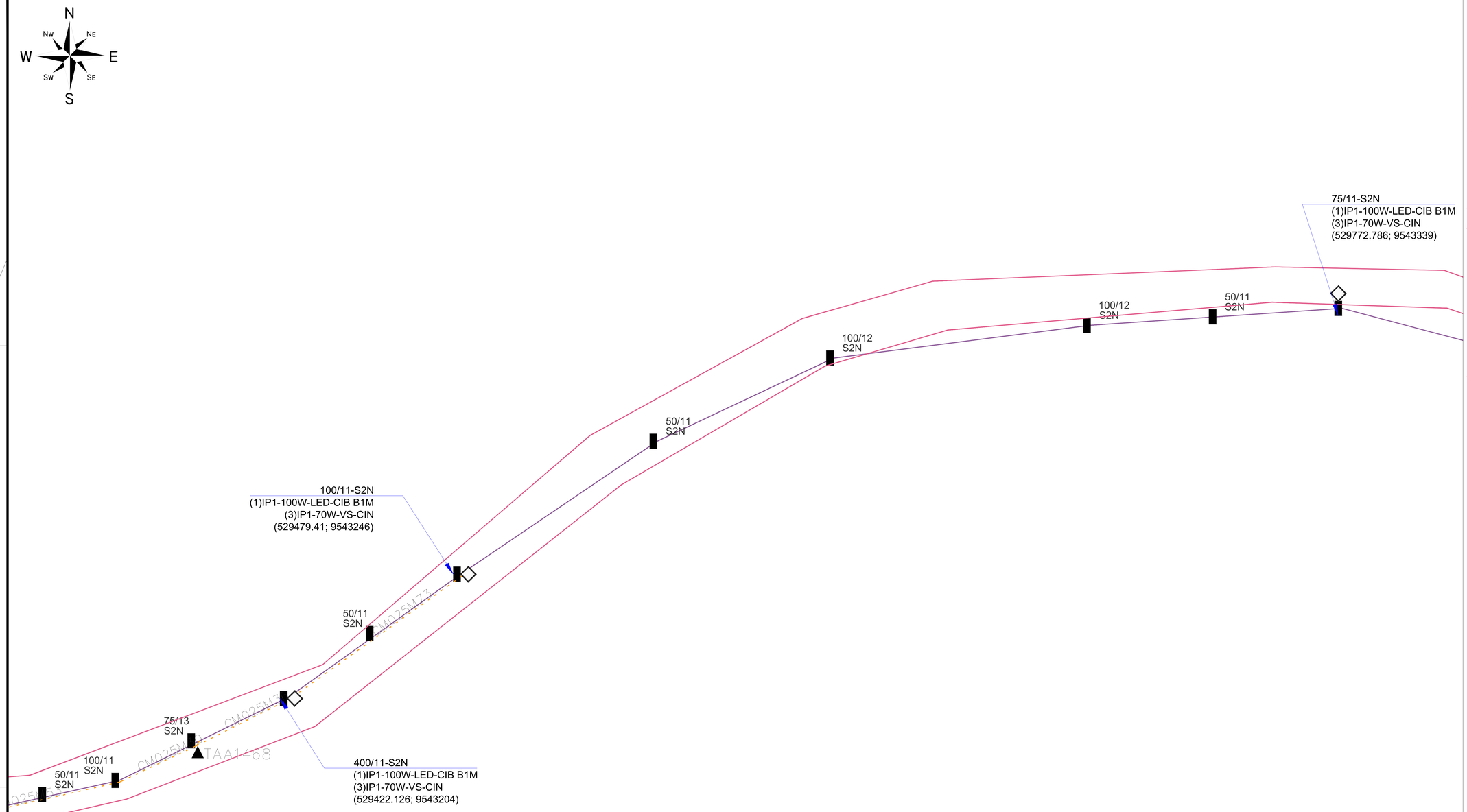
PREFEITURA MUNICIPAL DE Guaiúba — Cuidando de vidas, avançando juntos.

REV.	DATA	DESENHO	RESPONSÁVEL TÉCNICO	CREA
00	AGO/25	J.RIBAMAR A. DE A.	J.RIBAMAR A. DE A.	352649CE

DESCRIÇÃO: MODERNIZAÇÃO DO PARQUE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (IP) DO MUNICÍPIO DE GUAIÚBA

CNPJ: 12.359.535/0001-32
CLIENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIÚBA
OBRA: QUADRILATERO DE IP - DISTRITO BOA ESPERANÇA
ESCALA: 1:1000
TÍTULO: PLANTA DE SITUAÇÃO - IP
DATA: AGO/25
FOLHA: 09/09
ENDEREÇO: DISTRITO BOA ESPERANÇA- GUAIÚBA -CE

50/11 S2N
50/11 S2N
50/11 S2N
50/11 S2N
LED/13 S2N
AA2138
100/11 S2N
50/11 S2N
400/11-S2N (1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-70W-VS-CIN (528552.859; 9543309)
50/7-S2N (1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-70W-VS-CIN (528603.273; 9543279)
50/10 S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-100W-LD-CIN (528426.915; 9542292)
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-100W-LD-CIN (528453.886; 9543293)
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-150W-ME-CIN (528494.397; 9543294)
50/7-S2N (1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-70W-VS-CIN (528540.679; 9543293)
CM025T212
50/9 S2N
50/11 S2N
50/7 S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-150W-ME-CIN (528500.924; 9543227)
CM025T154
75/11 S2N
75/11 S2N
75/12 S2N
75/11 S2N
CM025T120
75/9 S2N
100/11 S2N
AAE7187
50/9 S2N
CM025190
75/12 S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-250W-VS-CIN (528504.131; 9543192)
50/7-S2N (1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-250W-ME-CIN (528526.552; 9543196)
75/9-S2N (1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-250W-ME-CIN (528521.319; 9543144)
75/9-S2N (1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-70W-VS-CIN (528935.316; 9543168)
CM025T4
400/11 S2N
50/7 S2N
CM025T67
75/11 S2N
50/11 S2N
75/12 S2N
CM025T3
50/11 S2N
50/11 S2N
CM025T2
50/11 S2N
100/11 S2N
75/12 S2N
TAF0820
75/11 S2N
75/11 S2N
TAA0989
75/12 S2N

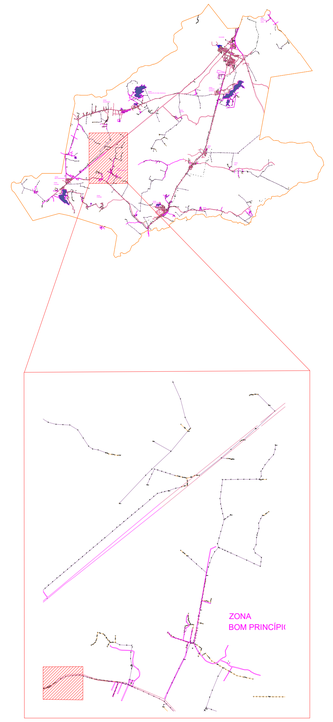


LEGENDA

- Poste de distribuição existente
- Poste com 1 luminária com 1 braço em tubo de aço de 2m
- Poste com 2 luminárias com 2 braços em tubo de aço de 2m
- Poste com 3 luminárias com 3 braços em tubo de aço de 2m
- Poste com 4 luminárias com 4 braços em tubo de aço de 2m
- Transformador Enel-CE existente
- Rede aérea de baixa tensão (BT) - 380/220V
- Rede aérea de média tensão (MT) - 13,8kV

LUMINÁRIA
(1) IP1 100W LED CIB B1M
- (1) IP1 — TIPO DE FATURAMENTO
- 100W — PADRÃO
- LED — TECNOLOGIA
- CIB — POTÊNCIA NOMINAL (W)
- B1M — GRAU DE PROTEÇÃO
- SITUAÇÃO: (1) – IMPLANTAR; (2) – SUBSTITUIR; (3) – RETIRAR

REDE BAIXA TESÃO – CONDUTORES MULTIPLEXADOS
A M 025 M 40
- 40 — EXTENSÃO DO VÃO EM METROS(m)
- M — TIPO DE CABO: M – MONOFÁSICO; T – TRIFÁSICO
- 025 — SEÇÃO DO CONDUTOR EM MILÍMETROS QUADRADOS(mm²)
- M — CABO MULTIPLEXADO
- A — NATUREZA DO CONDUTOR: A – ALUMÍNIO; C – COBRE



JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAGAO
Engenheiro Civil
Crea 352849/CE
Prefeitura Municipal de Guaiúba

Nº	DESCRIÇÃO	DATA	DESENHO
00	EMISSÃO INICIAL	AGO/25	-
01	-	-	-
02	-	-	-
03	-	-	-
04	-	-	-

PREFEITURA MUNICIPAL DE Guaiúba — Cuidando de vidas, avançando juntos.

REV.	DATA	DESENHO	RESPONSÁVEL TÉCNICO	CREA
00	AGO/25	J.RIBAMAR A. DE A.	J.RIBAMAR A. DE A.	352849CE

DESCRIÇÃO: MODERNIZAÇÃO DO PARQUE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (IP) DO MUNICÍPIO DE GUAIÚBA

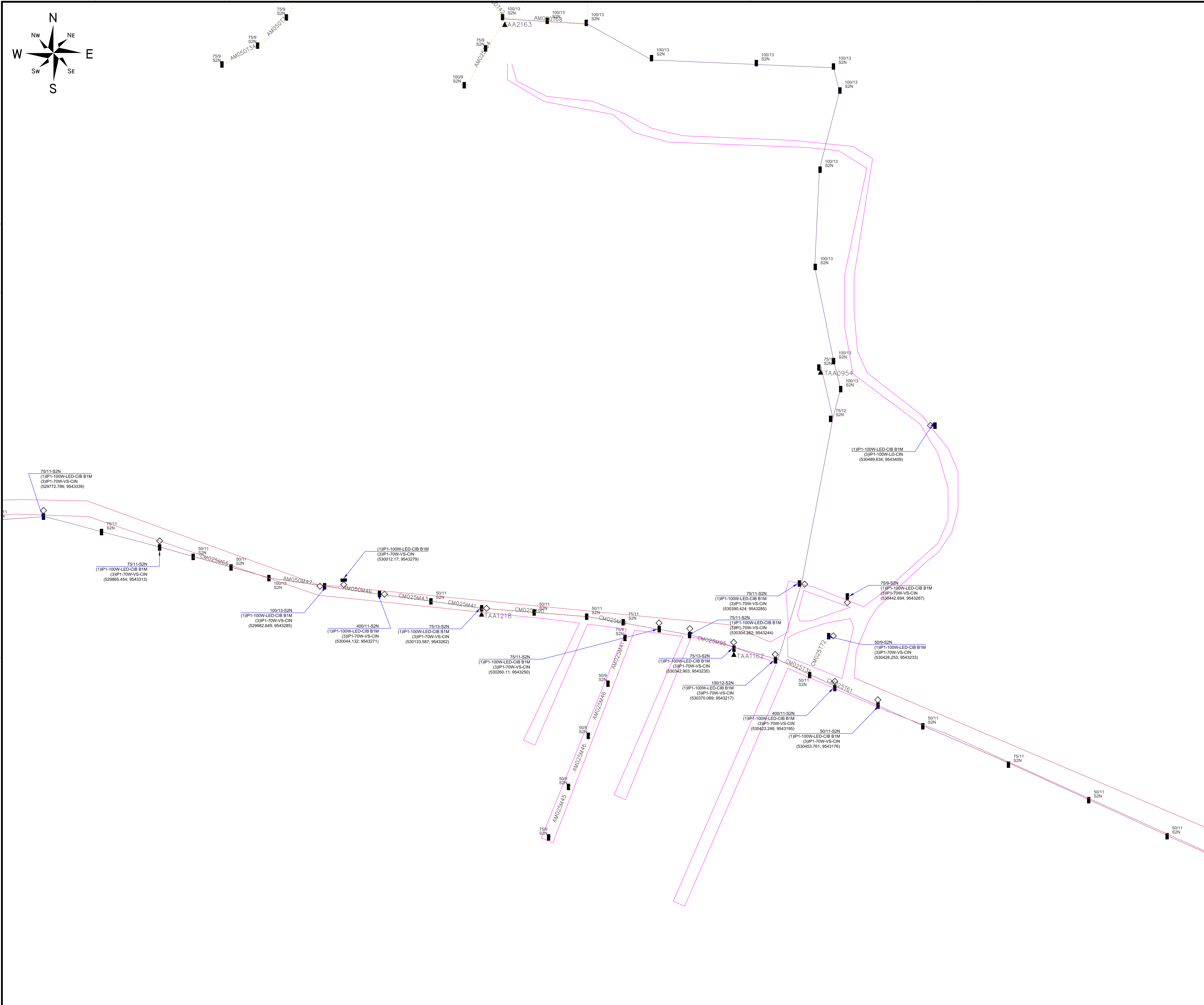
CNPJ: 12.359.535/0001-32

CLIENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIÚBA — -

OBRA: QUADRILÁTERO DE IP - DISTRITO BOM PRINCÍPIO — ESCALA: 1:500

TÍTULO: PLANTA DE SITUAÇÃO - IP — DATA: AGO/25

ENDEREÇO: DISTRITO BOM PRINCÍPIO- GUAIÚBA -CE — FOLHA: 01/06

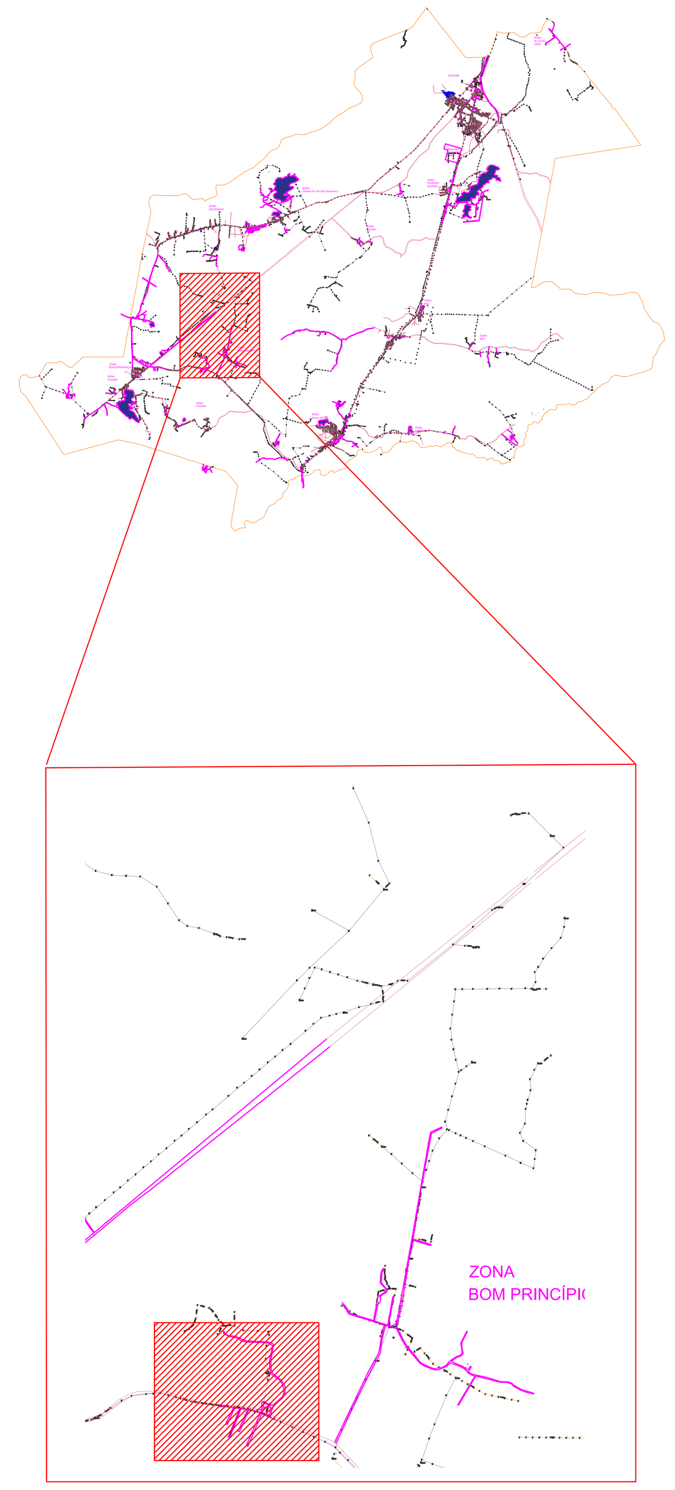


LEGENDA

- Poste de distribuição existente
- Poste com 1 luminária com 1 braço em tubo de aço de 2m
- Poste com 2 luminárias com 2 braços em tubo de aço de 2m
- Poste com 3 luminárias com 3 braços em tubo de aço de 2m
- Poste com 4 luminárias com 4 braços em tubo de aço de 2m
- Transformador Enel-CE existente
- Rede aérea de baixa tensão (BT) - 380/220V
- Rede aérea de média tensão (MT) - 13,8kV

LUMINÁRIA
(1) IP1 100W LED CIB B1M
- B1M — TIPO DE FATURAMENTO
- CIB — PADRÃO
- LED — TECNOLOGIA
- 100W — POTÊNCIA NOMINAL (W)
- IP1 — GRAU DE PROTEÇÃO
- (1) — SITUAÇÃO: (1) – IMPLANTAR; (2) – SUBSTITUIR; (3) – RETIRAR

REDE BAIXA TESÃO – CONDUTORES MULTIPLEXADOS
A M 025 M 40
- 40 — EXTENSÃO DO VÃO EM METROS(m)
- M — TIPO DE CABO: M – MONOFÁSICO; T – TRIFÁSICO
- 025 — SEÇÃO DO CONDUTOR EM MILÍMETROS QUADRADOS(mm^2)
- M — CABO MULTIPLEXADO
- A — NATUREZA DO CONDUTOR: A – ALUMÍNIO; C – COBRE



JOSÉ WELLINGTON DE MELO GONÇALVES JÚNIOR
Secretário de Infraestrutura e Habitação
Prefeitura Municipal de Guaiúba

JOSÉ RIBAMAR ALVES DE ARAÚJO
Engenheiro Civil
Crea 352649/CE
Prefeitura Municipal de Guaiúba

Nº	DESCRIÇÃO	DATA	DESENHO
00	EMISSÃO INICIAL	AGO/25	-
01	-	-	-
02	-	-	-
03	-	-	-
04	-	-	-

PREFEITURA MUNICIPAL DE Guaiúba
Cuidando de vidas, avançando juntos.

REV.	DATA	DESENHO	RESPONSÁVEL TÉCNICO	CREA
00	AGO/25	J.RIBAMAR A. DE A.	J.RIBAMAR A. DE A.	352649CE

DESCRIÇÃO: MODERNIZAÇÃO DO PARQUE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (IP) DO MUNICÍPIO DE GUAIÚBA

CNPJ: 12.359.535/0001-32
CLIENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIÚBA
OBRA: QUADRILÁTERO DE IP - DISTRITO BOM PRINCÍPIO
ESCALA: 1:1000
DATA: AGO/25

TÍTULO: PLANTA DE SITUAÇÃO - IP

FOLHA: 02/06

ENDEREÇO: DISTRITO BOM PRINCÍPIO- GUAIÚBA -CE

N
NW NE
W E
SW SE
S

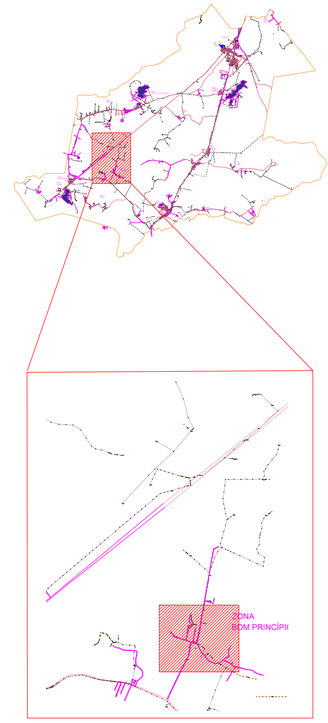
ZC
BC

LEGENDA

- Poste de distribuição existente
- Poste com 1 luminária com 1 braço em tubo de aço de 2m
- Poste com 2 luminárias com 2 braços em tubo de aço de 2m
- Poste com 3 luminárias com 3 braços em tubo de aço de 2m
- Poste com 4 luminárias com 4 braços em tubo de aço de 2m
- Transformador Enel-CE existente
- Rede aérea de baixa tensão (BT) - 380/220V
- Rede aérea de média tensão (MT) - 13,8kV

LUMINÁRIA
(1) IP1 100W LED CIB B1M
- TIPO DE FATURAMENTO
- PADRÃO
- TECNOLOGIA
- POTÊNCIA NOMINAL (W)
- GRAU DE PROTEÇÃO
- SITUAÇÃO: (1) – IMPLANTAR; (2) – SUBSTITUIR; (3) – RETIRAR

REDE BAIXA TESÃO – CONDUTORES MULTIPLEXADOS
A M 025 M 40
- EXTENSÃO DO VÃO EM METROS(m)
- TIPO DE CABO: M – MONOFÁSICO; T – TRIFÁSICO
- SEÇÃO DO CONDUTOR EM MILÍMETROS QUADRADOS(mm²)
- CABO MULTIPLEXADO
- NATUREZA DO CONDUTOR: A – ALUMÍNIO; C – COBRE



JOSÉ RIBAMAR ALVES DE ARAGÃO
Engenheiro Civil
Crea 352649/CE
Prefeitura Municipal de Guaiúba

Nº	DESCRIÇÃO	DATA	DESENHO
00	EMISSÃO INICIAL	AGO/25	-
01	-	-	-
02	-	-	-
03	-	-	-
04	-	-	-

PREFEITURA MUNICIPAL DE Guaiúba — Cuidando de vidas, avançando juntos.

REV.	DATA	DESENHO	RESPONSÁVEL TÉCNICO	CREA
00	AGO/25	J.RIBAMAR A. DE A.	J.RIBAMAR A. DE A.	352649CE

DESCRIÇÃO: MODERNIZAÇÃO DO PARQUE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (IP) DO MUNICÍPIO DE GUAIÚBA

CNPJ: 12.359.535/0001-32
CLIENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIÚBA
OBRA: GUADRILÁTERO DE IP - DISTRITO BOM PRINCÍPIO
ESCALA: 1:1000
TÍTULO: PLANTA DE SITUAÇÃO - IP
DATA: AGO/25
FOLHA: 03/09
ENDEREÇO: DISTRITO BOM PRINCÍPIO- GUAIÚBA -CE

Este desenho é de propriedade intelectual de autor e não pode ser reproduzido sem autorização.

N
NW NE
W E
SW SE
S

100/13
S2N

100/13-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(531320.298; 9544551)

TAA2239

50/10-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(531317.505; 9544502)

AM050T35

100/13-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(531311.5; 9544468)

AM050T49

75/10-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(531307.49; 9544429)

AM025T53

75/10-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(531296.596; 9544381)

AM025T51

50/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(531290.03; 9544331)

AM025T42

50/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(531281.58; 9544290)

AM025T42

50/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(531315.636; 9544238)

50/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(531349.818; 9544228)

75/9
S2N

AM025T41

AM025T112

100/13-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(531276.683; 9544252)

AM025T38

75/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-ME-CIN
(531379.893; 9544219)

50/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(531270.122; 9544216)

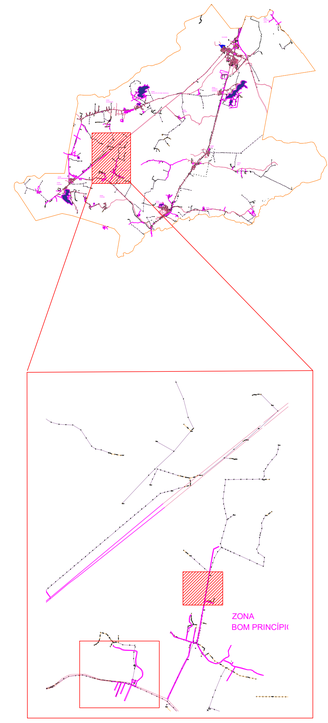
AM025T48

LEGENDA

- Poste de distribuição existente
- Poste com 1 luminária com 1 braço em tubo de aço de 2m
- Poste com 2 luminárias com 2 braços em tubo de aço de 2m
- Poste com 3 luminárias com 3 braços em tubo de aço de 2m
- Poste com 4 luminárias com 4 braços em tubo de aço de 2m
- Transformador Enel-CE existente
- Rede aérea de baixa tensão (BT) - 380/220V
- Rede aérea de média tensão (MT) - 13,8kV

LUMINÁRIA
(1) IP1 100W LED CIB B1M
- (1) IP1 — GRAU DE PROTEÇÃO
- 100W — POTÊNCIA NOMINAL (W)
- LED — TECNOLOGIA
- CIB — PADRÃO
- B1M — TIPO DE FATURAMENTO
- (1) — SITUAÇÃO: (1) – IMPLANTAR; (2) – SUBSTITUIR; (3) – RETIRAR

REDE BAIXA TESÃO – CONDUTORES MULTIPLEXADOS
A M 025 M 40
- A — NATUREZA DO CONDUTOR: A – ALUMÍNIO; C – COBRE
- M — CABO MULTIPLEXADO
- 025 — SEÇÃO DO CONDUTOR EM MILÍMETROS QUADRADOS(mm²)
- M — TIPO DE CABO: M – MONOFÁSICO; T – TRIFÁSICO
- 40 — EXTENSÃO DO VÃO EM METROS(m)



JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAGÃO
Engenheiro Civil
Crea 352649/CE
Prefeitura Municipal de Guaiúba

Nº	DESCRIÇÃO	DATA	DESENHO
00	EMISSÃO INICIAL	AGO/25	-
01	-	-	-
02	-	-	-
03	-	-	-
04	-	-	-

PREFEITURA MUNICIPAL DE Guaiúba
Cuidando de vidas, avançando juntos.

REV.	DATA	DESENHO	RESPONSÁVEL TÉCNICO	CREA
00	AGO/25	J.RIBAMAR A. DE A.	J.RIBAMAR A. DE A.	352649CE

DESCRIÇÃO:
MODERNIZAÇÃO DO PARQUE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (IP) DO MUNICÍPIO DE GUAIÚBA

CNPJ: 12.359.535/0001-32
CLIENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIÚBA
OBRA: GUADRILÁTERO DE IP - DISTRITO BOM PRINCÍPIO
ESCALA: 1:500
TÍTULO: PLANTA DE SITUAÇÃO - IP
DATA: AGO/25
FOLHA: 04/09
ENDEREÇO: DISTRITO BOM PRINCÍPIO- GUAIÚBA -CE

N
NW NE
W E
SW SE
S

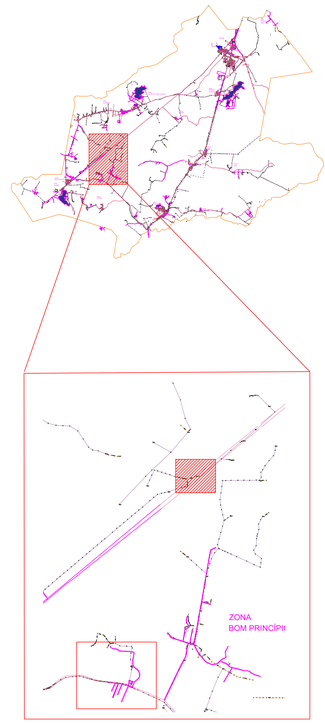
100/13 S2N
AM050M6
50/11 S2N
100/13 S2N
AA0345AM050M52
100/13 S2N
AM025M105
75/11 S2N
75/11 S2N
AM025M59
75/11-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(531241.933; 9545797)
AM025M65
AM025M27
100/13 S2N
100/13 S2N
75/7 S2N
AM025M74
100/13 S2N

LEGENDA

- Poste de distribuição existente
- Poste com 1 luminária com 1 braço em tubo de aço de 2m
- Poste com 2 luminárias com 2 braços em tubo de aço de 2m
- Poste com 3 luminárias com 3 braços em tubo de aço de 2m
- Poste com 4 luminárias com 4 braços em tubo de aço de 2m
- Transformador Enel-CE existente
- Rede aérea de baixa tensão (BT) - 380/220V
- Rede aérea de média tensão (MT) - 13,8kV

LUMINÁRIA
(1) IP1 100W LED CIB B1M
- B1M — TIPO DE FATURAMENTO
- CIB — PADRÃO
- LED — TECNOLOGIA
- 100W — POTÊNCIA NOMINAL (W)
- IP1 — GRAU DE PROTEÇÃO
- (1) — SITUAÇÃO: (1) – IMPLANTAR; (2) – SUBSTITUIR; (3) – RETIRAR

REDE BAIXA TESÃO – CONDUTORES MULTIPLEXADOS
A M 025 M 40
- 40 — EXTENSÃO DO VÃO EM METROS(m)
- M — TIPO DE CABO: M – MONOFÁSICO; T – TRIFÁSICO
- 025 — SEÇÃO DO CONDUTOR EM MILÍMETROS QUADRADOS(mm²)
- M — CABO MULTIPLEXADO
- A — NATUREZA DO CONDUTOR: A – ALUMÍNIO; C – COBRE



JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO
ENGENHEIRO ELETRICISTA
CREA 352649/CE
Prefeitura Municipal de Guaiúba

JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO
ENGENHEIRO ELETRICISTA
CREA 352649/CE
CNPJ 12.359.535/0001-32

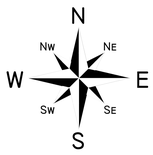
Nº	DESCRIÇÃO	DATA	DESENHO
00	EMISSÃO INICIAL	AGO/25	-
01	-	-	-
02	-	-	-
03	-	-	-
04	-	-	-

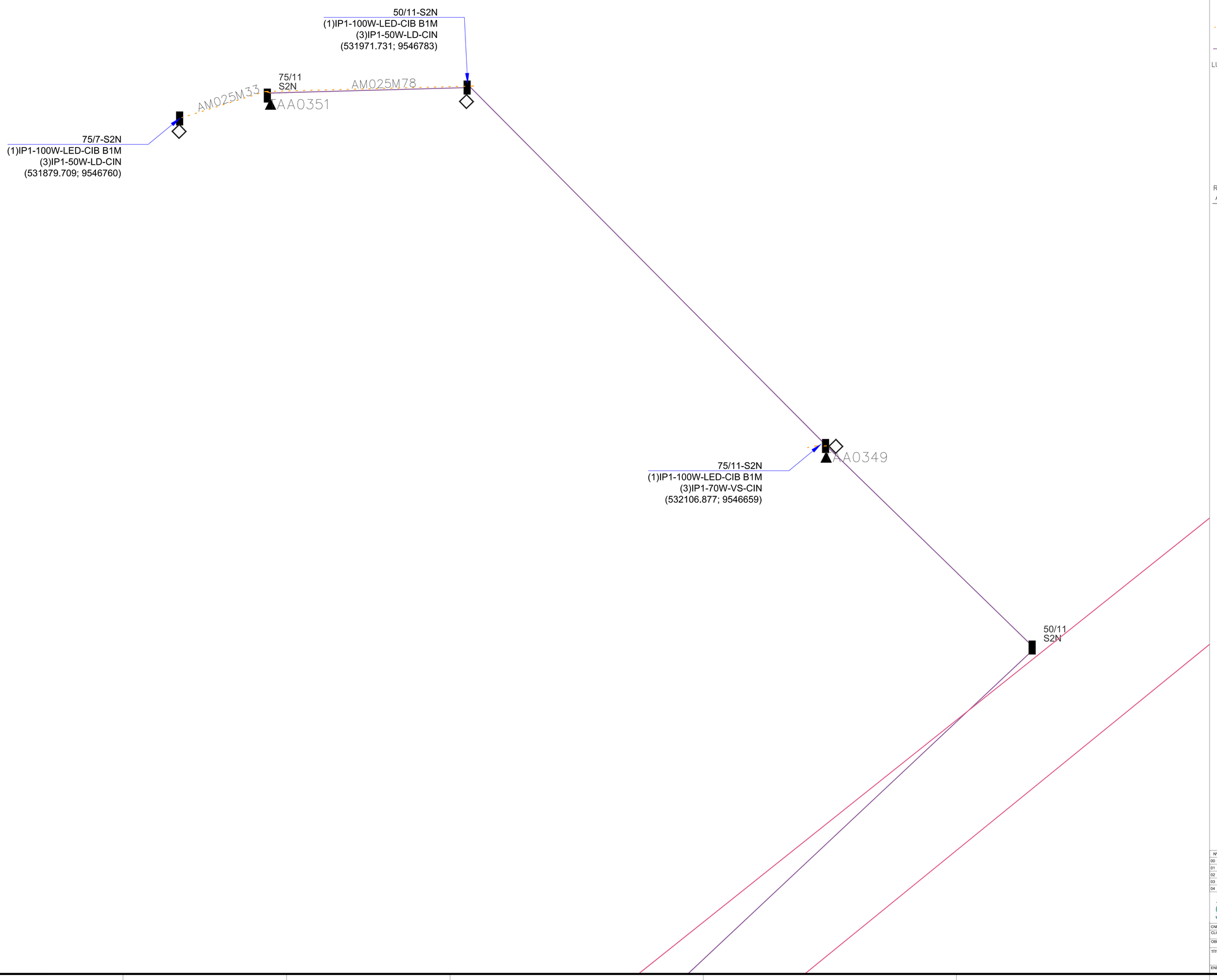
PREFEITURA MUNICIPAL DE Guaiúba
Cuidando de vidas, avançando juntos.

REV.	DATA	DESENHO	RESPONSÁVEL TÉCNICO	CREA
00	AGO/25	J.RIBAMAR A. DE A.	J.RIBAMAR A. DE A.	352649CE

DESCRIÇÃO:
MODERNIZAÇÃO DO PARQUE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (IP) DO MUNICÍPIO DE GUAIÚBA

CNPJ: 12.359.535/0001-32
CLIENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIÚBA
OBRA: QUADRILÁTERO DE IP - DISTRITO BOM PRINCÍPIO
ESCALA: 1:500
TÍTULO: PLANTA DE SITUAÇÃO - IP
DATA: AGO/25
FOLHA: 05/06
ENDEREÇO: DISTRITO BOM PRINCÍPIO- GUAIÚBA -CE





LEGENDA

- Poste de distribuição existente
- Poste com 1 luminária com 1 braço em tubo de aço de 2m
- Poste com 2 luminárias com 2 braços em tubo de aço de 2m
- Poste com 3 luminárias com 3 braços em tubo de aço de 2m
- Poste com 4 luminárias com 4 braços em tubo de aço de 2m
- Transformador Enel-CE existente
- Rede aérea de baixa tensão (BT) - 380/220V
- Rede aérea de média tensão (MT) - 13,8kV

LUMINÁRIA

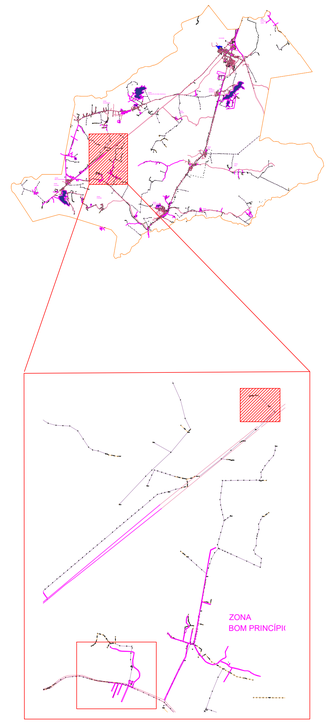
(1) IP1 100W LED CIB B1M

- (1) IP1 — GRAU DE PROTEÇÃO
- 100W — POTÊNCIA NOMINAL (W)
- LED — TECNOLOGIA
- CIB — PADRÃO
- B1M — TIPO DE FATURAMENTO
- SITUAÇÃO: (1) – IMPLANTAR; (2) – SUBSTITUIR; (3) – RETIRAR

REDE BAIXA TESÃO – CONDUTORES MULTIPLEXADOS

A M 025 M 40

- A — NATUREZA DO CONDUTOR: A – ALUMÍNIO; C – COBRE
- M — CABO MULTIPLEXADO
- 025 — SEÇÃO DO CONDUTOR EM MILÍMETROS QUADRADOS(mm²)
- M — TIPO DE CABO: M – MONOFÁSICO; T – TRIFÁSICO
- 40 — EXTENSÃO DO VÃO EM METROS(m)



JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO
Assinado de forma digital por JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO:02971441350
Dados: 2025.08.27 15:37:39 -03'00'

JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO
Engenheiro Eletricista
Crea 352649CE
Prefeitura Municipal de Guaiúba

Nº	DESCRIÇÃO	DATA	DESENHO
00	EMISSÃO INICIAL	AGO/25	-
01	-	-	-
02	-	-	-
03	-	-	-
04	-	-	-

PREFEITURA MUNICIPAL DE Guaiúba — Cuidando de vidas, avançando juntos.

REV.	DATA	DESENHO	RESPONSÁVEL TÉCNICO	CREA
00	AGO/25	J.RIBAMAR A. DE A.	J.RIBAMAR A. DE A.	352649CE

DESCRIÇÃO: MODERNIZAÇÃO DO PARQUE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (IP) DO MUNICÍPIO DE GUAIÚBA

CNPJ: 12.359.535/0001-32

CLIENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIÚBA

OBRA: QUADRILÁTERO DE IP - DISTRITO BOM PRINCÍPIO

ESCALA: 1:500

TÍTULO: PLANTA DE SITUAÇÃO - IP

DATA: AGO/25

FOLHA: 06/06

ENDEREÇO: DISTRITO BOM PRINCÍPIO- GUAIÚBA -CE

N
NW NE
W E
SW SE
S

75/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(538233.018; 9540956)

75/9
S2N

75/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(538340.018; 9540950)

50/9
S2N

AM025M46
AM025M48
AM025M37
AM025M52

75/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(538228.018; 9540911)

AM025M43

75/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(538238.018; 9540870)

AM025M49
AM025M45
AM025M51
AM025M27

50/9
S2N

50/9
S2N

75/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(538358.018; 9540842)

75/11-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(538224.018; 9540829)

TAA1222

AM025M47

75/11-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(538208.018; 9540785)

75/12
S2N

75/11
S2N

50/11
S2N

50/11
S2N

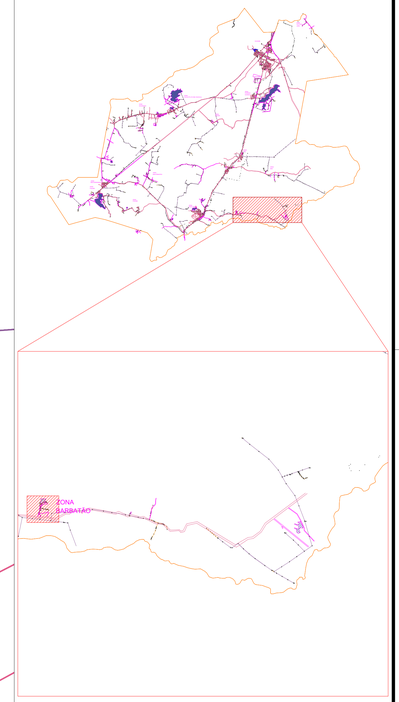
75/11
S2N

LEGENDA

- Poste de distribuição existente
- Poste com 1 luminária com 1 braço em tubo de aço de 2m
- Poste com 2 luminárias com 2 braços em tubo de aço de 2m
- Poste com 3 luminárias com 3 braços em tubo de aço de 2m
- Poste com 4 luminárias com 4 braços em tubo de aço de 2m
- Transformador Enel-CE existente
- Rede aérea de baixa tensão (BT) - 380/220V
- Rede aérea de média tensão (MT) - 13,8kV

LUMINÁRIA
(1) IP1 100W LED CIB B1M
- TIPO DE FATURAMENTO
- PADRÃO
- TECNOLOGIA
- POTÊNCIA NOMINAL (W)
- GRAU DE PROTEÇÃO
- SITUAÇÃO: (1) – IMPLANTAR; (2) – SUBSTITUIR; (3) – RETIRAR

REDE BAIXA TESÃO – CONDUTORES MULTIPLEXADOS
A M 025 M 40
- EXTENSÃO DO VÃO EM METROS(m)
- TIPO DE CABO: M – MONOFÁSICO; T – TRIFÁSICO
- SEÇÃO DO CONDUTOR EM MILÍMETROS QUADRADOS(mm²)
- CABO MULTIPLEXADO
- NATUREZA DO CONDUTOR: A – ALUMÍNIO; C – COBRE



JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAGUO
ENGENHEIRO CIVIL
Inscrição no CREA-CE nº 352649/D
Visto nº 2025040001-1/0
CNPJ: 12.359.535/0001-32

JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAGUO
Engenheiro Civil
Crea 352649/CE
Prefeitura Municipal de Guaiúba

Nº	DESCRIÇÃO	DATA	DESENHO
00	EMISSÃO INICIAL	AGO/25	-
01	-	-	-
02	-	-	-
03	-	-	-
04	-	-	-

PREFEITURA MUNICIPAL DE Guaiúba
Cuidando de vidas, lavando juntos.

REV.	DATA	DESENHO	RESPONSÁVEL TÉCNICO	CREA
00	AGO/25	J.RIBAMAR A. DE A.	J.RIBAMAR A. DE A.	352649CE

DESCRIÇÃO:
MODERNIZAÇÃO DO PARQUE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (IP) DO MUNICÍPIO DE GUAIÚBA

CNPJ: 12.359.535/0001-32
CLIENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIÚBA
ESCALA: -
OBRA: QUADRILÁTERO DE IP - DISTRITO DE BARBATÃO
ESCALA: 1:500
TÍTULO:
PLANTA DE SITUAÇÃO
DATA: AGO/25
FOLHA: 01/03
ENDEREÇO: DISTRITO DE BARBATÃO - GUAIÚBA -CE

Este desenho é de propriedade intelectual de seu autor, sendo proibida a sua reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, sem a prévia autorização por escrito do mesmo.

N
NW NE
W E
SW SE
S

50/7-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-50W-LD-CIN
(539967.003; 9540909)

50/7
S2N

50/7
S2N

CM025M226

50/7
S2N

50/11
S2N

50/11
S2N

75/11-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(539913.633; 9540694)

75/11-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(539950.623; 9540682)

CM025M144

50/11
S2N

75/11
S2N

TAA0933

50/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(540093.034; 9540632)

CM025M195

75/7-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(540142.234; 9540611)

75/7
S2N

50/7
S2N

CM025M190

75/7-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(540185.674; 9540544)

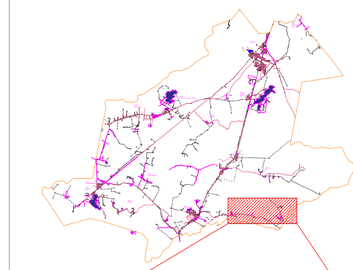
50/7
S2N

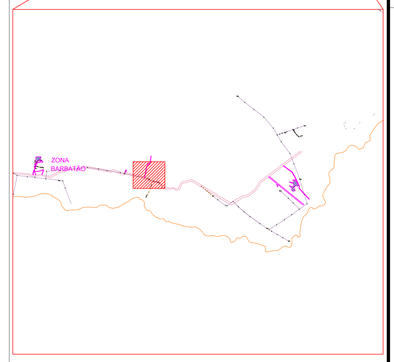
LEGENDA

- Poste de distribuição existente
- Poste com 1 luminária com 1 braço em tubo de aço de 2m
- Poste com 2 luminárias com 2 braços em tubo de aço de 2m
- Poste com 3 luminárias com 3 braços em tubo de aço de 2m
- Poste com 4 luminárias com 4 braços em tubo de aço de 2m
- Transformador Enel-CE existente
- Rede aérea de baixa tensão (BT) - 380/220V
- Rede aérea de média tensão (MT) - 13,8kV

LUMINÁRIA
(1) IP1 100W LED CIB B1M
- B1M — TIPO DE FATURAMENTO
- CIB — PADRÃO
- LED — TECNOLOGIA
- 100W — POTÊNCIA NOMINAL (W)
- IP1 — GRAU DE PROTEÇÃO
- (1) — SITUAÇÃO: (1) – IMPLANTAR; (2) – SUBSTITUIR; (3) – RETIRAR

REDE BAIXA TESÃO – CONDUTORES MULTIPLEXADOS
A M 025 M 40
- 40 — EXTENSÃO DO VÃO EM METROS(m)
- M — TIPO DE CABO: M – MONOFÁSICO; T – TRIFÁSICO
- 025 — SEÇÃO DO CONDUTOR EM MILÍMETROS QUADRADOS(mm²)
- M — CABO MULTIPLEXADO
- A — NATUREZA DO CONDUTOR: A – ALUMÍNIO; C – COBRE





JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAGÃO
Engenheiro Civil
CREA 352649CE
Prefeitura Municipal de Guaiúba

Nº	DESCRIÇÃO	DATA	DESENHO
00	EMISSÃO INICIAL	AGO/25	-
01	-	-	-
02	-	-	-
03	-	-	-
04	-	-	-

PREFEITURA MUNICIPAL DE Guaiúba
Cuidando de vidas, avançando juntos.

REV.	DATA	DESENHO	RESPONSÁVEL TÉCNICO	CREA
00	AGO/25	J.RIBAMAR A. DE A.	J.RIBAMAR A. DE A.	352649CE

DESCRIÇÃO:
MODERNIZAÇÃO DO PARQUE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (IP) DO MUNICÍPIO DE GUAIÚBA

CNPJ: 12.359.535/0001-32
CLIENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIÚBA
OBRA: QUADRILÁTERO DE IP - DISTRITO DE BARBATÃO
ESCALA: 1:500
TÍTULO: PLANTA DE SITUAÇÃO
DATA: AGO/25
FOLHA: 02/03
ENDEREÇO: DISTRITO DE BARBATÃO - GUAIÚBA -CE

N
NW NE
W E
SW SE
S

75/11
S2N
TAE7616

(1)IP1-100W-LED-CIB)B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(541994.242;)9540490)
75/13
S2N
TAA1224

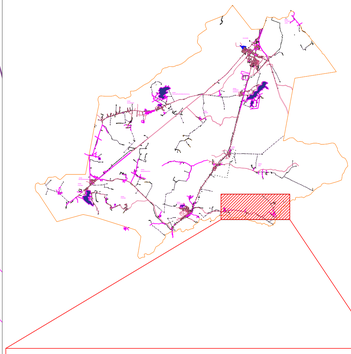
50/11
S2N

LEGENDA

- Poste)de)distribuição)existente
- Poste)com)1)luminária)com)1)braço)em)tubo)de)aço)de)2m
- Poste)com)2)luminárias)com)2)braços)em)tubo)de)aço)de)2m
- Poste)com)3)luminárias)com)3)braços)em)tubo)de)aço)de)2m
- Poste)com)4)luminárias)com)4)braços)em)tubo)de)aço)de)2m
- Transformador)Enel-CE)existente
- Rede)aérea)de)baixa)tensão)(BT))-)380/220V
- Rede)aérea)de)média)tensão)(MT))-)13,8kV

LUMINÁRIA
(1) IP1 100W LED CIB B1M
- B1M – TIPO DE FATURAMENTO
- CIB – PADRÃO
- LED – TECNOLOGIA
- 100W – POTÊNCIA NOMINAL (W)
- IP1 – GRAU DE PROTEÇÃO
- (1) – SITUAÇÃO: (1) – IMPLANTAR; (2) – SUBSTITUIR; (3) – RETIRAR

REDE BAIXA TESÃO – CONDUTORES MULTIPLEXADOS
A M 025 M 40
- 40 – EXTENSÃO DO VÃO EM METROS(m)
- M – TIPO DE CABO: M – MONOFÁSICO; T – TRIFÁSICO
- 025 – SEÇÃO DO CONDUTOR EM MILÍMETROS QUADRADOS(mm²)
- M – CABO MULTIPLEXADO
- A – NATUREZA DO CONDUTOR: A – ALUMÍNIO; C – COBRE



JOSÉ RIBAMAR ALVES DE ARAGÃO
Engenheiro Civil
CREA 352649/D
Prefeitura Municipal de Guaiúba

Nº	DESCRIÇÃO	DATA	DESENHO
00	EMISSÃO)INICIAL	AGO/25	-
01	-	-	-
02	-	-	-
03	-	-	-
04	-	-	-

PREFEITURA MUNICIPAL DE Guaiúba
Cuidando de vidas, avançando juntos.

REV.	DATA	DESENHO	RESPONSÁVEL)TÉCNICO	CREA
00	AGO/25	J.RIBAMAR)A.)DE)A.	J.RIBAMAR)A.)DE)A.	352649CE

DESCRIÇÃO:
MODERNIZAÇÃO)DO)PARQUE)DE)ILUMINAÇÃO)PÚBLICA)(IP))DO)MUNICÍPIO)DE)GUAIÚBA

CNPJ:)12.359.535/0001-32
CLIENTE: PREFEITURA)MUNICIPAL)DE)GUAIÚBA
OBRA: QUADRILÁTERO)DE)IP)-)DISTRITO)DE)BARBATÃO
ESCALA: 1:500
TÍTULO: PLANTA)DE)SITUAÇÃO
DATA: AGO/25
FOLHA: 03/03
ENDEREÇO: DISTRITO)DE)BARBATÃO)-)GUAIÚBA)-CE

N
NW NE
W E
SW SE
S

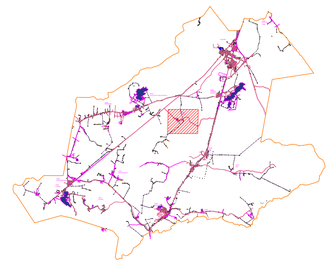
75/9 S2N
50/9-S2N (1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-70W-VS-CIN (536037; 9548247)
CM025T82
75/9 S2N
50/9 S2N
CM025T184
50/9 S2N
50/9 S2N
75/9-S2N (1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-70W-VS-CIN (536260.006; 9548194)
CM025T83
50/9-S2N (1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-70W-VS-CIN (536247.115; 9548155)
75/11-S2N (1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-70W-VS-CIN (536242.2; 9548117)
UC5873
CM025T141
50/11-S2N (1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-70W-VS-CIN (536270.84; 9548087)
75/9 S2N
CM025T144
50/11-S2N (1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-70W-VS-CIN (536298.801; 9548061)
CM025T145
50/12-S2N (1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-70W-VS-CIN (536328.671; 9548036)
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-70W-VS-CIN (536367.369; 9547996)
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-250W-ME-CIN (536385.347; 9547987)
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-70W-VS-CIN (536381; 9547967)
50/9 S2N
CM025T178
75/9 S2N
Escola José Maria de Castro
75/13-S2N (1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-250W-ME-CIN (536312.6; 9548224)
UC5817
100/13 S2N
CM025T301
100/13 S2N
CM025T61
50/11 S2N
100/13 S2N
CM025T70
100/13 S2N
CM025T303
100/13 S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-70W-VS-CIN (536420.763; 9548006)
100/13-S2N (1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-70W-VS-CIN (536618.462; 9548135)
100/13-S2N (1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-70W-VS-CIN (536586.328; 9548112)
CM025T302
75/11 S2N
75/11-S2N (1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-70W-VS-CIN (536650.586; 9548156)
CM025T67
50/9-S2N (1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-400W-ME-CIN (536714.284; 9548146)
CM025T66
75/11-S2N (1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-70W-ME-CIN (536773.996; 9548114)
CM025T71
75/11-S2N (1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-70W-ME-CIN (536793.84; 9548056)
UF5894
75/11 S2N
75/13 S2N
50/11 S2N
50/11 S2N
50/11 S2N
75/11 S2N

LEGENDA

- Poste de distribuição existente
- Poste com 1 luminária com 1 braço em tubo de aço de 2m
- Poste com 2 luminárias com 2 braços em tubo de aço de 2m
- Poste com 3 luminárias com 3 braços em tubo de aço de 2m
- Poste com 4 luminárias com 4 braços em tubo de aço de 2m
- Transformador Enel-CE existente
- Rede aérea de baixa tensão (BT) - 380/220V
- Rede aérea de média tensão (MT) - 13,8kV

LUMINÁRIA
(1) IP1 100W LED CIB B1M
- (1) IP1 — TIPO DE FATURAMENTO
- 100W — PADRÃO
- LED — TECNOLOGIA
- CIB — POTÊNCIA NOMINAL (W)
- B1M — GRAU DE PROTEÇÃO
- SITUAÇÃO: (1) – IMPLANTAR; (2) – SUBSTITUIR; (3) – RETIRAR

REDE BAIXA TESÃO – CONDUTORES MULTIPLEXADOS
A M 025 M 40
- 40 — EXTENSÃO DO VÃO EM METROS(m)
- M — TIPO DE CABO: M – MONOFÁSICO; T – TRIFÁSICO
- 025 — SEÇÃO DO CONDUTOR EM MILÍMETROS QUADRADOS(mm²)
- M — CABO MULTIPLEXADO
- A — NATUREZA DO CONDUTOR: A – ALUMÍNIO; C – COBRE



JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO
JOSÉ WELLINGTON DI. TELLÓ GONÇALVES JÚNIOR
Secretário de Infraestrutura e Habitação
Prefeitura Municipal de Guaiúba
CNPJ: 12.359.535/0001-32

JOSÉ RIBAMAR ALVES DE ARAÚJO
Engenheiro Civil
Crea 352649/CE
Prefeitura Municipal de Guaiúba

Nº	DESCRIÇÃO	DATA	DESENHO
00	EMISSÃO INICIAL	AGO/25	-
01	-	-	-
02	-	-	-
03	-	-	-
04	-	-	-

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIÚBA
Cuidando de vidas, avançando juntos.
CNPJ: 12.359.535/0001-32

REV.	DATA	DESENHO	RESPONSÁVEL TÉCNICO	CREA
00	AGO/25	J.RIBAMAR A. DE A.	J.RIBAMAR A. DE A.	352649/CE

DESCRIÇÃO: MODERNIZAÇÃO DO PARQUE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (IP) DO MUNICÍPIO DE GUAIÚBA

CLIENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIÚBA — -
OBRA: QUADRILATERO DE IP - DISTRITO DE COLINA — ESCALA: 1:1000
TÍTULO: PLANTA DE SITUAÇÃO - IP — DATA: AGO/25
ENDEREÇO: DISTRITO DE COLINA - GUAIÚBA -CE — FOLHA: 01/01

Obs: PADRÃO IP - 100W A 250W (1).dwg

N
NW NE
W E
SW SE
S

75/13-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(528537.518; 9547610)

TAA1146

400/11
S2N

50/11
S2N

75/11
S2N

50/12
S2N

50/11-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-250W-ME-CIN
(528478.357; 9547440)

75/11
S2N

75/12
S2N

AM025T46

TAA1762

50/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(528409; 9547219)

50/9

LEGENDA

- Poste de distribuição existente
- Poste com 1 luminária com 1 braço em tubo de aço de 2m
- Poste com 2 luminárias com 2 braços em tubo de aço de 2m
- Poste com 3 luminárias com 3 braços em tubo de aço de 2m
- Poste com 4 luminárias com 4 braços em tubo de aço de 2m
- Transformador Enel-CE existente
- Rede aérea de baixa tensão (BT) - 380/220V
- Rede aérea de média tensão (MT) - 13,8kV

LUMINÁRIA
(1) IP1 100W LED CIB B1M
- TIPO DE FATURAMENTO
- PADRÃO
- TECNOLOGIA
- POTÊNCIA NOMINAL (W)
- GRAU DE PROTEÇÃO
- SITUAÇÃO: (1) – IMPLANTAR; (2) – SUBSTITUIR; (3) – RETIRAR

REDE BAIXA TESÃO – CONDUTORES MULTIPLEXADOS
A M 025 M 40
- EXTENSÃO DO VÃO EM METROS(m)
- TIPO DE CABO: M – MONOFÁSICO; T – TRIFÁSICO
- SEÇÃO DO CONDUTOR EM MILÍMETROS QUADRADOS(mm²)
- CABO MULTIPLEXADO
- NATUREZA DO CONDUTOR: A – ALUMÍNIO; C – COBRE



JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO:02871441359

JOSÉ RIBAMAR ALVES DE ARAÚJO
Engenheiro Civil
Crea 352649/CE
Prefeitura Municipal de Guaiúba

Nº	DESCRIÇÃO	DATA	DESENHO
00	EMISSÃO INICIAL	AGO/25	-
01	-	-	-
02	-	-	-
03	-	-	-
04	-	-	-

PREFEITURA MUNICIPAL DE Guaiúba
Construindo de vitória, avançando juntos.

REV.	DATA	DESENHO	RESPONSÁVEL TÉCNICO	CREA
00	AGO/25	J.RIBAMAR A. DE A.	J.RIBAMAR A. DE A.	352649CE

DESCRIÇÃO:
MODERNIZAÇÃO DO PARQUE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (IP) DO MUNICÍPIO DE GUAIÚBA

CNPJ: 12.359.535/0001-32
CLIENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIÚBA
OBRA: QUADRILÁTERO DE IP - DISTRITO DE DOURADOS
TÍTULO: PLANTA DE SITUAÇÃO - IP
ENDEREÇO: DISTRITO DE DOURADOS- GUAIÚBA -CE

-
ESCALA: 1:500
DATA: AGO/25
FOLHA: 01/06

Este desenho é de propriedade intelectual de seu autor, sendo proibida a sua reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, sem a prévia autorização por escrito do autor, sob as penas da lei.

N
NW NE
W E
SW SE
S

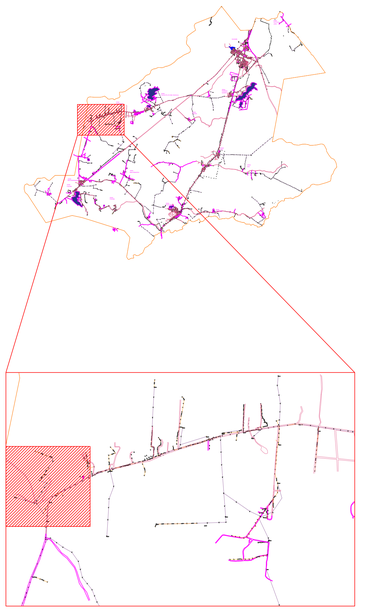
75/9 S2N
AM050752
AA2344
AM050750
AM050749
AA2343
AM050748
TAA1788
75/13-S2N (1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-150W-VS-CIN (528207.223; 9548040)
50/11 S2N
75/11-S2N (1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-70W-VS-CIN (528436.74; 9547974)
TAA1220
75/13-S2N (1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-70W-VS-CIN (528583.054; 9548045)
50/11-S2N (1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-70W-VS-CIN (528566.292; 9548040)
50/9-S2N (1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-70W-VS-CIN (528543.09; 9548027)
75/9-S2N (1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-70W-VS-CIN (528500.794; 9548003)
75/10-S2N (1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-70W-ME-CIN (528559.1; 9547805)
TAA1786
TAA1143
75/9-S2N (1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-70W-VS-CIN (528694.734; 9548103)
400/12-S2N (1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-400W-ME-CIN (528624.125; 9548054)
75/13-S2N (1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-70W-VS-CIN (528615.6; 9548063)
75/11-S2N (1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-70W-VS-CIN (528655.325; 9548084)
75/11-S2N (1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-70W-VS-CIN (528699; 9548117)
50/11-S2N (1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-70W-VS-CIN (528722.71; 9548119)
50/11-S2N (1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-70W-VS-CIN (528752.5; 9548133)
50/11 S2N
75/12-S2N (1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-150W-ME-CIN (528969.05; 9548248)
400/12 S2N
75/12 S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-70W-VS-CIN (528907.672; 9548255)
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-250W-ME-CIN (528880.477; 9548253)
AM050753
75/12-S2N (1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-70W-VS-CIN (528949.876; 9548333)
100/13 S2N
AM050755
TUG6004
AM050751
75/11-S2N (1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-70W-VS-CIN (528946.899; 9548397)
75/11-S2N (1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-250W-ME-CIN (528943.363; 9548444)
AM050756
75/9-S2N (1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-150W-VS-CIN (528940.827; 9548498)

LEGENDA

- Poste de distribuição existente
- Poste com 1 luminária com 1 braço em tubo de aço de 2m
- Poste com 2 luminárias com 2 braços em tubo de aço de 2m
- Poste com 3 luminárias com 3 braços em tubo de aço de 2m
- Poste com 4 luminárias com 4 braços em tubo de aço de 2m
- Transformador Enel-CE existente
- Rede aérea de baixa tensão (BT) - 380/220V
- Rede aérea de média tensão (MT) - 13,8kV

LUMINÁRIA
(1) IP1 100W LED CIB B1M
- TIPO DE FATURAMENTO
- PADRÃO
- TECNOLOGIA
- POTÊNCIA NOMINAL (W)
- GRAU DE PROTEÇÃO
- SITUAÇÃO: (1) – IMPLANTAR; (2) – SUBSTITUIR; (3) – RETIRAR

REDE BAIXA TESÃO – CONDUTORES MULTIPLEXADOS
A M 025 M 40
- EXTENSÃO DO VÃO EM METROS(m)
- TIPO DE CABO: M – MONOFÁSICO; T – TRIFÁSICO
- SEÇÃO DO CONDUTOR EM MILÍMETROS QUADRADOS(mm²)
- CABO MULTIPLEXADO
- NATUREZA DO CONDUTOR: A – ALUMÍNIO; C – COBRE



JOSÉ RIBAMAR ALVES DE ARAÚJO
Engenheiro Civil
Crea 352649/CE
Prefeitura Municipal de Guaiúba

Nº	DESCRIÇÃO	DATA	DESENHO
00	EMISSÃO INICIAL	AGO/25	-
01	-	-	-
02	-	-	-
03	-	-	-
04	-	-	-

PREFEITURA MUNICIPAL DE Guaiúba — Cuidando de vidas, avançando juntos.

REV.	DATA	DESENHO	RESPONSÁVEL TÉCNICO	CREA
00	AGO/25	J.RIBAMAR A. DE A.	J.RIBAMAR A. DE A.	352649CE

DESCRIÇÃO: MODERNIZAÇÃO DO PARQUE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (IP) DO MUNICÍPIO DE GUAIÚBA

CNPJ: 12.359.535/0001-32
CLIENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIÚBA
OBRA: QUADRILÁTERO DE IP - DISTRITO DE DOURADOS
ESCALA: 1:1000
TÍTULO: PLANTA DE SITUAÇÃO - IP
DATA: AGO/25
FOLHA: 02/06
ENDEREÇO: DISTRITO DE DOURADOS- GUAIÚBA -CE

CAD_NAME_M - MM-PMG-ESTRUTURA.DWG

N
NW NE
W E
SW SE
S

75/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(529241.331; 9548614)

50/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(529247.419; 9548563)

CM025T80

75/9
S2N

50/9
S2N

CM025T71

75/9
S2N

75/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(529217.751; 9548466)

50/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(529221.958; 9548432)

75/11-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(529217.065; 9548402)

CM025T150

75/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-150W-VS-CIN
(529193.305; 9548381)

75/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(529187.076; 9548340)

50/11-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-400W-ME-CIN
(529023.81; 9548367)

50/11-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(529149.108; 9548319)

50/9
S2N

75/11
S2N

AM025T87

CM025T70

75/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-150W-ME-CIN
(529014.579; 9548313)

AM025T46

AM025T41

AM025T38

AM025T37

100/11-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(529037.99; 9548283)

75/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(529069.074; 9548299)

100/11-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(529103.707; 9548308)

CM025T26

TUE8189

75/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(529165; 9548293)

75/12-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(529196.506; 9548328)

75/11-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-150W-ME-CIN
(529005.575; 9548270)

50/11-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(529246.347; 9548340)

(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(529427.323; 9548502)

(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(529398.9; 9548478)

(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(529404.66; 9548440)

(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(529416.19; 9548400)

50/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(529392.873; 9548376)

TAA1131

50/11
S2N

CM025T82

100/13
S2N

AM050M39

CM025T97

50/9
S2N

50/9
S2N

400/11-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-ME-CIN
(529446.932; 9548388)

100/13-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(529363.679; 9548369)

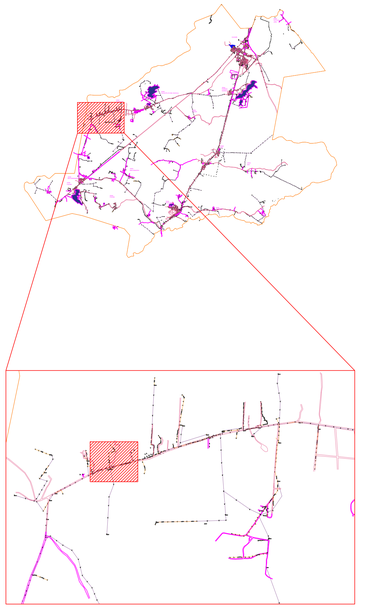
100/13-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(529322.052; 9548359)

LEGENDA

- Poste de distribuição existente
- Poste com 1 luminária com 1 braço em tubo de aço de 2m
- Poste com 2 luminárias com 2 braços em tubo de aço de 2m
- Poste com 3 luminárias com 3 braços em tubo de aço de 2m
- Poste com 4 luminárias com 4 braços em tubo de aço de 2m
- Transformador Enel-CE existente
- Rede aérea de baixa tensão (BT) - 380/220V
- Rede aérea de média tensão (MT) - 13,8kV

LUMINÁRIA
(1) IP1 100W LED CIB B1M
- TIPO DE FATURAMENTO
- PADRÃO
- TECNOLOGIA
- POTÊNCIA NOMINAL (W)
- GRAU DE PROTEÇÃO
- SITUAÇÃO: (1) – IMPLANTAR; (2) – SUBSTITUIR; (3) – RETIRAR

REDE BAIXA TESÃO – CONDUTORES MULTIPLEXADOS
A M 025 M 40
- EXTENSÃO DO VÃO EM METROS(m)
- TIPO DE CABO: M – MONOFÁSICO; T – TRIFÁSICO
- SEÇÃO DO CONDUTOR EM MILÍMETROS QUADRADOS(mm²)
- CABO MULTIPLEXADO
- NATUREZA DO CONDUTOR: A – ALUMÍNIO; C – COBRE



JOSÉ RIBAMAR ALVES DE ARAÚJO
Engenheiro Civil
Crea 352649CE
Prefeitura Municipal de Guaíúba

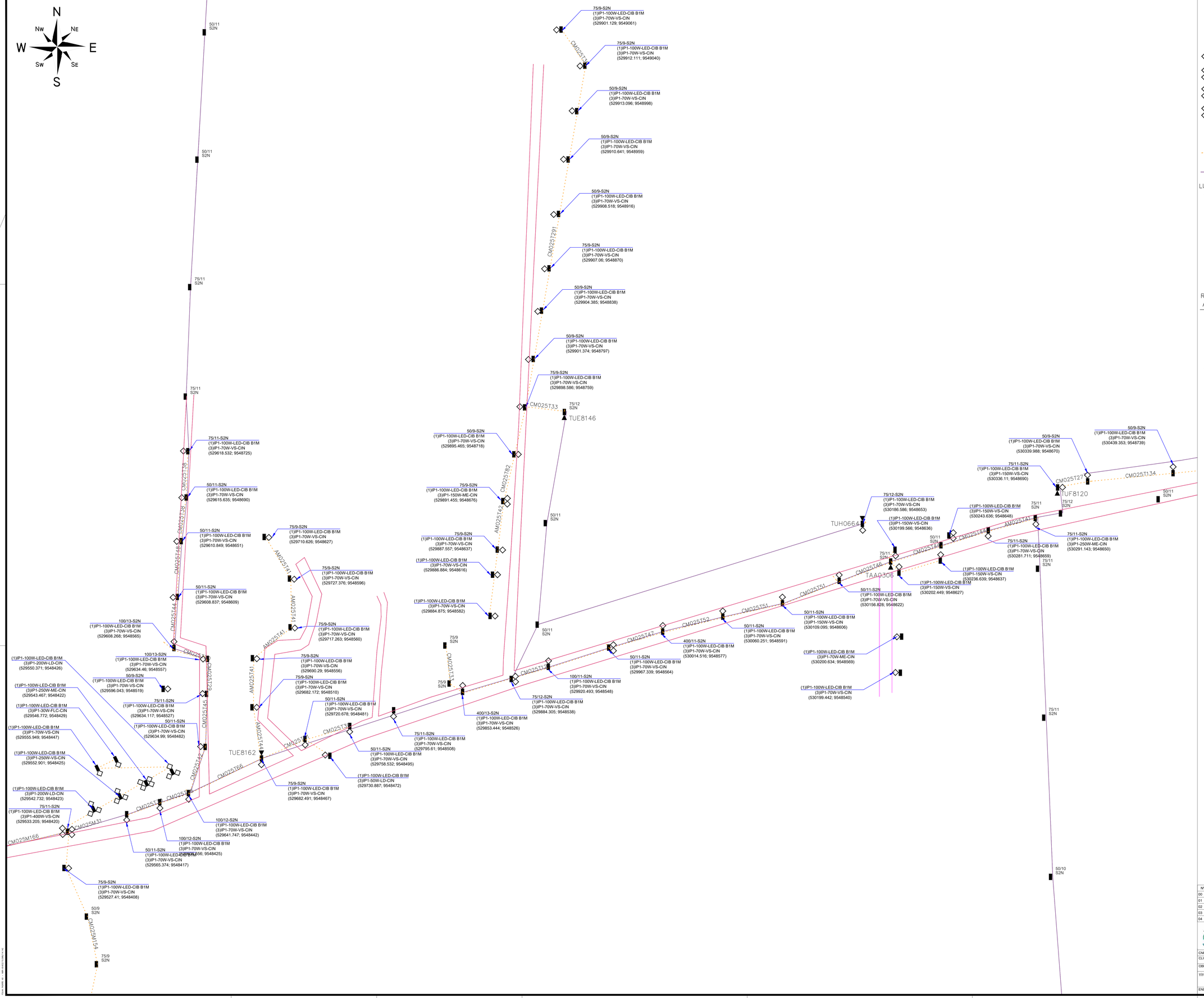
Nº	DESCRIÇÃO	DATA	DESENHO
00	EMISSÃO INICIAL	AGO/25	-
01	-	-	-
02	-	-	-
03	-	-	-
04	-	-	-

PREFEITURA MUNICIPAL DE Guaíúba
Compromisso com o Povo, Avançando Juntos

REV.	DATA	DESENHO	RESPONSÁVEL TÉCNICO	CREA
00	AGO/25	J.RIBAMAR A. DE A.	J.RIBAMAR A. DE A.	352649CE

DESCRIÇÃO:
MODERNIZAÇÃO DO PARQUE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (IP) DO MUNICÍPIO DE GUAIÚBA

CNPJ: 12.359.535/0001-32
CLIENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIÚBA
OBRA: QUADRILÁTERO DE IP - DISTRITO DE DOURADOS
ESCALA: 1:1000
TÍTULO: PLANTA DE SITUAÇÃO - IP
DATA: AGO/25
FOLHA: 03/06
ENDEREÇO: DISTRITO DE DOURADOS- GUAIÚBA -CE



LEGENDA

- Poste de distribuição existente
- Poste com 1 luminária com 1 braço em tubo de aço de 2m
- Poste com 2 luminárias com 2 braços em tubo de aço de 2m
- Poste com 3 luminárias com 3 braços em tubo de aço de 2m
- Poste com 4 luminárias com 4 braços em tubo de aço de 2m
- Transformador Enel-CE existente
- Rede aérea de baixa tensão (BT) - 380/220V
- Rede aérea de média tensão (MT) - 13,8kV

LUMINÁRIA

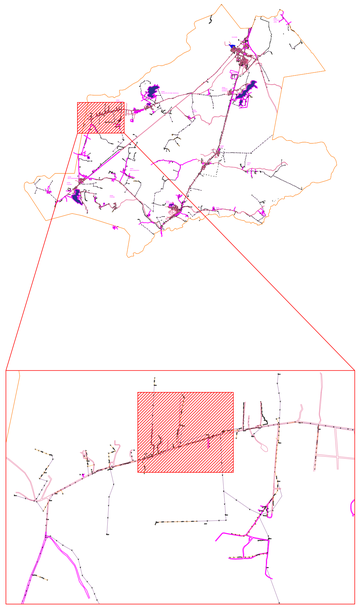
(1) IP1 100W LED CIB B1M

- TIPO DE FATURAMENTO
- PADRÃO
- TECNOLOGIA
- POTÊNCIA NOMINAL (W)
- GRAU DE PROTEÇÃO
- SITUAÇÃO: (1) – IMPLANTAR; (2) – SUBSTITUIR; (3) – RETIRAR

REDE BAIXA TESÃO – CONDUTORES MULTIPLEXADOS

A M 025 M 40

- EXTENSÃO DO VÃO EM METROS(m)
- TIPO DE CABO: M – MONOFÁSICO; T – TRIFÁSICO
- SEÇÃO DO CONDUTOR EM MILÍMETROS QUADRADOS(mm²)
- CABO MULTIPLEXADO
- NATUREZA DO CONDUTOR: A – ALUMÍNIO; C – COBRE



JOSÉ RIBAMAR ALVES DE ARAÚJO
Engenheiro Civil
Crea 352640/CE
Prefeitura Municipal de Guaiúba

Nº	DESCRIÇÃO	DATA	DESENHO
00	EMISSÃO INICIAL	AGO/25	-
01	-	-	-
02	-	-	-
03	-	-	-
04	-	-	-

PREFEITURA MUNICIPAL DE Guaiúba — Cuidando de vidas, avançando juntos.

REV.	DATA	DESENHO	RESPONSÁVEL TÉCNICO	CREA
00	AGO/25	J.RIBAMAR A. DE A.	J.RIBAMAR A. DE A.	352640CE

DESCRIÇÃO: MODERNIZAÇÃO DO PARQUE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (IP) DO MUNICÍPIO DE GUAIÚBA

CNPJ: 12.359.535/0001-32

CLIENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIÚBA — -

OBRA: QUADRILÁTERO DE IP - DISTRITO DE DOURADOS — ESCALA: 1:1000

TÍTULO: PLANTA DE SITUAÇÃO - IP — DATA: AGO/25

ENDEREÇO: DISTRITO DE DOURADOS- GUAIÚBA -CE — FOLHA: 04/06

CAD TEMPLATE - V01 - ENGENHEIRO CIVIL

N
NW NE
W E
SW SE
S

75/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(530558.199; 9548974)

AM025M39

50/9
S2N

75/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(530557.396; 9548898)

AM025M38

75/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(530560.046; 9548857)

AM025M43

75/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(530556.261; 9548824)

AM025M36

50/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(530555.916; 9548789)

AM025M34

75/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(530550.576; 9548752)

AM025M65

75/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(530532.808; 9548727)

AM025M43

CM025T47

50/9
S2N

50/11
S2N

75/13-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(530547.231; 9548710)

TAA1775

50/7
S2N

CM025T48

50/9
S2N

AM050M66

400/11-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(530570.543; 9548717)

AM050M22

AM050T45

75/11-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(530609.173; 9548726)

75/11
S2N

75/11
S2N
UE8103

(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(530609.208; 9548829)

(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(530605.533; 9548794)

50/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-150W-ME-CIN
(530715.186; 9548761)

(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(530607.962; 9548762)

75/13-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-150W-ME-CIN
(530684.436; 9548750)

75/11-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-50W-LD-CIN
(530650.576; 9548732)

100/13-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-250W-ME-CIN
(530687.431; 9548742)

TAA2209

50/11-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-150W-ME-CIN
(530708.852; 9548741)

AM050M100

75/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-150W-ME-CIN
(530731.507; 9548775)

75/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-150W-ME-CIN
(530736.614; 9549012)

AM050M41

75/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-50W-LD-CIN
(530735.195; 9548971)

AM050M41

75/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-50W-LD-CIN
(530737.377; 9548932)

AM050M41

75/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-150W-VS-CIN
(530736.629; 9548893)

AM050M39

75/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-150W-ME-CIN
(530738.865; 9548866)

AM050M27

100/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-150W-VS-CIN
(530736.858; 9548842)

AM050M26

100/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-150W-VS-CIN
(530736.85; 9548819)

75/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-150W-ME-CIN
(530736.622; 9548801)

AM025M42

75/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-150W-VS-CIN
(530754.818; 9548778)

50/11
S2N

75/11-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(530893.134; 9548823)

75/12-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(530904.771; 9548772)

50/11-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-150W-VS-CIN
(530777.563; 9548752)

50/11-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(530843.387; 9548762)

75/11-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-150W-ME-CIN
(530922.22; 9548835)

(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-250W-VS-CIN
(530921.311; 9548775)

75/12-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-150W-ME-CIN
(530921.311; 9548775)

(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-50W-LD-CIN
(530916.748; 9548740)

(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(530912.404; 9548696)

50/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(530910.28; 9548652)

75/9-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(530900.382; 9548596)

75/11
S2N
TNM4274

75/7-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-250W-ME-CIN
(530896.925; 9548551)

50/9
S2N

50/7
S2N

50/7
S2N

50/7
S2N

50/7-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(530876.723; 9548229)

75/7-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(530873.713; 9548189)

100/11-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-250W-ME-CIN
(531065.57; 9548795)

100/13-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-250W-ME-CIN
(531127.548; 9548793)

TAA1499

400/11-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-150W-ME-CIN
(531160.513; 9548789)

75/11
S2N

75/13-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(531322.228; 9548770)

75/11
S2N

75/13-S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M
(3)IP1-70W-VS-CIN
(531322.215; 9548733)

TAA1389

AM025M40

AM025M42

50/9
S2N

AM025M122

50/9
S2N

75/9
S2N

50/9
S2N

AM025M123

50/9
S2N

50/9
S2N

50/9
S2N

75/9
S2N

LEGENDA

- Poste de distribuição existente
- Poste com 1 luminária com 1 braço em tubo de aço de 2m
- Poste com 2 luminárias com 2 braços em tubo de aço de 2m
- Poste com 3 luminárias com 3 braços em tubo de aço de 2m
- Poste com 4 luminárias com 4 braços em tubo de aço de 2m
- Transformador Enel-CE existente
- Rede aérea de baixa tensão (BT) - 380/220V
- Rede aérea de média tensão (MT) - 13,8kV

LUMINÁRIA

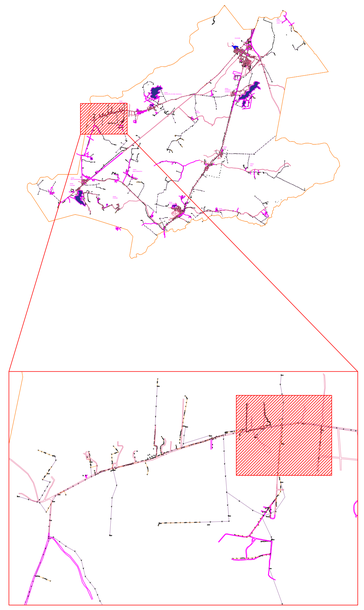
(1) IP1 100W LED CIB B1M

- TIPO DE FATURAMENTO
- PADRÃO
- TECNOLOGIA
- POTÊNCIA NOMINAL (W)
- GRAU DE PROTEÇÃO
- SITUAÇÃO: (1) – IMPLANTAR; (2) – SUBSTITUIR; (3) – RETIRAR

REDE BAIXA TESÃO – CONDUTORES MULTIPLEXADOS

A M 025 M 40

- EXTENSÃO DO VÃO EM METROS(m)
- TIPO DE CABO: M – MONOFÁSICO; T – TRIFÁSICO
- SEÇÃO DO CONDUTOR EM MILÍMETROS QUADRADOS(mm²)
- CABO MULTIPLEXADO
- NATUREZA DO CONDUTOR: A – ALUMÍNIO; C – COBRE



JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO
Assinado de forma digital por JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO:02871441358
Dados: 2025.08.27 15:47:37 -04'00'

JOSÉ RIBAMAR ALVES DE ARAÚJO
Engenheiro Eletricista
Crea: 352649CE
Prefeitura Municipal de Guaiúba

Nº	DESCRIÇÃO	DATA	DESENHO
00	EMISSÃO INICIAL	AGO/25	-
01	-	-	-
02	-	-	-
03	-	-	-
04	-	-	-

PREFEITURA MUNICIPAL DE Guaiúba — Cuidando de vidas, avançando juntos.

REV.	DATA	DESENHO	RESPONSÁVEL TÉCNICO	CREA
00	AGO/25	J.RIBAMAR A. DE A.	J.RIBAMAR A. DE A.	352649CE

DESCRIÇÃO:
MODERNIZAÇÃO DO PARQUE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (IP) DO MUNICÍPIO DE GUAIÚBA

CNPJ: 12.359.535/0001-32

CLIENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIÚBA

OBRA: QUADRILÁTERO DE IP - DISTRITO DE DOURADOS

TÍTULO:
PLANTA DE SITUAÇÃO - IP

ENDEREÇO: DISTRITO DE DOURADOS- GUAIÚBA -CE

ESCALA: 1:1000

DATA: AGO/25

FOLHA: 05/06

SCALE: ISO A1 (594.0 x 841.0 mm)

N
NW NE
W E
SW SE
S

75/11 S2N
100/13 S2N
50/10 S2N
50/10 S2N
TUF4359
75/13 S2N
50/10 S2N
50/10 S2N
AM025M103
TAA2488
50/10-S2N (1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-70W-VS-CIN (530037.753; 9547701)
75/10-S2N (1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-70W-VS-CIN (530035.54; 9547724)

100/13-S2N (1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-70W-VS-CIN (530868.4; 9548097)
AM025T102
50/11 S2N
AM025T85
75/11-S2N (1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-70W-VS-CIN (530861.443; 9548016)
50/11-S2N (1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-70W-VS-CIN (530837.457; 9547984)
AM025T120
75/9-S2N (1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-70W-VS-CIN (530858.21; 9547973)
50/11-S2N (1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-70W-VS-CIN (530813.025; 9547946)
AM025M82
75/9-S2N (1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-70W-VS-CIN (530856.418; 9547927)
75/9-S2N (1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-70W-VS-CIN (530785.712; 9547920)
75/11-S2N (1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-70W-VS-CIN (530796.7; 9547920)
75/9-S2N (1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-70W-VS-CIN (530751.194; 9547926)
AM025M84
AM025T125
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-70W-VS-CIN (530805.574; 9547904)
100/13 S2N
AM025T84
75/9-S2N (1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-50W-LD-CIN (530728.571; 9547890)
AM050T39
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-70W-VS-CIN (530850.188; 9547885)
100/13-S2N (1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IPI-50W-LD-CIN (530761.056; 9547882)
75/13-S2N TAA1264
75/13 S2N
(1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-70W-VS-CIN (530805.784; 9547869)
AM025M39
75/9-S2N (1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-70W-VS-CIN (530762.821; 9547847)
75/9-S2N (1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-70W-VS-CIN (530802.446; 9547845)
50/9 S2N
75/9-S2N (1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-70W-VS-CIN (530800.67; 9547845)
75/9 S2N
75/9-S2N (1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-70W-VS-CIN (530655.45; 9547734)
75/9-S2N (1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-70W-VS-CIN (530630.243; 9547700)

(1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-70W-VS-CIN (530433.43; 9547644)
75/9-S2N (1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-70W-VS-CIN (530471.942; 9547634)
50/9-S2N (1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-70W-VS-CIN (530514.007; 9547629)
50/9-S2N (1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-70W-VS-CIN (530605.59; 9547665)
50/9-S2N (1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-70W-VS-CIN (530597.476; 9547633)
75/9-S2N (1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-70W-VS-CIN (530554.296; 9547624)
75/13 S2N
75/11-S2N (1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-70W-VS-CIN (530826.997; 9547586)
AM050T28
TUG6381
AM050T31
AM050T40
AM050T2
100/13 S2N
75/9-S2N (1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-70W-VS-CIN (530724.106; 9547590)
75/9-S2N (1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-70W-VS-CIN (530754.74; 9547587)
75/9-S2N (1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-70W-VS-CIN (530819.549; 9547553)
75/9-S2N (1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-150W-VS-CIN (530814.45; 9547573)

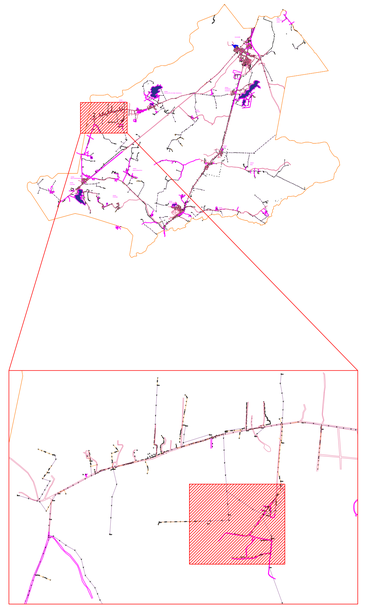
50/9-S2N (1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-70W-VS-CIN (530728.271; 9547435)
50/9-S2N (1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-70W-VS-CIN (530656.558; 9547403)
50/9-S2N (1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-70W-VS-CIN (530583.074; 9547389)
50/9-S2N (1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-70W-VS-CIN (530502.713; 9547387)
75/9-S2N (1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-70W-VS-CIN (530428.681; 9547380)
AM025T190
AM025T201
50/11 S2N
100/13-S2N | TAA1657 (1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-70W-VS-CIN (530803.7; 9547456)
50/9-S2N (1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-70W-VS-CIN (530767.898; 9547442)
50/9-S2N (1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-70W-VS-CIN (530686.975; 9547419)
75/9-S2N (1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-70W-VS-CIN (530621.257; 9547392)
50/9-S2N (1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-70W-VS-CIN (530542.228; 9547388)
50/9-S2N (1)IP1-100W-LED-CIB B1M (3)IP1-70W-VS-CIN (530461.757; 9547388)

LEGENDA

- Poste de distribuição existente
- Poste com 1 luminária com 1 braço em tubo de aço de 2m
- Poste com 2 luminárias com 2 braços em tubo de aço de 2m
- Poste com 3 luminárias com 3 braços em tubo de aço de 2m
- Poste com 4 luminárias com 4 braços em tubo de aço de 2m
- Transformador Enel-CE existente
- Rede aérea de baixa tensão (BT) - 380/220V
- Rede aérea de média tensão (MT) - 13,8kV

LUMINÁRIA
(1) IP1 100W LED CIB B1M
- (1) TIPO DE FATURAMENTO
- IP1 PADRÃO
- LED TECNOLOGIA
- 100W POTÊNCIA NOMINAL (W)
- CIB GRAU DE PROTEÇÃO
- B1M SITUAÇÃO: (1) – IMPLANTAR; (2) – SUBSTITUIR; (3) – RETIRAR

REDE BAIXA TESÃO – CONDUTORES MULTIPLEXADOS
A M 025 M 40
- 40 EXTENSÃO DO VÃO EM METROS(m)
- M TIPO DE CABO: M – MONOFÁSICO; T – TRIFÁSICO
- 025 SEÇÃO DO CONDUTOR EM MILÍMETROS QUADRADOS(mm²)
- M CABO MULTIPLEXADO
- A NATUREZA DO CONDUTOR: A – ALUMÍNIO; C – COBRE



JOSE RIBAMAR ALVES DE ARAUJO
Engenheiro Civil
Crea 352649/CE
Prefeitura Municipal de Guaíúba

JOSE RIBAMAR A. DE ARAUJO
Engenheiro Civil
Crea 352649/CE
Prefeitura Municipal de Guaíúba

Nº	DESCRIÇÃO	DATA	DESENHO
00	EMISSÃO INICIAL	AGO/25	-
01	-	-	-
02	-	-	-
03	-	-	-
04	-	-	-

PREFEITURA MUNICIPAL DE Guaíúba — Cuidando de vidas, avançando juntos.

REV.	DATA	DESENHO	RESPONSÁVEL TÉCNICO	CREA
00	AGO/25	J.RIBAMAR A. DE A.	J.RIBAMAR A. DE A.	352649CE

DESCRIÇÃO: MODERNIZAÇÃO DO PARQUE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (IP) DO MUNICÍPIO DE GUAÍÚBA

CNPJ: 12.359.535/0001-32
CLIENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍÚBA
OBRA: QUADRILÁTERO DE IP - DISTRITO DE DOURADOS
ESCALA: 1:1000
TÍTULO: PLANTA DE SITUAÇÃO - IP
DATA: AGO/25
FOLHA: 06/06
ENDEREÇO: DISTRITO DE DOURADOS- GUAIÚBA -CE

ISTO TRABALHO É PROPRIEDADE INTELECTUAL E NÃO PODE SER COPIADO, REPRODUZIDO OU UTILIZADO SEM AUTORIZAÇÃO